

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARISTELA REMPEL EBERT

**O CAMPO DOS AGENTES SOCIAIS E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL:
Morro Santa Tereza de Porto Alegre/RS**

São Leopoldo
2013

MARISTELA REMPEL EBERT

**O CAMPO DOS AGENTES SOCIAIS E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL:
Morro Santa Tereza de Porto Alegre/RS**

Tese apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Atores sociais, políticas públicas e cidadania

Orientador: PROFº DRº Aloísio Ruscheinsky

São Leopoldo
2013

MARISTELA REMPEL EBERT

Tese apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em 19 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

PROF. DRº Aloísio Ruscheinsky – PPG Ciências Sociais - UNISINOS

PROF. DRº Cleyton Henrique Gerhardt – UFRGS

PROF. DRº Isabel Cristina de Moura Carvalho - PUC/RS

PROF. DRº José Luiz Bica de Mélo – UNISINOS

PROF. DRº Nadir Lara Junior – UNISINOS

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar o campo ambiental de Porto Alegre a partir do Conflito socioambiental ocorrido no Morro Santa Tereza entre 2009 e 2010, envolvendo Executivo e Legislativo de um lado, e movimentos sociais de outro (moradores, sindical e ambiental). Trata-se de explicitar as forças sociais e os discursos circundantes, destacando-se o modo como se acomodam os aspectos socioambientais no campo em conflito e em que medida são ilustrativos das dinâmicas sociais da capital gaúcha. Para tal, foram utilizadas as seguintes metodologias: revisão bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas, acompanhamento de reuniões e análise discursiva de jornais locais. Dentre os resultados destaca-se o campo de conflito socioambiental estruturado por relações assimétricas de poder, de modo que certos discursos, como o conceito de desenvolvimento sustentável, associados à lógica de mercado portam reconhecimento simbólico superior determinando hegemonicamente as intervenções entrando em conflito com as populações afetadas que resistem a esta lógica.

Palavras chaves: meio ambiente –socioambiental – conflito - poder público - sociedade

ABSTRACT

This research analyzes the environmental field of Porto Alegre from environmental conflict occurred in Hill Santa Tereza between 2009-2010, involving the executive and the legislature on the one hand, and social movements of another (residents, union and environmental). It is explicit social forces and discourses surrounding, highlighting how they accommodate the environmental aspects in the field in conflict and to what extent are illustrative of the social dynamics of the state capital. To this end, we used the following methods: literature review, semi-structured interviews, meetings and tracking discursive analysis of local newspapers. Among the results highlight the field of environmental conflict structured by asymmetric power relations, so that certain discourses as the concept of sustainable development associated with market logic gate recognition symbolic upper determining hegemonic interventions in conflict with the affected populations who resist this logic.

Keywords: environment, environmental - conflict - government - society

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e, em especial, ao Adriano, pelo apoio e presença durante o processo de construção do conhecimento.

Agradecimento em especial a alguns amigos(a) que foram decisivos nesta caminhada: À Maristela da Secretaria do curso que teve a gentileza de me avisar na véspera para marcar a entrevista; A Angélica que neste dia de grande tempestade e escuridão me levou na rodoviária, porque por pouco não perdi a seleção. Aos meus colegas de trabalho de Santa Maria que no primeiro semestre me apoiaram para aguentar as viagens cansativas para a Unisinos. Aos meus queridos colegas da Escola de Saúde Pública, em especial à Clarete e à Márcia, além das queridas estagiárias Lilian, Fernanda e Dandara (esta me ajudou muito com as transcrições). Aos meus amigos Alexandre, Luna e Artur que me acolheram em sua casa para morar em São Leopoldo.

Agradeço aos professores e colegas da UFSM, em especial do curso de Ciências Sociais.

Quero agradecer de maneira muito especial e do fundo do coração o apoio, encorajamento e paciência do Professor Aloísio, que nesta transição de trabalho profissional foram decisivas para não desistir.

Também aos demais professores do departamento pelas aprendizagens e experiências que me fazem lembrar de observações e detalhes das condições sociais de pobreza nos recantos do meio rural de Dom Feliciano, onde nem celular funciona. Obrigada, mesmo que não tenha sido o foco da tese, os debates, os textos ressoam na minha mente quando me deparo com o humano no meio do mato (nativo ou deserto verde). Os meus horizontes se ampliaram pelas oportunidades acadêmicas que me foram dadas nestes anos do doutorado.

Para meus colegas do mestrado e doutorado, pelo companheirismo e escuta naquelas horas tensas, em especial ao Glademir, Claudia e Sandoval.

A CAPES pela rica experiência em Barcelona, praticamente intraduzível em palavras. O apoio fraternal do Janilson na Espanha e às amigas que se concretizaram por lá. Com destaque ao professor Josep Espluga, que me acolheu na Universidade Autônoma de Barcelona, abrindo portas para ampliar os horizontes acadêmicos.

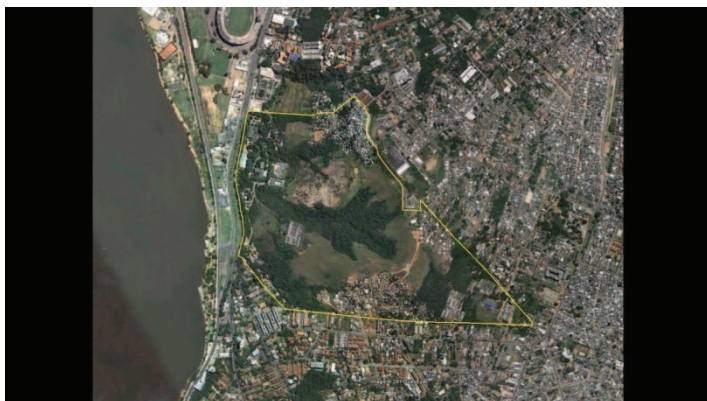
Ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, e a Escola de Saúde Pública pelo corajoso investimento na formação de recursos humanos.

Enfim, a todos e a todas que contribuíram para chegar aqui um **MUITO OBRIGADA**.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: VISTA AÉREA DO MORRO SANTA TERESA

009



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADFG – Associação Democrática Feminina Gaúcha.
AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção Animal
APEDEMA - Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente.
BNH – Banco Nacional da Habitação
CEA – Centro de Estudos Ambientais.
CEDICA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.
COOLMEIA – Cooperativa Ecológica Coolmeia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul.
FMI – Fundo Monetário Internacional.
FSM – Fórum Social Mundial.
FRACAB – Federação Rio Grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros.
IUCN – União Internacional Provisória para a Proteção da Natureza
LIBRA – Liga Interbairro Reivindicatória e Assessorada.
MNLU – Movimento Nacional de Luta pela Moradia.
MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra.
MAPE – Movimento Arte e Pensamento Ecológico
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
ROESSLER – Movimento Roessler para Defesa Ambiental de Novo Hamburgo
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente de Porto Alegre
SEMAPI – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS
UAMPA – União das Associações de Moradores de Porto Alegre.
UPAN – União Protetora do meio Ambiente Natural

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
1. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO AMBIENTAL E AS QUESTÕES EM DISPUTA.....	19
1.1. O reconhecimento da questão ambiental e suas implicações.....	21
1.1.1. Debates e dilemas sobre os fatores da consolidação do campo ambiental.....	24
1.1.2 As conferências mundiais de Meio Ambiente e as implicações no Brasil.....	27
1.1.3 As principais correntes teóricas do campo ambiental.....	31
1.1.4 O conceito de desenvolvimento sustentável: potencialidades e limites.....	35
1.2. O discurso (des) interessado da democracia dos riscos ambientais.....	42
1.3. Os conflitos ambientais no Brasil: os aspectos socioambientais em jogo.....	49
1.4. A Gestão participativa das políticas ambientais contemporâneas.....	57
1.4.1 Estado, mercado e implicações nas políticas públicas.....	57
1.4.2 Os mecanismos de gestão participativa: ambigüidades e contradições.....	61
2. O ORDENAMENTO DO ESPAÇO E A EMERGÊNCIA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	68
2.1 Os conflitos sociais pelo direito à cidade na história de Porto Alegre.....	69
2.2 A atuação do poder público na promoção do direito à cidade.....	75
2.2.1 O poder público municipal e a ocupação dos espaços.....	75
2.2.2 A participação e o PDDUA: desafios da gestão pública.....	79
2.2.3 Potencialidades e limites da ação do Estado como agente de políticas públicas.....	83
2.3 O reconhecimento da problemática ambiental e sua articulação com as lutas sociais.....	91
2.4 O conflito do “Morro Santa Tereza”: um caso de conflito socioambiental.....	96
3. A INTERFERÊNCIA DOS DIFERENTES CAPITAIS SOCIAIS NO CAMPO DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL.....	105
3.1. Uma tipologia das forças políticas envolvidas na disputa política.....	107
3.1.1 Coletivos de resistência “Morro Santa Tereza”: Associação de moradores.....	109
3.1.2 Coletivos de resistência “Morro Santa Tereza”: a articulação sindical.....	115
3.1.3. Coletivos de resistência “Morro Santa Tereza”: a articulação ambiental.....	118
3.2. Desdobramentos do Movimento “em defesa do Morro Santa Tereza”.....	124
3.3. Coletivos defensores do projeto da mercantilização do terreno público.....	130
3.3.1 Outras forças sociais ligados ao grupo defensor do projeto de venda.....	137
3.3.2 Desdobramentos do conflito no campo político.....	139
3.4. O poder público municipal e o conselho municipal de meio ambiente.....	143
3.5. As especificidades do conflito: o que está em jogo?.....	148
4. OS DISCURSOS ILUSTRANDO AS DISPUTAS SOCIOAMBIENTAIS.....	155
4.1 Os discursos socioambientais a partir do olhar dos agentes sociais.....	156
4.1.1 As ambigüidades do campo ambiental confrontadas com os discursos dos agentes envolvidos no conflito.....	156

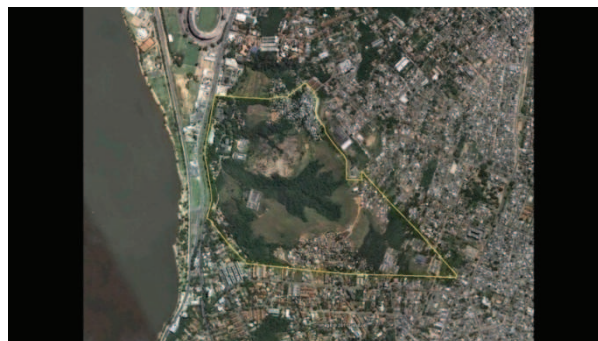
4. 1. 2. Delimitando os problemas ambientais sob a ótica dos envolvidos no conflito....	168
4.1.3 As noções de desenvolvimento sustentável sob a ótica dos envolvidos no conflito	175
4.1. 4 A possível correspondência entre a posição social e visão socioambiental.....	182
4.2 O olhar dos agentes sociais sobre a atuação do poder público no conflito socioambiental	185
4.2.1. O grupo intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza” e a(s) visão sobre o poder público no conflito	188
4.2.2. Defensores do projeto de venda do terreno e a(s) visão sobre a atuação do poder público no conflito	193
4.2.3. O poder público local ilustra as dinâmicas espaciais sob a ótica socioambiental.	199
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de tese doutoral se pauta pela reflexão teórica enriquecida pelo trabalho empírico. São retomadas diferentes perspectivas que discutem a problemática ambiental e socioambiental, em especial, nos contextos urbanos. E à luz dessa análise conceitual, refletir sobre o espaço urbano de Porto Alegre, partindo-se de um caso de conflito socioambiental, ocorrido em 2010, no Morro Santa Tereza. Ou seja, o estudo de um conflito localizado pretende apontar as especificidades e aspectos que podem ser representativos da dinâmica de ordenamento do espaço urbano numa perspectiva mais ampla desta cidade. Com isso, se busca entender a partir de discursos e práticas em disputa, como estas influenciam as ações do poder público na capital gaúcha, ou seja, como se traduzem em determinadas práticas e discursos, mesmo em políticas públicas de meio ambiente.

O conflito na cidade de Porto Alegre, que será o objeto do presente estudo, ocorreu no Morro Santa Tereza, desencadeado no final de 2009 e persistiu durante vários meses de 2010. O lugar se situa no bairro Santa Tereza, região centro-sul da cidade, nas proximidades do bairro Cristal, em frente à Orla do Guaíba. Nesse conflito se envolveram diversos agentes sociais, como ambientalistas, sindicalistas, moradores, Levante da Juventude, deputados estaduais e governo estadual. O desencadeamento da tensão ocorreu com a proposta encaminhada à Assembleia Legislativa, por parte do governo estadual, de permutar ou vender um terreno de 74 hectares onde funcionava a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul- FASE. A questão central do conflito é que no local, além dessa Instituição Pública, residem em torno de três mil famílias, incluindo servidores da instituição, afetando as seguintes comunidades: União Santa Tereza, Ecológica, Gaúcha e Padre Cacique.

Figura 1: Vista Aérea do Morro Santa Teresa.



http://www.omorroenosso.com.br/fotos_aereas.html

Inicialmente o conflito emergido é de cunho social, envolve os trabalhadores da FASE e seu sindicato SEMAPI, configurando-se em conflito de relações de trabalho e problemas de moradia, tanto dos trabalhadores como dos demais moradores circunvizinhos, com o governo estadual. Conflito este que rapidamente evoluiu, também, para um debate ambiental, por ser uma área verde e de morro, incorporando diferentes coletivos dentre os quais ambientalistas. Na caracterização da questão em tela carece destacar que os impactos e as atividades que os promovem podem ser vistas como as causas propulsoras, mas ainda não sinônimas de conflitos socioambientais. Particularmente, a explicitação de conflitos socioambientais ocorre no momento em que entre agentes sociais se estabelece um campo de tensão e embate, um significado de disputa material e/ou simbólica. Cabe enfatizar que estes agentes e suas respectivas agendas podem estar circunscritos muito além do território em conflito.

Portanto, a partir deste estudo empírico de conflito, a presente tese aborda como problema de pesquisa, a constituição e as articulações em um campo de conflito socioambiental na cidade de Porto Alegre, ou melhor, como se entrecruzam os aspectos sociais e ambientais na disputa. A questão que se coloca é: sendo o “campo ambiental” estruturado em determinadas posições sociais, com agentes com mais ou menos poder (baseado na posse de diferentes capitais), qual(is) a(s) visão(versões) ou discursos de meio ambiente estão em jogo ou em disputa, quem são os agentes envolvidos e como eles se articulam? Parte-se da existência de agentes sociais posicionados no campo a partir de relações desiguais de poder e de que os diversos agentes incorporam certo *habitus* (espécie de categoria de percepção comum entre posições sociais semelhantes) ambiental a partir do modo como interpretam/compreendem o mundo. Buscar-se-á identificar uma espécie de *habitus* presente nas ações e discursos dos diversos agentes envolvidos no caso de conflito socioambiental.

Finalmente, dentro da definição do problema de pesquisa, a opção predominante pelas contribuições teóricas de Bourdieu deve-se em grande medida à emergência de debates acadêmicos que têm posto em questionamento as produções científicas que não problematizam os conceitos ambientais hegemônicos, legitimando consensos e mantendo ocultas as contradições socioambientais. Alguns pesquisadores defendem que a academia ao assumir a tarefa de gestão, controle e produção de novas tecnologias mais compatíveis com o meio ambiente, deixou de por em debate a insustentabilidade da lógica capitalista de apropriação dos recursos naturais (Lima, 2008; Carneiro, 2005a; Zhouri, 2005a, 2005b; Ribeiro, 1992; Kowarick, 1980b). Goldblatt (1998) afirmam que considerar as causas da degradação ambiental e a lenta constituição das políticas ambientais é fundamental e exige

retomar aspectos estruturais amplos, além dos aspectos diretos, locais e interativos. Dessa maneira, retomar os conceitos de Bourdieu e as análises socioambientais de autores como Zhouri, Carneiro, Acserlrad, Lima, Ribeiro, entre outros, enriquece as reflexões sobre as estruturas de poder (político, econômico, social, cultural) constitutivas dos campos sociais. Ainda, esses autores e outros como Leff (2006), Kowarick (2007, 1980) ao enfatizar que a degradação ambiental anda de mão dada com o crescimento das desigualdades sociais (ou vulnerabilidades sociais), mostram como estes dois temas estão articulados e se potencializam mutuamente, justificando-se pensar como conflito socioambiental.

A análise do campo ambiental a partir de aspectos estruturais e relacionais permite ampliar os horizontes de compreensão e interpretação dos conflitos socioambientais que vêm crescendo em todo o país. Acredita-se que a escolha do caso empírico do Morro Santa Tereza possibilita pôr em evidência os diferentes agentes que compõem o campo ambiental na cidade, uma vez que o caso teve ampla repercussão pública e manifestação explícita - ação e discurso - a favor ou contra o projeto de comercialização do terreno de domínio público (movimentos populares, sociais, sindicais e ambientalistas, deputados estaduais, poder público estadual e municipal, setor imobiliário, Ministério Público), evidenciando assim as posições no campo quanto aos usos e significados daqueles espaços e a divisão em dois blocos de poder desiguais. Possibilita explicitar como as questões sociais e ambientais se cruzam e se inserem no campo social em conflito. E mais, tornar visível a disputa que os diferentes agentes fazem sobre a estrutura do Estado e governos. Assim, um estudo delimitado pode ser representativo da dinâmica abrangente dos conflitos socioambientais que têm ocorrido na cidade, permitindo elaborar uma tipologia do campo ambiental em seus aspectos estruturais e conjunturais, ao mesmo tempo, possibilitando analisar a dinâmica contextual das relações e interações entre os diversos agentes.

Portanto, o conceito de campo ambiental com base na perspectiva do campo de poder de Bourdieu possivelmente permite ponderar a problemática ambiental a partir da dinâmica contextual de cada conflito socioambiental, mas também, entender as ações e disputas dos agentes envolvidos a partir de suas posições sociais ocupadas pela posse de capitais sociais, políticos, culturais acumulados historicamente. Desse modo, acredita-se que este conflito socioambiental vai confirmar a hipótese da existência de um campo ambiental estruturado em termos desiguais de poder e de recursos em que os agentes que constituem o campo disputam a imposição da visão legítima sobre os usos, práticas e estilos considerados ambientalmente sustentáveis.

O objetivo principal consiste em investigar as relações desiguais de poder no campo ambiental de Porto Alegre que se reproduzem historicamente na apropriação desigual dos bens e riscos ambientais (análogo aos bens sociais), a partir das práticas e dos discursos dos diferentes agentes implicados em um conflito socioambiental. Os objetivos situam de maneira sucinta os rumos da investigação dentro da discussão da teoria social contemporânea considerando o surgimento do campo da sociologia ambiental e a expressão de conflitos socioambientais locais. Expressam a compreensão da autora em relação à emergência das questões socioambientais no espaço urbano, aos riscos sociais e remetendo aos agentes sociais que configuram as relações de poder no espaço delimitado da pesquisa.

Para especificar ou detalhar os objetivos acrescenta-se: analisar os diferentes segmentos envolvidos no conflito socioambiental no Morro Santa Tereza com relevância no contexto mais amplo da cidade; identificar a possível correlação entre o discurso socioambiental e as diferentes posições sociais ocupadas pelos interlocutores no conflito; examinar o papel estratégico dos agentes públicos no desencadeamento do conflito socioambiental e no campo ambiental mais amplo da cidade; entender a estrutura de poder do campo ambiental e a dinâmica discursiva e de ação dos diferentes interessados envolvidos no conflito.

No momento, ao destacar os objetivos que subsidiaram as diretrizes metodológicas, partiu-se de algumas hipóteses construídas previamente e que foram balizadoras das análises dos dados recolhidos junto ao campo da investigação. Foram propostas as seguintes hipóteses: existe uma correlação entre os discursos e práticas ambientais dos diferentes agentes envolvidos em um conflito socioambiental e a respectiva posição social em que rechaçam ou reforçam as desigualdades sociais nos espaços urbanos; o Estado aqui entendido na figura da ação institucional nas diferentes esferas, em disputa pela hegemonia ante os diferentes campos e agentes, tem agido na maioria das vezes de modo a reforçar a apropriação desigual dos bens naturais/sociais; o campo ambiental de Porto Alegre está estruturado a partir de relações assimétricas de poder que têm reproduzido historicamente a apropriação desigual dos benefícios e riscos ambientais.

Bourdieu (1999) concorda com Marx que o cientista social tende a reproduzir ideologicamente suas concepções de classe social em suas pesquisas. Em outros termos, o sociólogo precisa estar vigilante para não adotar noções do senso comum como verdades evidentes que o impeçam de encontrar as causas estruturais que organizam a realidade social. Igualmente precisa estar atento para não adotar pressupostos “ditos científicos” que se disseminam na academia que não condizem com a realidade do objeto empírico estudado. Há

tanto o risco do sociólogo inadvertidamente partir das pré-noções do senso comum, como de aceitar dogmas científicos como verdades inquestionáveis e assim apenas reproduzir a tradição erudita, sendo incapaz de produzir novas descobertas. Assim o autor propõe a vigilância epistemológica contínua para romper com a sociologia espontânea ou consensos óbvios ou naturalizados na produção do conhecimento.

Nas ciências humanas manter a objetividade se apresenta como uma tarefa ainda mais difícil, porque o objeto social é falante e o próprio cientista faz parte da sociedade que estuda. Assim, a possibilidade de serem adotados pressupostos da sociologia espontânea do “senso comum” ou “senso comum erudito” é enorme e mesmo uma vigilância epistemológica persistente não eliminaria todo o risco (Bourdieu, 1999). Se o cientista social tem um risco de produzir etnocentrismo aplicando seus próprios conceitos (de classe ou de campo científico) ao contexto empírico estudado, outro equívoco é assumir a visão do grupo estudado, ou a sua forma de abordar a sociedade. A explicação não pode ser encontrada nas representações subjetivas dos sujeitos, que são sempre parciais e fragmentos de uma realidade complexa e contraditória. O autor propõe o princípio da não-consciência, pois os indivíduos não agem e nem têm (em geral) opiniões conscientes (no sentido pleno) desta estrutura objetiva mais ampla que organiza a sociedade na qual estão inseridos. Em outras palavras, a sociedade está estruturada e organizada e o indivíduo não se move com conhecimento pleno desta realidade. Todavia, para entender a organização da sociedade não convém descartar esta dimensão subjetiva, mas ela é uma parte de um sentido objetivo mais amplo a ser construído, argumenta o sociólogo.

Bourdieu (1999) também utilizou continuamente métodos quantitativos como a estatística para suas pesquisas de campo, argumentando que podem ajudar a desmitificar noções do senso comum. Porém, caso não se rompa com a visão alicerçada no senso comum, de pouco adianta a utilização destas técnicas; elas são instrumentos para ajudar a controlar os desvios, mas não o próprio conhecimento. Isto evidencia a ênfase do autor sobre uma base teórica fundamentada como condição prévia de uma pesquisa científica, a qual deve ter explicitado os pressupostos teóricos e a posição ou o lugar social do discurso do pesquisador, a fim de evitar a reprodução ideológica, erudita ou do senso comum. Howard Becker (1999), sociólogo americano, intelectualmente identificado com o interacionismo simbólico, afirma que tanto o método qualitativo como o quantitativo estão sujeitos a distorções. A mesma pesquisa pode ser enfocada de múltiplas formas, cabe ao sociólogo ter claro suas escolhas teóricas e metodológicas.

Ainda com relação às opções metodológicas, Walles (1997), um reconhecido estudioso de metodologias na Espanha, afirma que a combinação de diferentes técnicas tende a enriquecer o trabalho e defende que a melhor técnica depende de cada contexto e do tipo de interpretação. Ou seja, há que escolher as técnicas levando em consideração os objetivos propostos na investigação. Em decorrência destas orientações, enfatizamos a referência à vida cotidiana no momento da entrevista semiestruturada e foram aproveitadas todas as oportunidades para dialogar, mesmo conversas informais, algo parecido com entrevista conversacional (conversação prolongada). Nesta direção, cabe destacar as dificuldades encontradas no desenrolar da pesquisa, como de localização de agentes envolvidos no conflito identificadas com o poder público e mesmo interesse destes em participar da entrevista, obrigando a outras opções metodológicas.

Portanto, a partir das considerações expostas, a presente pesquisa abarca tanto aspectos quantitativos como qualitativos, utilizando-se de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. O critério de escolha dos entrevistados dos coletivos envolvidos, como o intitulado “movimento “em defesa do morro Santa Tereza” se deu tanto pelo papel relevante neste conflito socioambiental, como pelo destaque da instituição ou entidade no contexto da cidade, levando em conta os processos históricos de constituição dos diferentes agentes. Com relação aos interlocutores ligados à esfera Estatal foram ouvidas as diferentes partes a favor ou contrárias à venda de área pública (governo e Assembleia Legislativa), daqueles que se manifestaram sobre o fenômeno na mídia.

A parte da entrevista estruturada teve a pretensão de identificar as posições no campo de conflito de onde enunciam o seu discurso, sua formação educacional, cultural e profissional, renda, local de moradia e áreas de militância. As questões de múltipla resposta ordenadas por prioridade sobre problemas ambientais da cidade procuraram identificar a visão de meio ambiente dos entrevistados. A outra parte da pesquisa, semiestruturada, estimulou aos entrevistados proferirem sua percepção sobre o conflito (sua opinião), apontando a delimitação dos maiores problemas ambientais e a visão sobre o papel do governo e do Estado para resolvê-los e, no caso do conflito a utilização dos recursos naturais.

Durante as entrevistas também se questionou sobre o que imaginam que deveria ser feito na Região do Cristal e no Morro Santa Tereza para solucionar os conflitos socioambientais, e as razões pelas quais se envolveram em um dos lados. A interpretação dos discursos foi realizada à luz das discussões teóricas adotadas neste trabalho, buscando confirmar as hipóteses já mencionadas sobre o campo ambiental, como a assimetria das relações de poder, a correlação entre os discursos e práticas socioambientais dos agentes com

suas posições sociais ocupadas no campo, e a disputa pela hegemonia no interior dos respectivos governos e do próprio aparato do Estado.

Com relação às entrevistas, visando manter o sigilo e a ética com relação aos entrevistados, dividiu-se em blocos. As entrevistas com lideranças de moradores locais foram cinco, classificadas em números cardinais (liderança de moradores 1, 2, 3, 4,5). As lideranças de ambientalistas foram seis entrevistas (liderança ambiental 1, 2, 3,4,5, 6). A liderança de organização de Juventude (nº1). Entrevista com liderança sindical (nº1). Entrevista com representação Institucional ligado ao poder Executivo municipal e estadual (respectivamente Institucional Executivo nº1 e 2) e liderança Institucional ligado à Câmara de Deputados (respectivamente Institucional Legislativo nº 1 e 2). E, por fim entrevista com representante de entidade de assessoramento aos movimentos sociais (Outros nº 1).

A outra ferramenta utilizada consiste na revisão dos jornais (Jornal Zero Hora e Jornal do Comércio, entre dezembro de 2009 e junho de 2010), a qual teve por motivação analisar os discursos empregados em relação ao impasse que o projeto de descentralização da FASE produziu, identificando quem os proferia, qual a posição desses no campo social mais amplo da cidade e no conflito específico, e os discursos socioambientais implicados, com destaque ao poder público.

Com relação ao recorte temporal da pesquisa, tendo em vista que existem publicações científicas sobre os conflitos sociais em Porto Alegre, inclusive da região do Cristal, foram utilizadas essas leituras para ajudar a reconstruir os processos sociais que culminaram no conflito do Morro Santa Tereza. Então, se delimitou a partir de 2008, quando se inicia a instalação de empreendimentos de grande porte (“Barra Shopping Sul”, “Fundação Iberê Camargo”), momentos fundamentais a partir dos quais há um aumento significativo da especulação imobiliária, persistindo até os dias atuais. E ainda, o ponto alto do conflito que se deu em junho de 2010, quando o governo estadual retirou de pauta a comercialização do terreno. Mais recente, na troca de governo estadual (a partir de 2011), o atual governo assumiu o compromisso de criar o parque ambiental e de urbanização do Morro Santa Tereza, que vem produzindo novas movimentações sociais no local, inclusive um seminário ocorrido em agosto de 2011 visando apontar propostas de urbanização e de estruturação do Parque. Com destaque ao mês de julho de 2013 que foi aprovado na Câmara de Vereadores (a ser sancionada pelo prefeito) a definição do Morro Santa Tereza como área de Interesse Social, Preservação Ambiental e Cultural, selando muito das reivindicações.

Desse modo, por meio da análise dos discursos (oral ou escrita) dos diferentes agentes, entrevistas, acesso aos noticiários da mídia, acredita-se que foi possível robustecer por meio

de uma tipologia a abordagem do conjunto de interesses que compõe o campo socioambiental do conflito, as relações de poder que operam e a visão socioambiental hegemônica (ou em disputa). Assim, identificando as relações de poder e o que está em jogo no conflito socioambiental, espera-se poder mostrar em que medida tal lógica constitui o campo ambiental de Porto Alegre, traduzidas em determinadas práticas e políticas públicas.

A estrutura da tese está dividida, além da introdução e considerações finais, em quatro capítulos. No primeiro, retomou-se o campo ambiental, problematizando os diversos conceitos utilizados a partir de produções intelectuais a nível nacional e internacional. Ainda, refletiu-se sobre o debate dos riscos ambientais e os conflitos socioambientais, além de discutir os limites e potenciais da gestão participativa dos conflitos socioambientais. Ou seja, tratou-se de estabelecer as bases teóricas que nortearão este trabalho, mostrando que o conflito, as contradições e as relações assimétricas de poder são constitutivos desse campo. Assim, o caso do Morro Santa Tereza pode ser visto como um campo de conflito socioambiental, onde se cruzam os aspectos sociais e ambientais. E ainda, que o poder público é um agente ativo e disputado pelo conjunto dos agentes que compõe o campo em conflito.

No segundo capítulo será revista a literatura sobre a constituição histórica do espaço e do território urbano de Porto Alegre a partir de pesquisadores como Rocha (2007), Baierle (2007) Ueda e Normann (2005), Silva (2002, 2001b), Oliveira (2005); Ferreti (1984), Ribeiro (1985), Guimaraens (2008), Fuhr, Gerhardt, Kubo (2012), Soares (2010), Silva (2012). Trata-se reconstruir os processos históricos de ocupação da cidade que resultaram em inúmeros conflitos sociais, os quais antecederam e de algum modo influenciaram a configuração das relações de poder e dos agentes envolvidos no caso de conflito do Morro Santa Tereza. A partir disto, delinear em que medida se reproduz aqui a lógica contraditória e excludente típica dos grandes centros urbanos mundiais (evidenciado em vários estudos mencionados no primeiro capítulo). Ainda, buscou-se analisar (a partir de diferentes literaturas) como se articulam as lutas ambientais e sociais em Porto Alegre, que constituem um capital social com poder de enfrentamento político como evidencia a resistência do movimento intitulado “em defesa do morro Santa Tereza”.

No terceiro capítulo, sob orientação das análises conceituais anteriores centrou-se esforços na análise do conflito socioambiental do Morro Santa Tereza, os agentes envolvidos e as relações de poder constitutivas deste. Ou seja, explicitar as forças sociais em jogo e as artimanhas utilizadas para alcançar os interesses dos envolvidos. Com destaque à disputa que os diferentes agentes fazem sobre as instâncias estatais como um poder decisório, apontando

os diferentes aspectos que influenciaram no desfecho do caso e, em que medida são ilustrativos das disputas no campo ambiental portoalegrense.

No quarto capítulo, foram esmiuçados os discursos socioambientais manifestados pelos diferentes agentes envolvidos no Conflito do Morro Santa Tereza e suas respectivas posições sociais. Analisando em que medida certos discursos possuem mais ou menos reconhecimento entre os diversos coletivos e como se legitimam determinadas práticas e desvalorizam outras num contexto de conflito socioambiental. Nesse momento, já em forma de conclusão, serão retomadas as análises anteriores sobre a dinâmica e a estrutura do campo ambiental de Porto Alegre, os discursos, as práticas e as articulações políticas dos diferentes agentes que constituem o campo socioambiental em disputa, e os desafios de democratização deste campo. Ou seja, reflete-se sobre os desafios postos para a possibilidade de ampliação da democratização das decisões de instituições públicas e das próprias políticas ambientais num contexto de relações assimétricas de poder.

Por último, cabe destacar o uso de alguns conceitos como Estado, governo e políticas públicas frequentemente utilizados ao longo da presente tese, os quais não podem ser entendidos como sinônimos. De forma bastante sintética e superficial, visando evitar possíveis equívocos entre os termos, retomamos a contribuição de Hofling (2001), a qual define o Estado como um conjunto de instituições permanentes (jurídico, legislativo, tribunais, exército, etc.) enquanto que governo configura-se como um conjunto de programas e projetos com certas orientações articulados com a sociedade que assumem o Executivo e Legislativo por determinado período. As políticas públicas são implementadas pelo Estado, mas não significa que este seja o elaborador/implementador isolado, há uma articulação dinâmica entre este, a sociedade e os respectivos governos. Ou seja, “políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais” (Hofling, 2001, p.31), e busca-se mostrar na presente pesquisa como ao longo dos conflitos sociais da capital gaúcha os diferentes agentes disputam e influenciam as decisões no interior do Estado como principal mediador destes processos e a agenda das políticas públicas. É a busca por negociação com o detentor de poderes estabelecidos na legislação que lhe permitem promover desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais, inclusive articulando instrumentos de controle. E, mais, como a própria concepção hegemônica (neoliberal ou social) influencia nas ações dos governos e na implementação de políticas públicas. Esta distinção é relevante na medida em que constantemente estaremos fazendo referência ao papel do Estado (concepção de um conjunto de valores e estruturas), governo e as emergentes políticas públicas.

1. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO AMBIENTAL E AS QUESTÕES EM DISPUTA

Neste capítulo busca-se contextualizar o campo ambiental no que tange a sua origem, a constituição e os diferentes conceitos que emergem, em especial nas últimas décadas. Trata-se de uma reflexão que procura mostrar como esse campo vai se instituindo, com seus diferentes coletivos, discursos e ações, os quais se traduzem em determinadas práticas ambientalmente consideradas legítimas em cada momento ou contexto.

O debate ambiental no mundo acadêmico, mais precisamente no campo das ciências humanas (e da Sociologia) surgiu tardiamente. Em outros termos, quando na modernidade a abordagem pode abandonar ou desvincular-se das referências à natureza. Entre os motivos possivelmente está a preocupação que acompanhou a história deste campo científico em se afirmar frente às ciências naturais; mas também a crença positivista na ciência e na tecnologia como capazes de solucionar os problemas ambientais; e, ainda, prioridade do progresso, do desenvolvimento e da preferência pelas questões sociais sobre as discussões dos problemas da relação sociedade e meio ambiente (Goldblatt,1998; Hannigan, 1995). Goldblatt (1998) destaca que a degradação ambiental tem acompanhado a humanidade, todavia o modo de produção capitalista, a revolução industrial e a concentração/explosão populacional nos centros urbanos a partir do século XIX têm acentuado o processo e os problemas sociais daí decorrentes.

Aliado a isso, existem outros aspectos como a pressão dos novos movimentos sociais com suas pautas inovadoras; a proliferação de movimentos ambientalistas no mundo, de modo que deixou de ser uma agenda predominantemente de países industrializados; os eventos internacionais de grande repercussão como a I Conferência Mundial de Meio Ambiente em 1972, realizada em Estocolmo, pautando os limites do modelo de desenvolvimento em função da ameaça de escassez de recursos naturais; e a incapacidade do modelo desenvolvimentista em produzir justiça social verificada no final do século XX, influenciou o interesse das áreas humanas pela temática ambiental.

Este capítulo apresenta as bases teóricas a partir das quais será discutida a ideia do campo ambiental na cidade de Porto Alegre, como um campo social em disputa ante os diferentes agentes que o compõem, mas também influenciado/ influenciador dos outros, em especial, o político e o econômico. E mais, enfocando este em sua articulação com a dimensão social, por isso traduzido em socioambiental. Com relação à definição do termo “socioambiental”, adotado nesta pesquisa, se encontrou dificuldade, não obstante seu uso

corriqueiro nas produções da sociologia no país. Segundo Ruscheinsky “a conexão entre o social e o ambiental é denominado aqui de socioambiental” (2010, p.65), na medida da mútua interconexão ou interdependência. Silva (2001a) tentando aproximar e mesmo reconstruir conceitualmente a categoria socioambiental referencia um *habitus socioambiental*, no sentido de que a questão ambiental e os próprios movimentos ambientais se consolidaram porque a percepção ambiental se enraizou no cotidiano da sociedade (significados, discursos, atos, etc.). Neste sentido, para o autor, toda dimensão de apropriação da natureza já traria consigo uma dimensão social porque remete a sujeitos coletivos. Ele apresenta seguinte definição de *habitus socioambiental*:

Uma disposição de padrões comportamentais, perceptivos, representacionais e simbólicos que estão ancorados numa dimensão prática e interativa das relações e ações sociais, como uma perspectiva natural (ambiental) e humana (socioindividual) dentro do sistema de desenvolvimento global do mundo contemporâneo. (Silva, 2001a, p.10).

O pesquisador mexicano Enrique Leff contribui decisivamente para este debate da questão socioambiental em sua obra “Racionalidade Ambiental”. Para ele, a consolidação da racionalidade econômica contemporânea transforma natureza e seres humanos em valor de mercado ou capital, “tudo é redutível a um valor de mercado e representável pelos códigos do capital” (Leff, 2006, p.142). Qualquer outro uso diferenciado dos bens sociais e ambientais, seja de povos tradicionais ou classes populares urbanas, se chocam com o modelo dominante da racionalidade econômica. A própria emergência da “crise ambiental” tem origem na organização das sociedades modernas e a resposta dada, ao menos a hegemônica, traduzida pela lógica neoliberal de mercado, não tem avançado e mesmo tem agravado os problemas socioambientais. Diz o autor

A questão ambiental é uma problemática eminentemente social, gerada por um conjunto de processos econômicos, políticos, jurídicos, sociais e culturais. (...). A conexão entre o social e o natural esteve guiada pelo propósito de internalizar normas ecológicas e tecnológicas às teorias e às políticas econômicas, deixando à margem a análise do conflito social e às relações de poder que ali se plasam e se tornam manifestas em torno de estratégias de apropriação social da natureza. Os processos de destruição ecológica e degradação socioambiental (perda de fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) foram resultados de práticas inadequadas de uso do solo e dos recursos naturais, que derivam de um modelo depredador de crescimento e de padrões tecnológicos guiados pela maximização do benefício econômico de curto prazo, o qual despeja seus custos sobre os sistemas naturais e sociais. (Leff, p. 241, 2006)

Assim, quando então se faz referência ao campo socioambiental de conflito, significa que se está enfocando o entrecruzamento de dois campos (ambiental e social) que tem autonomia (modo de operar, discursos), mas que em certas circunstâncias se sobrepõem, potencializando-se, podendo tornar-se riscos socioambientais (Acsehrad, 2004) ou mesmo vulnerabilidade socioambiental (Alves; Torres, 2006). Para Zhouri e Laschefski (2010), um conflito socioambiental pode envolver diferentes disputas, como as de tipo distributivas que são caracterizadas como desigualdades sociais no acesso e utilização dos “recursos naturais” (acesso a água e ao solo)¹; as do tipo espacial, que são os efeitos ou impactos que vão além de suas fronteiras locais (exemplos como a poluição da água, do ar); e territoriais que emergem da apropriação capitalistas da base territorial de diferentes grupos sociais (pelos diferentes usos e significados, levando em muitos casos a remoção dos grupos como na caso de hidrelétrica), e que se legitimam simbolicamente em determinados discursos e práticas.

Esta exposição visa discorrer sobre alguns aspectos relevantes da construção do campo ambiental, cuja resposta em parte advém da legitimação de pesquisa e da produção do conhecimento. Aborda o entrelaçamento entre movimentos, conferências e políticas de meio ambiente na sociedade contemporânea como aspectos da formação do campo ambiental, incidindo, entre outros encaminhamentos, na produção e validação de um conhecimento socialmente legitimado. Portanto, à luz do debate da constituição e consolidação do campo ambiental, seus consensos e contradições, serão analisados nos capítulos seguintes o “conflito do Morro Santa Tereza” e em que medida este ilustra o campo ambiental portoalegrense.

1.1. O reconhecimento da questão ambiental e suas implicações

Castells (1999) afirma que no último ¼ do século XX, os movimentos ligados ao meio ambiente são os que conquistaram maior visibilidade, em especial na América do Norte e Europa. Não que antes não houvesse tais movimentos, mas circulavam mais restritamente entre certos grupos de cientistas e elites intelectuais. É a partir dos anos 60, diz o autor, que as questões ambientais tornam-se preocupação que perpassa as classes sociais. Também, Hannigan (1995) e Goldblatt (1998), afirmam que nos anos 60, juntamente com os movimentos contraculturais na Europa e Estados Unidos, generalizam-se as questões ambientais para o conjunto da população.

¹Expressão utilizada pelos autores, por isso não se está utilizando “bens naturais”.

Surgem movimentos ambientais expressivos (Organizações não Governamentais) com atuação global como a WWF - World Wildlife Fund (surge em 1961 de um grupo de pesquisadores ingleses) Greenpeace (surge em 1971 no Canadá), Friends of the Earth International, instituições com mais de 40 anos de história desde seu surgimento². Além das Conferências Internacionais das Nações Unidas de Meio Ambiente (1992, 2002, 2012), e outras Conferências Internações como a Climática, tratados Internacionais como de kioto (1997), Agenda 21(1992, a agenda 21 brasileira instituída em 1997) entre outros acordos entre países.

Igualmente no Brasil neste período começam a se destacar ações ambientais de caráter mais amplo, com pautas articuladas e agentes sociais de origem diversas disputando o seu espaço. Entre os casos, pode-se mencionar a atuação dos ambientalistas no Rio Grande do Sul, uma iniciativa pioneira na causa ambiental. Em 1971 foi fundada a AGAPAN, por José Lutzemberger, que conquista visibilidade (nacional e internacional), além de várias outras que surgem nos anos seguintes como a ROESSLER (Novo Hamburgo), CEA (Pelotas), Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), COOLMEIA, etc. Em 1984 foi criado o MEG - Movimento Ecológico Gaúcho - e em 1989 surge a APEDEMA (Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente). Em outros locais do país também surgem atuações sistemáticas e ampliadas, como em São Paulo, onde se pode citar o movimento contracultural de jornalistas e artistas, conhecido por MAPE – Movimento Arte e Pensamento Ecológico, criado em 1973, que entre outras ações lutava contra a poluição urbana (Alonso; Costa; Maciel, 2007). Muitos destes movimentos citados também se envolveram no processo de democratização do país a partir dos anos 80.

Também na área da política e do Estado a temática ambiental tem sido institucionalizada. Os partidos políticos na maioria dos países ocidentais têm incluído discursos ambientais e de sustentabilidade, além do surgimento de Partidos Verdes com forte atuação na Europa, em especial, na Alemanha. Alexandre e Krischke (2006) também destacam que os partidos políticos no Brasil adotaram estes discursos ambientais a partir dos anos 90, aliás, mesmo em contexto de ditadura militar no país se formalizou uma legislação ambiental de proteção ambiental (1981) e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (1973). Todavia, estes pesquisadores e também Castells (1999) concordam que esta incorporação, em

² Estas entidades ao longo dos anos além de ampliarem suas ações a nível global foram se articulando em diferentes países e com intervenções locais como é o caso do Brasil, por vezes desconectadas com as articulações ambientalistas locais.

especial nos discursos partidários (e não só no Brasil), é feita muitas vezes mais por finalidade dos oportunistas do que de fato pelo compromisso prático com as questões ambientais.

Ao situar-se o contexto acima citado a partir dos anos 60 não se pretende afirmar que antes não havia preocupação com as questões ambientais. Na época do Brasil colônia também havia preocupações com a preservação ambiental, há registros de intelectuais tratando dos excessos de exploração da natureza por meio dos modelos de produção extrativista (Pádua, 1998) e nos anos 30 do século XX foram incorporados aspectos de preservação de matas na legislação federal. Em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro de Itatiaia no Rio de Janeiro.

Oliveira (2005) afirma que nos anos 40 e 50 já havia ações (e entidades) ambientais no RS, como é o caso de Henrique Luis Roessler em São Leopoldo³ (e que vai inspirar posteriormente a criação da Roessler em Novo Hamburgo) e o padre Jesuíta Balduino Rambo, professor e botânico, que percorreu por 10 anos o território gaúcho coletando informações⁴. Alonso, Costa e Maciel (2007) destacam que em 1958 se organiza no Rio de Janeiro um grupo conservacionista composto de engenheiros agrônomos, cientistas, biólogos entre outros, ligados a Agências públicas, os quais criam a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), exercendo influência na legislação e nas políticas ambientais, inclusive nos anos 80, na Constituição de 1988 e no próprio evento Eco-92.

Os primeiros movimentos ecológicos do século XIX mais fortemente organizados nos países dito “desenvolvidos” influenciaram o conjunto dos países, tanto por meio de políticas públicas como na emergência de movimentos em defesa do meio ambiente. O modelo adotado por governos americanos, fruto da pressão dos movimentos preservacionistas e conservacionistas foi exportado para o resto do mundo ao longo do século XX, com práticas ainda na atualidade, mas que vem produzindo inúmeras críticas. Guha (2000) acusa esta prática de ser um tipo de ‘imperialismo conservacionista’ que cria parques nacionais como soluções para os problemas ambientais (e que por muito tempo foi visto como a melhor alternativa), reforçando a separação da sociedade e meio ambiente como se fossem duas realidades independentes. Ainda, o pensador salienta que este modelo de ‘parques’ no decorrer do século XX transformou-se em um negócio capitalista por meio da indústria de turismo que faz destes espaços centros de recreação, inclusive com a construção de redes

³ Barcelos (2010) afirma que Henrique Roessler em 1955 funda a União Protetora do Ambiente Natural - UPAN, sendo a primeira instituição jurídica a ser registrada ligada a defesa do meio ambiente no país.

⁴ A intenção não é reconstruir o passado, mas citar alguns casos presente em diferentes literaturas que apontam que a defesa ambiental não aparece repentinamente, o que é visível são as transformações na forma de organização, nas pautas e em sua generalização de reconhecimento social.

hoteleiras. Argumenta o autor que em muitos casos os povos tradicionais são retirados destes espaços (ou permanecem em conflitos constantes) e em seus lugares são construídos empreendimentos (restaurantes, hotéis) para exploração econômica, o que indica a contradição da proposta.

Portanto, de forma diferenciada dos primeiros movimentos ecológicos, (conhecido também por ecologia radical) com suas perspectivas conservacionistas e preservacionistas, os quais surgiram inicialmente nos países centrais, mais para o final do século XX começam a despontar novos problemas ou uma agenda diversificada para os movimentos ambientais em muitos países, inclusive no caso do Brasil. Ampliando tanto os coletivos antes ligados a certos círculos culturais e de classe média, como as pautas, reivindicações e formas de atuação. A atuação dos movimentos ambientais no país se intensifica com a Eco-92, em especial com o crescimento de ONGs – Organizações não Governamentais ligadas a defesa da causa ambiental. Todavia, como se mostrou, esta tendência de expansão da temática e da mobilização ambiental vinha se alastrando desde os anos 70 no Brasil.

A seguir, alguns dos debates que vem circulando nas ciências sociais para explicar os fatores da emergência da temática ambiental e sua difusão ao conjunto da sociedade.

1.1.1. Debates e dilemas sobre os fatores da consolidação do campo ambiental

Surgiram diversas explicações nas ciências humanas sobre as causas da emergência da questão ambiental para obter legitimidade para o conjunto da sociedade. Aqui não se pretende aprofundar as discussões, mas apontar alguns aspectos para situar a temática e fazer a ligação com a problemática social deste período do capitalismo. Goldblatt (1998) retoma algumas destas discussões através de importantes sociólogos que tratam do tema, como Giddens, Habermas e Beck entre outros. Argumenta o autor que Giddens⁵ vê nos desastres ecológicos de grande risco e na intensiva ocupação do espaço urbano (alta concentração) as causas do surgimento dos movimentos ecológicos; para Habermas, os movimentos sociais que surgiram após a 2ª guerra mundial, em especial a partir da década de 60, seriam uma reação do mundo da vida contra o domínio do mundo sistêmico. Para Habermas⁶, segundo Goldblatt (1998), estes movimentos sociais, dentre os quais estão os ambientalistas, ocupam o espaço da tradicional classe trabalhadora (e seus sindicatos) que teriam sido cooptados pelo sistema

⁵Goldblatt (1998) refere-se à obra de Giddens “The consequences of Modernity”.

⁶ Goldblatt (1998) afirma retirar suas interpretações de J. Habermas, em especial da obra “The Theory of Communicative Action”.

capitalista por meio de políticas de consumo do Estado do Bem Estar Social. Estes novos movimentos vão adotar valores como a defesa da qualidade de vida, a realização pessoal e os valores imateriais, afastando-se de bandeiras tradicionais como a distribuição de riquezas.

Ainda, outro fator seria o crescimento objetivo das catástrofes e ameaças ambientais que têm se intensificado ao longo do século XX, tanto os ditos naturais⁷ como aquelas socialmente produzidas pelo ser humano⁸, consolidando-se a ideia da sociedade de risco e sua distribuição relativamente democrática no mundo, como propõe Beck, uma vez que ninguém estaria a salvo (Goldblatt, 1998)⁹.

Para outros ainda há o peso econômico produzido pelo impacto do relatório do Clube de Roma, onde cientistas concluíram pela insustentabilidade do sistema capitalista em função do excesso de consumo de bens naturais não renováveis e se encaminharia para seu fim, na medida em que o consumo e a população se multiplicavam em curva ascendente e os “recursos naturais” em curva decrescente, muitos dos seus defensores são apontados como neomalthusianos.

Castells (1999) aponta também outra causa da divulgação da questão ambiental, qual seja a característica desses novos movimentos ambientalistas que emergem nos anos 70 (Greenpeace, WWF entre outros), os quais possuem grande flexibilidade, originalidade e apelo emocional em chamar a atenção da mídia, contribuindo para ampliar o reconhecimento coletivo dos problemas ambientais.

Hannigan (1995), intelectual canadense, identificado com o construcionismo social, aponta outro argumento, afirma que não existe um problema social que emerge naturalmente, é sempre uma construção social em disputa, podendo transformar-se ou não em uma questão de reconhecimento coletivo. Para exemplificar, aponta o caso da poluição de um rio, onde há casos de populações que convivem por dezenas de anos e não problematizam, mas num dado momento isto pode se modificar. Tal mudança não se explica apenas por aumentar as ameaças naturais, pois há inúmeras outras variáveis, entre as quais a mobilização social, onde a mídia, a ciência, as comunidades afetadas e o próprio Estado disputam entre si a construção de significados e sentidos. Basta refletir sobre a questão de que o aquecimento global é um fenômeno muito menos palpável e visível aos olhos, não tem consenso dentro da academia e,

⁷Desastres ecológicos, tsunami no continente Asiático; os furacões que destruíram cidades inteiras, como o caso de New Orleans; os terremotos na China que resultaram em milhares de mortos; enchentes na Ásia; e mesmo os desastres recentes no Brasil, ocorridos no Rio de Janeiro e Vale do Itajaí, envolvendo deslizamentos.

⁸Exemplos como o vazamento de petróleo no Golfo do México em 2010, um dos piores da história.

⁹Goldblatt (1998) refere-se à obra “Risk Society: towards a new Modernity”.

no entanto, gera mais preocupação para um número considerável de pessoas do que a poluição do ar ou do rio com a qual elas convivem diariamente.

Almeida e Gerhardt (2005), assim como Goldblatt (1998), realizam uma crítica pertinente a estas perspectivas que explicam a emergência da causa ambiental e a proliferação de seus movimentos como resultados de aumento de catástrofes, ou então como uma ética ambiental, resultado de uma sociedade mais evoluída¹⁰, ou ainda, a visão construcionista de que a temática ambiental seria fruto de ações coletivas e institucionais desvinculadas de aspectos estruturais de organização da sociedade. Para esses autores há que considerar que estes diversos aspectos, simultaneamente contraditórios e complementares, influenciam para a constituição de um campo ambiental e no que pode ser definido como seus principais problemas.

Em diferentes épocas e contextos, nas situações precárias de países pobres convergem outras demandas e reivindicações, onde a temática ambiental pode nem mesmo destacar-se diretamente como fundamental para a qualidade de vida. O campo ambiental que vem se constituindo por décadas mostra-se marcado pelas disputas (e poucos consensos), tanto sobre a constituição epistemológica, como em relação às causas da degradação, como em relação às alternativas; isto sucede não porque falta cientificidade, mas porque é uma construção histórica, social, política e cultural que reflete as contradições (e disputas) da sociedade e seus agentes sociais.

Tornou-se moda a partir do final do século XX intelectuais anunciarem que estamos à beira de um desastre ecológico devastador, afirma Goldblatt (1998). O autor defende um misto de esperança e ansiedade, argumentando que nem toda tecnologia e transformação ambiental são ruins em termos de sustentabilidade socioambiental. Nesta pesquisa, semelhante à posição deste autor, não se pretende fazer juízo moral nem cair na armadilha dos discursos ambientais catastróficos, que no fundo acabam por legitimar visões e práticas que reforçam as relações assimétricas no acesso aos benefícios e prejuízos socioambientais, na medida em que coloca todos os agentes sociais, pessoas e instituições, com a mesma responsabilidade na produção da degradação ambiental que levaria o planeta ao colapso.

Em torno da questão ambiental talvez o único consenso possível na contemporaneidade seja o reconhecimento desta como um campo consolidado, que pode ser

¹⁰Embora não seja o foco do debate aqui, há que destacar a reflexão crítica de Costa (2004) sobre a perspectiva da sociedade reflexiva de Beck e Giddens, acusa que em última instância tal teoria implica um viés neocolonialista, na medida em que as sociedades desenvolvidas da Europa (em especial, Alemanha e Inglaterra) teriam incorporados em seus estilos de vida uma ética ambiental (evolutiva/normativa) a ser copiada e imitada pelos outros países. Seria quase um segundo iluminismo levado as colônias da América Latina, Ásia e África.

evidenciado no discurso do conjunto dos espaços sociais: conferências mundiais de meio ambiente, acordos internacionais, governos, partidos políticos, movimentos sociais e sindicais, campo acadêmico das mais diversas áreas, nos diversos meios de comunicação e no próprio campo econômico (mercado verde).

A seguir será considerado o papel das conferências mundiais de Meio Ambiente promovidas pela ONU, pois de algum modo, nelas, se explicitam as disputas e discursos com tendência hegemônica no campo ambiental, e como isto repercute no contexto brasileiro, em especial com a realização da Eco-92¹¹.

1.1.2 As conferências mundiais de Meio Ambiente e as implicações no Brasil

Em 1948 foi criada a União Internacional Provisória para a Proteção da Natureza - IUCN, ligada a ONU, organização recém criada ao final da 2ª guerra mundial. Suas propostas têm um tom preservacionista e de conservação dos bens naturais, característico dos primeiros movimentos ecológicos, mas já começam a discutir em bases mais científicas aproximando-se do movimento conhecido como visão ecológica. Ainda, aponta a ideia de que o fator humano deve ser incorporado no debate ambiental ao afirmar a satisfação das necessidades humanas. Discurso esse que vai se consolidar com o ambientalismo moderado associado à proposta do desenvolvimento sustentável (Jatoba, Cidade, Vargas, 2009).

Posteriormente, em 1972, em Estocolmo (Suécia) é realizada a I Conferência Mundial das Nações Unidas. A tônica do evento foi a necessidade de limitar o crescimento econômico inspirado em boa medida no relatório do “Clube de Roma”, o que provocou muitas críticas, em especial a partir dos países em desenvolvimento, inclusive do Brasil (Alexandre, 2004)¹². Dentre os resultados dessa conferência destacam-se a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a própria divulgação da temática no círculo político (da esfera institucional).

Estas tensões verificadas na primeira Conferência levaram a novas estratégias da ONU, buscando um modelo de desenvolvimento que conjugasse desenvolvimento com a

¹¹De forma alguma quer se afirmar que a Eco-92 seria a causa da ampliação da ação ambientalista no país ou que este evento isoladamente teria modelado o futuro do campo ambiental que se consolida no Brasil.

¹²Segundo o autor, o discurso empregado pelos representantes brasileiros na conferência era de que reduzir crescimento significaria aumentar os problemas sociais como a fome nos países pobres. O que no mínimo era irônico num contexto do milagre brasileiro onde as desigualdades de renda se acentuaram. A lógica desenvolvimentista com base na revolução verde com excesso de uso de agrotóxicos e o desmatamento da Amazônia figuram entre as principais críticas por parte dos movimentos ambientalistas que começam a se consolidar no país na época (Alexandre, 2004; Alonso, Costa, Maciel, 2007).

preservação ambiental. Segundo Jatobá, Cidade e Vargas (2009), na II Conferência Mundial de Meio Ambiente, conhecida por “Eco-Rio 92” ou “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro em 1992, contou com a participação de 175 países (bem mais expressivo que em 1972). Neste evento foi reapresentado e endossado o conceito de desenvolvimento sustentável que havia sido oficializado em 1987, no conhecido “Relatório de Brundtland”. O referido relatório busca conciliar crescimento com a preservação ambiental, reconhecendo as diversas dimensões implicadas: a econômica, a ambiental, a social e a cultural¹³. Dentre as decisões do evento, destaca-se a necessidade de medidas sociais de combate à pobreza como uma das condições para se construir um mundo sustentável. Estabelece o acordo dos países ricos repassarem 0,7% de seu PIB para ajudar os países em desenvolvimento e criar um fundo para financiar programas ambientais nos países pobres. Ocorreram encontros paralelos entre inúmeras entidades e ONGs, além de cinco documentos oficiais, entre os quais a proposta da Agenda 21. No entanto, segundo estes autores, apesar de acordos assumidos, nos anos seguintes não se observou avanços significativos.

No Brasil, o evento Eco-92 produziu grandes mobilizações na preparação e também impactos consideráveis nos diversos movimentos e na própria consolidação do campo ambiental no país. Alonso, Costa e Maciel (2007) analisam a constituição do movimento ambientalista no Brasil a partir de estruturas de oportunidade política apontando três momentos distintos da fase inicial marcadamente conservacionista com a defesa ambiental centrada na preservação da flora e fauna (típico do período anterior aos anos 70, mas que continuou disputando espaço). O primeiro dos três momentos é quando diferentes entidades como a AGAPAN, MAPE entre outras se engajam no movimento pela redemocratização do país juntamente com o conjunto dos movimentos sociais (ampliando o debate ao conjunto da sociedade). Elas, de modo geral, partilhavam a crítica ao modelo de desenvolvimento militar e a falta de democracia. No segundo momento, a defesa da causa ambiental a ser introduzida na Constituição Federal de 1988, a qual acabou sendo hegemonizada pela corrente preservacionista que tinha mais acesso aos constituintes (influenciados pelo FBCN-RJ). No terceiro momento, o aspecto que aqui mais nos interessa, são os processos de preparação e concretização da Eco-Rio/92. Segundo os autores, Apesar das divergências, disputas e conflitos, entre os conservacionistas e os socioambientais, de algum modo construíram algumas pautas comuns em torno da Agenda 21, marcando o primeiro momento de uma articulação nacional.

¹³ Este debate será retomado no próximo ponto que trata do conceito de desenvolvimento sustentável.

Ainda, segundo Alonso, Costa e Maciel (2007), a perspectiva socioambiental ou então ecologia política teria despontado nos anos 70 no Brasil, mas que ao final dos anos 80 perdeu parte do fôlego. Afirmam que a Eco-92 se dá num contexto bastante conservador do governo Fernando Collor, de modo que uma das entidades que liderou este processo, a SOS Mata Atlântica, buscou conciliar este viés com a agenda socioambiental, aproximando-se da proposta da ONU do conceito de desenvolvimento sustentável.

Com relação aos limites de uma articulação mais ampla dos ambientalistas, Oliveira (2005) indica que também o Rio Grande do Sul teve dificuldade em conseguir articular um movimento com pautas em nível estadual. Não há acordos nem sobre o número de entidades ambientais no país, os dados apontados pelo Conama não coincidem com os encontrados em outras fontes como da Ecolista¹⁴. O que pode ser indicativo de várias questões, mas uma delas sem dúvida é a heterogeneidade destas entidades, formas de organização, práticas e discursos que em última instância remetem a própria concepção da problemática ambiental e como se articula com o conjunto dos problemas sociais, econômicos, políticos, culturais.

Paralelamente a Eco-Rio ocorreu o Fórum Global das Organizações Não Governamentais, onde o Fórum Nacional de Reformas Urbanas incorporou aspectos como a função social da propriedade, direito à cidade e gestão democrática desta, como também a dimensão ambiental e o conceito de sustentabilidade (Oliveira, 2009). Ou seja, há um processo de aproximação das lutas dos movimentos sociais urbanos com os ambientalistas, que em 2001 vai culminar no Estatuto da Cidade, no qual constam aspectos socioambientais. Este fenômeno não é inédito, Oliveira (2005) mostra que no contexto do Rio Grande do Sul isto já vinha ocorrendo desde o final dos anos 70 e igualmente Alonso, Costa e Maciel (2007) mostram a mesma tendência em experiências no Estado de São Paulo. Assim, os anos 90 se tornam muito frutíferos nestas aproximações, e o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, tem a presença dos movimentos ambientalistas tanto na organização quanto nos debates ao longo do evento.

Ainda na década de 90 convém destacar no contexto internacional o Evento realizado no Japão em 1997, conhecido como o “Protocolo de Kioto”, o qual prevê a redução do efeito estufa em função da emissão de gás carbônico. Foi assinado por boa parte dos países participantes do evento, exceto os Estados Unidos, um dos principais poluidores, que somente veio a assinar em 2009 (Jatoba; Cidade, Vargas, 2009).

¹⁴ Segundo Oliveira (2005), a Ecolista é o Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas, uma pesquisa detalhada realizada pelo Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura do Paraná (financiada pelo governo federal e órgãos internacionais) buscando atualizar o número de entidades ambientais (como atividade específica) no Brasil.

Em 2002, dez anos após o evento do Rio de Janeiro, em Joahnesburg, na África do Sul, apontou-se que o número de pessoas abaixo da linha de miséria aumentou nas últimas décadas, e que os níveis de poluição não diminuíram. Portanto, ao entrar no século XXI, por um lado, surge a crise com a própria legitimidade de Eventos Internacionais que não conseguem avançar nos acordos nem na implementação destas políticas ambientais; de outro, o próprio conceito de sustentabilidade torna-se alvo de questionamento, ao ser acusado de ser mais uma saída política para negociar os conflitos de interesses do que uma alternativa de fato viável para salvar o planeta da destruição. Ao final do evento de 2002, foi definido que a prioridade dos governos deve ser a de melhorar os indicadores sociais em conjunto com ações de proteção ambiental.

Para Jatobá, Cidade e Vargas (2009), as questões ambientais tendem a entrar e sair das agendas dos governantes (e agendas partidárias), conforme a pressão ou os acontecimentos novos que emergem. Como exemplo, tem-se o relatório do “painel intergovernamental de mudanças climáticas”, de 2007, o qual mostrou que estas são produzidas pela ação humana com certeza de 90% e que as populações mais pobres estão mais expostas as consequências deste fenômeno, crescendo novamente o espaço deste assunto na mídia e nos espaços acadêmicos. De fato, mesmo com os Estados Unidos recentemente assumindo o compromisso de redução de níveis de emissão de gases após anos de recusa, os indicadores ambientais não são vistos com otimismo¹⁵.

Estes Eventos Internacionais em um mundo globalizado confirmam o debate de que a problemática ambiental não pode ser resolvida num contexto de fronteira nacional. Quer dizer, problemas ambientais de poluição, contaminação química, mudanças climáticas não são resolvidos com medidas locais. Castel (2005) propõe Instâncias Políticas Transnacionais como fundamentais para enfrentar os problemas ambientais, com poder efetivo de por limites a exploração capitalista. Entretanto, como garantir este tipo de gestão global? Qual a possibilidade de que instâncias internacionais como a ONU, Conferências e Acordos terão legitimidade nas diferentes realidades nacionais? Como enfrentar a disparidades verificadas nas diferentes nações? Como conseguir acordo de todos os países e pessoas para construir um mundo sustentável? Quem abriria mão de seus benefícios em favor de um mundo sustentável? O próprio pesquisador reconhece que se está longe deste tipo de “Acordo Planetário” que considere efetivamente as dimensões sociais e ambientais. Na sequência, será analisado

¹⁵ Igualmente há muitas críticas a Rio +20.

algumas das principais correntes que constituem o campo ambiental ao longo de sua história e como respondem a estes questionamentos colocados acima.

1.1.3 As principais correntes teóricas do campo ambiental

Apresentar as principais correntes que compõe o campo ambiental é um verdadeiro desafio, tanto pela proliferação destas, em especial a partir dos anos 70, como pela tênue diferença que pode haver entre elas. Por outro lado, a tentativa de agrupar por determinadas características também não está livre de simplificações devido à complexidade que cada uma representa, pois envolvem aspectos culturais, políticos, econômicos, éticos e sociais entre outros que podem não ter a devida consideração. Entretanto, para o foco do presente estudo e para fins metodológicos se optou por agrupar em três grandes grupos (embora, às vezes, são apresentados com nomenclatura diversa), a exemplo do procedimento de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Joan Martines-Alier (2007), pesquisador espanhol, afirma que se costuma utilizar indiscriminadamente o termo ecológico e ambientalismo, mas em diferentes contextos e países pode significar visões distintas. O autor propõe analisar a história do movimento ecológico e seus discursos a partir de três vertentes, embora ele próprio reconheça que as instituições e coletivos no cotidiano muitas vezes mesclam suas práticas e discursos. A primeira seria o movimento do “culto ao silvestre” fortemente ligado ao início do movimento ecológico no hemisfério norte, centrado na preocupação em preservar a natureza, ligado aos debates sobre limites de crescimento populacional e defesa da conservação biológica, sendo indiferentes ao debate sobre o modelo econômico e social. A segunda vertente, conhecida também como “evangelho da ecoeficiência”, aproxima-se com o debate econômico e com a busca de novas tecnologias para minimizar os efeitos da degradação ambiental, tanto do meio urbano como rural, se aproximando do conceito de desenvolvimento sustentável. Já a terceira corrente, abarcaria movimentos e perspectivas mais críticas, aproximando as questões de injustiça social e ambiental, em especial ligadas às nações periféricas, que abrange “o movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social” (Martinez-Alier, 2007, p.39). Neste último se encaixaria os conflitos mesmo quando não explicitam a questão ambiental, mas que são lutas pelo direito de apropriação do ambiente para a sobrevivência.

Ao se referirem ao contexto brasileiro, Layrargues e Lima (2011), apresentam macro tendências que, segundo eles, orientam simbolicamente um “subcampo”, o da educação ambiental. Sendo eles: conservacionista, pragmática e crítica¹⁶. Estas tendências seriam expressão da estrutura mais ampla constitutiva do campo ambiental. Ponderam sobre os riscos de simplificação que toda classificação provoca, em especial de empobrecer a realidade que é sempre complexa, todavia, também trazem benefícios enquanto recorte de realidade a ser aprofundada. Á exemplo de Martinez-Alier (2009), embora com nomenclatura diferenciada, afirmam que as perspectivas conservacionista e pragmática possuem muitas afinidades entre si: ambas têm uma perspectiva individualista e comportamentalista; não colocam em debate quem produziu a crise ambiental, quem mais se beneficia e sofre as suas consequências; e nem questionam a lógica de insustentabilidade do sistema social como um todo. Ou seja, estas duas propõem mudanças sem alterar a lógica política e econômica. E neste sentido, justamente o questionamento destes aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e subjetivos seria a contribuição da perspectiva crítica.

Jatobá, Vargas e Cidade (2009), afirmam que de algum modo todas as correntes ao longo da história de constituição do campo ambiental apresentam uma visão de sustentabilidade e território, mesmo que não explícito. Assim, propõem três vertentes em sua tipologia das diversas correntes, igualmente reconhecendo que na realidade elas muitas vezes se misturam: ecologia radical, ambientalismo e ecologia política. Apesar das diferentes formas de nomenclatura, elas são muito semelhantes a dos autores aqui utilizados.

A vertente da ecologia radical seria dividida em biocêntrica e ecológica. A biocêntrica surgiu na metade do século XIX, e tem a natureza como o centro, questiona a intervenção humana e tecnológica nos espaços naturais, subdividida em conservacionistas e preservacionistas. Estes últimos, também conhecidos por protecionistas, surgiram na Inglaterra e defendiam reservas com proteção integral, diferenciando-se dos conservacionistas, na medida em que estes também incorporam em suas lutas a relação entre homem e ambiente na área urbana como criação de parques urbanos, saneamento (aspectos estéticos e sanitários). A visão ecológica surgiu na metade do século XX, enfatizando o aspecto científico na resolução dos problemas ambientais, defendendo o uso de tecnologias e, e ramificando-se em várias correntes posteriores como a ecologia profunda, economia ecológica e várias outras (Jatobá; Vargas; Cidade, 2009).

¹⁶ Trata-se, segundo eles, de tipos ideais weberianos com fins didáticos.

O ambientalismo moderado começa a ser gestado nos anos 70 frente à recusa dos países em abrir mão do crescimento econômico. Inaugura uma nova fase do campo ambiental assumindo uma perspectiva antropocêntrica, em lugar da submissão ao ecológico da época anterior. Trata-se de uma perspectiva de caráter político e que busca conciliar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e da conservação ambiental, por meio do conceito de desenvolvimento sustentável. Para os autores, este conceito teria surgido do conceito de ecodesenvolvimento proposto por Ignacy Sacks no início dos anos 70. Contudo, ele reafirma o papel das tecnologias e do mercado para construir o equilíbrio ambiental. Esta ideia é detalhada em 1987, no conhecido relatório de Brundtland, sendo definido desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Jatobá, Vargas, Cidade, 2009).

Entre as críticas a este conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se a de ele ser genérico. Redclift (2006) e Ribeiro (1992) ao problematizarem este conceito levantam as seguintes questões: como e quem define as necessidades? Elas são as mesmas entre os países e entre as diferentes classes sociais? Ora, é sabido que ela se diferencia em diferentes culturas e mais, quais serão as necessidades das gerações futuras?

A ecologia política, a outra vertente, teria surgido no início dos anos 70. O termo ou perspectiva foi inicialmente ignorado pelos grupos mais à esquerda por associá-lo ao viés neomalthusiano. Entretanto, na medida em que começa a ser aprofundado este debate, esta nomenclatura é assumida pelos movimentos ambientais mais críticos, os quais acusam as duas vertentes anteriores de incapazes de resolverem as questões ambientais. Dentre as críticas, destaca-se a centralidade das técnicas/tecnologias como insuficientes para dar conta da lógica insustentável do sistema capitalista. Eles também partilham a crítica ao movimento da ecologia cultural (e as correntes ativistas a ela associadas) por dar explicações sistêmicas entre cultura local e ambiente, ignorando as estruturas econômicas, sociais e políticas que influenciam nas interações culturais. Em síntese, trata-se de uma crítica às outras duas perspectivas, propondo a análise da questão e conflitos ambientais a partir dos diferentes contextos levando em conta aspectos socioeconômicos e ideológicos. As mudanças e os conflitos decorrem de processos produtivos e de circulação de mercadorias, com lógicas locais e globais, bem como de relações desiguais de poder nas decisões sobre o acesso aos bens ambientais (Jatoba, Vargas, Cidade, 2009).

Parte das controvérsias entre as diversas concepções ambientais que coexistem pode ser traduzida na síntese proposta por Tommasino e Foladori (2001). Estes autores

argumentam que em geral elas se dão a partir do que se define por sustentabilidade ecológica e sustentabilidade social. Existe a posição daqueles para quem a sustentabilidade é exclusivamente ecológica como perda da biodiversidade, poluição, entre outras questões. Existem aqueles que consideram que a sustentabilidade é ecológica e social, porém o social como o caminho para se chegar à primeira, se encaixando na “concepção da sustentabilidade social limitada”. Trata da pobreza, da fome, da falta de saneamento na medida em que causam a insustentabilidade ecológica, e exemplos destas posições são os discursos da ONU, Banco Mundial (entre outras instituições), visão majoritária dentro do campo ambiental. Os autores exemplificam que nesta visão, por exemplo, a problemática dos camponeses pobres que queimam suas roças, entra em destaque não devido à situação em si da pobreza, apenas em decorrência dos efeitos sobre o meio ambiente. Sendo que para estas duas primeiras posições mencionadas o problema está nas técnicas utilizadas.

Existe um terceiro eixo, em que a sustentabilidade conecta o social e o ecológico, cuja compreensão se encaixa na “concepção de coevolução sociedade-natureza”. Argumentam os pesquisadores que nesta perspectiva, “la sustentabilidad social es considerada como cuestión central, y entendida no sólo en cuanto a sus resultados técnicos como en el segundo grupo, sino en cuanto a las causas que generan la pobreza, el desempleo, el hambre, la explotación, etc.”(Tommasino e Foladori, 2001, p.54). Esta análise aqui exposta faz um apanhado do debate do conceito de desenvolvimento sustentável e como se articula no campo ambiental o conjunto dos agentes sociais e instituições, embora ciente da incapacidade de ilustrar todas as perspectivas.

A perspectiva de Leff (2006) de pautar-se por uma racionalidade econômica-valor de mercado, ou uma racionalidade ambiental que repensa a relação dos seres humanos e mundo, para tratar as questões da natureza e humanas é igualmente um importante parâmetro de análise a ser considerado. Para Jatobá, Vargas e Cidade (2009) a sustentabilidade significa considerar as profundas consequências da relação sociedade e natureza “sob a perspectiva da justiça ambiental, empoderamento e governança”¹⁷. E acrescentam que enquanto a ecologia radical vê o território romantizado, as correntes adeptas do ambientalismo moderado o vêem como neutro, e os ligados a ecologia política enxergam com base nos processos produtivos e palco de conflitos.

¹⁷ Embora seja interessante a perspectiva destes pesquisadores, há que considerar que o termo governança é polêmico e gera dúvidas se as correntes classificadas como ecologia política concordariam com esta definição, mas não cabe aqui esta discussão.

Entretanto, Oliveira (2005) aponta que mesmo quando certas entidades, no contexto do RS, têm sua característica fundacional ligada a uma das perspectivas apontadas, ela pode mudar ao longo de sua existência ou, até mesmo coexistirem diferentes posições¹⁸. Segundo o autor, algumas entidades que surgiram nos anos 70, como a AGAPAN, tinham uma perspectiva mais próxima da convencional ecologia radical (Jatobá, Vargas, Cidade, 2009), todavia, se envolveu na luta pela democratização do país, e se aproximou das lutas sociais inclusive com novas bases de militantes (estudantes com trajetórias ligadas a outros movimentos sociais; membros do recente partido criado - PT), gerando mesmo tensões internas. Certamente que as entidades têm uma tendência de atuação em uma ou outra vertente, mas não se pode desconsiderar a complexidade da realidade atual. Com isso se evidencia que o debate acadêmico em torno destas diferentes vertentes reflete as disputas cotidianas do campo ambiental.

1.1.4 O conceito de desenvolvimento sustentável: potencialidades e limites

O conceito de desenvolvimento sustentável emerge das disputas e debates que se dão a partir dos anos 70. Até então havia uma predominância da agenda conservacionista (ecologia radical), centrada em ações/reivindicações como a criação de parques e legislação para preservação de bens naturais. Castells (1999) afirma que de fato os aspectos sociais e econômicos eram irrelevantes ou possuíam pouco espaço. No decorrer dessa década começam a ocorrer mudanças importantes na sociedade desencadeadas pelo campo ambiental, inclusive a institucionalização da temática em espaços políticos, como Fóruns internacionais da ONU. De um lado, são frutos das tensões crescentes produzidas pelos movimentos ambientais, atuando com protestos, denúncias e abarcando novas performances. Muitas entidades passam a incorporar outras agendas como as dimensões de justiça social e ambiental, engajando-se com os movimentos sociais em lutas, como é o caso do Brasil com seu movimento pela redemocratização. De outro lado, a crescente incerteza em decorrência do aumento dos níveis de degradação de centros urbanos e a perspectiva de esgotamento de diversos bens naturais, entre os quais o petróleo, base do modelo energético de produção capitalista.

Após a Conferência de Estocolmo, países desenvolvidos e muitas empresas passam a incentivar pesquisas em tecnologias alternativas. Os países em desenvolvimento, como o

¹⁸Portanto, quando ao se referir a um destes aspectos no decorrer do texto é em tons mais gerais de tendência e para facilitar a compreensão de modo que não se faça preciso retomar todo o debate.

Brasil, não mudam suas práticas tradicionais de uso dos bens naturais, mas começam a incorporar legislações de amplo teor em face da proteção e também de fiscalização com relação aos bens naturais. Além da criação formal da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) em 1973, em 1981 uma lei promulga a Política Nacional de Meio Ambiente (6.938/81), a qual entre outros aspectos constitui o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (com participação de entidades ambientais), e, posteriormente, em 1989 é instituído o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Órgão que tem entre suas funções fundamentais o caráter fiscalizador.

Neste contexto de mudanças globais e locais, Garcia (2004) afirma que em 1983 a Assembleia Geral das Nações Unidas criou uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), sob coordenação da representante inglesa Brundtland, que vai culminar no conhecido “Relatório de Brundtland” (1987). Ele brota a partir da pergunta de como produzir desenvolvimento sem destruir ou continuar a destruir o ambiente. Em sua essência esta perspectiva busca conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social e preservação ambiental, incentivando formas de participação com recorte mais democrático. Entretanto, o autor argumenta que o documento é permeado por conceitos muito vagos gerando inevitáveis ambiguidades e controvérsias. Garcia (2004) questiona o que é sustentável? Garantir o futuro para quantas gerações? Quais necessidades precisam ser satisfeitas e de quem? E mais, poderíamos perguntar na perspectiva de Ruschinsky (2010), há como definir satisfação numa sociedade insatisfeita?

Para Garcia (2004), este conceito é ambíguo tanto em termos político como semântico. Afinal, politicamente permite um consenso amplo e superficial, pois ao reconhecer que o sistema vigente é equivocado contenta os partidários da direita (políticos, empresários, etc.), os defensores ideológicos mais à esquerda, os defensores da economia e ecologistas (os verdes). Em termos semânticos cria a ilusão de significar a mesma coisa quando proferido pelos diversos agentes sociais. Leff (2006) igualmente partilhando desta crítica afirma:

as contradições não apenas se fazem manifestas na falta de rigor do discurso, mas também em sua colocação prática, quando surgem os dissensos em torno do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável e os diferentes sentidos que este conceito adota em relação aos interesses contrapostos pela apropriação da natureza. (Leff, p.138, 2006).

Neste sentido, o autor afirma que o potencial crítico que emergiu nos anos 60 e 70 com a crise ambiental e o conceito de ecodesenvolvimento de criar novas formas de produção e estilos de vida baseado nas condições ecológicas dos diversos sistemas, na cultura local e na

gestão participativa sucumbiu à lógica economicista do mercado. Ou seja, a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável traz implícita a crença da compatibilidade entre meio ambiente e crescimento econômico, e mesmo justiça social, só não diz como. De fato,

Se nos anos 1970 a crise ambiental tornou necessário que se colocasse um freio antes que o colapso ecológico fosse alcançado, a partir dos anos 1980 o discurso neoliberal anunciou a desapareição da contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado são postulados como o meio mais correto de assimilações das condições ecológicas e dos valores culturais ao processo de crescimento. A crise ambiental não é mais efeito da acumulação de capital, mas resultado do fato de não haver outorgados direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. (Leff, p.139, 2006).

Ribeiro (1992), semelhante à Leff, se posiciona criticamente com o conceito de desenvolvimento sustentável, acusando-o de ser um projeto de desenvolvimento liberal e produtivista que estipula o mercado como o grande promotor de sustentabilidade. Diz ele

desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizam interesses tão diversos quanto a busca do lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social, já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental (Ribeiro, 1992, p.28).

Jatobá, Vargas e Cidade (2009) afirmam que a proposta de desenvolvimento sustentável na busca da articulação entre aspectos ambientais, sociais e econômicos é mais democrática se comparada com as reivindicações e práticas da primeira fase do movimento ambiental (ecologia radical), aspecto positivo também apontado por Ribeiro (1992). Entretanto, aqueles autores também concordam que se trata de uma proposta mais política que está em buscar consensos do que referir soluções técnicas, em função dos impasses criados na Conferência de Estocolmo. É que a operacionalização efetiva deste modelo não promoveu melhoria nos indicadores ambientais se comparado ao período anterior.

Para Garcia (2004) em torno do conceito de desenvolvimento sustentável há diversas perspectivas. A visão oficial da ONU partilhada por organismos internacionais (Banco Mundial, FMI), defendida majoritariamente pelas autoridades da União Europeia atinente à ênfase na dimensão econômica. Os seus defensores não percebem entrave na associação entre crescimento e a proteção ambiental, desde que conciliado com as outras dimensões como o

social e cultural; asseguram que inovações e tecnologias limpas, mercado verde podem manter o crescimento infinito e sustentabilidade ambiental.

Do ponto de vista tecnológico é inegável que se obteve saltos gigantescos e que novas tecnologias incorporadas por muitas indústrias diminuíram significativamente a emissão de gás carbônico, ou então práticas menos degradantes na produção agrícola diminuíram impactos negativos no solo e na poluição de rios. Quando analisadas em contextos menores podem ser vistas melhoras, mas em um quadro geral do planeta, como já foi dito, vários autores apontam pioras, a própria Conferência de Johannesburgo (2002) reconheceu que se avançou muito pouco em direção ao um ambiente sustentável em termos sociais e ambientais. As inovações tecnológicas embora necessárias, segundo Jeroen van den Bergh (2011, 2012), não são suficientes para responder aos graves problemas que se colocam nas próximas décadas, em especial, em termos de mudanças climáticas, além do que elas dependem de longas pesquisas e a custos nem sempre baixos. Logo, haverá de se buscar alternativas, simultaneamente, que abarquem externalidades de custos ambientais (regulação dos preços), mudanças comportamentais e substituição dos mecanismos de produção e consumo (inclusive transporte). Neste sentido, o pesquisador enfatiza o papel regulamentar das políticas e da legislação ambiental para viabilizar tais processos. Ainda, apesar de reconhecer mudanças locais, afirma que em um contexto de complexidade e realidades multifacetadas são muito pouco significativas, sendo necessários acordos internacionais.

Leff (2006) aponta que a tecnologia torna-se justamente o instrumento que legitima a crença na solução da crise ambiental por meio da lógica do mercado que circula no conceito de desenvolvimento sustentável. Caberia a ela reverter os efeitos entrópicos dos processos de produção e consumo que degradam o meio ambiente, o que o autor julga ser impossível por si só.

Para Martinez-Alier (2007), o problema do desenvolvimento sustentável reside na sua proximidade com a ótica da modernização ecológica - ou ambientalismo moderado -. Mais se parece como *irmã gêmea* ou endosso da ecoeficiência. Está centrada em dois fundamentos: o tecnológico que visa criar novas energias e matérias-primas; e a economia ambiental que aposta no mercado verde, certificações, impostos, preços corretos e custos de externalidades. De certa forma trata-se de uma proposta de gestão científica como alternativa fundamental diante dos bens naturais que se mostram finitos. A própria Conferência Eco-92, afirma o autor, teria legitimado os processos de privatização ao reconhecer que, o mercado por meio de valores e externalidades seria um gestor potencial de sustentabilidade ambiental.

Ainda, segundo Martinez-Alier (2007), a proposta de produzir sustentabilidade social e ambiental articulada com o mercado e crescimento econômico até o momento tem-se mostrado inviável. O curso da história indica como inevitáveis os conflitos em torno da apropriação dos recursos ambientais na medida em que vão se tornando escassos ou o seu controle se concentra em poucas mãos. Ou seja, diz autor:

Conflitos ambientais serão cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo, principalmente, devido ao aumento das tensões pelo acesso a recursos naturais. Não resta dúvida de que a produção de mercadorias em larga escala estimula a confrontação pelo uso da natureza. Ela foi transformada em recurso para a acumulação capitalista e é reproduzida em bens de consumo, duráveis ou não. (Martinez-Alier, 2007, p.11)

A partir do exposto pode-se deduzir que a produção e o consumo crescentes de mercadorias produzem uma tensão maior pela busca de bens naturais. E como exemplo, pode-se citar o caso do presente estudo do Morro Santa Tereza, que poderia ser pensado a partir da disputa pelo solo de alguma forma tornado escasso pelo mercado imobiliário. O solo, um dos ‘bens ambientais’ mais disputados nos espaços urbanos contemporâneos: para o setor imobiliário significa um recurso natural estratégico para construção de empreendimentos; outros, o veem como um bem natural a ser preservado em termos ambientais (flora e fauna, além de ser um morro); e para outros se resume a um local de moradia (no entorno da área verde). Neste caso como se operacionaliza o conceito de desenvolvimento sustentável, articulando justiça social e ambiental compatíveis com os interesses do mercado, no caso, o setor imobiliário?

Ao analisar criticamente a alternativa do mercado como gestor mais eficiente dos bens naturais, em especial no caso, a água, Swyndedouw (2004) aponta duras críticas. O processo de privatização da água revela-se um fenômeno visível em todos os continentes, de modo que este bem coletivo concentra-se sob o controle na mão de algumas poucas corporações, sob incentivo e condicionamento de financiamento de órgãos internacionais (Banco Mundial, FMI, com apoio da ONU e ambientalistas). E fato, o mercado atua buscando maximizar o lucro como objetivo primeiro, sendo que preservar um recurso natural ou ampliar o acesso social não passa de legitimação política e, em geral, de discursos. Na prática, se amplia a rede de acesso somente se os clientes têm como pagar, ora então um bilhão de pessoas no mundo inteiro que não tem acesso vão continuar sem e, pior, argumenta ele, naqueles casos de locais pobres que o Estado subsidiava serão cortados com a privatização. Então, conforme o acordado na Conferencia de Johanesburgo de reduzir para 50% até 2015 os contingentes

populacionais que não têm acesso à água potável provavelmente não se cumprirá. Ou seja, segundo o autor, o intento de promover desenvolvimento sustentável e que articule os aspectos ambientais e sociais através de alternativas de mercado dissocia-se, por suas incapacidades, de produzir sociedades sustentáveis.

No contexto brasileiro, diversos pesquisadores também têm apontado os limites da operacionalização deste modelo de “desenvolvimento sustentável”. Zhouiri e Oliveira (2010) definem este modelo que se consolida nos anos 90 de “paradigma da adequação”, onde os empreendimentos e suas práticas passam a ser inquestionáveis, bastando utilizar as ditas tecnologias limpas e encaixar nas definições internacionais de sustentabilidade¹⁹. Nesta lógica, a natureza submetida ao capital passa a ser vista como “recurso”, onde “o valor econômico” tornou-se, assim, a forma legítima de sua representação. A noção de recurso, por sua vez, equivale à valorização e recodificação da natureza como capital, em detrimento de diversos significados que grupos sociais distintos a ela atribuem” (Zhouiri e Oliveira, 2010, p.62). Por consequência, outros modos de uso e significação que não a busca de lucro passam a ser ignorados e negados como direito aos diferentes grupos e povos. Concordando com a crítica das autoras, optou-se pelo esforço intelectual de uso do termo “bens naturais” ao invés de “recursos naturais” na presente exposição.

Assim, conforme diversos autores, a lógica do discurso do desenvolvimento sustentável sucumbiu à lógica do mercado, sendo incorporada a este como mais um modo de lucrar, e para exemplificar se poderia refletir sobre o mercado da certificação verde, consumo verde, turismo ecológico, etc. Carneiro (2005a) afirma que a ideia do desenvolvimento sustentável assemelha-se a uma doxa, como uma crença comum que não referencia uma ética, isto é, um discurso que se consolidou, mas que desponta como um debate falso porque a lógica do mercado e do lucro rima incompatíveis com a preservação ambiental e a redução das desigualdades sociais. Algo semelhante é apontado por Leff (2006), quando afirma que longe de suspender a racionalidade econômica, estamos vivenciando na contemporaneidade sua consolidação, de modo que seres humanos e natureza se tornam capital humano e natural, passíveis de tradução em “valor de mercado” e traduzível em “códigos de capital”

Outro aspecto a ser considerado no debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável ou então na perspectiva de se cogitar sociedades sustentáveis consiste em desvelar a lógica da cultura do consumo. Ruscheinsky (2010) destaca que além dos aspectos objetivos,

¹⁹ Leff (2006) fala em Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL e Mecanismo de Implementação Conjunta – MIC, com reconhecimento de órgãos como OMS, estruturado em negócios internacionais de certificação.

como o modelo de produção, tecnologias, entre outros já mencionados, existe a dimensão subjetiva ou a fruição das intuições ou das ilusões, que envolve uma infinidade de questões, mas aqui o enfoque recai sobre o imaginário da cultura do consumo. Do mesmo modo que se naturaliza a lógica simbólica da diferenciação social (das desigualdades sociais) também se naturaliza a inevitabilidade da depredação dos bens naturais. Nesta direção do imaginário do consumo, cuja reconfiguração é volátil, a lógica do prazer acima da consideração para com os outros ou com o ambiente, transforma tudo em objeto ou mercadoria a serviço do narcisismo na busca incessante de novos prazeres que se traduz em aquisição de novos produtos. Ou seja, este imaginário de consumo retro alimenta a lógica da produção. Neste sentido é pertinente o questionamento: como isto é vivenciado pelo conjunto da sociedade? Há uma generalização da preocupação ambiental, mas o que isto representa efetivamente em mudanças socioambientais?

Frente ao exposto, optou-se pelas contribuições dos conceitos de campo, habitus e capital de Bourdieu para interpretar um caso de conflito socioambiental, buscando identificar as relações de poder, os discursos e práticas dos diferentes segmentos envolvidos, de modo a apontar a complexidade do campo ambiental, e de como estas diferentes nuances e disputas se reproduzem no cotidiano da ação dos agentes sociais. Discursos de defesa ambiental não têm o mesmo sentido quando proferidos por diferentes agentes (empresários, ambientalistas, trabalhadores, morador de periferia e governo), afirma Zhouri (2005b). O campo ambiental e os discursos considerados legítimos (hegemônicos) estão em disputa pelos diferentes coletivos, e certamente numa relação assimétrica de poder.

Portanto, o campo ambiental é marcado por conflitos tanto em termos acadêmicos como nas ações dos movimentos ambientais. Tal situação aqui não é interpretada como algo que será superado na medida em que vai se consolidando o campo ambiental. Estas contradições são expressão da estrutura social: não se trata apenas de divergência de técnicas, pois tem a ver com a concepção de mundo dos diferentes envolvidos no conflito. Tem a ver com visão de desenvolvimento e a relação com os outros seres humanos e seu entorno, assim como com as diversidades culturais. Mesmo o conceito de sustentável que se tornou hegemônico a partir dos anos 90 não possui consenso entre seus adeptos.

A seguir, será analisado o debate sobre a democracia dos riscos ambientais, buscando apontar os limites de tais análises na medida em que desconsiderarem os aspectos estruturais que desencadeiam a problemática ambiental, e que estes se somam aos tradicionais problemas sociais, potencializando-os, sobrepondo-se às inseguranças sociais clássicas na afirmação de Castel (2005).

1.2. O discurso (des) interessado da democracia dos riscos ambientais

No final do século XX começam a crescer os debates acadêmicos em torno da ideia de risco. Ulrich Beck, sociólogo alemão, é um dos nomes mais destacados nas áreas humanas que tratam do tema como uma categoria estruturante da sociedade contemporânea. Para o autor a ideia de risco está enraizada nas relações sociais de modo fundante e não apenas ligada ao campo ambiental. Na economia é também um dos alicerces, e como exemplo se pode referir o mercado mundial de seguros. Como se poderia imaginar no início do novo século, centenas de milhares de pessoas, pagando seguros de todos os tipos: casa, carro, vida, saúde? Para o pesquisador isto só é possível num contexto de incertezas e inseguranças, e por isso que denomina a época atual de “sociedade de risco”.

Para Beck (2010) as tragédias e ameaças em si não são novas na história humana, ao longo do século XX existem inúmeros exemplos de tragédias: como as duas guerras mundiais, Auschwitz, Bhopal e mais recente Chernobyl, para citar alguns²⁰; no Brasil, o acidente radioativo com Césio-137 em Goiânia, caso de grande repercussão e muitas vítimas. Para o autor, o que distingue os riscos atuais aos do passado, é que os de agora não podem ser trancados dentro de quatro paredes ou cercados a determinados grupos sociais (como a tradicional classe dos trabalhadores) ou territórios (países e regiões pobres). Argumenta ele que “a miséria pode ser segregada, mas não os perigos da era nuclear”. E aí reside a novidade de sua força cultural e política. Os riscos e ameaças atuais têm uma tendência globalizante, atravessam fronteiras nacionais e todas as classes sociais. O medo atual se generaliza a todas as áreas sociais. Nem a ciência nem a tecnologia estão a salvos, muito pelo contrário, são fontes provocadoras de múltiplos riscos. Junto com a insegurança há um processo de destradicionalização, de modo que as instituições da modernidade como o Estado e a ciência deixam de ser referência de segurança e confiabilidade, acentuando as individualidades. Neste sentido, o autor reconhece a possibilidade da emergência da reflexividade como um olhar para a efemeridade das próprias práticas sociais.

Entretanto, Acselrad (2010a) e Castel (2005) problematizam a ideia de “sociedade de risco” apresentada por Beck - estendendo também a Giddens -, em especial sobre o debate de que na sociedade atual as classes teriam perdido sua importância, na medida em que as ameaças atingem a todos independente da nação, posição social ou localização territorial. Castel (2005) sustenta que o grau de insegurança atual é superestimado, e que acaba levando à

²⁰ Alguns dos exemplos citados pelo autor, inclusive menciona o acidente de 1984 em Cubatão São Paulo com estatísticas não oficiais de quase mil mortes, oriundo da explosão de gasoduto (Beck, 2010).

paralisa, tornando as sociedades incapazes de buscarem alternativas. Para ele, quando Beck descreve o risco em tons metafísicos, faz com que não se busque a origem dos danos, transformando e igualando todos os cidadãos em potenciais destruidores do ambiente, desresponsabilizando (ou não distinguindo) aqueles que mais o destroem, por exemplo: a produção industrial, a monocultura e o próprio sistema capitalista em última instância. Funciona como uma espécie de “ideologia generalizada e indiferenciada do risco” onde pouco acontece para a transformação radical do cenário. Ou seja:

Evocar legitimamente o risco não consiste em colocar a incerteza e o medo no centro do futuro, mas, ao contrário tentar fazer do risco um redutor de incerteza, a fim de controlar o futuro desenvolvendo meios apropriados para torná-lo mais seguro. É assim que puderam ser controlados os riscos sociais clássicos no quadro de uma responsabilidade coletiva. (Castel, 2005, p.63).

Os riscos ambientais não seriam partilhados democraticamente por todos, pois para Castel (2005), não apenas os países pobres estão mais expostos por falta de investimentos em infraestrutura preventiva, como as indústrias mais poluentes têm se transferido para estes, intensificando os problemas socioambientais. Davis (2006) em seu estudo sobre as condições de aumento de favelas nos diversos continentes também confirma esta tendência. Ainda segundo Castel, nas sociedades contemporâneas, mais precisamente nos países europeus houve o retorno de riscos sociais como desemprego, fome e doenças, questões que há tempo se pensavam superadas e que agora se somam aos riscos ambientais. Certamente que esta segurança social se contextualiza mais precisamente em países desenvolvidos que implantaram um modelo de Estado do Bem-Estar-social, realidade conhecida só parcialmente em países da América Latina. Portanto, a definição de “sociedade de risco” para a época atual, em função dos riscos ambientais, é equivocada e se torna pouco operatória, pois acaba por se abrir mão de encontrar alternativas de novos modelos de segurança social e ambiental.

Beck (2010) reconhece que as indústrias mais poluentes têm se transferindo para os países pobres com mão de obra mais barata e com menos exigências ambientais. Desastres como em Cubatão e Mauá (São Paulo) entre outros, mostram que as populações mais pobres sofrem mais com os efeitos de desastres ambientais. Todavia, para o autor, a questão é que cedo ou tarde a contaminação (ameaças) dos países periféricos retorna aos países desenvolvidos (e a sua elite consumidora) como um “efeito bumerangue”, e neste sentido os conflitos na sociedade contemporânea já não possuem o caráter dos tradicionais conflitos de classe, assim:

Os riscos produzem, dentro do seu raio de alcance e entre as pessoas por ele afetadas, um efeito equalizado. Nisto reside justamente sua nova força política. Nesse sentido, sociedades de risco simplesmente não são sociedades de classes, suas situações de ameaça não podem ser concebidas como situações de classe, da mesma forma como seus conflitos não podem ser concebidos como conflitos de classe (Beck, 2010, p.43).

Diferente da época anterior onde os riscos afetavam grupos sociais diferenciados e em determinados locais, para Beck (2010) hoje eles são ameaças globais, pois mesmo ameaçando mais de imediato certas populações vulneráveis, no longo prazo inevitavelmente atingiria a todos. Assim a luta pela distribuição das riquezas materiais teria sido substituída pela luta por se livrar dos efeitos nocivos da industrialização ou então para minimizá-los. Beck (2010) reconhece que se por um lado os riscos assumiram o lugar das classes sociais de modo que todos são afetados, entretanto, na lógica da sociedade de mercado, alguns lucram com os riscos e outros sofrem seus prejuízos.

A perspectiva dos riscos como centralidade na definição dos problemas ambientais parece profunda e claramente analisada por Garcia (2004) na forma com que expõe os seus argumentos. Ele dirá que na perspectiva da economia política (em especial a partir do olhar de teóricos com proximidade da visão marxista) a problemática ambiental é vista como a segunda contradição das sociedades modernas, derivada (para alguns) e somada (para outros) das contradições econômicas. Na leitura de Beck e outros, a ideia do risco está posta na medida em que as ameaças ambientais comparecem como substituição da tradicional contradição econômica e luta de classes. Agora ao invés de crescer e repartir positivamente o bolo, como muitos discursos desenvolvimentistas, há que discutir a distribuição negativa dos malefícios de consequências do progresso tecnológico, mudanças químicas, climáticas e genéticas. Para Garcia (2004), certamente que há riscos hoje que ameaçam a vida do planeta, mas o equívoco de Beck e outros é não situar de forma mais precisa de que riscos se tratam.

A crítica de Castel (2005) sobre a distribuição não democrática dos prejuízos ambientais também aparece nas críticas de movimentos ambientalistas como o Movimento por Justiça Ambiental e que se difundiu também no Brasil. Para estes, os mais afetados pelos prejuízos ambientais tem cor (negros), tem origem (imigrantes) e são os pobres. Acselrad, Mello e Bezerra (2009) afirmam que não se pode confirmar que no caso brasileiro há um corte racial como constatado nos Estados Unidos, afinal seria necessário aprofundar pesquisas empíricas em tal direção. Certamente os mais pobres são os que menos usufruem dos bens ambientais e ao mesmo tempo estão mais expostos aos prejuízos, seja por morar em locais

poluídos de distritos industriais (onde os terrenos e aluguéis são mais baratos), ou em áreas de risco (deslizamento, enchentes) ou mais desprovidos de saneamento básico. Se as grandes cidades têm um índice alto de poluição e todos que nela residem são atingidos, esse grau de contaminação possui intensidade variável de acordo com todas as regiões. E, além do mais, os mais ricos podem se mudar para outros lugares, e esta mesma mobilidade não se verifica com as populações mais pobres.

Davis (2006), em seu estudo sobre os problemas sociais, enfrentados nas grandes metrópoles, demonstra que certas populações empobrecidas do continente asiático e africano estão mais expostas às doenças por falta de saneamento, água em quantidade e qualidade, moradias, transporte, entre outros. O autor reconhece que também há problemas nos países desenvolvidos, mas os investimentos públicos em infraestrutura minimizam muito os riscos trágicos. Ainda, segundo o pesquisador, os mais pobres moram em solos instáveis, ilegais, altamente contaminados e onde eventos naturais como tsunamis, desmoronamentos, inundações, terremotos tendem a produzir efeitos devastadores na vida dessas pessoas. Quer dizer, não se nega que certas práticas degradantes como o uso de agrotóxicos e outros produtos químicos poluem a água de ricos e pobres, mas devido ao acesso desigual, alguns podem usufruir de outras fontes de água que aquelas localizadas próximos de fábricas e locais altamente poluídos.

Costa (2004) reconhece importantes contribuições de Beck (e Giddens) em especial para se entender os aspectos da destradicionalização, tanto em nível de indivíduos (Beck) como sobre a organização coletiva das instituições (Giddens). Todavia, tece críticas contundentes ao conceito de modernidade reflexiva (e sua racionalidade) e à ideia da sociedade do risco. De acordo com o autor o ideal de emancipação não é mais um conjunto de princípios abstratos (cidadania, direitos humanos) que se moldariam diversamente em realidades diferentes (típicos do primeiro iluminismo), mas um modo cultural específico de racionalidade destradicionalizada e autocrítica situada geograficamente. Ou seja, na proposta de Giddens e Beck seria uma racionalidade de certas sociedades, inglesa e alemã, exportadas ao mundo como ideais a serem seguidas.

Ao perfilar argumentos a favor das insuficiências da sociologia da modernização reflexiva, Costa (2004) indica que eles partem de um aspecto da sociedade globalizada, o conceito de reflexividade (autocrítica e destradicionalização), fenômeno típico de sociedades europeias (alemã e inglesa respectivamente). E aplicam ao mundo atual sem as devidas mediações e traduções, transformam isso numa realidade como se fosse análoga (automática) em todas as sociedades, sem realizar um estudo para conhecer as diferentes

regiões, crítica esta também apontada por Garcia (2004). A passagem da modernidade simples ou industrial para a segunda modernidade ou modernidade reflexiva não é um processo linear evolutivo como parecem apontar os autores. Costa (2004) também critica a perspectiva normativa da categoria em questão, que no fundo tem um viés evolucionista e monocêntrico (europeu), mesmo que não tenha sido a intenção original. Afinal, na medida em que este modelo de sociedade reflexiva (modo de racionalidade) é percebido como superior ao período anterior, o que seria isto senão uma espécie de segundo iluminismo a ser implantado pelos países que alcançaram certo ápice? De fato, para o pensador, a reflexividade é uma característica entre outras verificadas na atualidade, que ajuda a compreender a realidade, e não algo inevitável e que deveria ser desejado em todas as sociedades (normativo).

Com relação à caracterização do mundo contemporâneo como sociedade de riscos, Costa (2004) também aponta ressalvas. Se o que caracteriza a emergência das sociedades de risco é a perda da confiança nas instituições tradicionais como no Estado, nas ciências, na política, etc., isto não pode ser visto como uma mera evolução da modernidade industrial à modernidade reflexiva, ou apenas características da época atual. Afinal, em países da América Latina, recentemente descolonizados, antes de se desfrutar dos benefícios das sociedades industriais já estavam vivenciando as incertezas. De fato nestes países nunca se desfrutou desta certeza (típica da primeira modernidade simples), sempre se conviveu com desconfianças com as instituições políticas e mesmo científicas, bem como, com os benefícios coletivos dos processos industriais, logo não se verifica este mesmo desencantamento.

Outro aspecto a ser considerado quando se discute responsabilidades diferenciadas no processo de degradação ambiental é a crítica de Goldblatt (1998). Este pesquisador afirma que Giddens em um de seus escritos atribui as causas da degradação ambiental à revolução industrial, desconsiderando que o sistema capitalista transforma trabalhadores e natureza em coisas a serviço da busca incessante pelo lucro. No caso apontado por Espluga (2004) sobre o uso de agrotóxico pelos agricultores, ora eles não tem a mesma responsabilidade que os fabricantes destes produtos: os primeiros utilizam para a sobrevivência e se sujeitam aos riscos em função desta dependência; os segundo, empresários lucram com o processo. De fato, o modelo de industrialização degradante não é uma exceção desse sistema, seu modo de operar e dinamizar é constitutivo do capitalismo. O próprio Beck (2010) reconhece que o mercado se apropriou do risco para transformar em mais uma fonte de lucro pelo “mercado de seguro”, embora se furte em aprofundar o debate.

Acsehrad (2010a) argumenta que muitos defensores da lógica de mercado costumam afirmar que as pessoas assumem os ônus dos riscos ambientais (poluição do ar,

deslizamentos, etc.) ao calcularem o ganho econômico, e neste sentido não seria legítimo uma referência direta à injustiça ambiental. Espluga (2004) ao tratar sobre a percepção social do risco afirma que: não é por falta de confiança ou por ter mais ou menos benefícios; ou por ignorar as consequências; ou por se ter certas crenças culturais que os coletivos aceitam certos riscos. Há implicações outras como a dependência socioeconômica, de modo que uma ação de conflito e denúncias de riscos implicaria em romper tais relações estabelecidas. Para ilustrar ele cita a pesquisa com agricultores da Catalunha (Espanha) que utilizavam agrotóxicos; constatou que eles não ignoravam os efeitos negativos sobre a saúde, mas não reagiam contra os riscos. Tal posição não se devia porque aceitavam o ônus pelos benefícios, mas porque estava em jogo a manutenção social de sua existência (material e social), pois dependiam de contratos e financiamentos envolvendo as empresas e o governo. Ou seja, reconhecer um risco individual e coletivamente é também fruto de determinadas relações sociais de poder.

Também Davis (2006), Acserlad (2010b), Zhouri e Laschefski (2010) assinalam nesta direção com relação aos casos de moradias em locais de risco. Os cidadãos moram nestes locais insalubres comuns nas grandes metrópoles da Ásia, África e América por não ter outras opções. Por consequência, “os trabalhadores com menor poder aquisitivo habitam nestes locais insalubres e de riscos identificados por não terem alternativas, pois, lhes falta infraestrutura de acesso ao direito à cidade” (Alves e Torres, 2006). Davis (2006) cita as cidades brasileiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte que já tiveram várias tragédias com perdas materiais e humanas. As pessoas moram nas periferias sem infraestrutura urbana, como no caso do Morro Santa Tereza ou no caso da conhecida Ilha das Flores²¹ como consequência da exploração capitalista, que se manifesta na exploração social da força de trabalho, mas também na exploração da natureza, ambos tornam-se mercadoria ou “recursos” para aumentar o lucro (Acserlad, 2010b; Carneiro, 2005a; Kowarick, 1980b).

Portanto, não se pretende negar que houve transformações na sociedade contemporânea em termos de relações de trabalho, cultura, ordenamento jurídico e instituições, entre tantas outras questões, e que a inovação tecnológica tenha produzido situações capazes de exterminar a vida humana nunca antes imaginada. Entretanto, ao generalizar os problemas ambientais e interpretar nossa época como sociedade de risco, tal abordagem acaba sendo pouco precisa (de que riscos se tratam), produzindo simplificações de leitura e mesmo gerando apatia política no sentido de que não haveria saídas. Ver o mundo

²¹ Ilha pertencente ao Arquipélago das Ilhas da cidade de Porto Alegre. Na década de 80 é lançado o filme “Ilha das Flores” de Jorge Furtado (Curta os gaúchos). Também o estudo apontado por Devos (2003) ilustra as condições precárias do local, concentrando os piores indicadores sociais da cidade.

como “sociedade do risco” acaba por traduzir-se numa realidade homogênea e ocultando o mundo estruturado em classes sociais com distribuição desigual dos benefícios e prejuízos sociais e ambientais. Isto quando não é utilizado como discurso para ampliar a segregação social, excluindo as populações pobres de certas áreas como mostrou Ascelrad (2001) no caso do Rio de Janeiro, e também apareceu em discursos nas entrevistas com os envolvidos no conflito do Morro Santa Tereza.

Cabe destacar outra faceta da ideia do “risco”, que emergiu nas entrevistas com os agentes sociais (moradores, ambientalistas e institucionais) envolvidos no conflito do Morro Santa Tereza, sendo problematizado de modo bastante diferenciado. Além da disputa pela manutenção da área da FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS, como pública ou privada, implicando em possível despejo/desapropriação/permanência de centenas de famílias, que deu origem ao movimento de resistência social autodenominado “em defesa do Morro Santa Tereza”; aquela área também é alvo de possível desapropriação de algumas famílias em função de risco do local: topo de morro e encostas²². Os agentes que representam instituições públicas falam em risco técnico e na necessidade de retirada das famílias que vêm se verificando há tempos no bairro²³. Para moradores (e um ambientalista), não obstante, apesar da percepção de riscos com deslizamentos em geral, apontam discursos comumente empregados pela mídia e por agentes da esfera institucional para excluir os pobres de áreas nobres na capital gaúcha. Um dos entrevistados (nº1), ligado ao movimento ambiental, acusa o uso da ideia de risco para justificar racismo ambiental, já que os pobres são desalojados, enquanto os riscos que podem pagar infraestrutura permanecem em locais considerados tecnicamente de riscos como na região próximo do Shopping Iguatemi (onde se instalou um condomínio de luxo).

A utilização contraditória do conceito de “risco” como possível reforçadora dos processos de segregação socioespacial é encontrada em diversas pesquisas. Destacam-se algumas, como em Rocha (2007), o qual mostra que no Bairro Teresópolis em Porto Alegre foram retiradas famílias sob alegação de ser área de risco e preservação e, posteriormente se instalaram casas de classe alta que permanecem até hoje. Fuks (2001) mostrou que no Rio de Janeiro também os moradores percebem o discurso de preservação ambiental como razão para serem despejados de locais de interesse mercantil. Igualmente pode-se confirmar nesta direção o conflito socioambiental na Reserva do Morro do Osso em Porto Alegre, envolvendo

²² Como revelou uma das entrevistas institucionais (nº1) do poder executivo.

²³ Em momentos de forte chuva tem sido com frequência acionada a defesa civil e o poder público naquela área (segundo representante institucional entrevistado).

poder público municipal, alguns ambientalistas e moradores e proprietários contra a ocupação de indígenas, sob o argumento de que estes últimos ameaçariam o equilíbrio ambiental (Fuhr; Gerhardt; Kubo, 2012).

A seguir, dialogando com os diferentes debates anteriores, serão analisados os conflitos socioambientais no Brasil, refletindo sobre as especificidades locais e reafirmando a posição já mencionada de que muitos dos conflitos ambientais somam-se aos tradicionais problemas sociais no país, de modo que refletem em boa medida a distribuição desigual dos riscos e benefícios ambientais.

1.3. Os conflitos ambientais no Brasil: os aspectos socioambientais em jogo

Existe um nexos inexorável entre a sociedade e o meio ambiente, pois não podem ser vistas como duas realidades separadas, da mesma forma como homem e natureza. Acselrad (2004) argumenta que a crise ambiental consiste tanto num debate amplo sobre a finitude dos recursos (e combate ao desperdício e à degradação), quanto sobre como se usa e a quem se destinam estes, podendo eclodir conflitos quando determinados coletivos sentem-se ameaçados em seu modo de vida (material e ou simbólico). Ou seja, para o pesquisador, o cruzamento dos conflitos ambientais e sociais não parece circunstancial, o que está em jogo no início do século XXI sintetiza-se pelo processo de “disputa pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais” (Acselrad, 2004, p.9). Neste sentido, “a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público” (Idem, p.8), pois envolve diferentes sujeitos que disputam diferentes projetos, significados e fins. O autor exemplifica alguns conflitos famosos na América Latina como a

guerra da água, envolvendo as comunidades camponesas nas cidades bolivianas de Cochabamba e Achacachi, em 2000; as rebeliões antiprivatistas ocorridas em Arequipa no Peru em 2002 e; a insurreição nucleada pela contestação dos acordos de exploração do gás, que resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003 (Acselrad, 2004, p.8).

E, poderíamos citar inúmeros casos de lutas dos quilombolas, de tribos indígenas, de desalojados por grandes obras de circulação, bem como os recentes conflitos em torno do projeto das hidrelétricas, como na Amazônia legal no norte do Brasil, com notável repercussão nacional e internacional.

O Movimento por Justiça Ambiental, nascido nos anos 80 nos Estados Unidos, originalmente ligado aos direitos civis denuncia continuamente a injustiça ambiental ao

mostrar que certas populações estão mais expostas aos riscos ambientais, como grupos étnicos e emigrantes. No caso Brasileiro, embora não se tenha estudos mais sistemáticos que mostram a ligação com racismo ambiental, é inegável segundo diversos estudos de conflitos ambientais, que muitos deles têm uma dinâmica socioambiental, de modo que as ameaças ambientais se somam, sobrepõem-se e potencializam os tradicionais problemas sociais, qual seja a falta de acesso das populações pobres ao direito à cidade, como transporte de qualidade, moradia salubre e segura, ar puro (Ascelrad, Mello, Bezerra, 2009). Em um estudo (survey) na cidade de São Paulo sobre o acesso das populações mais vulneráveis aos serviços públicos, Alves e Torres (2006) mostram que coincidem as populações com maior vulnerabilidade social localizadas em locais de maior risco ambiental. Ou seja, as populações periféricas com baixa renda e menos escolaridade se localizam em locais mais insalubres e com risco de deslizamento e enchentes.

A tentativa de articular os problemas ambientais aos sociais não é nova no Brasil. Na formulação de emendas populares ao processo da Nova Constituição (1988) foram encaminhados de forma conjunta abaixo-assinados por entidades civis, movimentos sociais e ambientalistas; Segundo Ribeiro (2010), esse esforço conquista uma maior visibilidade quando os movimentos sociais e ambientais aproximam suas lutas e pautas a partir da preparação da conferência Eco-Rio/92. Em direção semelhante, Oliveira (2009) afirma que durante esta conferência, ocorreu paralelamente o “Fórum Global das Organizações Não Governamentais”, o qual redefiniu a questão urbana no país, incorporando o tema ambiental aos tradicionais problemas sociais. Segundo esse autor, o modelo de planejamento urbano adotado historicamente privilegiava as classes com maior status econômico, as quais passaram a ocupar as melhores parcelas de solos e com mais acesso a infraestrutura, enquanto que as demais se limitavam às sobras, em geral em locais periféricos ou em área de preservação ambiental e/ou com riscos ambientais. Ainda, o autor argumenta que a mídia e também ambientalistas limitam-se ao debate sobre a preservação de ambientes selvagens, ignorando o fato de as cidades estarem explodindo ou implodindo o ecossistema com uma bomba de esgoto e lixo.

Neste sentido, existem diversas pesquisas no país abordando casos de conflitos ambientais que enfocam a dimensão social, e que apontam que estes não podem ser analisados separados da dinâmica social e política. Fuks (2001) realizou um estudo sobre os conflitos ambientais na cidade do Rio de Janeiro, e afirma que grande parte destes se diferencia das bandeiras tradicionais dos primeiros movimentos. Tal pesquisa revelou que os conflitos ambientais que evoluíram para litígios no Rio de Janeiro referiam-se a disputas pela ocupação

dos solos urbanos, com os interesses imobiliários de um lado e as populações afetadas (com ameaçadas de expulsão) de outro, sendo que o poder público tendia a alianças com os setores mais elitizados, e com ações pontuais como alternativas às ocupações irregulares. Entre os conflitos, vários podem ser classificados com recorte de classe, pois envolveram os empreendimentos imobiliários e as comunidades de baixa renda, sendo que estas últimas, em seus discursos, entendem que na defesa ambiental localiza-se uma justificativa para as elites expulsá-las dos locais que ocupam.

Carneiro, Leite e Tavares (2010), a partir do caso estudado na cidade de São João Del Rei, MG, evidenciam a apropriação desigual dos bens coletivos e o papel da instituição Estatal na manutenção e aumento dos conflitos urbanos, além da influência da globalização no local. No caso citado, a cidade, visando superar a estagnação econômica de décadas, decidiu revitalizar certos espaços para torná-la atrativa à rota turística, semelhantemente a outras grandes cidades como Barcelona (ES) e Buenos Aires (AR). A questão é que o alto investimento do ente público nestas áreas beneficia certos empresários locais, e exclui duplamente as populações mais pobres: expulsando-as do local; e pela falta de infraestrutura pública (saneamento, abastecimento de água, etc.) dos novos locais onde são reassentadas. Esta lógica desigual na distribuição de recursos públicos também vem sendo implantada em Porto Alegre com as obras da Copa 2014, que concentra investimentos nas regiões mais ricas da cidade (ao menos, a proposta inicial, ainda em disputa)²⁴. Esses casos de expulsão de populações mais pobres de áreas que passam a ser valorizadas pelo mercado imobiliário tendem a empurrar estas a locais distantes, insalubres e de grande risco ambiental, reafirmando o caráter socioambiental de boa parte dos conflitos ambientais.

Ao refletir sobre o desafio de conciliar preservação ambiental e seus instrumentos com justiça social, Bueno (2009), retoma três casos de conflitos socioambientais. Um deles é o caso da favela Castelo Encantado, em Fortaleza, de onde foram removidas inúmeras famílias de pescadores de uma área de dunas (sendo que muitos viviam ali há mais de 30 anos), em frente à praia Iracema, também havendo pressão do setor imobiliário para remover o mercado público de comércio de peixes, alegando que o mau cheiro atrapalhava os negócios de um hotel de luxo recentemente instalado na mesma região. O outro caso de conflito ocorreu em Jundiá (São Paulo) aonde áreas rurais de preservação ambiental vinham sendo ocupadas ilegalmente por moradias de luxo. E por último, a autora aponta o caso de ocupações das

²⁴ Conforme debates dos movimentos sociais na região do bairro Cruzeiro em Porto Alegre, onde serão realizadas obras de infraestrutura e desalojados moradores da Avenida Tronco que dá acesso ao estádio Beira Rio, estádio sede de jogos da Copa.

margens do córrego do Rio Taubaté e da bacia do Capivari (abastecimento de água de Campinas), na região de Campinas (SP), por moradores de baixa renda. Em todos os casos, as áreas são de preservação ambiental com riscos de que tais ocupações provoquem degradação e desastres coletivos. Para a autora, o ente público não pode tratar com os mesmos critérios as ocupações por necessidade, como são os casos de Fortaleza e Campinas, com o caso daqueles que ocupam áreas de preservação sem objetivar a subsistência com a certeza da impunidade (Jundiaí). Ou seja, interpretar a gestão urbana, a regularização fundiária e a preservação ambiental exigem levar em conta a justiça social e ambiental.

Estas diferentes realidades de conflitos ambientais utilizadas aqui de modo ilustrativo, buscam apontar que conflitos desta ordem ocorrem em todo o território nacional. E, apesar de terem causas diferentes, na maioria dos casos é explícita a causa da disputa: o acesso aos bens naturais e sociais, onde as populações mais pobres são as que possuem menos apropriação dos mesmos, e que igualmente estão mais expostas aos riscos/prejuízos ambientais, com perdas materiais e em certas situações com perdas de vidas humanas. Assim, os conflitos ambientais são também conflitos sociais e, por isso, apontado por diferentes pesquisadores como conflitos socioambientais. Porém, não há consenso no campo da sociologia sobre a definição conceitual de “conflitos ambientais”, todavia é visível que é uma construção que varia no tempo e no espaço, e que os mesmos devem ser vistos como disputas nos espaços e territórios pela apropriação material e simbólica.

Zhour e Oliveira (2010) afirmam que discutir as categorias de espaço, território, lugar e ambiente é fundamental, pois a forma como o capital (e no caso a especulação imobiliária) se apropria destes é muito diferente do modo como comunidades locais o fazem. Para o capital, são espaços dotados de valor rentável ou sob a lógica de transpor tudo em mercadoria, porquanto a escassez rima com possibilidades de lucros; para os moradores, é o lugar da construção do espaço da vivência, das relações sociais e da memória coletiva. Os diferentes territórios estão em disputas, tanto pela apropriação dos recursos materiais como pela significação. As populações locais como quilombolas e indígenas (e podemos incluir certos coletivos de moradores urbanos), estão resistindo não porque querem permanecer imutáveis, mas para terem autonomia de escolherem parcela de seu próprio destino.

Assim, reafirma-se que existem diferentes abordagens sobre o conceito de conflito ambiental e socioambiental. Para Acselrad (2004) há aqueles que fazem uma leitura evolucionista, veem a relação das atividades humanas com o ambiente como um modo de adaptação às restrições do meio, e os conflitos seriam consequências das diferentes visões e modos de vida que se chocam. Nesta leitura estaria ignorada a dimensão política das disputas

nos espaços sociais. O outro modo de interpretar os conflitos é o viés economicista, o qual vê os conflitos como resultados das lutas sobre quem cabe a responsabilidade sobre as externalidades e ainda, porque certos bens naturais escapariam à lógica do mercado por falta de consenso sobre o valor e a sua propriedade. O limite de tal leitura é ficar preso à categoria hegemônica do mercado, ignorando os outros processos sociais que o geram. E ainda, numa outra perspectiva vige o argumento de que nem tudo se encaixa na lógica do mercado e do campo jurídico. Existem diferentes racionalidades e práticas como as dos indígenas que usufruem de seus patrimônios naturais a partir de outros modelos societários, como espaços sociais pouco afeitos à lógica do mercado e da mercantilização. O problema desta última visão é ficar preso a uma lógica abstrata de fronteira delimitada, não inserindo o debate numa relação multifacetada ou ampla do capitalismo, argumentando:

pois se considerarmos as fronteiras não substancialistas, que opõem ordem e relações sociais diferentes, veremos nos conflitos ambientais a manifestação de contradições internas aos modelos de desenvolvimento que não se restringem exclusivamente às áreas ocupadas por populações tradicionais e povos indígenas, mas envolvem igualmente processos como de colonização dos ambientes urbanos e a mercantilização dos sistemas vivos entre outros.” (Acselrad, 2004, p.18).

Para Acselrad (2004), os conflitos ambientais quando emergem são lutas por bens ambientais (e, neste sentido, materiais); mas também, simultaneamente, são lutas por sentidos culturais, com os respectivos significados simbólicos diferenciados de uso e práticas no ambiente. O conflito pela apropriação material pode ser visualizado na disputa pelo território das populações ribeirinhas quando se impõe projetos como construção de hidrelétricas, mas também se manifestam nos espaços urbanos na remoção de certas populações para a construção projetos do mercado imobiliário ou de revitalização dos espaços, e possivelmente o caso do conflito do Morro Santa Tereza também se encaixa neste tipo. No segundo caso, a luta por sentidos culturais, faz-se presente a disputa simbólica pela imposição dos discursos legítimos de lidar com o ambiente, como o da sustentabilidade (práticas, técnicas...) e de desenvolvimento. Por exemplo, a ideia introduzida de sustentabilidade que traz implícita, tecnologias e técnicas mais adequadas de manejo, todavia, estas não são alternativas neutras, estão implícitos valores e concepções de mundo. Tanto as técnicas como as percepções são engendradas historicamente, ou seja:

àquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens,

democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc. (Acsehrad, 2004, p.15).

Portanto, os espaços materiais e simbólicos se articulam e se potencializam, mudanças em um deles produzem alterações da correlação de forças no outro campo. Outro aspecto a ser considerado é que aquelas populações que possuem modos diferentes de se relacionar com a natureza (uso e significação) como: ribeirinhas e quilombolas, quando se localizam em espaços que se tornam estratégicos para o Estado e empresas promoverem o dito “desenvolvimento” (barragens, hidrelétricas) são expulsas e só podem questionar os valores econômicos de indenização, sendo lhes negado o direito de questionar o próprio empreendimento (Zhouiri;Oliveira, 2010; Leff, 2006). Deste ponto de vista para Acsehrad (2004),

os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (2004, p.26).

Em direção semelhante Leff (2006) afirma que sob égide da lógica neoliberal que tem o mercado como última instância de valoração ética, aos povos tradicionais e populações mais pobres, em caso de conflito pelo uso dos bens sociais e ambientais, não lhes resta alternativa a não ser negociar os valores monetários de sua história. Digamos são reconhecidos direitos aos povos tradicionais, mas não se reconhece sua racionalidade, assim crê-se que podem ser traduzidos em valores monetários. Neste sentido, em nome da sustentabilidade se tem garantida a patente de espécies animais e vegetais às empresas transnacionais, e quando esta garantia é questionada, no máximo as populações afetadas podem reivindicar percentuais de participação em lucros. Diz o pesquisador

As políticas de sustentabilidade estão recodificando os valores conservacionistas dentro da racionalidade de mercado, traduzindo os princípios éticos em uma avaliação de custos, em uma vontade e disponibilidade de pagamento, em que o substantivo da cultura passa a ser negociado através de procedimentos jurídicos e traduzidos em dinheiro. (...). (Leff, p.237, 2006).

Frente a esse debate, Martinez-Alier (2007) defendem a ideia de que são crescentes os conflitos socioambientais, afinal simultaneamente com a diminuição da disponibilidade dos bens ambientais, tem-se a crescente privatização. Os conflitos surgem porque as populações afetadas não estão assistindo passivamente.

Assim, a questão das divergências sobre a definição do conflito ambiental e socioambiental tem a ver com a complexidade desse campo em construção. Não há lugares vazios nos diferentes campos sociais a partir de uma leitura de Bourdieu, e que também seria aplicável no caso ambiental. As dificuldades são oriundas da própria constituição do campo em construção e conflitos constantes. Diz Acselrad (2004, p.19):

Se nos remetermos à teoria social de Bourdieu, o campo será visto como uma configuração de relações objetivas entre posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de poder. No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder ‘capital’ específicas que os caracterizam. Os campos não são constituídos, conseqüentemente, por lugares vazios, pois há neles ação e história produzidas pela ação coletiva: sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões do campo podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo convencional.

Neste sentido, os conflitos ambientais são lutas materiais e simbólicas, onde está em jogo a busca de tornar certas concepções e discursos universalizados como justificativas das próprias práticas ao conjunto da sociedade ou campo. Segundo Acselrad (2004) várias pesquisas se propõem analisar como se constitui estas disputas por discursos legítimos e como se universalizam. O que estes estudos não aprofundaram é como se dão as disputas nos territórios, como estas podem modificar inclusive os discursos legítimos em dado contexto histórico, e mais, o que há de comum nos diferentes conflitos ambientais. Então é necessário considerar em um estudo de conflito ambiental qual o tipo de capital específico em jogo e “o modo como as estratégias discursivas modificam o poder relativo sobre o mesmo” (Acselrad, 2004, p.20). Isto significa, por exemplo, segundo ele, entender como as empresas produzem discursos de sustentabilidade, sem que, em muitos casos, modifiquem sua prática em termos qualitativos, e ainda assim, conquistam credibilidade social é algo relevante a ser compreendido.

Garcia (2004) afirma que de fato não se conseguiu ainda construir uma análise sociológica mais sistemática sobre a questão ambiental e sobre os conflitos. Se nem sempre se explica um conflito pelo aspecto econômico, quer dizer, pela distribuição e acesso desigual a

recursos, esta não é uma dimensão secundária. Assim, como nem tudo se resume a aspectos de tecnologias e sua gestão, também não às dimensões culturais (valores coletivos ou subjetivos). Para o autor é preciso considerar as condições ambientais, os agentes envolvidos e a estrutura social, só assim se poderá elaborar formas mais complexas de análise das causas dos conflitos ambientais e propostas de sustentabilidade menos reducionistas. A partir da análise precedente pode-se inferir que há como construir uma tipologia como recurso analítico, mas é o estudo de cada caso empírico que revela os aspectos estruturais e conjunturais em jogo.

Nesta direção Zhouri e Laschefski (2010) trazem uma importante contribuição ao classificarem os conflitos ambientais em três tipos, embora muitas vezes estejam articulados dialeticamente: distributivos (desigualdade de acesso aos recursos sociais e naturais), espaciais (poluição, degradação e riscos) e territoriais (apropriação do lugar, seu uso e significação coletiva). Para estes pesquisadores, definir o tipo de conflito é relevante porque também as soluções são diferenciadas para os mesmos. Sobre os dois primeiros tipos, os autores argumentam que o aperfeiçoamento de tecnologias e a distribuição de renda (semelhante às práticas do Estado do bem estar social) são soluções adequadas, mas a questão do terceiro tipo de conflito é mais complicada, uma vez que há povos que atribuem outros significados ao território que os tradicionais valores de mercado, colocando em questionamento o próprio modelo de desenvolvimento das sociedades capitalistas.

Desse modo, os discursos de defesa ambiental são heterogêneos e frutos das posições sociais diferenciadas ocupadas pelos agentes nos processos sociais. Existem diferentes tipos de conflitos socioambientais urbanos: alguns mais de caráter cultural traduzidos na reivindicação do direito de exercício de diferentes práticas tradicionais (grupos indígenas, ribeirinhas e outras); outros dizem respeito à redistribuição dos benefícios sociais e ambientais (acesso ao solo, infraestrutura urbana); e outros ainda, discutem os riscos mais amplos fruto de modelos de desenvolvimento tecnológico, preservação ambiental, poluição. Estas diferentes disputas e conflitos se traduzem em discursos e também em soluções diferenciadas: em alguns casos políticas públicas redistributivas, educação ambiental, inovações técnicas e negociações podem dar conta; e em outros são aspectos com grande complexidade e envolvem o conjunto da sociedade, de modo que as soluções são mais difíceis.

A perspectiva de Acelrad (2004) de tratar os conflitos ambientais a partir dos aspectos materiais e simbólicos e os tipos de conflito distributivo, espacial e territorial de Zhouri e Laschefski (2010) se interconecta e se enriquece na medida em que tal estratégia

permite ao pesquisador decifrar os conflitos urbanos a partir destes diferentes olhares como uma espécie de tipo ideal e operativo. No caso, nos parece relevante para compreender a especificidade do conflito do Morro Santa Tereza, a estratégia de ação e discurso dos diferentes agentes envolvidos, e o que está em jogo nesse caso. A seguir trata-se de analisar as diferentes formas de gestão e o papel do poder público na promoção de políticas públicas ambientais.

1.4. A Gestão participativa das políticas ambientais contemporâneas

1.4.1 Estado, mercado e implicações nas políticas públicas

O debate em torno do papel das políticas públicas emanadas do Estado de direito tem acompanhado a contemporaneidade. Para Marx, o Estado burguês surge para legitimar os interesses da classe dominante. Para os liberais, este deveria se limitar ao papel de regular e manter a ordem, deixando liberdade ao mercado para produzir o equilíbrio. Ao longo do século XX, em especial após a 2ª guerra mundial, a visão liberal dá lugar à outra concepção, o Estado do bem estar social ou Estado Social (Castel, 2005), um modelo interventor na economia e que estabeleceu inúmeras formas de proteção coletiva²⁵.

Nos anos 70 verifica-se o retorno da ênfase na ideologia do livre mercado no mundo ocidental. Nesta perspectiva, o Estado deve se limitar ao papel da regulamentação jurídica das políticas públicas, deixando à economia a livre iniciativa da produção de serviços e produtos. Assim, os agentes institucionais privatizam as empresas públicas, inclusive na área ambiental, como de saneamento, abastecimento de água, energia elétrica entre outros. Natera (2004) afirma que isto não significa declive do poder de ação estatal, ainda que tenha havido perda de sua força anterior no novo contexto de globalização, onde muitas das decisões passam a ser realizadas em instâncias internacionais. O que muda nesta instituição é o papel de executor de políticas públicas, porém continua sendo essencial como fiscalizador (regulatório) e punitivo.

Segundo Garcia (2004,) a ONU e estes outros órgãos como Banco Central e representantes da União Europeia reconhecem a legitimidade do mercado na produção de proteção ambiental. Para ilustrar estes novos discursos liberalizantes do papel da Instituição Estatal na produção de sustentabilidade ambiental pode-se exemplificar com a análise de Smith (1996), economista de meio ambiente, que se aproxima do conceito de

²⁵ As políticas sociais predominaram na Europa, pouco se expandindo aos países periféricos, que no caso da América Latina viviam sob processos políticos autoritários em boa parte do século XX.

desenvolvimento sustentável oficializado pela ONU e pelos diversos organismos de grande influência internacional. O autor retoma o debate sobre o uso comunitário ou coletivo de bens naturais como causa da destruição ou extinção destes²⁶ e faz a mesma analogia quando o Estado assume a gestão dos recursos. Tal administração é um fracasso na certa por várias razões, argumenta Smith: seria como uma área onde produtores escolhem um administrador, se este estiver atuando de forma a dar lucro a todos os negócios vão bem; caso precise diminuir os lucros ou usar parte das riquezas para produzir tecnologias mais sustentáveis, estes, revoltados com as restrições substituirão o administrador (nas eleições). Isto ainda sem referir-se aos tratamentos da burocracia para cada ação e no risco de corrupção de seus funcionários, já que os empresários podem utilizar desta artimanha para se beneficiar individualmente, argumenta ele. Cabe a Instituição Estatal elaborar a legislação e garantir que esta seja cumprida, quer dizer, o papel por excelência consiste em criar normas jurídicas que protegem o mercado e a liberdade dos indivíduos. Portanto, o sucesso de políticas ambientais sustentáveis é garantido com o aumento da ação do mercado, tais como a propriedade individual, a responsabilização individual e os custos de externalidades.

Swyngedouw (2004), crítico da perspectiva de mercado, mostra que se criou nas últimas décadas de Estado liberal (ou neoliberal) uma espécie de “monstro estatal” regulatório, ao ponderar a estrutura criada para acompanhar a privatização da água em Londres. Nesta ótica neoliberal diminuiu sua atuação na promoção de políticas sociais (e na sua execução), além de privatizar serviços e produção nas áreas mais lucrativas. O pesquisador acusa ser esta uma estratégia de deslocar recursos públicos para o setor privado. Argumenta que o mercado e o Estado liberal não produzem sustentabilidade, ao contrário, aumentam a degradação e os conflitos socioambientais.

Segundo Prieto (2012)²⁷, esta instituição Estatal que estabeleceu políticas de proteção social foi sendo construindo ao longo de décadas, sendo fruto da pressão dos trabalhadores. Poder-se-ia afirmar que, no pós-guerra, observa-se o ápice deste modelo de proteção coletiva (claro que não se configura o mesmo em todos os países). Entretanto, já nos anos 60 surgem

²⁶ Para ilustrar, ele cita o elefante africano, enquanto propriedade do Estado e de tribos não havia limites para a caça. A proibição em si não resolve a problemática, só aumenta a procura. Para o pesquisador, aonde foi privatizado a posse de elefantes, no continente africano, se resolveu o problema da caça sem limites, já que o cuidado destes animais garante o lucro de quem o comprou.

²⁷ Este artigo foi apresentado no Seminário de abertura do evento I Jornadas IET: ‘Crisis, empleo, y cambio social en el sur Europa¿Un Reto a la Integración Europea? Universitat Autònoma de Barcelona Bellaterra, 22 y 23 de marzo de 2012. Segundo o autor o Estado social de proteção aos trabalhadores tem início já no final do século XIX. Ele cita, para exemplificar, a lei de acidente de trabalho aprovado na Inglaterra em 1898, em seguida aprovado na França e dois anos após na Espanha. Antes desta lei, os acidentes eram vistos como negligência dos trabalhadores e não de responsabilidade dos empregadores.

críticas a esta ênfase na dimensão do social, em especial por parte dos novos movimentos sociais (feministas, étnicos, estudantil), que o acusam de se impor com uma perspectiva universalista e incapaz de atender a diversidade e especificidades dos diferentes coletivos. Habermas (1987) pondera que o Estado atua por meio da razão instrumental e que o excesso de intervenção deste leva-o a invadir o mundo da vida (sociedade civil), produzindo patologias e impedindo que a razão comunicativa floresça no espaço público.

O Estado do bem estar social não realizou suas promessas de produzir maior liberdade e felicidade aos seres humanos, na ótica adotada por Touraine (1996), ao contrário, aumentou a dependência dos bens de consumo e a sujeição às relações sociais. Além disso, as demandas crescentes dos diferentes coletivos fizeram com que aquele fosse incapaz de atendê-las em seu conjunto. E ainda, o ente estatal não conseguiu reduzir as desigualdades que surgiam e nem promover uma democracia radical de libertação dos indivíduos, pois na maior parte das vezes, nada mais fazia que servir a certos grupos da classe média (Touraine, 1996). Contudo, a saída para esta crise paradigmática que atinge todas as áreas da sociedade argumenta, não é a livre competição do mercado mundial (liberalismo sem limites) nem a democracia liberal que se limita a procedimentos burocráticos e ao mercado político.

Davis (2006) afirma que vários países de capitalismo periférico como Brasil e Venezuela começam a investir em construção de moradias a partir dos anos 50. Todavia, argumenta que além destas políticas serem abandonadas em boa parte dos países com a onda do neoliberalismo a partir dos anos 70 e 80, também os governos não consideraram as especificidades das moradias populares. Foram introduzidos padrões de casas e apartamentos ignorando que as populações pobres usam suas casas como oficinas para trabalhar e dependem da proximidade de seu trabalho (que em geral é informal). Isto sem considerar que as transferências de locais implicam em perdas de laços de convivência. Aliás, equívoco esse produzido em políticas públicas habitacionais em muitos países. Mas também este autor não concorda com as saídas da lógica do mercado e do neoliberalismo a partir da década de 70, que aumentaram a miséria e a precarização das condições de vida a nível mundial.

Sem desconsiderar as críticas ao Estado Social, Castel (2005) argumenta que foi a forma que a sociedade encontrou para garantir certas proteções coletivas e que produziram relativa segurança social. A crise deste modelo e o retorno às feições anteriores (não que seja igual ao século XIX) com a ideologia da liberdade do mercado e a flexibilização dos direitos coletivos produziu o retorno de grandes inseguranças que já haviam sido superadas, como a violência, perda de direitos (saúde, educação, proteçõesocial...) e novas inseguranças como as tragédias ambientais. O autor concorda que há limites no modelo do Estado social, mas

questiona a possibilidade das sociedades existirem na contemporaneidade sem formas de proteção coletiva.

Os novos discursos e práticas sobre o papel da Instituição Estatal incorporaram parte das críticas dos movimentos sociais dos anos 60, contudo vai a uma direção bem diferente do que certamente esperavam esses movimentos críticos da época. São realizadas privatizações de empresas públicas, redução dos gastos sociais e novas parcerias entre público e privado. Também no campo ambiental são incorporadas estas mudanças, Lima (2008) afirma os discursos mais radicalizados de defesa ambiental, típico dos anos 80 no Brasil, transformaram-se na década seguinte em modos de gestão, marcados pela eficiência e pela introdução de novas tecnologias. O autor mostra que na academia também são visíveis as mudanças, tanto em discursos como na produção de pesquisas. A questão já não é a crítica ao modelo de desenvolvimento, mas encontrar alternativas que diminuam os impactos ambientais ou processos de mitigação, em especial, por meio de tecnologias mais adequadas.

O próprio conceito de desenvolvimento sustentável ratificado na Eco/92 preconiza estes novos modelos de gestão, novas parcerias entre o poder público e empresas privadas, a participação de organizações não governamentais e da sociedade na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Diz um dos documentos elaborados, a Agenda 21: “os governos, o comércio, a indústria, inclusive as empresas transnacionais, devem fortalecer as parcerias para implementar os princípios e critérios do desenvolvimento sustentável”. Segundo Tommasino e Foladori (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no relatório de Brundtland e que se prolifera no mundo (apoiado por órgãos como Banco Mundial e a ONU) é a perspectiva que não coloca em debate o modelo de desenvolvimento, defende políticas de redução da pobreza para diminuir a degradação ambiental e faz referência à participação local, mas sem aprofundar o que isto significa. Os Estados Nacionais se vêem pressionados a retirar um conjunto de direitos sociais e a reduzir investimentos sociais para equilibrar os déficits, e ao mesmo tempo, são desafiados a incorporar novos instrumentos de gestão, planejamento e participação da sociedade. A seguir serão consideradas algumas experiências de participação coletiva nas decisões de políticas públicas no caso da Espanha e Brasil.

1.4.2 Os mecanismos de gestão participativa: ambiguidades e contradições

A gestão participativa se torna um instrumento incorporado nos discursos contemporâneos não só no Brasil. A União Europeia desde os anos 90 vinha se manifestando sobre a necessidade de fomentar processos de sustentabilidade com destaque para a dimensão social, cultural e proteção ambiental (a dimensão paisagística, histórica e dos bens naturais). Vários documentos nos anos 2000 apontavam nesta direção, entre os instrumentos enfatizam o desenvolvimento urbano sustentável, com ênfase nos aspectos sociais, participativo e ambientais e não apenas econômico (Diaz, 2011). Para ilustrar, pode-se citar o contexto espanhol que tem em comum com o Brasil uma história recente de democratização.

Guillen et al (2007) analisam os conflitos territoriais que ocorreram na Catalunha, uma das províncias da Espanha, nos últimos 15 anos, em especial ligados a campo ambiental sob impacto da nova dinâmica da globalização, das políticas neoliberais que reestruturaram o Estado e os novos modos de gestão dos investimentos públicos. Eles afirmam que os governos (municípios e província da Catalunha) incorporaram instrumentos da gestão participativa, entretanto numa dinâmica mais de transferência de informações com processos de planejamento pouco flexíveis. Ainda, o ente público concentrou investimentos em Barcelona e arredores em detrimento de outros locais mais periféricos (em especial, de outras regiões e municípios da Catalunha). Os pesquisadores referem que se criou na província de Catalunha uma lógica de servido (Barcelona) e servidores (demais localidades), o que tem gerado conflitos históricos e políticos ao longo do tempo.

Barcelona é uma das cidades reurbanizadas na nova lógica do turismo global²⁸. Díaz (2011) estudou a proposta de 2004 do poder público de Catalunha para a reabilitação dos Bairros. O projeto surge a partir de um contexto de visão de sustentabilidade urbana, incluía entre outros aspectos a participação das comunidades onde seria executado. O financiamento visava ampliar áreas verdes, construir instrumentos coletivos, realizar reformas em prédios (em especial na área mais antiga da cidade), e contava com recursos do governo geral da Catalunha e do poder público local. Pelo estudo o desenrolar do projeto de ‘rehabilitación de Barrios’ desencadeou um conflito com uma das comunidades locais que se prolongou por uma década (1998-2008), conhecido como “Forat de la Vergonya”, na região central dos Bairros Santa Caterina e Sant Pere. Segunda a autora, a pesquisa evidenciou os limites

²⁸ Comin (2010) afirma que Barcelona para sediar as olimpíadas de 1992, fez todo um projeto de planejamento estratégico da cidade, e seus idealizadores viajaram o mundo divulgando. É interessante que recentemente o cais do porto da cidade de Porto Alegre foi concedido a uma empresa espanhola para fazer o processo de reurbanização (início de 2010).

práticos de um projeto que se pretendia erigidos em termos sustentáveis, inclusive sob o aspecto da participação local. Constatou-se que os diferentes momentos de participação e elaboração, foram mais de repassar informação por parte do poder local, de modo que a comunidade apenas opinou sobre aspectos pontuais, gerando conflitos e resistência. Ao longo do impasse, a mobilização se apropriou deste espaço em diferentes momentos para fazer um uso diferenciado do que propôs a Instituição pública, inclusive uma horta comunitária. Com a resistência da comunidade houve alterações no projeto ao longo de sua execução, embora tenha permanecido aspectos como a predominância da administração privada do espaço. Para autora, a proposta de reabilitação de Bairros em Barcelona frequentemente serviu para potencializar os interesses do mercado imobiliário, gerando conflitos locais e exclusão das populações em função da valorização imobiliária (que caracteriza parte das zonas antigas reabilitadas).

Ainda com relação à Espanha, Espluga e Subirats (2008) analisam outros processos de participação como na gestão das águas. Apesar dos limites apontados por eles, por ser mais um processo de audiência pública e de repasse de informações do que de efetiva participação, ele é inovador, pois pela primeira vez se amplia para outros coletivos e à participação das comunidades locais. E na mesma direção aponta Guillen et al (2007) com relação aos conflitos territoriais da Catalunha, pois mesmo sendo locais e não tendo modificado a proposta original do órgão público, em alguns casos fomentaram processos mais democráticos de participação, em especial no que tange a ampliação dos debates.

Semelhante à Espanha, no Brasil após 20 anos de ditadura militar, inicia nos anos 80 o processo de abertura política, com a efervescência de partidos políticos e movimentos sociais e sindicais. Simultaneamente, em especial nos anos 90 começa a ser posto em prática o ideário político neoliberal: com discursos e práticas de privatização e desresponsabilização do Estado com as políticas sociais; discursos de flexibilização e maior eficiência. Este processo contraditório norteou a própria Constituição Federal de 1988, que pela primeira vez garante o direito universal a inúmeras políticas sociais como educação, saúde, função social da propriedade; mas de outro lado, pressionada por certos setores organizados da sociedade, mantém intocadas reformas importantes como a administrativa e a política, diminuindo investimentos sociais nos anos seguintes que deveriam efetivar o conjunto de políticas sociais aprovadas nesta Constituição. Passam a conviver os direitos universais de cidadania em termos legais com os limites efetivos de sua implementação, tanto por falta de regulamentação em várias áreas, como por fragilidade da capacidade de novos investimentos por parte do poder público (Dagnino, 2004).

Assim, no Brasil, de modo contraditório, ao mesmo tempo em que se instala a onda neoliberal se ampliam mecanismos de participação da sociedade, e são criados novos espaços de participação, como é o caso dos conselhos (frutos da pressão coletiva). Esses conselhos são espaços institucionalizados pelo Estado nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com participação do governo e sociedade civil com suas diferentes organizações, tendo por objetivo ampliar a participação nas decisões sobre as políticas públicas, sendo que tiveram maior consistência aqueles que emergiram e se conduziram com caráter deliberativo.

A proposição e a organização de conselhos não é algo nova na história, porquanto formatos similares podem ser detectados em diversas circunstâncias. Para Raichelis (1998), havia experiências no país no início do século XX introduzidas pelas organizações operárias anarquistas autogestionárias e no decorrer da década de 70/80 são retomados por grupos de oposição sindical e por diferentes movimentos sociais buscando democratizar as decisões da Instituição Estatal (em especial na área da saúde, habitação, movimentos dos negros, mulheres...). Segundo Gohn (2003), em São Paulo (mas não exclusivamente) surgiram conselhos populares (criados pelos movimentos sociais para pressionar o governo) e comunitários (o próprio governo criou um canal com a sociedade). Estes últimos cresceram muito com a vitória da oposição nas eleições a partir de 1982, contudo, sendo de caráter consultivo tinham pouco peso e muitas vezes suas lideranças eram cooptadas pelo poder Estatal. Todos estes movimentos com suas conquistas e contradições vão consolidar-se na ampliação do controle social, o qual foi garantido legalmente pela Constituição Federal de 1988.

Outra experiência de participação com destaque mundial refere-se ao Orçamento Participativo, iniciado em 1989 com o governo do Partido dos Trabalhadores – PT-, na capital Gaúcha. Trata-se de um processo de aproximação da administração pública com a periferia: com reuniões e audiências no conjunto de bairros e regiões da cidade, onde as comunidades debatiam e apontavam suas prioridades, discutindo os investimentos locais (parte do orçamento público). Não que tenha sido a primeira experiência do país deste tipo em governos de esquerda, Silva (2001b) afirma que Bernardo de Souza já teria implantado em Pelotas/RS nos anos 80. Mas o enfoque na participação e organização popular e por ser palco de uma cidade grande chamou atenção de intelectuais e políticos em nível mundial. Boaventura Santos (2003), sociólogo português, analisa diferentes experiências de participação democrática nos países do sul, e cita o orçamento participativo de Porto Alegre, considerando esta uma alternativa contra-hegemônica que se contrapõem ao modelo dominante do capitalismo de mercado e ao neoliberalismo. Baierle (2007) considera em sua análise o

potencial do Orçamento Participativo para promoção da política habitacional da capital gaúcha, considerando um espaço legítimo de participação e decisão coletiva.

Já se mostrou que o campo ambiental vinha crescendo e se consolidando como uma questão relevante no país, tanto em termos de movimentos ambientalistas, como nas pesquisas acadêmicas, nos debates midiáticos além de políticas públicas ambientais em processo de ampliação. Em 1973 foi criada a SEMA, em 1981 surge a Política Nacional de Meio Ambiente (mais abrangente) e que entre seus desmembramentos está a instituição do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (1981), ampliando a participação da sociedade e ambientalistas nas decisões²⁹ e a criação do IBAMA, como um órgão específico para acompanhar o cumprimento da legislação ambiental (fiscalizador). A Constituição Federal de 1988 reafirma a participação da sociedade nas diferentes áreas de políticas públicas ambientais, ao mesmo tempo em que reconhece o acesso ao meio ambiente saudável como um direito (art. 225). Nas vésperas da conferência da ONU no Rio de Janeiro em 1990 (ou sob sua pressão), foi criada a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e em 1992 foi instituído o Ministério do Meio ambiente.

As secretarias estaduais de meio ambiente foram se instituindo ao longo dos anos 90 no país. No Rio Grande do Sul somente foi criada em 1999, até então pertencia a Secretaria Estadual de Saúde (Barcelos, 2010). O conselho estadual de meio ambiente foi criado em 1994 pela lei 10.330/94. Em Porto Alegre, o conselho municipal de meio ambiente foi criado pela lei complementar 369/96, sendo consultivo e deliberativo³⁰. Outra instância de participação que dialoga com o campo ambiental é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de 1999 (pela primeira vez foi incorporado a questão ambiental na própria sigla)³¹. Neste plano foram incorporados vários aspectos que seriam previstos posteriormente na legislação federal de 2001 do Estatuto das Cidades. Destacamos que dentre as inovações estão: a função social do solo urbano, a participação na gestão e planejamento urbano, a sustentabilidade social e ambiental.

Assim, os conselhos municipais de meio ambiente, que começam a se estruturar a partir da década de 90, se efetivam como espaço de ampliação democrática, fruto da pressão dos movimentos sociais, e, de alguma forma, se consolidam no cenário da gestão urbana. Em 1997, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo

²⁹ Sendo que cada ente federado do Brasil teria um representante indicado pelo governo federal.

³⁰ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=181. Acessado em mar/2012. Diferente da saúde, não faz referência à paridade.

³¹ O PDDUA começou a ser discutido em 1993 no “I congresso da cidade”, que apontou a necessidade de revisar o PDDU de 1979. Foi reatualizado em 2010 (lei 667/11). Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=205. Acessado em mar/ 2012.

por meio da resolução 237, determina que os municípios que tiverem interesse em realizar os licenciamentos ambientais, bem como gerenciar as taxas daí provenientes, devem ter instituído e funcionando o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e com participação social. Ora, esta resolução estimulou ainda mais a busca pela organização deste espaço de gestão ambiental, tanto por parte da sociedade civil (sensibilizada pelos problemas ambientais) quanto pelo próprio gestor municipal (com interesses de arrecadação). Segundo Carvalho (2006), com base nos dados do IBGE, até 2001 havia 1237 municípios brasileiros (22,2%) com Conselhos municipais de Meio ambiente funcionando (com pelo menos uma reunião anual). Segundo dados do IBGE de 2009 mais de 50% dos municípios do país passaram a ter conselhos. No Rio Grande do Sul, segundo a resolução 167/2007 existem 222 municípios com conselho municipal de meio ambiente funcionando³².

Ainda, além destes espaços nas esferas Municipais, Estaduais e da União, existem outros institucionalizados pelo poder público de participação e que tem uma relevância desde os finais dos anos 90, entre os quais se destaca os comitês de Bacias Hidrográficas. Há comitês locais, regionais e nacionais, com caráter deliberativo e que vem apontando formas de gestão e cuidado mais integrais da gestão da água. Por ser uma lista gigante, o objetivo aqui não é apontar todos os espaços, apenas ilustrar como a lógica da gestão participativa se dissemina no Brasil.

A criação legal destes conselhos com poder deliberativo possivelmente representa um grande avanço para a história autoritária tradicional de nosso país. Assim, além de ser uma possível ampliação da democracia, pode ser segundo Norbert Bobbio (2004), um espaço de complementação ao modelo tradicional da democracia representativa, possibilitando por meio deles, os conselhos, o envolvimento da sociedade na busca de alternativas ambientalmente sustentáveis (González, 2000). Além de ampliar a democratização das Instâncias Estatais tradicionais, os conselhos municipais também se tornam palco de disputas ideológicas de concepção de meio ambiente ou então de visões socioambientais e as práticas daí decorrentes. As formas de gestão participativa constituem um mecanismo para tirar a exclusividade da esfera Estatal (e suas instâncias) na tomada de decisões a partir de pressões da sociedade. Porém, é um espaço em construção e disputa, nele se reproduzindo as relações assimétricas de poder que constituem o conjunto dos campos sociais, como diria Bourdieu.

³² Informações disponíveis em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1612&id_pagina. Acessado em dez/2010. Disponível em <http://www.sema.rs.gov.br/>. Acessado em dez/ 2009.

Com relação a estes novos espaços de participação pela via de conselhos municipais, Gohn (2003) e Nogueira (2005) apontam muitos limites como a falta de autonomia, a efetividade das decisões e a ampliação da democratização. Ainda, apontam outros fatores como a diversidade de interesses dos segmentos da sociedade civil, dificuldade de envolvimento dos conselheiros já que não são remunerados e ainda limites na apropriação das discussões técnicas que muitos temas envolvem para a tomada de decisões. Nogueira (2005) ainda alerta sobre os riscos de transformar este processo numa participação do tipo burocrática e gerencial, onde os conselhos limitam-se a legitimar o governo executivo abandonando um projeto mais radical de democratização, além de outros riscos, como virar refém de determinados segmentos da sociedade civil.

Entretanto, Nogueira (2005), Gohn (2003) e Cortes (2002) partilham a crença da importância destes espaços de participação, mesmo com todos os seus limites, pois foram resultados da pressão e reivindicação dos diferentes movimentos sociais que se articularam nas décadas anteriores no país. Talvez o interessante seja compreender este como um espaço entre outros de manifestação e de disputas políticas, inclusive com a pretensão de absorção pela lógica administrativa ou corporativa.

Certamente que o conceito de participação não é unívoco. Cortes (2004) afirma que o delineamento do conceito de participação depende da orientação política e ideológica de quem o emprega e com que fins o incorpora. A concepção dos órgãos fomentadores internacionais e de muitos governos ao defenderem a participação, difere da concepção de participação proposta por aqueles militantes sociais dos anos 80 no Brasil. Dagnino (2004) argumenta que o neoliberalismo utiliza os mesmos termos, mas com conteúdos muito diferenciados, e mesmo opostos ao proposto pelos movimentos populares. A pesquisadora exemplifica o conceito de cidadania. Para o projeto democratizante do Brasil ela está associada à luta pela igualdade, direito à diferença e mesmo “direito a ter direito”; para o projeto neoliberal trata-se da cidadania formal e do direito do consumidor ligado a lógica do mercado.

A questão aqui não é esgotar a reflexão sobre os conselhos e as formas de gestão participativa nos casos do Brasil e Espanha, mas situar esse debate da participação e gestão presente no conceito de sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Ou seja, concomitante com a consolidação do campo ambiental e do conceito de desenvolvimento sustentável no mundo ocidental, também ocorre certo consenso com relação à democratização da gestão pública e novas formas de parceria com a sociedade.

O terceiro capítulo busca retomar a organização e a disputa pelo espaço de Porto Alegre a partir de diferentes olhares da questão urbana de modo a trazer subsídios para a leitura de como se articulam os diferentes coletivos no campo de conflito socioambiental em estudo. Ou seja, busca-se entender as raízes históricas dos processos sociais de conflitos e de constituição da cidade que influenciaram nas estratégias de ação e discurso e no próprio desfecho do conflito do “Morro Santa Tereza”, mostrando como esse conflito local é ilustrativo do campo ambiental em conflito mais amplo na cidade.

2. O ORDENAMENTO DO ESPAÇO E A EMERGÊNCIA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, está entre as cidades com os melhores indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano do país, possui o IDH de 0,865%³³. Em termos sanitários, 85% da população possui coleta de esgoto; 99,5% possui acesso ao abastecimento de água; 27% de capacidade instalada de esgoto tratado; e 100% de recolhimento de lixo³⁴. Em termos políticos, foi governada por 16 anos pelo Partido dos Trabalhadores (entre 1989 a 2004), o qual fomentou formas de participação democrática consideradas pioneiras como o Orçamento Participativo e diversas políticas sociais (como habitação, melhoria do transporte). Ainda, foi realizada uma reforma urbana culminando no novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA em 1999), e a instituição de conselhos regionais de planejamento urbano, entre várias outras experiências. Desde a época da ditadura, a capital gaúcha foi um importante pólo de organização e resistência ao regime (Baierle, 2007), sediando em 2001 o primeiro Fórum Social Mundial, evento mundial que se repetiu mais três vezes em Porto Alegre (2002, 2003 e 2005).

Apesar destes aspectos positivos em termos de mobilização social e políticas públicas, Porto Alegre, semelhante a outras cidades brasileiras e da América Latina, vivencia inúmeros problemas sociais como transporte público, falta de moradias populares, carência de infraestrutura na periferia entre outros, e ambientais, como deslizamento e inundações, gerando por consequências diversos conflitos sociais e socioambientais (aqui convencionados), dentre os quais se destaca o caso ocorrido no “Morro Santa Tereza”, nosso objeto de estudo. A perspectiva ambiental tem se somado às tradicionais disputas sociais, quando não se tornando a desencadeadora do processo como no Estaleiro do Só, Morro do Osso, etc. Este caso e muitos outros conflitos decorrem do modelo de ocupação e produção dos espaços urbanos, qual seja o modelo capitalista privatista com intensificação da especulação imobiliária.

Para ilustrar os crescentes conflitos decorrentes das formas contraditórias de produção das cidades brasileiras cita-se o caso apresentado por Carneiro, Leite e Tavares (2010) sobre a revitalização do centro de São João Del Rei, cidade mineira. Eles constatam que as

³³Todavia, o IDH varia na distribuição populacional da cidade por bairros, confirmando os dados das grandes desigualdades sociais que constituem o país. Encontrou-se nas diversas fontes consultadas dados diferentes, possivelmente por se utilizarem dos dados do IBGE de anos diferentes. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=256. Acessado em 28.01.2011.

³⁴ Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/anuario/usu_doc/anuario_internet_2009.pdf. Acessado em dez/2010.

populações mais pobres sofrem dupla exclusão: primeiramente ao serem removidas em nome da criação de espaços públicos ditos modernizantes (praças, ruas, museus, parques, etc.) ou obrigadas a sair pelo encarecimento do local em função da proximidade com áreas que se valorizam (objetos de cobiça imobiliária); o outro são as transferências para locais distantes e com carência de serviços públicos de todos os tipos. Esta lógica de ação do ente público, para os pesquisadores, ilustra o quanto este serve aos interesses mercantis e no caso, traduzido na especulação dos espaços urbanos. Mesmo sendo a cidade mineira de porte média, tem semelhanças com Porto Alegre e com o papel omissivo ou mesmo submisso do poder público aos interesses privados em vários momentos. Quer dizer, os grupos mais elitizados que teriam condições de arcar com certos custos de serviços e que nem mesmo tem necessidade de transporte coletivo e escolas públicas são os que ficam mais próximos destas ofertas.

Logo, este capítulo busca situar o conflito do “Morro Santa Tereza”, aqui pesquisado, na dinâmica da cidade e do contexto mundial dos centros urbanos, como também analisar a atuação do poder público local, a especulação imobiliária, como a história das lutas sociais. Reconstruindo assim um mosaico para se entender o conflito aqui estudado, em suas semelhanças com outros conflitos, como as especificidades que culminaram num determinado desfecho.

2.1 Os conflitos sociais pelo direito à cidade na história de Porto Alegre

Segundo Silva (2001b) e Rocha (2007), os conflitos urbanos acompanharam a história de constituição de Porto Alegre. Diferentes estudos citados por estes pesquisadores ao longo do século XX demonstram inúmeros conflitos na ocupação dos espaços, em especial o papel contraditório do poder público na produção da cidade. Para Rocha (2007) desde o início do século o governo se viu desafiado a produzir intervenções, seja ordenando o modo de ocupação seja promovendo políticas como de habitação e transporte coletivo. Para este pesquisador, as autoridades locais buscavam de um lado garantir condições sanitárias da cidade que começou a receber um grande número de imigrantes a partir do início do século XX e não estava preparada e, de outro, produzir infraestrutura mínima para sustentar a vida dos trabalhadores de modo a estimular o desenvolvimento industrial e comercial. A falta de recursos para investimentos por parte deste levou-o a estimular a iniciativa privada para atuar construindo, por exemplo, habitação para a classe trabalhadora. Mas de fato, os incentivos com isenção de impostos não gerou os resultados almejados, pois acabou por se estimular a

especulação imobiliária, encarecendo áreas, permanecendo os problemas de falta de habitação e de outras estruturas necessárias para o desenvolvimento urbano.

Ainda, segundo Rocha (2007), o poder público em Porto Alegre tendeu historicamente, semelhante à constatação de Fuks (2001) no Rio de Janeiro, a agir de modo a reforçar os processos de segregação socioespacial. Entre 1940 e 1960 mais de 12 mil pessoas que moravam na região que hoje se considera a cidade baixa, próximas ao Rio Dilúvio, foram transferidas com o argumento das constantes inundações, mas também, sustenta o pesquisador, porque estas áreas começaram a ser valorizadas com a instalação de infraestrutura, como a canalização do dilúvio, pavimentação das ruas e da Avenida Ipiranga. Essas populações foram deslocadas para o Bairro Restinga, região distante do centro da cidade, sem acesso a serviços públicos e com escassez de trabalho. Este bairro conta hoje com mais de 200 mil habitantes e após meio século ainda apresenta sérias carências de serviços coletivos. As remoções mais recentes continuam colocando como primeira opção à transferência àquela região. Parece usual que as remoções de áreas de risco (enchentes, deslizamentos, etc.) ou de interesse público (como em função de ampliação de vias ou de equipamentos públicos e em função da Copa 2014) no presente assim como no passado tendem a desconsiderar o conjunto de outros serviços necessários como: saneamento, transporte coletivo, unidades de saúde e escolares, postos de trabalho, etc. Esta perspectiva confere com o debate efetivado por meio do Fórum Estadual de Reforma Urbana, realizado em 2010 em Porto Alegre.

Para Rocha (2007), essas formas de intervenção pública em Porto Alegre sejam poucos investimentos e não articulados com as outras secretarias contribuíram com a especulação imobiliária e com o processo de segregação socioespacial. Entre 1965 e 1980, em especial entre 1975 e 1985 sob pressão dos movimentos sociais e com disponibilidade de linha de crédito para financiamento federal (BNH), a prefeitura adquiriu 914 hectares, todavia, boa parte destas áreas era imprópria por serem de risco ou contrárias à moradia, segundo o Plano Diretor.

Assim, por um lado, segundo Rocha (2007), é inegável o papel contraditório e submisso dos governos locais aos interesses do mercado imobiliário, por ser inerente ao capitalismo a lógica mercantil de produção da cidade; de outro, a população afetada não assistiu passivamente (exigiu respostas). Ao longo deste período diferentes estudos (Ferretti, 1984; Ribeiro, 1985; Silva, 2001b; Baierle, 2007) apontam a resistência dos trabalhadores e das classes populares. Silva (2001b) define por classes populares:

um determinado segmento social que, apresentando uma relativa diversidade em termos de inserção no mercado de trabalho (o que impede uma caracterização enquanto operariado ou mesmo como assalariado ou empregados), compartilha um conjunto de características sociais que acabam definindo condicionantes comuns em termos de sua inserção na estrutura social. Estas características, em grande medida associadas às situações de pobreza e de habitação em condições precárias e/ou instáveis, acabam circunscrevendo um conjunto significativo da população urbana que, mesmo marcado pela heterogeneidade profissional, encontra-se posicionado de maneira próxima na estrutura social, uma vez que compartilha posições marcadas pela espoliação, subordinação e discriminação social (p.92).

A grosso modo, poderia se defender que são aqueles segmentos que não se vêem contemplados (geralmente) como classe trabalhadora e nas lutas dos sindicatos, não partilham necessariamente afinidades profissionais, mas tem em comum baixa renda, moradias precárias e pouco acesso a serviços públicos.

Segundo Silva (2001), na década de 40 começou a surgir formas de associação por bairros em vários locais da cidade para reivindicar ampliação de ofertas e melhorias nos serviços urbanos. Pela metade dos anos 50 é criada a Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros - FRACAB, visando articular os movimentos comunitários em todo o território estadual. Em 1959 com apoio do prefeito do PTB e do empresário Caldas Junior foi realizado o I Congresso de Associações de Bairros de Porto Alegre, dando origem a Federação de Bairros de Porto Alegre. Em 1962 surge outro movimento, a Liga Interbairro Reivindicatória e Assessorada – LIBRA, em especial na zona norte, articulando reivindicações locais e fazendo uma crítica ao paternalismo da FRACAB e sua excessiva aproximação governamental, defendendo a autodeterminação. Ao longo da ditadura militar foram reprimidos ambos os formatos associativos e as associações de bairros que permaneceram foram por meio da submissão ao poder estatal, perdendo o caráter crítico e reivindicatório.

No final da década de 70 no contexto de pressões pela redemocratização do país, a capital gaúcha retoma o que aqui convencionamos como o segundo momento de articulação da resistência social ao direito ampliado da cidade. A FRACAB em um evento de 1979 indicava a necessidade de uma postura mais radical e de disputar o governo municipal por meio de um partido político que defendesse os interesses dos trabalhadores e das classes populares. Surge a União das Associações de Moradores de Porto Alegre - UAMPA com um discurso mais combativo no início de 1980. Neste período ocorre uma maior aproximação

destes com outras organizações sociais como o movimento sindical e estudantil, uma vez que partilhavam a luta comum contra a ditadura e ampliação de participação (Silva, 2001b).

Com a vitória da Frente Popular nas eleições de 1988 começam a se proliferar essas outras experiências de participação como do Orçamento Participativo e os conselhos (já mencionados no 1º capítulo). Nos anos 90 também se consolidam várias outras associações como clube de mães, times de futebol, entidades religiosas, associações comunitárias de creches e associações que se articulavam a nível regional e não necessariamente com a representação vertical de uma entidade única de representação. Cabe destacar entre as articulações regionais citadas por Silva (2001b) e Baierle (2007), a União de Vilas do bairro Cruzeiro (a qual inclui a região do Morro Santa Tereza), que congregava em 1988, 16 das 23 associações na região. Assim, se nunca houve uma união plena das associações de bairros como foi sonhada por militantes populares, isto não significa que não tenha ocorrido articulações e conquistas. Possivelmente o caso de resistência do “Morro Santa Tereza” seja fruto desta longa história de organização e resistência popular.

Portanto, no final dos anos 70 retorna um processo de mobilização social em Porto Alegre, em especial, a participação daqueles coletivos até então não visualizados nos espaços públicos, quais sejam os movimentos populares de bairro e associação de moradores. Em uma pesquisa de 1991, 14,8% dos entrevistados informaram participar de alguma organização de bairro (Silva, 2001b). O principal espaço ocupado por estes novos coletivos nos anos 90 são o Orçamento Participativo, onde exerciam mobilização visando garantir o acesso aos serviços urbanos, em especial o direito à moradia e escolas, essa primeira demanda sempre figurou entre as três prioridades nas assembléias locais (Silva, 2001b).

O terceiro momento de articulação política (definido aqui com fins metodológicos), daqueles coletivos que não se sentem contemplados nas políticas públicas hegemônicas, a ser destacado são os novos desenhos no final dos anos 90 e primeiros anos de 2000. Esta proliferação de novos agentes de caracterização em coletivos inclusive em forma de ONGs nos anos 80 e 90 (muitas ligadas à luta ambiental), não é um fenômeno exclusivo de Porto Alegre, pois se espalha pelas cidades brasileiras. Oliveira (2005) em seu estudo sobre a emergência da luta ambiental no Rio Grande do Sul afirma que a partir dos anos 80 ocorre uma aproximação entre estes com outros movimentos sociais (estudantil, sindical) e populares (movimento de moradia entre outros), influenciando mesmo na criação do Partido dos Trabalhadores. No final do século XX se intensificam ações comuns, em especial incorporando a dimensão socioambiental em várias ações coletivas, pautando com estratégias antigas e novas. Ainda são utilizados fechamento de ruas e caminhadas, protestos em frente a

sede do governo municipal e estadual, ocupações de locais; mas também novas performances como a utilização da rede de internet, como os Movimentos de Blogueiros (também utilizado no caso do Morro Santa Tereza), conseguindo chamar atenção da opinião pública nacional e internacional, a exemplo de outros países, como no caso do Egito e mais recentemente no Brasil (junho/2013), explosões de mobilização com diversas pautas e formas de atuação que se articulam, em especial, pelas redes sociais (internet).

Nesta direção, emerge eventos como o I Fórum Social Mundial (2001), fruto deste momento de unificação das lutas pela ampliação do acesso aos direitos socioambientais. Destas novas organizações surgem movimentos como em defesa da Orla do Guaíba (2007), congregando representações de ambientalistas, sindicalistas e estudantes. E mais, somam-se, às vezes contraditórios entre si, novos espaços públicos de disputas que vão incorporando uma infinidade de coletivos com identidades muito diversas dos espaços tradicionais dos sindicatos e mesmo dos conselhos de gestão. Nestes novos horizontes cabe perfeitamente o conflito do “Morro Santa Tereza” (2009-2010) como exemplificação.

Em outros termos, baseado nos diferentes estudos sobre os conflitos sociais e ambientais em Porto Alegre ao longo de sua história, pode-se considerar que capacidade de mobilização do movimento de resistência contra a venda do “Morro Santa Tereza” aproximando movimento popular, sindical e ambiental não é algo inédito, ao contrário vem ocorrendo processos semelhantes desde os anos 80. Com isso se retoma a visão de Bourdieu (2000) de que os agentes sociais agem no campo a partir de um capital social e habitus incorporado historicamente. As ações possuem nexos com um desenho de serem espontâneas e menos ainda livres de condicionantes históricos, ou seja, a possibilidade de aproximar grupos bastante heterogêneos como os envolvidos no conflito do “Morro Santa Tereza” se engendra a partir de um campo estruturado de poder que se constituiu historicamente, espelhado em experiências e sentidos anteriores de alianças no campo em conflito. Eram coletivos que historicamente construíram ações em comum, as quais possibilitaram em dado momento se criar novas alianças, embora com originalidade própria que explica desfecho diferenciado de outros conflitos na capital gaúcha.

Entretanto, para Oliveira (2005), isto não significa que não haja conflitos ou que estas novas alianças seguiriam uma rota linear e inevitável. Em seu estudo sobre a história do movimento ambiental, afirma que este é marcado por conflitos, tanto externos (em relação ao poder público e com empresas poluidoras), como no seu interior (entre as diversas entidades). Desse modo, assim como não há consensos entre os próprios ambientalistas, também isto não é visualizado no campo empírico de conflito no caso do “Morro Santa Tereza”, trata-se de

uma estratégia de aliança provisória de luta e resistência. As observações de campo que vem sendo acompanhadas desde julho de 2010 também apontam importantes tensões e demarcações, em especial entre movimentos populares e ambientalistas. Aliás, havia relatos em reuniões sobre o quanto foi difícil construir uma espaço de reflexão e luta comum entre as próprias ações de moradores na grande Cruzeiro³⁵, em função de conflitos históricos entre si. Silva (2001b) igualmente aponta as tensões e rupturas verificadas ao longo do século XX entre as associações de Bairros, conflitos entre práticas assistencialistas ou mais combativas, ou no reconhecimento de entidades de representação municipal.

Estes diferentes estudos apontam que há um poder político acumulado pela história de luta dos movimentos sociais e populares na cidade, mas também a heterogeneidade dos envolvidos, que em alguns momentos possibilitam unificar a luta por pautas ou ameaças que afetam mais amplamente os coletivos, e em outros as divergências são tamanhas que não permitem acordos³⁶. O discurso da defesa ambiental, uma das reivindicações em disputa no conflito pesquisado não é homogêneo nem entre os diferentes ambientalistas envolvidos nem com relação aos demais que compõe o movimento de resistência, e nem mesmo entre os representantes do governo. Portanto, a busca por elucidar os diferentes discursos e práticas, as relações de poder e disputas pela legitimidade destes é a questão central desta pesquisa.

A seguir, será retomada a reflexão sobre o papel do poder público na produção do espaço urbano da capital gaúcha, o quanto este atuou reforçando ou diminuindo a segregação socioespacial, com o intuito de contextualizar o campo das lutas socioambientais. Entender a dinâmica do conflito e o êxito do movimento de resistência do “Morro Santa Tereza” significa considerar a realidade de posição de diversos agentes e alguns com menos poder se comparado com o ente público e os grupos econômicos (construção civil).

³⁵ Nas entrevistas apenas duas destacaram as dificuldades de articulação entre os diversos coletivos envolvidos no “movimento de resistência à venda”, uma liderança de moradores e o outro, representante do movimento popular, um dos articuladores que batia de porta em porta. Acredita-se que a percepção da tensão por estes em parte se deve ao papel desempenhado no conflito, a primeira liderança iniciante e o segundo costurando as divergências. Sendo que o segundo era quem mencionava nas reuniões a necessidade de manter a união.

³⁶ Pode-se exemplificar o caso do Morro do Osso, onde grupos ambientalistas e indígenas não entraram em acordo sobre a ocupação do Parque (Fuhr, Gerhardt, Kubo, 2012).

2.2 A atuação do poder público na promoção do direito à cidade

2.2.1 O poder público municipal e a ocupação dos espaços

Milton Santos (2000) afirma que as regiões metropolitanas incorporam ao mesmo tempo problemas nacionais, estaduais, regionais e locais, logo, refletir as cidades, e Porto Alegre não é exceção, requer considerá-las nesta complexidade dialética. Portanto, a pesquisa de um conflito socioambiental além de levar em conta as especificidades locais e temporais das questões peculiares em jogo e dos agentes envolvidos diretamente, há que considerar as outras influências, tais como, as tendências nacionais e globais daqueles agentes que mais influenciam no campo em questão, tais como o modo de operar do setor imobiliário, as novas produções de alocação territorial e segmentação dos espaços urbanos (fluxos), entre outros aspectos.

Telles e Cabanes (2006) ao pesquisarem sobre a cidade de São Paulo, afirmam que esta como as grandes metrópoles mundiais sofreram transformações no final do século XX. A análise deste fenômeno requer considerar de modo mais complexo levando em conta além de aspectos econômicos, os culturais, os simbólicos, entre outros. Aliás, argumentam elas que a própria periferia mudou muito com a reestruturação do mundo do trabalho e as novas tecnologias. Sem buscar aprofundar a temática aqui, trata-se de introduzir a questão de que também a cidade de Porto Alegre vem vivenciando mudanças seguindo essa tendência de modernização. Para exemplificar isto, pode-se citar o fenômeno da desconcentração dos centros urbanos em direção a periferia, por parte das elites, verificada na cidade paulista por Kowarick (2009) e Caldeira (2008), e também visualizado na capital gaúcha, conforme estudos realizados por Ueda e Normann (2005), Comim (2010), Guimaraens (2008), etc.

Num processo de expansão e modernização é bem compreensível que as classes altas procurem novas locais de moradia, onde priorizam segurança, aspectos estéticos, espaços de lazer e áreas verdes. Surgem novos produtos imobiliários em áreas periféricas, antes desvalorizadas, que passam a criar novos espaços de urbanização e novas periferias distantes do centro. As autoras mostram como isto tem se distribuído em Porto Alegre, seja nas ocupações em condomínios de luxo em direção a áreas distantes da zona norte, seja em direção à zona sul, próximo da orla do rio Guaíba e de áreas verdes (procura esta mais recente se comparada com a zona norte). Mais do que direções aleatórias, o sistema imobiliário faz planejamento para a incorporação das áreas, utilizando critérios como locais onde os terrenos permitem grande retorno financeiro e de preferência com infraestrutura básica instalada pelo

poder público. São critérios para baixar custos de construção e aumentar os lucros nas vendas. As pesquisadoras constataram uma tendência de criar áreas nobres numa posição radial em relação ao eixo do centro, com padrões comuns que selecionam o público alvo a que se destina. Em muitos casos, a construção de certos empreendimentos implica em negociação para inserir alterações no Plano Diretor Urbano.

A valorização da região centro-sul e sul, em especial, o Bairro Cristal (limítrofe com o Morro Santa Tereza) nos últimos anos destaca-se pela instalação de empreendimentos acompanhados pela intervenção do órgão público, como a ampliação (duplicação) viária e pela remoção de centenas de famílias. Esta região vem sendo palco de conflitos desde o final da década de 90, e certamente está em jogo o modo de apropriar-se deste espaço e quem dele se apropria. Entre os conflitos pode-se citar a disputa pelo uso do Estaleiro que culminou numa consulta pública (2009) sobre o uso residencial ou não (embora não tenha colocado outros aspectos em questão); a autorização de venda pelo governo estadual de um terreno público doado para o Jockey Club (2010); a remoção de famílias para as diversas obras locais destes empreendimentos citados; e mais recente, respectivamente, o conflito do “Morro Santa Tereza” (região próxima) iniciado em 2009 e os conflitos em função das obras da Copa do mundo 2014, próxima ao Estádio do Beira Rio.

Fuhr, Gerhardt, Kubo (2012), ao refletir sobre o conflito socioambiental no Morro do Osso na Zona Sul portoalegrense, também aponta a especulação imobiliária como um dos interesses em disputa que tem atuado na região desde os anos 70, mobilizando a resistência de ambientalistas e moradores locais. A ocupação de áreas verdes tem sido frequente na cidade ao longo dos anos, argumentam eles. Apesar da transformação da área em parque natural em 1994 pelo executivo fruto da pressão social (ambientalistas, moradores locais interessados na preservação ambiental), ainda há uma área considerável (100 hectares) em processo de desapropriação, ou seja, em disputa judicial em função do valor dos terrenos e do interesse dos proprietários e das empresas do setor imobiliário em se apropriar do local para outros fins.

O interesse do setor imobiliário pela região sul se explica por três fatores atinentes à modernização e à apropriação de novos espaços de consumo. Está em vigor uma tendência que implica em processos de descentralização dos centros urbanos, criando policentros, considerando as formas congestionadas, não só de mobilidade. A zona sul tem sido alvo de investimentos de classe alta e média, com a construção de vários condomínios horizontais como Terra Ville, Parque Knorr, Jardim do Sol e Alpha Ville. Outro fator é o localizacional, a região do Cristal (e arredores) funciona como elo que une o centro e os demais bairros da região sul com infraestrutura viária. E ainda, um terceiro, a exploração paisagística, esta é

utilizada nas propagandas para comercialização de empreendimentos, como a vista panorâmica, por ser “perto da natureza”, com qualidade de vida. Uma simples observação de panfletos distribuídos nas ruas, publicidade em jornal ou na TV atesta a análise de que propaganda de venda de apartamentos também aponta como estratégico o argumento paisagístico e um suposto contato intenso com a natureza.

Nesta região do Cristal o poder público estadual e municipal vem agindo de modo contraditório e em benefício do setor imobiliário (Comim, 2010). Para exemplificar os argumentos da autora destaca-se que o governo municipal aceitou as mudanças de uso da área do Estaleiro Só sem ter sido apresentado um projeto de uso sustentável da área e sem avaliar os impactos do empreendimento, alegando que seria analisando posteriormente. Este procedimento vai de encontro ao Plano Diretor que exige Estudo de Viabilidade Urbanística para empreendimentos com impacto (Rocha, 2011). De fato, estes grandes empreendimentos na região do Cristal ilustram as novas parcerias entre o setor público e privado da época contemporânea (em parte discutido no final do capítulo anterior). E mais, ilustra o modo como os governos locais veem a cidade, como espaços atrativos para investimentos globais, por isso a flexibilização da legislação para fazer parcerias.

Neste sentido pode-se retomar a afirmação de Santos (2000) de que nas cidades há cidadãos de diversas ordens e classes: há aqueles que podem utilizar a metrópole toda porque estão nos fluxos, circulam e podem acessar os serviços; e outros, apenas parcialmente porque não acessam os serviços ou apenas parcialmente, nem mesmo conseguem fazer chegar à sociedade seu trabalho como mercadoria. Ou seja, “a rede urbana, o sistema de cidades, também tem significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo” (Santos, 2000, p.112). Assim, para o autor, o ente público tem um papel relevante: pode por meio de políticas públicas ampliar o acesso daqueles cidadãos com menos oportunidade ou condições de circular; como reforçar os processos de segregação socioespacial, contribuindo assim, com o que aqui estamos chamando de injustiças socioambientais. Nesta direção a ideia de território torna-se um aspecto considerável, afinal identifica os coletivos com o local não apenas em termos materiais como simbólico e cultural, aliás, discursos de que o local tem um sentido para além do valor econômico foram observados nas reuniões do movimento intitulado “em defesa do Morro”. Segundo eles, morar ali permitia acessar a cidade “ir a pé ao centro”, possuíam a “história familiar de décadas”, “relações de vizinhanças”. Se for comparado com as condições precárias em que as pessoas foram transferidas para o Bairro Restinga nos anos 60 e que, ainda hoje, permanece problemático, é visível que o território faz diferença no acesso ao direito de usufruir da cidade.

Kowarick (1980), Carneiro, Leite e Tavares (2010) e Harvey (2006) avaliam que o Estado tende a agir a serviço do capital econômico em detrimento dos outros segmentos sociais, e diferentes estudos aqui retomados sobre a ação do poder público (municipal e estadual) em Porto Alegre tendem a confirmar essa lógica, e mais, sua semelhança com outras cidades Brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, São João do Del Rei, Recife, Florianópolis) e mundiais (como o caso de Barcelona, já citado). Kowarick (1980) afirma que em muitos casos ao promover políticas públicas como saneamento, abastecimento de água, ruas, eletricidade, acaba por excluir as pessoas tendo em vista a valorização do local e o encarecimento do custo destes serviços antes inexistentes.

Rocha (2007), na direção de Kowarick (1980) cita o caso da Vila Timbaúva, em Porto Alegre, em 2005, onde os moradores locais rejeitaram a instalação de luz elétrica por não ter como pagar. Ainda, as próprias políticas públicas podem valorizar a área de modo a favorecer a lógica da especulação local e em áreas próximas, obrigando as populações com baixa renda a se deslocarem. Ueda e Normann (2005) e Comim (2010) também mostram como áreas vizinhas aos locais que se tornam nobres começam a serem valorizadas. Isto é perfeitamente visível no conflito do “Morro Santa Tereza”, como área estratégica para a especulação imobiliária, tanto em função das obras da Copa do Mundo de 2014 como da recente valorização da região do Cristal.

Segundo Rocha (2007), o governo municipal historicamente promoveu infraestrutura e equipamentos coletivos, e em muitos casos, ao fazê-lo, contribuiu com a especulação imobiliária na medida em que acabou igualmente promovendo a valorização dos imóveis (que encarecem), fruto destas políticas instaladas. Enquanto o governo arcou com o ônus da remoção e com investimentos maciços em local distante e carentes de serviços (como na Restinga), outros setores como o imobiliário apenas lucram, seja com os espaços do centro onde foram desalojadas as famílias, seja na especulação dos vazios urbanos entre este e o Bairro (Restinga), que com infraestrutura pública aumenta os valores dos imóveis, argumenta o pesquisador.

Ainda, Rocha (2007) sustenta que as ocupações irregulares não são apenas de pobres, exemplificando com o caso do morro do Bairro Teresópolis nos anos 80 (já citado no 1.2), em que foram removidos os pobres por ser considerada uma área de preservação ambiental e posteriormente, foi ocupado por casas de alto padrão. Zhouri (2005b) afirma que muitos discursos de defesa ambiental têm sido utilizados para reforçar o processo de injustiça socioambiental, sendo que o poder público cumpre um papel estratégico neste sentido. Bueno (2009) ao comparar casos de ocupação irregular no nordeste e em duas cidades paulistas,

conclui que as autoridades não podem tratar do mesmo modo aquelas populações que ocupam certas áreas por falta de opção daquelas ocupações de luxo.

A seguir tratar-se-á das transformações do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA de Porto Alegre, ampliando a participação da sociedade e suas implicações no reordenamento dos espaços no final do século XX até os dias atuais.

2.2.2 A participação e o PDDUA: desafios da gestão pública

O crescimento dos centros urbanos promovido pela revolução industrial produziu imensas transformações nos aglomerados, trazendo novas demandas provocando novos desafios, exigindo da sociedade e do ente governamental planejamento e regramentos de ocupações (locais, densidades, tipos de edificações conforme o ambiente e solo), bem como, a implementação de instrumentos coletivos como áreas de lazer coletivo (praças, parques, áreas de prática de esporte), pavimentação, regularização fundiária e habitacional, transporte entre outros serviços.

Para Guimaraens (2008) os problemas urbanos desde o final do século XIX imprimiram no mundo a necessidade de se fazer planejamento urbano. Inicialmente e por boa parte do século XX este planejamento era centralizado, verticalizado e com pouca participação da sociedade. Nos anos 60 começam a surgir muitas críticas a estas formas tradicionais de planejamento. Este fenômeno também é visível no Brasil, pois o crescimento dos movimentos sociais e urbanos, segundo a autora, começam a pressionar o ente público por novo modelo de planejamento e ocupação urbana. Nos anos 70 se proliferam os PDDU – Planos Diretores Desenvolvimento Urbano, Porto Alegre é uma das cidades que os cria, todavia estes foram criticados por pouca participação do conjunto dos segmentos sociais e por não saírem do papel na maior parte dos casos. Para a pesquisadora desde a década de 60 muitos explicam o fracasso do planejamento urbano à falta de participação. O processo de participação não avança no país uma vez que se instaura a ditadura, mas com o final do regime ditatorial começam a se proliferar novamente as reivindicações de participação.

Fruto das eleições diretas, em 1989 ascende ao poder na capital gaúcha o Partido dos trabalhadores e com ele se inaugura uma ampliação da participação da sociedade, em especial daqueles segmentos tradicionalmente pouco ouvidos, os moradores de periferia (já mencionado). Nesse mesmo ano ocorreu a implementação da experiência do Orçamento Participativo (OP) e, em 1993 começa a ser debatido “Porto Alegre mais - a cidade

constituinte”, o qual inicialmente apenas visava ouvir a população sobre o desenvolvimento da cidade, mas trouxe por desmembramento a demanda de revisão do Plano Diretor. Este processo foi uma ampliação do debate do OP passando a abranger diversas temáticas urbanas como saúde, educação e planejamento. No final de 1993 realizou-se o congresso da cidade e foi deliberado pela revisão do Plano Diretor. Um dos debates centrais foi a densidade urbana, onde as populações mais pobres acusavam o PDDU de ser elitista e em contrapartida, defendiam um processo democrático e redistributivo, uma das pautas principais encabeçada pelo movimento de moradia (Guimarens, 2008).

Guimaraens (2008) argumenta que o processo de revisão do PDDUA produziu importantes inovações, tais como: o imposto progressivo para áreas de vazios urbanos onde há maior concentração de investimento público visando combater a especulação imobiliária; função social da propriedade urbano e a participação ampliada (já previsto na Constituição Federal), aumento dos investimentos naquelas áreas definidas como solo criado, etc. Sob o aspecto da participação foi realmente original, ocorreram inúmeros seminários, encontros locais nas 16 regiões do OP, elaboração de material mais didático para apoiar a compreensão do debate. Todavia, a pesquisadora ressalta os limites da participação da população em geral em debates mais técnicos, o que exige grande empenho e contextualização de onde emerge a proposta, a fim de que seja interpretada a vontade coletiva e, neste sentido, houve equívocos na aprovação final do PDDUA.

Guimaraens (2008) sustenta que em Porto Alegre se reconheceu o direito à cidade ao conjunto da população antes mesmo de ser instituído o Estatuto da Cidade em 2001 (lei 10.257). Esta conquista certamente é fruto de uma gestão pública que assume a democratização das decisões sobre o planejamento urbano e do esforço de ver a cidade para o conjunto, em especial os mais excluídos.

A temática do planejamento urbano e PDDUA também é alvo de pesquisa da tese de Débora Silva (2012), a qual analisa o possível papel inovador do planejamento urbano promovido pela administração petista e retoma este processo que culminou no novo PDDUA (incorporando a dimensão ambiental) aprovado em 1999 (lei complementar 434). A pesquisadora retoma os conceitos de planejamento que acompanharam o debate ao longo do século XX, suas formas mais centralizadoras ou mais abertas à participação, a compreensão de como articular o espaço urbano com as questões sociais e contextualiza nas percepções daqueles agentes principais que se envolveram na revisão do PDDUA dos anos 90, tais como o poder público (técnicos e políticos), ONGs e movimentos sociais e as entidades tradicionais

que participavam da instância de planejamento urbana da cidade (IAB, representações do setor imobiliário e da construção civil, SENGE).

Dentre os destaques desta pesquisa de Silva (2012) há que mencionar a importância de metodologias participativas para envolver os agentes sociais no debate, em especial aquelas populações com menor escolaridade e neste sentido a autora reconhece um esforço por parte dos representantes da gestão pública (classificados de políticos) e de alguns técnicos da prefeitura que ao longo do processo se convenceram da importância da ampliação da participação. Mas esta forma de intervenção não foi consenso nem no setor público, nem entre os técnicos da prefeitura e nem mesmo entre as entidades (IAB, SENGE), muitos destes segmentos criticaram a lentidão do processo e os limites da ampliação da participação, considerando que a linguagem técnica exige certas especialidades.

Outro aspecto relevante trazido por Silva (2012) e que dialoga com a presente tese é que o ente público (a estrutura como um todo) não é homogêneo, os gestores políticos têm diferenças e os trabalhadores técnicos das secretarias também. A autora mostra que a relação entre políticos e técnicos da secretaria de planejamento foi conflitiva e tensa ao longo do processo de revisão do PDDUA. Para a pesquisadora

“a maior parte dos conflitos entre técnicos e políticos aconteceu por dois motivos: primeiro, porque não existia o entendimento entre os atores de que as condições urbanas das áreas mais pobres das cidades eram um problema prioritário a ser resolvido no planejamento urbano. Segundo, porque a participação popular nos processos de planejamento urbano também não foi consenso entre os atores.” (2012, p.241)

Assim, a autora propôs três grupos que caracterizam as visões de planejamento urbano: os técnicos que ignoram a dimensão social e política, interpretando-o estritamente como espaço físico-territorial. Os políticos que somente veem a dimensão social e olham os técnicos e os conhecimentos com um entrave para a superação das desigualdades. Aqueles políticos e técnicos que incorporam o conhecimento técnico e a dimensão social. Estes últimos perceberam que a participação popular relevante precisava lidar com a dificuldade das discussões técnicas, e muitos se ocuparam de fazer esta mediação com o conjunto dos envolvidos (Silva, 2012). De fato, a pesquisa revela que todos os envolvidos apontam críticas e não se sentem vitoriosos, todavia este processo trouxe inegáveis avanços e aprendizagem para o conjunto dos participantes.

Silva (2012) afirma que nas entrevistas também emergiram críticas com relação à forma de intervenção dos setores empresariais, os quais buscavam garantir seus interesses de

todas as formas, inclusive por outros canais como junto ao legislativo municipal. Para alguns entrevistados, os únicos vitoriosos foram os representantes da construção civil, afinal a flexibilização e certas mudanças acabaram por reforçar os processos de especulação imobiliária que começa a se intensificar. Silva (2012) e de modo semelhante Guimaraens (2008) afirmam que isto se deve possivelmente mais a ingenuidades dos gestores petistas que não previam a saída do poder do que má fé ou comprometimento com estes setores econômicos, considerando a abertura dada à participação da população periférica e os investimentos nestes locais antes pouco visíveis.

Comim (2010) em seu trabalho acusa que durante o governo petista começou um modelo de planejamento e ocupação urbana mais sensível aos interesses de mercado, promovendo as mudanças do PPDUA como na densificação, uso do solo, aumento de construções verticais, aspectos que se aprofundaram nos governos posteriores. Comim (2010), Ueda e Normann (2005) entre outros pesquisadores já mencionados anteriormente, analisam os impactos de mudança do PDDUA na ocupação urbana. Mostram as tendências de ocupação de condomínios em direção a zona sul (e centro-sul onde se encontra a região do Morro Santa Tereza), as mudanças nas edificações (densidades, altura, etc.) e mesmo o aproveitamento de brechas legais para adequar mudanças nas formas de ocupações beneficiando certos grupos (em geral, o setor imobiliário e de construção civil). Comim (2010) salienta que sob a alegação legal de “projetos especiais”, criado para dar flexibilidade ao planejamento e as ações (formas de parcelamento de uso e edificações) presente no PDDUA, o ente público tem usado a revelia para aprovar empreendimentos de todas as espécies, desconsiderando mesmo aspectos como o impacto ambiental, exemplificando com o projeto do Estaleiro do Só na região do Cristal.

Porém, concordando-se com Guimaraens (2008) e Silva (2012) é possível que mais do que servir a interesses do setor da construção civil, a flexibilização do PDDUA nos anos 90 como no aspecto da ampliação das áreas mais densas de população e investimento (densificação) se deu para atender aos interesses das populações mais pobres de morar onde há mais acesso aos serviços públicos, aliás, Comim (2008) reconhece avanços na participação. Entretanto, como aponta Silva (2012), as diferentes forças em jogo disputaram espaço e os setores como o imobiliário e da construção civil se articularam para garantir seus interesses. De fato as tendências globais de ocupação urbana das sociedades capitalistas, tais como os processos de descentralização urbana, cidades atrativas para o capital internacional são

fenômenos que influenciam nas relações sociais locais com a participação de segmentos que ali se beneficiam (Davis, 2004; kowarick, 2007; Harvey, 2010; Ueda e Normann, 2005).

As considerações sobre o planejamento urbano e as mudanças do PDDUA da década de 90, somada às modificações posteriores que culminam na reforma de 2010, analisado pelos diferentes pesquisadores, aqui citados, evidenciam que se trata de um campo em disputa, permeado por diferentes interesses e por relações de poder diferenciadas. E mais, o próprio poder público atua de forma diferenciada nos diferentes momentos e ainda, em seu interior também aparecem divergências. Todavia, concordando com a perspectiva de Bourdieu (1989) e Celikates (2012), há estruturas fundantes que interferem na forma de compreensão da realidade, de modo que os agentes envolvidos não possuem a mesma capacidade (poder material e simbólica) de intervenção. Ainda que Silva (2012) mostra as divergências entre técnicos e políticos (petistas na gestão municipal), o que evidencia os limites de se considerar apenas aspectos estruturais da realidade social, isto não significa que não haja relações de poder desiguais e estruturas sociais que influenciam a tomada de posição do conjunto dos agentes nos campos sociais. Para exemplificar, citam-se as dificuldades de compreensão dos temas mais técnicos que envolveram a revisão do PDDUA nos anos 90, onde muitos técnicos criticaram a lentidão da revisão, atribuindo-a em grande medida porque as populações mais pobres não conseguiam entender certos debates (Guimaraens, 2008). Neste sentido, os diferentes capitais (cultural, econômico, político) na perspectiva de Bourdieu interferem nas disputas, a exemplo dos conflitos em torno da definição do papel do planejamento urbano, formas de ocupação e para quem se destina, ampliação ou não da participação.

Frente ao exposto sobre as possíveis formas contraditórias de intervenção do ente público, a seguir tratar-se-á dos limites e potenciais de produção desse espaço urbano, em geral e mais especificamente na capital gaúcha.

2.2.3 Potencialidades e limites da ação do Estado como agente de políticas públicas

Conforme a discussão do capítulo anterior, sob a lógica hegemônica do modelo neoliberal são produzidos discursos e práticas de políticas públicas e de democracia diferentes do período do Estado do Bem Estar Social. Há uma defesa da democratização dos países por meio da democracia representativa, com ampliação de espaços de participação, entre os quais os conselhos de gestão que permitiria um maior controle dos gastos públicos e pressão por

maior eficiência das políticas Estatais. Se, de um lado, pode ser observada a disseminação de espaços de gestão participativa, de outro, há que atentar que são do tipo mais formal, consultivo e informativo, e não gestão participativa. No Brasil, vige um longo embate político em torno do predicado deliberativo e de seu significado, entretanto isso não garante por si só efetividade e execução de práticas por meio de providências concretas decorrentes das decisões.

Como exemplo, pode-se citar o caso do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Maria (Ebert, 2009; Bolzan, 2008), onde o conselho tomou várias decisões que foram ignoradas pelo poder público, de modo que se recorreu ao Ministério Público para resolver o impasse, e que só em parte garantiu a decisão do conselho. Ainda, pode-se ilustrar outro caso, o conflito recente no conselho municipal de saúde de Porto Alegre (final de 2011) que votou contrário a proposta do Executivo de criar uma Fundação para gerenciar a saúde municipal; porém o governo municipal (com aprovação da Câmara de Vereadores) implementou o projeto de inovação no campo da saúde. Tal decisão não tem sido exceção no país, mesmo constando na legislação federal e municipal que o Conselho de Saúde funda-se a instância máxima de deliberação no campo de suas competências. Sem sombra de dúvida, a garantia legal comparece como um fator relevante, mas não o suficiente para garantir que as decisões tomadas pelos conselhos de gestão sejam executadas. Parte da presente pesquisa busca apontar isso ao se propor uma tipologia do campo ambiental, que outras forças influenciam o ente público e na tomada das decisões. E com isso apontar que os espaços de participação institucionalizados, ou não, estão em disputa e num campo de relações assimétricas de poder, onde os diferentes coletivos buscam influenciar as decisões governo.

Avritzer (2008) analisa o desenho de três mecanismos instituídos por meio de formatos participativos: o orçamento participativo, os conselhos de políticas e os planos diretores municipais das cidades brasileiras: Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador. O autor aponta as diferenças e as perspectivas de democratização (democracia participativa) destes organismos, mostrando que variam em termos de relação com o Estado, autonomia da sociedade civil e aspectos legais. Além disso, classificam estas diferentes práticas da sociedade civil como alta, média e baixa capacidade de democratização. Segundo ele, estas experiências de participação variam de um local para outro dentro da própria institucionalidade; por exemplo, o orçamento participativo de Porto Alegre tem uma configuração com especificidades que não foram encontradas nas experiências de Belo Horizonte. O orçamento participativo seria o mais democratizante, contudo é o processo mais frágil e dependente do gestor municipal; enquanto que os conselhos políticos, como conselhos

municipais de saúde e meio ambiente, promovem uma democratização média com um processo mais sólido, pois o amparo legal potencializa uma maior estrutura institucional e de poder que possibilita maior efetividade das decisões. Nos diferentes espaços, o êxito dos movimentos e de sua organização social depende em grande medida de seu acúmulo histórico e cultural de participação. Nos locais onde historicamente havia maior organização das comunidades verifica-se que eles conseguem caminhar com mais autonomia e possuem maior poder para garantir seus projetos nas disputas dentro da esfera ou trâmites Estaduais.

Outra transformação importante deste novo modo de gestão liberal das políticas públicas na visão de Telles (2009) refere-se à mudança de formato ou de abrangência. As políticas públicas perderam um tanto da característica universalista da época anterior, sendo priorizadas políticas focalizadas e pontuais (para certos grupos e provisórias). No Brasil até cresceu os investimentos sociais a partir dos anos 90, por exemplo, na área de combate à pobreza e exclusão social, mas por meio de programas operadores de seletividade dos beneficiários. Segundo a autora, o próprio Castel teria chamado a atenção para este fenômeno da filantropização da pobreza por meio de programas focais e localizados, acompanhado de projetos de parceria entre poder público e sociedade civil. Isto é, em nome da boa gestão e da eficiência de programas sociais, a sociedade civil abriu mão da radicalidade das reivindicações, argumenta a pesquisadora.

Ainda, Telles (2009) afirma que, em certos casos, movimentos sociais ou associação de moradores com uma longa história de resistência, neste novo modelo de gestão pública, abrem mão de seu papel e tornam-se ONGs, para disputar projetos a serem executados com recursos públicos. Neste caso, a agenda já não é ditada pelos movimentos populares, esgotando o potencial transgressor e reivindicatório em favor de outros modelos, como a lógica de projetos. Díaz (2011), igualmente referindo-se ao caso de Barcelona, aponta algo nesta direção e opina que mereceria um estudo para analisar esta nova relação estabelecida entre certas associações de bairros com o ente público e com as empresas privadas ou terceirizadas (que executam e controlam espaços públicos urbanizados nos últimos anos). Em especial, a autora problematiza o grau de autonomia das associações de moradores neste novo processo de reforma do espaço urbano.

Na América Latina vem se disseminando a ideia de resolução dos conflitos por meio de negociação e do diálogo (inclusive com cursos) sob orientação dos diversos órgãos internacionais de fomento. Para diversos pesquisadores como Zhouri e Oliveira (2010), Acelrad (2010), Carneiro (2005a), Alexandre e Krischke (2006) entre outros, este é um modo de colocar os diversos agentes num mesmo espaço simulando uma igualdade que não existe

na prática, assim são esvaziados os conflitos (ou ocultados). Carneiro (2005a) no contexto do debate do campo ambiental, afirma que na lógica do conceito de desenvolvimento sustentável permanece ignorado o conteúdo que provoca a insustentabilidade, ou seja, a produção capitalista. Nesta visão, permanece oculta a causa do conflito conformado pela apropriação assimétrica dos bens naturais (Leff, 2006) e por relegar setores sociais a circunstâncias de riscos ambientais. Argumenta ainda ser esta a razão pela qual no conceito oficial de desenvolvimento sustentável se afirma de modo genérico que o ambiente e seus bens naturais estão ameaçados pela ação do homem. Todavia, nada informa sobre a lógica de quem são os que mais destroem e quem mais beneficia das riquezas ambientais e sociais.

Para Zhouri e Oliveira (2010), quando há um conflito, como na região do Jequitinhonha, quando sentaram para negociar os ribeirinhos e os empresários que construiriam a barragem, intermediados pelo poder público, os primeiros não tinham o direito de questionar a construção do próprio empreendimento, podiam tão somente negociar e barganhar vantagens econômicas. O conflito latente é ocultado em nome do consenso. O problema é que aquelas populações não têm em jogo apenas aspectos materiais de sobrevivência, mas toda uma história cultural, de significados, laços e vivências. Esta dimensão é ignorada pelos supostos interlocutores públicos no processo ou desenrolar do conflito. A base do discurso de negociação de conflitos e dos processos de licenciamento ambiental é como remunerar, logo um enfoque economicista, aspecto igualmente apontado por Leff (2006). Com isso permanecem negados outros usos e significados do ambiente, o que mostra que mesmo a questão ambiental sendo reconhecida como campo autônomo, a visão de sustentabilidade referente ao meio ambiente (ao menos na perspectiva hegemônica) vem acoplada à lógica do mercado.

Acselrad (2010) e Leff (2006) afirmam que essa forma de negociação é reforçada pela noção de desenvolvimento sustentável que propõe o aperfeiçoamento de técnicas para reduzir ou solucionar a degradação ambiental. Acselrad, Mello e Bezerra (2009) asseveram o esforço de uma tentativa de despolitizar os conflitos, na medida em que se ofuscam diferentes agentes cada qual com conhecimentos e interesses específicos. Há orientações de instituições e países centrais que defendem a harmonização, superando os problemas ambientais evitando-os na complexidade. Ou seja, “trata-se de psicologizar o dissenso, prevenindo conflito e tecnicando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os ‘pontos quentes’ em ‘comunidade de aprendizado’” (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009, p.10). Os autores defendem que ao invés do consenso é importante que sejam priorizadas as razões que conduzem ao respectivo conflito e que as políticas públicas precisam emergir desta

diversidade cultural constitutiva do Brasil. Tanto a dimensão material como simbólica precisa ser levada em conta na busca de alternativas pelo poder público.

Alexandre (2004) aponta outro aspecto que dificulta os avanços em termos de políticas mais sustentáveis (podendo ser generalizado ao conjunto dos campos sociais). Além de ampliar a participação parece importante cogitar formas distintas ou amplas de atuação, que articulem os aspectos ambientais e sociais. Para o pesquisador, a forma de atuação das instituições públicas, de certos ambientalistas e a própria legislação ambiental brasileira possuem um caráter ainda muito preservacionista separado do modelo de desenvolvimento e das problemáticas sociais, logo as soluções também são delimitadas. O modelo de desenvolvimento brasileiro só aumenta a demanda da matriz energética, o consumismo, a degradação do ambiente e a exclusão socioambiental; argumenta ainda que caso não se coloque em debate este modelo continuaremos com poucos avanços em direção a uma sociedade sustentável. Ou seja,

O caráter das políticas ambientais e das normas vigentes ainda refletem em muito uma preocupação preservacionista de simplesmente controlar os níveis de poluição sonora, da qualidade do ar, das águas; cuidar das áreas verdes de preservação e conscientizar a população através de programas de educação ambiental. Ao lado disso, observa-se um aumento acelerado de problemas ambientais, como queimadas, garimpos e desmatamento; e de problemas ambientais ligados especificamente às áreas urbanas, como favelização, carência nos serviços de abastecimento de água e de esgoto e intensa especulação imobiliária nas faixas litorâneas (Alexandre, 2004, p. 51).

Por último, ainda há que considerar na crítica de Carneiro (2005) a ideia de que por meio de políticas públicas e da ação de um Estado multifacetado se poderia limitar a economia capitalista e a lógica destrutiva da natureza, ao enquadrá-la em supostas práticas sustentáveis. De fato, argumenta ele, no contexto contemporâneo sob redução da disponibilidade de bens ambientais, o ente Estatal continua essencial para investir na recuperação do meio ambiente para garantir a acumulação capitalista. Com toda a velocidade de reprodução do capital permanece imperiosa a exigência de investimento de volumes de recursos estatais. Assim, o ente público fica aprisionado para produzir condições para o capital se multiplicar, seja em termos sociais para garantir condições de sobrevivência dos trabalhadores, seja em termos de acesso e apropriação diferenciada de recursos ambientais. Ou seja, para o bem da coletividade cabe ao Estado recuperar os danos socioambientais produzidos pela lógica destrutiva do sistema capitalista. O que o autor coloca em

questionamento é a possibilidade de produzir alternativas de políticas públicas dentro da lógica do discurso de desenvolvimento sustentável, quando não se coloca em discussão o próprio modelo de desenvolvimento.

Na mesma direção, também Kowarich (1980) critica o Estado mostrando que a maior parte do tempo se mostra omissa com a periferia, e quando age em muitas situações acaba por reforçar processos de segregação socioespacial. O autor aponta o conceito de espoliação urbana, mostrando que os trabalhadores são explorados tanto no mundo do trabalho (em termos salariais), como no acesso aos serviços e bens coletivos urbanos considerados necessários socialmente (em cada época histórica) para a reprodução da existência. A espoliação urbana nada mais é que a atividade de extorquir o acesso das camadas populares aos serviços de consumo coletivo que lhes são de direito (moradia, transporte, saúde, educação, ambiente saudável, etc.).

Concorda-se com as críticas de Carneiro (2005a) e Kowarich (1980) com relação ao papel da Instituição Estatal fígado no jogo de forças para direcionar-se predominantemente aos interesses da classe dominante. E ainda, que não é possível produzir sustentabilidade sem repensar a lógica atual de extração de matérias primas, da produção, de circulação, do consumo e do descarte de resíduos. Todavia, igualmente considera-se que a perspectiva de Bourdieu (1996) enriquece a análise, na medida em que se pode abordar o campo ambiental ou socioambiental (e as políticas públicas) como em disputa pelos diferentes agentes sociais. Este sociólogo define o Estado como o detentor legítimo de uma parcela considerável das decisões sobre os mais diferentes tipos de capital (econômico, cultural, científico, etc.) ou então de uma espécie de ‘meta-capital’, o qual impõe em termos de intervenção física e simbólica a estes diferentes campos. Sendo assim, os agentes sociais disputam entre si para conquistar maior influência (poder) ou hegemonia sobre o aparato Estatal, e, obter controle sobre as deliberações, significa em grande medida controlar a distribuição do capital simbólico na sociedade, e, mais precisamente, nos diferentes campos de ação.

Aliás, o próprio Kowarick (2009) em um texto mais recente, onde avalia a intervenção do poder público em algumas áreas centrais de São Paulo no que diz respeito a moradias populares, reconhece o potencial positivo da intervenção deste quando emerge de reivindicações dos movimentos populares. Ele destaca esta dimensão da organização dos movimentos populares como fundamental para pressionar a instituição Estatal e os governos. As contribuições deste pesquisador para a sociologia urbana e para entender as contradições das cidades brasileiras são inestimáveis segundo Barreira (2010). O sociólogo parte de uma base marxista, mas vai além ao considerar os problemas da espoliação urbana para além da

exploração dos trabalhadores nas condições (e locais) de trabalho. Simultaneamente, de um lado, o autor aponta as contradições do poder público e das políticas públicas submissas ao capital econômico, de outro, incorpora o direito à cidade, protagonizado pelos movimentos sociais urbanos como a alternativa positiva Assim, há o aspecto de classe social presente nos conflitos urbanos, mas há também outros aspectos interclassistas que abarcam questões socioambientais e acesso á serviços, de modo que o conflito do “Morro Santa Tereza” igualmente implica estas duas dimensões consideradas por Kowarick, e que Barreira sintetiza em seu artigo (2010).

Silva (2001b), Baierle (2007) e Guimaraens (2010) apontam que também em Porto Alegre há consideráveis mudanças no acesso à cidade pelas classes populares com a entrada do governo petista a partir de 1989, com redistribuição crescente dos serviços públicos na periferia, algo pouco expressivo anteriormente. Com isso aqui não se quer discutir o potencial ideológico do Partido dos Trabalhadores na promoção das políticas públicas. Trata-se de reconhecer as possíveis potencialidades da atuação do ente público na ampliação do acesso á cidade ao conjunto da população na lógica capitalista cidadina. Na mesma direção, Davis (2006) em seu estudo sobre as grandes cidades de diferentes continentes conclui que apesar das contradições é inegável que políticas públicas podem minimizar as condições de miserabilidade da população, e mesmo evitar grandes desastres ambientais.

Almeida e Gerhardt (2005) analisam a constituição do campo ambiental, as condições históricas de sua consolidação na atualidade, todavia está análise torna-se também pertinente ao conjunto dos campos sociais. O campo ambiental, a exemplo dos outros campos sociais, se estrutura em relações assimétricas de poder, constituídas historicamente, onde certos agentes com mais capital social fruto de sua trajetória individual e coletiva (e sua posição social) conseguem influenciar mais nos discursos considerados legítimos no interior do campo, mas também junto a outros espaços como nas práticas de governo e na mídia. Para estes pesquisadores, pelo fato de estar ainda se estruturando (no caso, o campo ambiental), há forças externas como as ligadas ao campo econômico (ou intelectuais a seu serviço) que exercem um poder considerável no próprio campo ambiental e nas intervenções do poder público a este respeito. Neste sentido, aplicado à análise de Porto Alegre, pode-se considerar os embates recentes entre ambientalista de um lado, e agentes públicos e econômicos de outro (além de outros agentes que se manifestaram na mídia impressa e falada), no que diz respeito a derrubada de árvores na região do Gasômetro (maio, 2013) em função de realização das obras da copa, explicitam as relações desiguais de poder que se configuram o campo ambiental em Porto Alegre. O mesmo pode ser referenciado no conflito socioambiental do

“Morro Santa Tereza”, onde apesar de ter deslanchado a temática da preservação do Morro, de fato não se verificou espaços para ambientalistas se manifestarem nos dois jornais revisados (entre dezembro de 2009 e junho de 2010).

Não obstante, a constituição histórica dos campos sociais perpetuados em relações desiguais, com mais ou menos autonomia específicas, segundo Bourdieu (2006), há momentos de inflexão e conflitos onde podem surgir novas correlações de força, o que explica que há políticas públicas inovadoras e que contribuem com a diminuição das desigualdades sociais, com processos de promoção da cidadania e da emancipação. Se a instituição Estatal não tivesse um papel relevante na distribuição das relações gerais de poder da sociedade, seja na conservação ou transformação, ele não seria tão disputado em suas diferentes instâncias, mesmo no contexto sob a hegemonia do ideário neoliberal.

Davis (2006) compartilha com as críticas ao Estado, mas igualmente reconhece que maiores investimentos públicos ajudam a evitar desastres ambientais ou então minimizar os efeitos. Referindo-se as áreas de riscos no Brasil, mostra que 16% das populações faveladas da capital paulista correm risco de perder a vida e ou suas coisas; igualmente, no Rio de Janeiro elas foram construídas em solos igualmente instáveis. Para o autor, também nos Estados Unidos há áreas de risco, a diferença é que as obras públicas e engenharia pesada têm reduzido os possíveis efeitos perversos; não obstante, em nações da periferia do capitalismo muitas vezes está ausente a água tratada e potável, nem se estende a rede de esgoto ao conjunto da população, o que esperar de obras mais caras que previnem desastres naturais? Ainda, destacam-se as condições climáticas que têm afetado o Brasil, como seca e estiagem no nordeste e sul respectivamente, e a dificuldade de se produzir políticas públicas efetivas de enfrentamento, em muitos casos tecnologias elementares como captação de água da chuva dariam conta ou minimizariam os problemas.

Portanto, estas considerações visam situar de modo breve os debates em torno do potencial/fragilidades do Estado e das políticas públicas na produção das cidades e, mais especificamente de Porto Alegre, na busca por dirimir problemas socioambientais; mostrar que nelas também se inserem as contradições gerais da sociedade, de modo que os grupos com mais poder na sociedade são também os que têm mais influência sobre as ações Estatais. Consideraram-se também os diferentes espaços e instâncias de poder, que vão desde conselhos de gestão, a espaços de conflitos (entre eles, o caso do Morro Santa Tereza), e a própria mídia. Reafirmando assim, as importantes contribuições de Bourdieu (1983) sobre as estratégias de sucessão e subversão dos campos, ou seja, embora estejam estruturados de forma assimétrica, não significa que não possam ser modificados, reestruturados, e de algum

modo, o caso do conflito do “Morro Santa Tereza” é um desses momentos de inflexão que coloca em crise a dinâmica cotidiana do campo. A seguir, tratar-se-á um pouco mais como se insere a problemática ambiental nas tradicionais lutas sociais.

2.3 O reconhecimento da problemática ambiental e sua articulação com as lutas sociais

Como mencionado acima, a questão ambiental não constitui uma temática nova do final do século XX, porém consolida-se com um amplo reconhecimento pela sociedade, seja em termos retóricos, seja em termos práticos. A explicação desta mudança na sociedade se deve a diversos fatores conforme abordam as citadas diferentes correntes teóricas. Certamente um único fator não explicaria a mudança cultural e o reconhecimento desta questão ambiental como um problema para as relações sociais, que se proliferou tanto nos países centrais como periféricos. Aqui não se trata de retomar novamente estas diferentes leituras (parcialmente já desenvolvidas no capítulo antecedente) sobre a origem do reconhecimento social da temática ambiental, mas de analisar como o movimento ambiental se articula historicamente em Porto Alegre e como se dá a aproximação deste com as lutas populares urbanas, forjando questões socioambientais.

Oliveira (2005) analisa as condições sociais a partir do qual emerge as defesas das causas ambientais entre 1970 e 2000 no Rio Grande do Sul. Este estudo é interessante para o presente propósito uma vez que o autor mostra como as ações e discursos começam a se modificar, aproximando-os de outras lutas sociais urbanas. Este pesquisador reflete o ambientalismo gaúcho a partir de duas fases: a década de 70, que se pautava mais por ações contra a poluição, destruição das florestas, etc.; e a partir dos anos 80, no contexto de abertura política do país, multiplicam-se os defensores das causas ambientais, as pautas se ampliam e a ação ambientalista passa a se articular com outros coletivos como movimentos sociais (em especial, estudantil) e partidários (em especial, o Partido dos Trabalhadores). A primeira fase era mais ligada à elite política, econômica e cultural, as quais possuíam fortes laços com o ambientalismo no exterior, sendo que a bagagem cultural familiar era decisiva. Na segunda fase, há uma ampliação da participação e a emergência de militantes ambientais de classes sociais distintas, inclusive com poder aquisitivo mais baixo.

Um terceiro momento da defesa ambiental, já indicado anteriormente, pode ser pensado no contexto do novo milênio. Após 30 anos de articulações políticas, agendas

internacionais e nacionais pautadas pelas problemáticas ambientais, envolvendo diversos coletivos e segmentos sociais - e não apenas ambientalistas, emerge o questionamento dos resultados efetivos produzidos. O próprio evento da Conferência Mundial da ONU passou a ser problematizado em função da falta de efetividade das decisões, tendo em vista que os indicadores sociais e ambientais não somente não apresentaram melhoras, como se agravaram (Jatobá,Cidade,Vargas,2009). Ainda, muitos ambientalistas e outros movimentos sociais indagaram a respeito do próprio conceito de desenvolvimento sustentável como uma possível alternativa para se construir um mundo sustentável. E a avaliação da Rio + 20, para muitos críticos, também não chegou a conclusões muito melhores no que diz respeito a avanços efetivos em termos de um mundo mais sustentável (apareceu em uma das entrevistas, liderança ambiental 4).

No Brasil após a Eco-Rio/92 ocorreu um crescimento de entidades associadas ao “Movimento de Justiça Ambiental”, os quais defendem a conexão das injustiças sociais e ambientais. Teóricos aqui utilizados como Acsegrad, Mello e Bezerra (2009), Martinez-Alier (2007) entre outros, são defensores desta perspectiva. No contexto de Porto Alegre, seguindo a tendência verificada desde os anos 80 de aproximação das lutas populares e ambientais (Oliveira, 2005), um dos grandes momentos de encontro e reflexão certamente foi o I Fórum Social Mundial realizada na capital gaúcha em 2001. Este evento, a nosso ver, pode ser o momento de consolidação simbólica desta nova fase do ambientalismo. Com isso não significa que desapareceu as outras vertentes, inclusive ligadas aos primeiros movimentos ecológicos, preservacionistas e conservacionistas, ao contrário, coexistem até mesmo no interior das entidades, como mostra Oliveira (2005). E, de algum modo, na observação empírica de vários conflitos sociais em Porto Alegre há um engajamento de entidades ligadas à defesa ambiental, sendo o conflito do “Morro Santa Tereza” um exemplo ilustrativo desta fase iniciada nos anos 80 e consolidada na última década, na medida em que se intensificam o reconhecimento do cruzamento das problemáticas socioambientais pelos agentes sociais envolvidos.

Autores como Martinez-Alier (2007), Leff (2006) e Carneiro (2005a, 2005b) afirmam que é inevitável o crescimento dos conflitos socioambientais na medida em que os bens ambientais começam a diminuir e se acirram as disputas pela apropriação destes. Ou seja, no contexto de Porto Alegre, a expansão urbana em direções diferentes, inclusive para a zona sul, tende a provocar conflitos entre aqueles moradores tradicionais dos locais que agora começam a ser pressionado por outros agentes, tais como o poder público e imobiliário em vistas de ampliar a cidade sob o discurso de modernizar a região. Quer dizer, os lugares, o solo, as

paisagens se tornam cada vez mais um objeto de disputa, abarcando áreas novas como é o caso do “Morro Santa Tereza” (por décadas despertando pouco interesse do setor imobiliário). Afinal, a ocupação urbana não é fixa, mas um fluxo dinâmico, de modo que mudanças culturais como a busca por “estilos de vida mais saudáveis” ou mesmo instalação de novos empregos ou “infraestrutura pública” alteram os significados e disputas pelos diferentes espaços. Como disse um dos entrevistados³⁷, “não existe áreas vazias nas cidades” (entrevista Outros 1).

Ainda, Oliveira (2005), destaca a conexão entre a trajetória e a origem social dos militantes ambientalistas, suas vivências familiares e com outros movimentos sociais (estudantil e religioso) e partidários, na escolha pela defesa da causa ambiental, e que isto também influencia a atuação das entidades e na heterogeneidade do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul observado no último quarto do século XX. Além disso, ao mostrar a influência das redes sociais nas quais se insere os dirigentes dos movimentos ambientais a partir dos anos 80, são evidenciados os motivos pelos quais os movimentos ambientalistas em Porto Alegre atuam em conjunto com outros movimentos sociais, inclusive na construção do evento do Fórum Social Mundial. Em outras palavras, a partir desta trajetória do movimento ambiental se pode entender porque a recente tentativa de alienação (2010) de um terreno público por parte do Estado instigou a reação não apenas de moradores locais, mas vários outros coletivos como ambientalistas e sindicalistas. Trata-se de um “capital social” construído nos últimos 30 anos que permite a confluência desta rede de articulação da sociedade.

Nos últimos anos o discurso ambiental (antes restrito aos militantes ambientais, que geralmente estavam em conflitos com as empresas poluentes como foi à luta nos anos 70 contra a empresa Borregaard no RS) se propaga nas instituições públicas, na mídia e também nos setores empresariais. Estes últimos, na área do mercado imobiliário, em especial destinado às classes médias e altas, têm endossado discursos em termos de qualidade de vida, ar puro, belezas naturais, vista panorâmica, como fatores de acréscimo na valorização simbólica e monetária de imóveis. A consolidação do campo ambiental como uma questão coletiva e de relevância social passa a ser incorporada também por aqueles agentes antes considerados ameaçadores; agora estes agentes incorporam não somente no discurso como em algumas medidas práticas traduzidas na linguagem do mercado consumidor. O ambiente ressignificado torna-se mecanismo de marketing e mais um fator de agregação de valor

³⁷ ONG cidade.

imobiliário. Em outros termos, torna-se parte das estratégias para o lançamento e a incorporação de um produto ou serviço no mercado consumidor local.

O Plano Diretor de 1979 delinea uma nova abordagem com relação ao meio ambiente “se orienta no sentido da preservação ambiental e paisagística que, em linhas gerais, pretende assegurar extensas áreas não urbanizadas para lazer e convivência com a natureza, salvaguardar as margens do rio Guaíba e manter, mesmo nas áreas urbanizadas, as principais características da paisagem do sítio original de implantação da cidade” (Ferreti, 1984, p.98). Tal compreensão incorporada certamente relaciona-se a um novo contexto em que vigora a retórica de ameaça de escassez de bens naturais, ações ambientalistas internacionais e também locais. Uma vez que a capital gaúcha é uma das cidades brasileiras pioneiras nas denúncias e protestos contra a depredação do ambiente.

Para ilustrar ações mais abrangentes na cidade que articularam diferentes coletivos se podem mencionar dois casos citados por Ribeiro (1985). Um foi a reação nos anos 80 de moradores próximos da Orla do Guaíba, na região da Avenida Beira Rio até o Shopping Praia de Belas, contra o poder público municipal por ter autorizado a construção de 34 edificações (de até 20 andares) a uma empresa particular. Segundo a pesquisadora, líderes comunitários de 46 bairros da região sul se esforçaram por pressionar a revogação ou mudança do projeto, alegando que isto eliminaria mais uma área verde da cidade, prejudicando a população daquela região. Outro caso, no bairro Bom Fim, houve mobilização dos moradores para impedir a derrubada de 38 árvores na Rua Vasco da Gama pela prefeitura com o projeto de alargar a avenida e fazer um estacionamento. Entre as reivindicações estava impedir de derrubar ou ter outro projeto de urbanização no local, além de impedir que novos projetos fossem executados sem discutir com a comunidade envolvida. Este último foi executado pelo ente público com a alegação de ser essencial ao desenvolvimento da cidade apesar de toda a repercussão e resistência coletiva local.

Portanto, a revisão bibliográfica produzida em diferentes períodos nas últimas décadas permite afirmar que a temática ambiental no Rio grande do Sul e na cidade de Porto Alegre tem uma tradição histórica de proximidade com o conjunto dos conflitos e lutas sociais. Esta lógica de aproximação dos problemas sociais e ambientais também é verificada em outras cidades brasileiras.

Entretanto, Oliveira (2005) chama atenção ao fato de que movimentos ambientais costumam ser localizados no contexto dos novos movimentos sociais e muitas vezes se deixa de perceber as especificidades e as grandes diferenças que há no interior deste. E possivelmente estas diferenças, tensões e contradições também se expressam no cotidiano,

como no caso do conflito do “Morro Santa Tereza”, onde se observa discordâncias entre os envolvidos, não apenas entre os movimentos populares, sindical e ambiental, mas entre os próprios ambientalistas envolvidos, fato que se observou em reuniões e entrevistas produzidas nesta pesquisa. Certamente que o fato de estarem ligadas estas duas problemáticas - social e ambiental - isto não se traduz numa forma automática de luta articulada interpretada como socioambiental. Em Porto Alegre há uma proximidade entre estes dois campos, bastante visível na atualidade e que tem raízes históricas na constituição da cidade e na luta pelo direito a esta ao conjunto da população. Ou seja, buscou-se retomar diferentes estudos da cidade, em especial ligados a conflitos urbanos pelo direito à moradia e serviços protagonizado por diferentes movimentos populares, buscando identificar momentos de proximidade das pautas, situação semelhante ao que ocorreu no conflito do “Morro Santa Tereza”.

Com isso se almejou amparar a hipótese inicial da perspectiva de configuração de um campo de conflitos, onde as disputas e êxitos de muitas lutas relaciona-se com a trajetória dos diferentes agentes envolvidos, retomando as importantes contribuições de Bourdieu sobre a teoria dos campos sociais. Segundo Almeida e Gerhardt (2005), o campo ambiental como outros na perspectiva de Bourdieu está em formação, se engendra de forma dialética e histórica, possui certa autonomia em relação a outros campos sociais e depende da ação/discurso dos agentes que o compõe. Assim, o enfoque de um campo em conflito socioambiental se configura pelo modo como se articula o conjunto de agentes nele envolvido, direta ou indiretamente, seus valores, concepções e práticas. Sustentam os autores:

pode-se dizer, de maneira geral, que está em jogo, na luta ideológica e social travada entre as diferentes posições dentro do campo ambiental, a própria determinação do que deveria ser considerado ‘relevante’ ambientalmente falando e, a partir daí, o que deveria ser visto como ‘correto’ em termos de políticas ambientais. No centro desta luta, a principal oposição que nutre os conflitos decorrentes provém, de um lado, da ideia de que seria preciso preservar alguma coisa (preservação) e, de outro, da premissa de que seria necessário utilizar, para alguma finalidade, esta mesma coisa (utilização). (Almeida; Gerhardt, 2005, p.19).

A articulação dos agentes no campo de conflito não é automática, está permeada por tensões como já se referiu sobre as reuniões que continuam a acontecer no “Morro Santa Tereza”, no que diz respeito a um projeto de urbanização, regularização fundiária e constituição do parque ambiental. Também é construída a cada momento histórico, por isso tal aproximação não ocorre em todas as lutas urbanas, mesmo quando tem relação com o meio

ambiente. Há um capital social consolidado historicamente na cidade de Porto Alegre possibilitando que as lutas populares pelo direito à moradia e de permanecer nos locais, seja também uma estratégia incorporada pelos agentes ligados à luta do campo ambiental.

Mas também as contribuições de Bourdieu relevam-se consideráveis na medida em que possibilitam considerar dentro da análise de um campo ambiental em que se entrecruzam aspectos socioambientais, as estruturas sociais em que se situam as relações sociais. Ou seja, a produção do espaço urbano nas cidades capitalistas não são ilhas, estão inseridas numa lógica mais abrangente e de complexidade, de modo que o capital econômico e as corporações possuem um peso decisivo, mas não exclusivo; igualmente o capital cultural e simbólico que legitima as formas de ocupação e as próprias políticas públicas. A seguir, alguns outros detalhes para explicitar o objeto empírico da pesquisa: o conflito do “Morro Santa Tereza”.

2.4 O conflito do “Morro Santa Tereza”: um caso de conflito socioambiental

A região do “Morro Santa Tereza”, objeto de estudo da presente pesquisa, se localiza na zona centro-sul da cidade de Porto Alegre, em frente à Orla do Guaíba. O Bairro foi oficialmente criado em 1959, numa região montanhosa ocupada por chácaras e matas nativas, que começa a se desenvolver a partir da década de 60 com a instalação de empresas de comunicação de televisão e rádio (pela posição geográfica). Ainda, no local há uma instalação do exército e um patrimônio cultural tombado com vistas às ilhas do Guaíba. Trata-se de uma região basicamente residencial e atualmente pertencente à Grande Cruzeiro e abriga mais de 200 mil habitantes³⁸, agregando várias vilas.

Muitos bairros de Porto Alegre têm publicação de sua história, fruto de um projeto cultural do Executivo municipal da década de 90, porém esta região não possui. Desse modo, os dados aqui apontados sobre a história do local parte de fragmentos presentes em pesquisas como de Silva (2002), Ribeiro (1985) e Ferreti (1984), informações obtidas no site do movimento de Resistência “O Morro é Nosso”, jornais (Zero Hora e O Comércio), registros obtidos em observações de campo como reuniões das comunidades envolvidas, conversas (informais) e entrevistas.

O conflito emerge com a proposta de venda/permuta de um terreno do Estado de aproximadamente 74 ha onde funciona a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE, encaminhada à Assembleia Legislativa em final de dezembro de 2009, pela então governadora

³⁸ As fontes dos dados obtidos sobre este conflito e seu desenrolar são as mais diversas, entre elas o site www.omorroenosso.com.br.

estadual Yeda Crusius. Segundo este documento, os recursos obtidos com a comercialização do terreno seriam destinados ao processo de descentralização desta instituição. A questão central do conflito é que nesta área, além da estrutura da FASE, existiriam em torno de três mil famílias³⁹, incluindo servidores da instituição, muitos residentes desde anos 60. A área abrange moradores de diferentes comunidades que se localizam dentro dos limites deste terreno. São as seguintes comunidades que tem parte de seus moradores afetados com a venda do terreno: União Santa Tereza, Ecológica, Gaúcha e Padre Cacique⁴⁰.

Com relação aos coletivos que se envolveram na mobilização social em defesa do Morro contra as pretensões governamentais, além das comunidades locais e suas associações de moradores, empenharam-se outras diversas entidades, como o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais (aglomeração de vários sindicatos), Movimento Sem Terra (MST), Levante da Juventude, Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS (SEMAPI), funcionários da FASE, e diversas ONGS como Amigos da Terra, BIOFILIA, CEA, Orla do Guaíba, ACESSO e CIDADE.

Entre as propostas dos movimentos populares, sindicais e ambientais envolvidos no “Conflito do Morro Santa Tereza”, além de não repassar em parceria ou vender a área à iniciativa privada, está criação de um parque ambiental. Pois haveria 23 ha de mata nativa, uma das maiores áreas verdes que ainda restariam na capital, com espécies vegetais em ameaça de extinção, bem como o patrimônio histórico e cultural do prédio da instituição educativa⁴¹. A campanha da construção do “Parque Morro Santa Tereza” continua em mobilização por meio de ações como abaixo-assinado e caminhadas ecológicas no morro mesmo após a desistência de comercialização por parte do governo estadual. Além disso, a comunidade local, os movimentos sociais, ambientais, diversas ONGS, e sindicato (SEMAPI), acima citados, continuam se reunindo discutindo o projeto de parque e de urbanização, a regularização fundiária e as melhorias (destino) da FASE.

³⁹ Não há concordância sobre o número de moradores, foram encontrados diferentes dados fornecidos por diferentes agentes.

⁴⁰ Entre as críticas por parte do “Movimento de Defesa do Morro” ao governo estadual está a desconsideração da ação que tramita no ministério público de reconhecimento de posse de mais de 1,5 mil famílias que, há décadas, ocupam parcialmente uma área do Morro, em especial nas vilas Ecológica, Gaúcha e Santa Tereza, com o direito de uso garantido pela Medida Provisória nº 2.220, de 4/09/2001, que regulamentou as disposições do art. 183 parágrafo 1º da Constituição Federal”. <http://www.ecoagencia.com.br>.

⁴¹ Informações obtidas em alguns sites como <http://www.ecoagencia.com.br>, <http://www.omorroenosso.com.br>, entre outros. Também, os dados foram obtidos em conversas com líderes de entidades como a CUT, Fórum dos Servidores Estaduais, Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo do Cristal e materiais de divulgação dos apoiadores da criação do “Parque Morro Santa Tereza”. Ainda, desde o 2º semestre de 2010, vem se acompanhando reuniões no morro debatendo o tema, além do Seminário Urbano realizado dia 09 e 10 de dezembro discutindo as transformações urbanas de Porto Alegre como o mapeamento de novas áreas de interesse social (AEIS).

O conflito se desenrolou de forma mais acirrada até junho de 2010 quando o governo estadual retira de pauta de votação da Assembleia Legislativa. Entre março e junho do mesmo ano, os diversos coletivos de resistência fizeram atos públicos por diversos locais da cidade, se concentrando na casa Legislativa Estadual (em especial em dias previstos para a votação) buscando sensibilizar e pressionar os deputados a não assinarem a autorização de venda ou permuta. Com a eleição ao governo estadual do Partido dos Trabalhadores em outubro de 2010, começa um novo processo de negociação, onde são pautadas a defesa da urbanização e a criação de um parque ambiental. Em 17 de maio de 2011 o governo assina o documento oficializando a criação do parque e se comprometendo com um projeto de urbanização da região do “Morro Santa Tereza”. Em agosto de 2011 foi realizado um seminário ampliado envolvendo as comunidades, movimentos populares, ambientalistas, sindicatos buscando discutir um projeto autônomo de urbanização. Entretanto, recentemente em fevereiro de 2012 houve um protesto em frente ao Palácio do Piratini em vista do pouco ou lento avanço da proposta assumida de urbanização e criação do parque no “Morro Santa Tereza”.

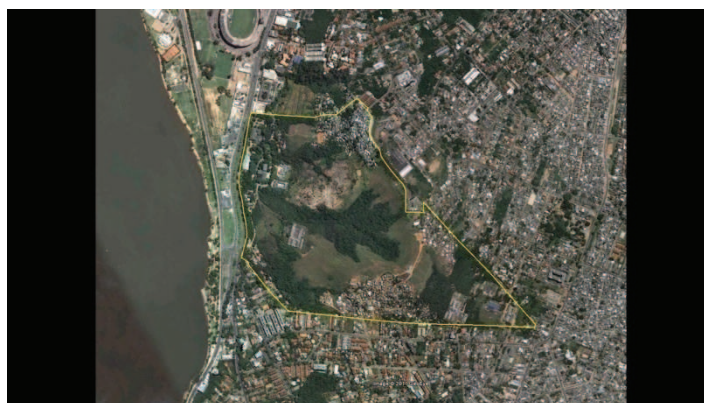
Segundo Ribeiro (1985) até os anos 80 predominou os investimentos públicos na zona norte, pois esta possuía a maior concentração da mão de obra em função da localização geográfica com outros municípios e acesso as principais rodovias do solo gaúcho. Ueda e Normann (2005) na mesma direção argumentam sobre os tradicionais investimentos na zona norte (se comparado a recente investida na zona sul), informação também confirmada por Rocha (2007). Por consequência, o custo de terrenos naquela zona também era elevado, tanto pelo contingente populacional (procura de imóveis), como pela atuação da especulação imobiliária que optou por investir na região uma vez que os serviços públicos de infraestrutura (ruas, saneamento, abastecimento de água e eletricidade, etc.) barateavam o custo de construção. Logo, as populações mais pobres se deslocavam em direção a zona sul e para outros municípios, como Alvorada e Viamão, regiões que concentravam menos investimentos públicos.

Todavia, a lógica global de desconcentração dos grandes centros urbanos e o fenômeno de deslocamento das elites locais em busca de maior segurança, qualidade de vida e contato com a natureza, como se disse ao longo deste capítulo, também se opera em Porto Alegre, o que coloca a região sul na rota dos interesses comerciais e imobiliários. Desde o final do século XX se acentuam na região do Bairro Cristal, divisa com o “Morro Santa Tereza”, as disputas entre moradores e empresas, sendo que o poder público, como mediador, tem uma atuação contraditória.

Entre os grandes empreendimentos imobiliários instalados na região destaca-se o Hipermercado Big (1988), a Fundação Iberê Camargo (2008) e o Barra Shopping Sul (2008). Além disso, ocorreu um Referendo Municipal (2009) sobre a construção de edificações para residências onde funcionava o antigo Estaleiro do Só. No momento estão em debate as reformas urbanas tidas como necessárias para a realização da Copa do Mundo de 2014, sendo que o estádio de futebol que a sediará (o “Beira Rio” do Sport Clube Internacional), se localiza em frente ao “Morro Santa Tereza”, gerando “novos” conflitos em função da remoção de famílias de regiões próximas para alargar ruas e realização de outras infraestruturas. Todas estas grandes obras realizadas foram antecedidas (ou seguidas) por investimentos públicos em redes de abastecimento de água, redes de esgoto, redes elétricas, malhas viárias, etc., além de mudança de legislação do PDDUA. Em cada conflito deflagrado, o Estado por meio do aparato governamental (municipal e/ou estadual) tem um papel fundamental, tanto na busca de soluções como no seu próprio desencadeamento.

O mapa abaixo ilustra a área estratégica da área da Fase no contexto da crescente valorização da orla do Guaíba em direção a zona sul. Do lado esquerdo encontra-se a lagoa, ao norte aparece parte do Estádio do Internacional (onde se está operando transformações viárias). Ao sul encontra-se as áreas com recentes reformas viárias e as construções da Fundação Iberê Camargo e do Barra Shopping. A linha amarela é a área da Fase e dentro de seus limites as quatro aglomerações das vilas que compuseram parte do grupo de resistência à proposta de venda. Está imagem produzida pelo movimento intitulado de “defesa do morro” é bastante ilustrativo do campo em disputa, quais sejam as forças e os interesses em jogo. O mapa mostra aquilo que se torna atrativo para os investimentos: área verde e a orla do Guaíba, grande mobilidade viária ligando as diversas partes da cidade, serviços de energia e abastecimento de água (infraestrutura de serviços em geral), confirmando os argumentos de autores aqui mencionados como Ueda e Normann, Comim, Rocha, entre outros.

Figura 2: Vista Aérea do Morro Santa Teresa



http://www.omorroenosso.com.br/fotos_aereas.html

A valorização de uma área como o Bairro Cristal pela posição estratégica na distribuição viária (ligando a região ao conjunto da cidade), por sua proximidade com o centro e pelos investimentos (público e privado) nos últimos anos no local também sobrevaloriza os arredores, como diferentes estudos apontam (Kowarich, Caldeira, Carneiro, Harvey). Logo, a região da Grande Cruzeiro, em especial do “Morro Santa Tereza” se torna uma estratégia de lucro para grandes corporações imobiliárias e o poder público (das esferas municipais e estaduais) é um agente importante diante de alguns desfechos ainda incertos, apesar do recuo inicial de comercialização de um terreno público por parte do Governo Estadual.

Os fatores que influenciam na correlação de força dentro de um campo em disputa, no caso o ambiental, são vários. Por um lado, é inegável que o poder econômico muitas vezes articulado com o público possui força dentro uma lógica capitalista de organização e ocupação dos espaços urbanos. Ou seja, como já referido, o Estado em geral atua complementando com o custo de reprodução da força de trabalho, contribuindo assim com a lógica de lucro e acumulação privada do sistema (Carneiro, Kowarich). Por outro lado, esta relação do peso econômico apesar de fundamental não é linear e única, e varia nas diferentes cidades e locais a partir de diferentes contextos sociopolíticos. Uma cidade, como a capital gaúcha, com larga tradição de organização popular possivelmente tende a disputar com mais chance de êxito nos casos de conflito de interesse, embora ainda seja uma relação assimétrica de campo social em conflito.

Ribeiro (1985) aponta casos exitosos dos movimentos populares urbanos (em especial, de bairros) em Porto Alegre, entretanto há outros que se enfraqueceram ao longo do tempo. Assim, as razões precisam ser buscadas na história de cada coletivo e em suas formas de construir alianças locais. Ainda, segundo a pesquisadora, ações coletivas como barricadas que

trancavam o cruzamento de ruas (com pedras e paus), protestos no centro da cidade acompanharam a história dos movimentos populares da cidade, onde a forma de associação de moradores é uma das mais importantes e antigas articulações coletivas de Porto Alegre (o que não significa única). Logo, o modo de atuação do movimento de resistência do “Morro Santa Tereza” como trancar ruas, passeatas e protestos na Assembleia Legislativa, alianças com outros setores como sindical, estudantil, ambientalistas, chamar atenção da mídia não são estratégias novas. Ferreti (1984) em sua pesquisa afirma que no final dos anos 70 ocorreram despejos de moradores da Grande Cruzeiro (como da vila Maria e Vila Buraco), um dos fatores que os levou a criar associações de moradores e se organizar.

Silva (2001b) aponta diversos exemplos bem sucedidos de organização popular, em especial, as conquistas via Orçamento Participativo, já que ele dirá que por meio deste instrumento as camadas populares começam a acessar mais diretamente o espaço sociopolítico do direito à cidade. Entretanto, argumenta ele, essas experiências inovadoras de participação não podem levar ao equívoco de que antes não havia formas de participação e pressão por maior espaço nas decisões sobre os investimentos públicos. Para este pesquisador, adquire legitimidade interpretar que a própria ascensão ao poder de um grupo político até então ignorado é fruto do processo de mobilização social que se constitui historicamente. São estes segmentos populares com uma tradição de organização coletiva que mais vão se envolver nas plenárias do Orçamento Participativo, se comparado com outros coletivos como empresários, sindicatos de trabalhadores, etc.

Ferreti (1984) afirma que já nos anos 80 foram removidas famílias de regiões da Orla do Guaíba e substituídas por moradias para a classe alta, todavia toda a história dessa capital é marcada por mobilizações sociais, resistência, derrotas e êxito no direito a permanência nos locais e com infraestrutura (Vila Nívia, Viçosa, Brasília, Esmeralda, Agronomia, Lomba da Tamanca). Outro caso ilustrativo, já citado, a ser recordado são as conquistas dos ambientalistas e moradores na criação do Parque do Morro do Osso, também em disputas semelhantes ao “Morro Santa Tereza” com o capital econômico (imobiliário), em que o poder público cedeu às pressões sociais (Fuhr; Gerhardt; Kubo, 2012).

Portanto, muitas vezes são construídas alianças mais amplas para demonstrar força de negociação e o mesmo vale para o conjunto dos outros agentes que compõe um campo. Por exemplo, é inegável que a consolidação do modelo neoliberal de gerenciar o Estado teve grande peso na precarização da vida dos trabalhadores no mundo todo e que isso afeta a correlação de forças na conjuntura local que envolve o conjunto de agentes entre si. E que nesta nova realidade contemporânea tanto a instituição Estatal, os governos, o capital

econômico como os trabalhadores e movimentos sociais em geral constroem diferentes estratégias para responder aos desafios que se colocam, tanto às especificidades locais como globais.

Ainda, segundo Ribeiro (1985), a região do bairro Cruzeiro, do qual o “Morro Santa Tereza” faz parte, já antes dos anos 80 começa a se articular com associações de moradores, um dos casos citados pela autora é o caso da Vila Cruzeiro do Sul (um dos vários locais pertencente a grande Cruzeiro) que já tinha 15 anos de existência na época, possuía 1639 barracos e 7375 habitantes e reivindicava infraestrutura mínima. A associação da Vila Cruzeiro do Sul fez um movimento de protesto em frente à prefeitura exigindo alternativas de trabalho para um grande contingente de moradores desempregados, propondo fossem utilizados os trabalhadores desempregados para a realização de serviço de infraestrutura na própria vila, proposta aceita pelo governo municipal. Todavia, em seguida, as lideranças locais denunciaram que não estava sendo cumprindo a promessa, e mais que a prefeitura não queria fazer junto com a comunidade a lista de cadastro, como uma tentativa de dividir e cooptar lideranças. Aliás, tanto esta autora como Ferreti (1984) e Silva (2002) apontam que historicamente os governos ao negociarem com as comunidades buscavam manipular e controlar politicamente o seu potencial subversivo.

Portanto, a organização e a resistência dos moradores da Cruzeiro, em especial, do “Morro Santa Tereza” contra uma ação do poder público não é algo inédito, está presente na trajetória destas comunidades, tanto que é relatado por algumas de suas lideranças mais jovens que herdaram dos pais o exemplo de lutar para permanecer nesse local. Ao mesmo tempo, eles apontam que historicamente há dificuldades de união das comunidades, e apontam que entre as causas está a tentativa de cooptação de suas lideranças pelo governo. Com isso, novamente é interessante retomar aquilo que Silva (2002) aponta que a organização em torno de associação de moradores é incentivada por partido político (PTB) já nos anos 40 do século passado, e muitas vezes o fez numa lógica populista e tuteladora. Esta lógica acompanha a história dos movimentos de bairros, onde houve momentos mais combativos e outros em que ficaram mais submetidos às intervenções do ente público. E de fato, apesar de criar instituições municipais e estaduais até agora não foi concretizado o sonho de uma união plena de todos os bairros. Também a articulação com outros coletivos é uma característica presente na história dos movimentos populares portoalegrenses, Ferreti (1984) e Ribeiro (1985), e mesmo Oliveira (2005) mostram como diferentes entidades, movimento estudantil e mesmo pastorais apoiaram e investiram em formação de lideranças populares.

Ainda, segundo Ribeiro (1985), o ente público começa a realizar maiores investimentos em infraestrutura em muitas vilas e nas periferias de Porto Alegre no contexto do final da ditadura por perceber o potencial eleitoral destes locais densamente povoados. Partilhando desta análise, não se tira o protagonismo dos movimentos populares, mas se quer afirmar a confluência de vários fatores que interferem na correlação de força. E considera-se que a dimensão eleitoral tenha sido uma influência que não pode ser desconsiderada para explicar o êxito do movimento de resistência contra a venda do terreno público estadual aqui problematizado, uma vez que os deputados recuaram após várias tentativas de pôr em votação no contexto de ano eleitoral⁴².

Outro aspecto que foi saliente no conflito do “Morro Santa Tereza” é a articulação com outros coletivos, sindicatos (até porque envolvia servidores públicos estaduais) e na sequência, o engajamento de ambientalista (diversas entidades e ONGs). Cabe lembrar que o setor ambientalista manteve uma disputa com o poder público municipal que culminou no referendo sobre a área do Estaleiro do Só, onde apesar das especificidades, também estava em pauta o uso do ambiente, o modo de uso dos espaços e a quem se destinam.

Ainda, com base nos pressupostos teóricos adotados na presente pesquisa, argumenta-se que: inicialmente o conflito do “Morro Santa Tereza” é do tipo social, na medida em que diz respeito à permanência no local de moradia e de trabalho (para os trabalhadores públicos da FASE), isto é, no direito a usufruir da cidade e seus serviços; num segundo momento, há uma incorporação do campo ambiental com suas pautas, práticas e discursos. Duas pautas que em certos casos podem estar em tensão como campos em conflito com suas especificidades, mas que estão intimamente ligados em inúmeras situações quando está em jogo o modo de apropriação e a quem se destina os benefícios e prejuízos. Segundo Leff (2006), a natureza ao ser incorporada à racionalidade econômica (valor de mercado) foi esvaziada de suas outras dimensões como o social, cultural, político, ocultando igualmente os conflitos sociais e as relações de poder que lhe são intrínsecas. Este conflito socioambiental ao atingir coletivos que podem estar em campos sociológicos distintos do ponto de vista teórico apresenta em comum a forma como foram afetados pelo ente público. Ainda, partilham os efeitos da atuação do campo econômico nos espaços urbanos, qual seja a transformação da força de trabalho e dos bens naturais em mercadorias ou recursos.

Desse modo, o mesmo espaço territorial em disputa pelo direito à moradia envolve também o solo, o ar, as plantas e os animais a partir dos quais se organizam as condições de

⁴²Algumas entrevistas apontam nesta direção além do próprio Jornal Zero Hora.

possibilidade da vida dos seres humanos e em última instância do próprio ecossistema. E o direito à cidade e ao ambiente saudável e equilibrado conforme assevera a Constituição Federal de 1988 não é usufruído democraticamente por todos os habitantes, como ponderava Milton Santos (2000), sobre as condições diversas dos cidadãos considerando sua origem social (classe trabalhadora, empresários, etc.). Entender como se estabelecem as políticas públicas e quem se beneficia é um indicativo das relações de poder que constituem o campo ambiental.

A interrogação para entender porque o conselho municipal e estadual de meio ambiente não se envolveu é outro indicador que pode ajudar a explicar aquilo que diversos autores apontam sobre o modo contraditório de atuação de setores sociais e do poder público. O campo em disputa é também expressão das relações de poder estruturadas de forma mais ampla que remete a organização social, cultural e econômica da cidade. Embora não se pretenda aprofundar o conjunto de aspectos, se buscará analisar os discursos, as práticas e as relações de poder instituídas e em disputa no caso de conflito socioambiental, analisando o peso no conjunto do campo ambiental da cidade que formam olhares socioambientais diversos, contudo onde certos agentes têm a capacidade de articulação para se impor aos demais.

3. A INTERFERÊNCIA DOS DIFERENTES CAPITAIS SOCIAIS NO CAMPO DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

Este capítulo visa analisar as principais forças políticas que atuaram no conflito do “Morro Santa Tereza”. Certamente que um levantamento minucioso apontaria inúmeros agentes e coletivos que influenciaram de algum modo de forma direta ou indiretamente na situação. Entretanto aqui priorizaremos as que obtiveram maior visibilidade, tanto por sua presença e citação na mídia (jornal Zero Hora e Comércio) como no discurso dos envolvidos (reuniões, conversas informais e entrevistas).

No início da presente pesquisa apontou-se que trataríamos da configuração a partir de dois grupos, os que defendiam a negociação do terreno (em especial o governo estadual e seus aliados) e os que formaram um agrupamento de resistência a este projeto. Esta divisão binária certamente possui suas controvérsias, às vezes, na prática se encontram mesclas: pode-se defender a descentralização da Fase mantendo a área pública como está; ou criar um parque e manter a Fase, ignorando a dinâmica social das moradias; ou somente regularizar as famílias residentes no local ignorando a dimensão ambiental e o debate da Fase. Sem desconsiderar essas diversas possíveis combinações que se manifestam em disputas internas em ambos os grupos polarizados, o fato consiste em reconhecer que o desenrolar do conflito polarizou demarcadamente aquelas duas posições.

Diversas entidades da sociedade estão desenvolvendo um conjunto de ações, visando à ampliação e o fortalecimento dessa experiência de proteção do patrimônio público e de um espaço como bem ambiental. Uma tipologia dos agentes sociais constitui-se numa iniciativa para identificar a diversidade ou as contradições sociais e caracterizar a abrangência das formas de ação de preservação ou não de espaços urbanos. Por vezes, são formas de organizações coletivas mais ou menos frágeis, mais ou menos persistentes ou descontínuas.

A opção teórica por “capital social dos agentes”, inspirado na perspectiva de Bourdieu, considera que estes atuam referenciados pelas relações sociais passadas e presentes, que se tornam recursos ou potenciais norteadores. Neste sentido, num campo de conflito socioambiental, os agentes agem a partir de condicionantes históricos (econômicos, culturais, políticos) que influenciam nas relações de poder em jogo e nos desfechos. Thiry-Cherques (2006) define o conceito de capital social de Bourdieu como “correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos” (p.39). Bourdieu (1989) sustenta que há diversos capitais (poderes) em disputa nos campos sociais, definindo-os de maneira geral como

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie capital particular, que ocorre como poder e como coisa em jogo, neste campo). (p.134)

Ainda, Thiry-Cherque (2006) afirma que “Bourdieu deriva o conceito de capital da noção econômica, que o capital se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e se reproduz de acordo com a habilidade do seu detentor em investir” (p.38). Entretanto o autor reconhece que isso não significa que a ideia de capital na perspectiva do sociólogo francês se reduza ao econômico, os diferentes capitais se articulam e potencializam as práticas sociais.

Almeida e Gerhardt (2005) afirmam que este capital social herdado não é do tipo fixo, mas significado e ressignificado na prática cotidiana das disputas, conflitos e lutas sociais, o que explica a própria incorporação ambiental pelo conjunto dos agentes sociais, tais como sindical, associação de bairros (lideranças entrevistadas). Dizem os autores:

Se toma o conceito bourdiano de capital social, onde se dá ênfase aos conflitos e funções de poder (relações sociais que aumentam a habilidade de uma agente para atingir seus interesses). As posições sociais e a divisão dos recursos econômicos, culturais e sociais são legitimadas em geral com a ajuda do capital simbólico. Ou seja, nesta perspectiva capital social se torna um recurso dentro das lutas sociais que são travados em arenas diferentes, ou ‘campos’ como propõe Bourdieu. (Almeida e Gerhardt, 2005)⁴³

Entender os agentes sociais a partir desse capital social e sua ressignificação nas práticas sociais e como isso interfere nas disputas, mais especificamente, o conflito socioambiental aqui enfocado, é o objetivo deste capítulo. Ainda, as intenções aqui não são tanto aprofundar as especificidades de cada agente ou coletivo representado no caso estudado, mas buscar analisar as forças envolvidas e suas articulações ao longo do trâmite do projeto por seis meses na Assembleia culminando na sua retirada. Ou seja, explicitar como os coletivos influenciam o poder público e seus desdobramentos. E, ainda, apontar em que medida isto ilustra a lógica de cruzamento das questões sociais e ambientais na cidade portoalegrense. A observação do campo de ação possui entre outros objetivos desvendar alguns dos protagonistas ou as forças mobilizadoras em direção a decisões políticas, por vezes sem que os demais agentes sociais tenham ciência deste encadeamento.

⁴³Faz referência à obra em Francês em Bourdieu “Le capital social” de 1980.

3.1. Uma tipologia das forças políticas envolvidas na disputa política

Na sequência, a reflexão se aventura em construir uma tipologia dos interlocutores, com seu posicionamento político e seus arranjos numa breve discussão do impacto na elaboração e na execução de políticas públicas. Com base na análise dos personagens, de suas articulações e da repercussão pública parece possível e conveniente elaborar uma proposta de tipologia que leve em conta o confronto de experiências em face da conformação de políticas públicas e de arranjos políticos entre segmentos sociais em disputa. Santos (2005) em seu propósito de analisar a realidade social brasileira propõe a classificação socioeconômica, aproximando a leitura da realidade de seus determinantes de classes sociais⁴⁴, afirma:

A consideração das políticas públicas, por exemplo, ao focalizar a questão do bem-estar social, não pode prescindir da compreensão dos fatores determinantes, das manifestações e consequências da desigualdade social. Nesse sentido, a iniciativa conecta-se, e busca estimular a conexão do Brasil, a uma nova tendência, particularmente das estatísticas sociais da União Europeia, de aproximação das abordagens sociológicas de conceituação e mensuração de classe social”(p.28).

Canclini (1984) afirma que nos anos 70 e 80 emergem novos protagonistas sociais que não se pautam pelos tradicionais espaços sindicais, dentre os quais estão estes coletivos aqui estudados, ambientalistas e moradores. Estes últimos reivindicam mais que as condições ligadas ao mundo produtivo, tais como acesso a serviços como habitação, infraestrutura (saúde, educação). Kowarich (1980, 2007) e também Barreira (2009) falam que no contexto do Brasil são alargados as pautas, o primeiro ao falar de espoliação urbana dos trabalhadores ultrapassa as discussões de “fábrica” e consideram as condições de moradia, transporte, ambiente, entre outras. O que estes pesquisadores renomados apontam são as complexidades dos fenômenos sociais contemporâneos que desafiam as interpretações sociológicas anteriores de classe trabalhadora, entretanto estes coletivos trabalhadores formais (tradicionais) e informais partilham algumas condições quais sejam: baixa renda, moradias precárias e periféricas, pouco acesso a serviços (e estes de má qualidade), etc. E possivelmente nesta direção é relevante a proposta de Santos (2005) de montar tipologias sociais ou classificações, que isoladamente reduzem a complexidade (e se perde alguns aspectos), mas de outro ajudam a entender a realidade na medida em que permitem ver as causas comuns socioeconômicos das desigualdades sociais no país.

⁴⁴ Sustenta o pesquisador que as discussões de classes sociais hoje, no contexto de sociedades complexas, não pode se reduzir a categorizações binárias, donos dos instrumentos de produção e força de trabalho.

A nossa compreensão para construir de forma proveitosa uma tipologia como um recurso analítico significa que ela não pode ser tida como ‘camisa de força’ que enquadra todos os aspectos sociais, porém descortina ou articula de uma forma mais organizada diversos aspectos das dinâmicas de um determinado fenômeno social, mais precisamente a posição social dos agentes envolvidos. Desta forma, estamos diante de um instrumento analítico a serviço da investigação empírica para abordar a inesgotável riqueza do real, possibilitando ao investigador uma compreensão da ação assimétrica dos agentes sociais. A pretensão consiste em que com este recurso se responda de maneira apropriada à pergunta decorrendo uma análise conjuntural das forças sociais no cenário: quais os posicionamentos dos envolvidos coletivos e as formas que tem assumido as relações pautadas pelo conflito. Com esta qualificação pode-se perfilar como instrumento auxiliar relevante para a robustez do debate sobre o problema de pesquisa. Contudo, cabe reconhecer as limitações devido aos indispensáveis recortes da realidade requeridos diante de circunstâncias destacadas pela complexidade.

Optou-se pela divisão metodológica do coletivo que se intitulava como movimento de resistência à alienação do terreno público em: associação de moradores, movimentos populares, sindicais e ambientalistas, e diversos deputados de oposição ao governo da época. Embora, tenham um posicionamento político quanto ao destino do espaço urbano, o cenário remete ao lugar social comum e articulações peculiares. De outro lado, um segundo bloco componente da tipologia e aqui denominado de movimento de defesa do projeto de transmutação do espaço em questão, englobando o governo estadual, deputados da base aliada da Assembleia Legislativa, e outros segmentos (membros da OAB, magistrados ligados a infância e Juventude, representante do Conselho Estadual da Infância e Juventude), muitos destes com manifestações favoráveis na mídia. Uma terceira abordagem será a posição periférica ou menos polarizada do poder público municipal e o conselho municipal de meio ambiente.

A capacidade reflexiva dos agentes, as suas práticas sociais e a justificação de seus posicionamentos políticos carecem ser reconstruídas pela reflexão sociológica, mesmo que efetivamente constituam a sua base empírica e metodológica (Celikates, 2012). O discurso e a perspectiva dos participantes retêm relevância para a elaboração do conhecimento, mas não em tal grau que os posicionamentos políticos se tornem imunes de serem colocados em questão a partir de um ponto de vista informado pela teoria sociológica. Segundo o pesquisador, há condições da estrutura e relações sociais que bloqueia ou mesmo reprime a compreensão reflexiva plena da realidade, ou seja, que impedem uma leitura crítica do mundo

por parte do conjunto dos agentes sociais. Certos discursos hegemônicos tornam-se blindados a críticas e a argumentação contrária. O esforço na presente pesquisa de buscar condicionamentos da estrutura social em suas diferentes dimensões, enraizados historicamente, é fruto da tentativa de fugir da armadilha de análises situacionais e localizadas, que acabam mantendo veladas as condições desiguais dos contextos sociais e suas influências na própria compreensão do mundo por parte dos sujeitos. Igualmente Bourdieu (1999) em seu arcabouço teórico defende o papel da sociologia nos estudos sociais, uma vez que os agentes sociais não têm uma compreensão plena da realidade.

Com este horizonte busca-se situar estas diferentes posições a favor ou contra um projeto e outros encaminhamentos, bem como ponderar o modo como se articulam entre si em cada posição para exercitar a sua força estratégica junto às instâncias decisórias no âmbito do Estado. Ao distinguir ou agrupar desta maneira os envolvidos que mantém uma atuação junto ao destino do espaço urbano em destaque, acredita-se obter um recorte de um histórico destes formatos organizacionais com suas respectivas respostas às políticas de desenvolvimento urbano.

3.1.1 Coletivos de resistência “Morro Santa Tereza”: Associação de moradores

Conforme já exposto, o conflito emerge com a proposta, por parte do governo estadual, Yeda Crusius, da negociação de uma área pública estadual de 73,56 ha⁴⁵. Em dezembro de 2009, o governo encaminha à Assembleia Legislativa o projeto (projeto de lei 388/2009) de “venda” do terreno onde funciona a FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo). No desenrolar do conflito aparecem questionamentos na mídia informando que não necessariamente seria uma questão de compra e venda, pois poderia ser permuta.

Nas entrevistas e também nas manifestações (na mídia pesquisada) fica evidente de que não se tratava propriamente de simples comercialização, mas uma proposta de permuta ou de parcerias. Segundo o documento, os recursos obtidos com a transação seriam destinados ao processo de descentralização desta instituição. A questão central do conflito referente à área ganha novos contornos, pois além da estrutura da FASE, há servidores desta e existem em torno de três mil moradias (aproximadamente 10 mil pessoas), alguns residentes ali há décadas. Em diferentes fontes e edições de Jornal destacam-se divergências quanto ao

⁴⁵ Conforme pesquisa nos jornais “Zero Hora” e “O Comércio” referente a dezembro de 2009 e junho de 2010, o tamanho do terreno é citado com discordâncias de tamanho, mas parece que se repete 73,56 hectares nos dados oficiais.

contingente populacional na área, nem mesmo o poder público se munuiu de dados precisos sobre as famílias que moram no terreno público. Os deputados de oposição questionaram o Executivo por não deter dados precisos (segundo fontes dos jornais). Nas opiniões expressas pelos movimentos sociais também não pareceu haver consenso a respeito. A área abrange moradores de diferentes comunidades que se localizam dentro dos limites da área em litígio.

Segundo relatos, as comunidades: Ecológica, Gaúcha, União Santa Tereza e Padre Cacique, implicadas na área a ser negociada, foram informadas da ameaça de perderem seu local de moradia início de janeiro de 2010. O processo de mobilização local por conta das controvérsias inicia a partir de março e contou com o apoio de um conjunto de outros movimentos sociais (lideranças do MST - Movimento Sem Terra⁴⁶; Levante da Juventude⁴⁷; MNLU - Movimento Nacional pela Luta de Moradia), ONGs (ACESSO⁴⁸, CIDADE e militantes da área ambiental), além da presença do sindicato (destacando a atuação do SEMAPI). A forma como os envolvidos ficaram sabendo e começaram a reagir à proposta do governo estadual apresenta certa ambiguidade ou conflito de interpretações. Uma das versões seria de que assessores de deputados da oposição teriam comunicado os moradores; outra versão informa sobre uma reação inicial dos trabalhadores da Fundação e seu respectivo sindicato (SEMAPI).

No jornal (O Comércio), aparecem questionamentos de representantes do Semapi (ainda, em dezembro) quando começa a ser debatida a situação política e educativa da Fundação socioeducativa. O debate emerge no fórum dos deputados, onde representantes desse sindicato denunciam sucateamento e precariedade da infraestrutura, bem como das relações e das circunstâncias de trabalho no local.

Ainda, representantes sindicais questionam propostas de alternativas como a descentralização nos moldes recomendados pelo ente público. Segundo o representante do SEMAPI da época (entrevistado), este teria começado a articular a resistência, chamando lideranças do morro e de outros movimentos sociais, inclusive ambientalistas, que tinham uma relação de proximidade pelas lutas recentemente travadas nas mudanças de ordenamento

⁴⁶ Apesar de se ter conseguido muitas informações com uma de suas lideranças, o mesmo foi embora de Porto Alegre, inviabilizando a entrevista.

⁴⁷ Movimento que surge da Via Campesina (ligado em especial ao setor das mulheres rurais), para criar estratégias de atuação junto à juventude urbana de periferia para potencializar, qualificar e ampliar a luta no campo (representante entrevistado conta na entrevista a história de constituição do Levante da Juventude e como se organizou na grande Cruzeiro).

⁴⁸ Foram realizadas algumas tentativas em vão de fazer entrevistas, assim consideramos para análise as referências das entrevistas com representantes de moradores, sindicalista e ambientalistas.

urbano (setorial ambiental do sindicato).⁴⁹ No olhar de alguns dos entrevistados foi desenvolvido um trabalho de porta em porta no Morro, em especial, encabeçado por lideranças do movimento Levante da Juventude e MST, almejando informar os moradores da situação e visando mobilizá-los em seus interesses implícitos para oferecer resistência.

“do ACESSO, de juntar, aí teve o pessoal do MST que estava direto aqui dentro fazendo o trabalho de inspirar liderança. O MST teve um papel importante, a Claudia, o Píncel, bem dizer, eles se mudaram para o morro, para dentro da comunidade e batiam de porta em porta” (Liderança de moradores nº 1)

O dinamismo em análise parece a confirmação de que a via institucional pretendia evitar as polêmicas de um debate com a sociedade civil e muito mais ainda um confronto com as forças sociais e políticas de oposição à mudança da funcionalidade para o espaço urbano em destaque. Em certo sentido estão em disputa, de um lado a lógica de privatização e de enxugamento da esfera Estatal e, de outro, as propostas de forças alocadas numa dita esquerda progressista. É interessante destacar que, segundo alguns dos entrevistados (do grupo de oposição ou de resistência) realizou-se um empreendimento considerando um grande esforço de mobilização e convencimento até juntar as lideranças e moradores num mesmo espaço para discutir a situação posta e montar estratégias de negociação.

De nossa parte é fundamental dar tratamento analítico aos confrontos entre forças sociais e políticas e que forjam as características marcantes de um conflito. Torna-se visível que as tensões fazem emergir mecanismos de articulação e de coordenação de agrupamentos sociais como elementos centrais para a caracterização da situação histórica. De modo peculiar, nesta conjuntura os agentes coletivos se portam, de forma mais ou menos conflitante, conformando os diferentes polos de legitimidade: as autoridades, as solidariedades e o mercado (Sallum Jr, 2000). Diz uma das entrevistadas

“foi bastante difícil porque o governo pegou nós de surpresa, pegou o povo de surpresa, então não foi fácil juntar o povo para encher os ônibus e ir pra lá; daí algum dia a gente conseguia bastante gente da comunidade, e às vezes, a gente não conseguia; porque foi uma surpresa muito na hora para gente enfrentar” (liderança de Moradores nº3)

Uma das entrevistadas, representante de associação, revela que foi uma construção que exigiu empenho de todas as lideranças das associações, os demais líderes deste mesmo coletivo relataram como uma ação de articulação, usual ou legítima. Nas reuniões ao longo do

⁴⁹ Embora não foi o foco, escutou-se nesta entrevista e outros sindicalizados (moradores da Fase) que a postura do SEMAPI modificou-se com as eleições e vitória de outra força, se afastaram das atividades do Morro Santa Tereza e também os compromissos da setorial ambiental. Evidenciando as dinâmicas sociais e disputas nos campos e subcampos de discursos e práticas legítimas.

segundo semestre de 2010, após ter sido retirado de votação da Assembleia, há várias entrevistas que enfatizam as dificuldades para unificar as agendas referentes às vilas. Os descompassos podem ser de origens diversas e ao mesmo tempo revelam que uma agenda coletiva é uma construção conjuntural, sem anulação das peculiaridades. Quanto às declarações ficou nítido que igualmente a confiança ou não é fundamental como a intimidade na hora da entrevista, que na situação de conflito precisa de artimanhas para ser construída com o tempo, nem sempre revelada nos primeiros contatos da pesquisa sociológica.

O que é oportuno que se chame a atenção reporta-se a tanto evitar o pessimismo na interpretação da realidade quanto o otimismo em face de mudanças em curso e de recomendações sobre a trajetória das forças sociais. Está em nosso horizonte tracejar as referências às forças sociais e políticas que mudaram ou eventualmente possam mudar as relações sociais, como no caso de incidir sobre a conjuntura do nexos entre Estado/governo/sociedade. Entre estas forças destacadas encontram-se as organizações enraizadas em diferentes situações socioeconômicas e seus respectivos horizontes ideológicos, que por sua vez estão em empenho diuturno pelo interesse em ocuparem o espaço público. Outra liderança quando se perguntou como foi para fazer a mobilização enfatizou que foi difícil:

“muito difícil, porque não tinha interesse de melhora, do jeito que a gente tava morando estava bom, estava cômodo; a gente só conseguiu se reunir porque iam vender nossas casas, aí éramos obrigadas a fazer parcerias, a trabalhar juntos, senão ia continuar como tava”. (Liderança Moradora nº1)

Estas considerações dos entrevistados aliadas com as observações de reuniões onde se retomava a história do movimento de resistência, confirmam aquilo que Bourdieu (1989, 2010) enfatiza de que partilhar a mesma condição de classe social, qual seja neste caso, baixo poder aquisitivo, moradias precárias e irregulares, empregos informais, entre outros aspectos não se traduz automaticamente em um grupo politicamente organizado. A organização e os encaminhamentos de pauta coletiva consistem num processo político que tem possibilidade de se consolidar, e foi o caso, no “Morro Santa Tereza”. Certamente a percepção do antagonismo entre estes moradores das diferentes vilas e o setor imobiliário é um dos fundamentos da lógica organizativa. Bourdieu quer enfatizar que a sociedade e os campos sociais são relações dinâmicas e que estas podem tomar diferentes formas de organização, de divisão e de classificação social, ou seja, “o que existe, é um espaço de relações, o qual é tão real como o espaço geográfico (...)” (Bourdieu, 1989, p. 137).

Como mencionado acima, já nos anos 80 havia associações de moradores na região e foram surgindo novas ao longo dos anos, mas de fato sempre tiveram dificuldades de articular lutas e encaminhamentos em comum (Ferreti, 1984; Ribeiro, 1985; Silva, 2001b). Alguns dos entrevistados narram que esta articulação (defesa do Morro Santa Tereza) lhes pareceu tranquila; outros que precisou de um grande esforço para evitar que as lideranças buscassem negociações individuais e repetissem processos contraditórios. Existem também os impasses para os graves dilemas da região quanto à cooptação de lideranças locais como evidenciam diversos estudos. Certamente a forma com que o poder público municipal executa as suas atividades na região implica também em ação complexa e contraditória, e, conforme aponta Silva (2002), muitas vezes numa direção de paternalismo e de cooptação. Também as ressalvas de moradores (em reuniões observadas), apontam para tais riscos, o que evidencia a presença desta prática e as dificuldades inerentes para se consolidar estratégias e mecanismos que sirvam como alternativas.

Portanto, como aponta Bourdieu (2010), a semelhança ou a proximidade de posição social não se transforma automaticamente em uma classe social ativa, ou melhor, uma condição social comum de exclusão do direito à cidade, vivenciada pelo conjunto dos moradores destas vilas, não se traduz automaticamente em identificação e união. Deste ponto de vista, afirma Bourdieu “lo que hay es un espacio social, un espacio de diferencias en cual las clases se encuentran de algún modo en estado virtual, no como algo dado, sino como algo a hacerse” (2010, p.35).

As ONGs ACESSO (Cidadania e Direitos Humanos) e CIDADE (Centro de Assessoria e Estudos Urbanos) contribuíram tanto para dar eco ao conflito na sociedade portoalegrense, como dinamizar as bases legais da luta como direito de permanência, acesso ao Ministério Público, além de suscitar confiança e segurança aos moradores de seu direito legal de permanência. Nas entrevistas aparece destaque à ONG ACESSO, sua contribuição em especial na legitimidade jurídica e legal de sua luta. As mencionadas ONGs há anos vêm atuando no sentido de promover uma urbanização sustentável na cidade, democratizar o acesso aos instrumentos urbanos e ao solo (moradia), regularização fundiária e luta contra a especulação imobiliária. Assessoram as diferentes lutas sociais entre outras ações. A ONG ACESSO – na ótica da cidadania e direitos humanos - já tinha uma ação de regularização fundiária de parte de moradores da região antes do conflito em estudo. A forma de atuação

destas organizações (CIDADE, ACESSO⁵⁰) no conflito estudado não é exceção, pois estas possuem uma trajetória de assessoria e visibilidade histórica pelo acesso democrático aos espaços na capital gaúcha e serviços urbanos, entre eles, o da moradia.

Ainda, outro destaque refere-se aos novos modos de mobilização social. Certamente que neste conflito está presente uma dimensão de classe social, pois os afetados são oriundos de moradores desqualificados pelo mercado imobiliário e que se contrapõem aos empreendimentos do capital especulativo. Entretanto, são trabalhadores informais em sua maioria, o sindicato (SEMAPI) se envolve na luta coletiva, mas representa um coletivo menor, em termos quantitativos de servidores públicos estaduais. Esta aliança de coletivos com ação corporativa e social como o sindical, com moradores populares e ambientalistas é um fenômeno iniciado ainda que de forma tênue nos anos 80 como aponta Oliveira (2005). Isto, a nosso ver, reafirma a atualidade de Bourdieu (2010) no que diz respeito da constituição do campo social a partir de capitais sociais (material e simbólico) engendrados historicamente, logo não se dão no vazio e estão numa perspectiva relacional de disputas. Os agentes sociais abrangem indivíduos ou coletivos instituídos em seu contexto ou espaço social; se, de um lado, ocupam posições com menos poder, de outro, a aproximação com outros similares potencializa politicamente aquilo que seria apenas em tese classe social, produzindo uma disputa com relativo êxito, ainda que numa correlação de força desigual, constituindo-se em um daqueles momentos de inflexão histórica apontado pelo sociólogo francês.

Por outro lado, estas formas mais flexíveis de articulação confirmam a lógica atual de atuação dos denominados atores coletivos, apontada por Melucci (2001), Touraine (1996), Castells (1999). Estas ações coletivas teriam a vantagem de construir estratégias mais ágeis, rápidas e midiáticas⁵¹, aspectos decisivos no contexto da era da informação⁵². As desvantagens inerentes a estas formas de ações, apontadas por estes pesquisadores, como resultado de sua lógica menos estruturada e institucionalizada, foram compensadas, neste caso estudado, pela articulação com o coletivo sindical (como o SEMAPI, SENGE), o qual garantiu a continuidade da resistência por meio de articulação política (capital social) e por apoio material (capital econômico ou poupança), viabilizando estratégias de resistência

⁵⁰ A autora somou esforços em várias tentativas para entrevistar um representante da ONG Acesso, mas não se conseguiu avançar neste intuito.

⁵¹ O movimento utilizou outdoor com imagens de foto aerea do Morro e o lema de defesa “o morro é nosso” visando sensibilizar a população em geral.

⁵² O movimento se articulou com formas de protesto e pressão na rua e nos auditórios da Assembleia, mas também se articulou via web, com ampla repercussão no Estado e no país, inúmeros blog se envolveram na divulgação (ecojornalistas, ecoagência, RS Urgente, Celeuma, Cea, Somos Andando).

planejadas coletivamente⁵³. Mas também, articularam aspectos sociais e ambientais, estes multidimensionais que produziram ações e desafios mais complexos à sociedade e ao poder público.

Ou seja, a pauta de defesa do direito à moradia, potencializada socialmente com a defesa do “Morro Santa Tereza” como uma área verde a ser preservada, articulou duas dimensões, uma enraizada ainda no debate de classe social (acesso a serviços e direitos sociais) e circunscrito ao local, e o outro, o ambiental, que ultrapassa os afetados diretamente, interferindo na dinâmica do acesso à cidade. Com a abordagem deste conflito quer-se evidenciar, que de modo geral, boa parte dos conflitos urbanos hoje em Porto Alegre, e no país (considerando as diversas pesquisas que se retomou ao longo do 1º e 2º capítulos) tem raízes e efeitos socioambientais. A seguir, será analisada a atuação sindical no caso do conflito do “Morro Santa Tereza”.

3.1.2 Coletivos de resistência “Morro Santa Tereza”: a articulação sindical

O SEMAPI (Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS) representa os trabalhadores da FASE e se envolveu diretamente no conflito. Este sindicato teve dupla implicação política: por um lado, em defesa dos trabalhadores da instituição que possuem moradia no local; de outro, na defesa das condições de trabalho. Nas suas estratégias de ação buscou negociar com representantes nas três instâncias de poderes. No Legislativo contatou tanto deputados a favor quanto contrários ao projeto envolvendo a área. Esta instituição atuou diretamente nas atividades de organização das ações das associações dos moradores, exercendo importante papel na articulação do movimento de resistência.

Ainda, há que mencionar outro fator que influenciou no envolvimento sindical na luta de defesa do “Morro Santa Tereza”. Os sindicatos que envolvem trabalhadores públicos estaduais criaram um Fórum de Sindicatos de Servidores Públicos Estaduais como uma estratégia de reação contra as supostas ações autoritárias e neoliberais da então governadora Yeda Crusius. Assim, aquilo que era inicialmente ou aparentemente uma luta pontual do SEMAPI, passa a fazer parte da agenda de outros sindicatos frente à conjuntura política de enfretamento ao governo estadual, o qual cultivava resistência em abrir a negociações ante os

⁵³ Segundo representante do Semapi (entrevistado), desde o início de 2010 realizou-se reuniões com moradores do morro e com inúmeras lideranças da cidade buscando construir estratégias de resistência.

interesses corporativos. Outro aspecto considerável trata-se da alusão de que a maioria dos dirigentes sindicais reside em Porto Alegre, e são afetados na organização do espaço urbano, aspecto este mencionado na entrevista de representante sindical (nº1).

A aproximação entre estes sindicatos contribuiu com a mobilização social e com o financiamento de recursos materiais e de capital social para viabilizar as diversas manifestações de rua, transporte das pessoas para o centro da cidade em protestos em frente à Assembleia Legislativa, financiamento de folders, outdoor e materiais de campanha. Esta referência ao papel dos sindicatos na mobilização de recursos materiais para viabilizar a ação coletiva de resistência aparece na locução dos dirigentes sindicais, mas também nas reuniões das comunidades do Morro, onde lideranças locais destacam a presença destes (o SEMAPI, em especial), como fundamental no processo de organização e desenho das estratégias de luta social.

Com isso se reafirma aquilo que Bourdieu (2010) menciona sobre as diferentes conjunturas históricas e a questão de situá-las em cada estudo empírico. A maioria dos moradores da região do “Morro Santa Tereza” não possui filiação sindical, entretanto estudos indicam (Silva, 2001b; Ribeiro, 1985, Ferreti, 1984; Oliveira, 2005), que na capital gaúcha se observa uma aproximação das lutas populares, estudantil, sindical e ambiental. E, mais, na circunstância de enfrentamento entre sindicatos e governo estadual, este foi um aspecto conjuntural considerável que influenciou a adesão sindical a esta demanda popular num momento histórico peculiar.

Com relação à atuação específica do SEMAPI, há que destacar que vinha de uma disputa acalorada na Assembleia dos Deputados juntamente com outros ambientalistas (será explicitado no próximo ponto). Assim, conseguiu reaglutinar canais para apoiar a demanda por direitos e a luta “em defesa do Morro Santa Tereza”. Em verdade, segundo dois dirigentes entrevistados (sindical e ambientalista), a temática ambiental não existia inicialmente, pois a questão era defender que a área continuasse sendo pública, garantindo o direito de moradia e melhoria das condições da FASE como instituição pública. Porém, no desenrolar do conflito que se percebe a dimensão ambiental da área e o potencial que este tema teria na disputa dada:

“primeiro era o terreno da fase (...), depois que se falou no morro dando outra dimensão (...). Quando veio a público (...) “venda do morro”(...), “caiu como um dilúvio”(...), “tão querendo vender o morro”, isto pegou uma dimensão gigantesca, podia ter um terreno, mas não era o morro. (...). A gente tinha que espremer uma laranja para tirar, tanto que a gente usava dos argumentos das condições climáticas, mas não era, embora tivesse o tripé, o tripé mais frágil era o tripé ambiental, porque mais tarde pode virar uma tensão entre social e ambientalista, (...), ali na época nem apareceu tensão (...)”(liderança sindical nº1)

Por último, ainda se destaca o envolvimento do SENGE (Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul)⁵⁴ e do IAB (Institutos dos Arquitetos do Brasil), duas articulações profissionais como agências com importante reconhecimento na cidade que se envolveram nas tensões geradas “em defesa do Morro Santa Tereza” como uma área pública e verde. Mesmo após a retirada do projeto de votação, o SENGE participa de reuniões das associações do Morro, discutindo o destino daquela área (urbanização e parque). Na época do auge do conflito, o SENGE elaborou um documento questionando tecnicamente os valores de mercado e ponderando as questões ambientais e sociais, protocolando o mesmo na Assembleia Legislativa (Jornal do Comércio, 07.04.2010).

A dimensão do valor de venda do imóvel questionado pelo SENGE (74 ha mais benfeitorias) também foi posta em relevo pelos outros coletivos do mesmo campo de luta, sindical e moradores (conforme as entrevistas) e também nos discursos dos participantes do seminário realizado em agosto de 2011. Diz no documento⁵⁵ construído neste evento com participação de amplos setores sociais, além dos envolvidos na luta diretamente,

“A área foi avaliada em cerca de R\$ 89 milhões, enquanto o antigo estádio do Internacional, a alguns quarteirões dali, está à venda por R\$ 20 milhões, mas tem apenas dois hectares. Ou seja, para o mercado, um hectare equivale a R\$ 10 milhões. Para o governo pouco mais de R\$ 1 milhão⁵⁶.”

Assim, o SEMAPI (e outros sindicatos) além de participar das reuniões dos trabalhadores se envolveu nas reuniões das associações de moradores visando dar apoio ao movimento de resistência. Portanto, parte da força da resistência veio desta combinação: união do sindicato com as associações de moradores e apoiados pelas ONGs citadas e os movimentos populares que atuam naquele lugar. A seguir, como parcela reconhecida nos entrelaçamentos de agentes sociais, a participação dos ambientalistas no movimento de resistência.

⁵⁴ O Diretor da Fase, Irany Bernardes de Souza (segundo jornal O Comercio de 27.04.2010), questiona o posicionamento do SENGE, afirmando não ter recebido seu material onde embasam críticas técnicas ao projeto do Governo e questiona a legitimidade da entidade uma vez que colegas engenheiros e arquitetos participaram da elaboração.

⁵⁵ Encontrados no site <http://www.ecoagencia.com.br/?open=aecoagencia>; <http://www.omorroenosso.com.br/>. Outros sites de entidades que apóiam ao movimento de defesa do morro, em panfletos e discursos dos seus militantes.

⁵⁶ Segundo representantes do Governo, noticiado mais de uma vez entre março e junho de 2010 nos Jornais “O Comércio” (04.03.2010) e “Zero Hora”(07.04.2010), o valor do terreno seria apenas no Leilão Inicial 70 milhões, e que o valor é inferior porque 16% da área é ocupada por “Famílias invasoras”; e “30 a 40% é de proteção ambiental e não pode ser edificado”, conforme Diretrizes da Prefeitura.

3.1.3. Coletivos de resistência “Morro Santa Tereza”: a articulação ambiental

Num terceiro momento, estamos analisando a atuação dos ambientalistas, o que não significa que tenha sido linear em termos temporais no decorrer do conflito e disputas. Os ambientalistas se envolvem no debate no sentido de questionar a privatização do espaço e repetir o processo de destruição do ecossistema e a possível especulação mercantil verificadas em outros espaços da cidade.

Segundo umas das entrevistas (liderança ambiental nº 3), reuniram-se diretores do SEMAPI, movimentos populares, lideranças das vilas e ambientalistas para montar os argumentos contrários à comercialização ou concessão da área em parcerias. Na elaboração da articulação mencionada foi construída a estratégia de resistência a partir de um tripé: regularização fundiária e permanência dos moradores; repor no cenário as condições para um adequado funcionamento da FASE, bem como a sua descentralização; e dimensão ambiental (plantas, animais, paisagens, etc.). Ou seja, do tripé definido, o ambiental, foi considerado o mais frágil na época, e, no entanto, no desenrolar do processo, conquistou praticamente centralidade, surpreendendo as próprias lideranças, argumenta em entrevista um dos ambientalistas (liderança ambiental nº3). Outra liderança das associações de vila também apontou nesta direção (liderança moradores nº 3), semelhante ao diagnóstico da direção sindical. Diz um dos entrevistados:

“Tinha uma turma que era da parte de ambientalista, mas naquele tempo não se falava em parque nenhum, só se falava em moradia, em primeiro lugar a moradia, foi aparecendo depois o debate do parque (...)” (Liderança de Moradores nº 3)

Neste sentido, entender como a dimensão ambiental, relativamente secundária no tripé do conflito se torna central evidencia um pouco da consolidação da questão ambiental como campo de legitimidade peculiar num período recente, e mais especificamente na cidade de Porto Alegre. O primeiro questionamento posto refere-se ao posicionamento de ambientalistas ao se envolverem no conflito tendo em vista a presença de moradores considerados “irregulares” numa área pública, bem como ante a demanda de funcionários da FASE? Para se entender esta articulação, há que considerar as condições históricas de atuação dos ambientalistas na cidade gaúcha, e mais, do capital social que se consolidou nas últimas décadas até os dias atuais.

Oliveira (2005) e também de Barcelos (2010), aponta um pouco a trajetória das entidades e ambientalistas no solo gaúcho e em Porto Alegre, qual seja uma aproximação destes com os movimentos sociais e populares, e ainda partidários desde os anos 80. A partir

do final dos anos 90 se proliferaram entidades e coletivos que se pautam pela defesa ambiental. Até entidades corporativas como a CUT criaram a setorial ambiental. Igualmente nestas décadas se multiplicaram no país as ONGs – Organizações não Governamentais, como nos moldes das já citadas CIDADE e ACESSO (ligados ao campo social), mas mais intensamente no campo ambiental, onde se proliferaram com diversos matizes, concepções e práticas. Segundo Barcelos (2010), em torno das ONGs circulam diversos debates sem maiores consensos, contudo, é inegável que passam exercer considerável influência junto ao poder público na elaboração e mesmo implementação das políticas públicas, como também junto aos movimentos sociais (assessoria), análise compartilhada por Telles (2009, 2002)⁵⁷.

As ONGs surgem nos anos 70 num contexto de crescimento do ideário do neoliberalismo como alternativa ao Estado, estimulado por organismos internacionais de Fomento. No contexto brasileiro, argumenta Barcelos (2010) elas se situam (em sua origem) na oposição ao autoritarismo, na defesa dos direitos sociais e muito próximo à agenda da esquerda. Com esta tradição há que se entender a atuação de ONGs como o ACESSO e CIDADE, e também compreender a atuação de várias outras ligadas ao campo Ambiental, dentre as quais as que se envolveram no conflito aqui estudado como Núcleo Amigos da Terra - NAT, BIOFILIA, Ecoconsciência. Algumas se envolveram mais periféricamente no conflito como a própria AGAPAN e CEA. E outras, como ECO-AGÊNCIA, CELEUMA, ROESSLAR, CATARSE, INGÁ, ECOJORNALISTAS entre outras não são citadas nas entrevistas e na mídia televisiva e jornais, entretanto vinculavam notícias sobre o andamento do Conflito, enfatizando a mobilização em defesa do espaço urbano e público do “Morro Santa Tereza” e reproduziam abaixo-assinados.

Nos anos 2000, mais precisamente a partir de 2007, no contexto de revisão do PDDUA, emerge o Movimento de defesa da Orla do Guaíba, onde várias ONGs acima cotadas se envolveram. No decorrer dos debates de revisão deste Plano, um vereador entra com processo para garantir o direito de uso da Orla do rio Guaíba localizado no antigo Estaleiro Só. Isto possibilitaria a construção de condomínios residenciais, seguidos de outros projetos para a copa 2014, os quais ficariam livres de terem que ser submetidos ao PDDUA (e suas revisões)⁵⁸. Estas ações motivaram a constituição de um fórum das entidades que discordavam destas lógicas por produzirem grandes impactos paisagísticos e ambientais, dando origem ao Movimento. Dentre as ações mais destacadas deste coletivo está o referendo

⁵⁷ A pesquisadora e outros intelectuais citados por Barcelos apontam algumas críticas com relação ao modo de intervenção das ONGs, mas não é o foco aqui.

⁵⁸ Disponível em <http://movimentoemdefesadaorladoguaiba.blogspot.com.br/>. Acessado em jun/2011.

em 2009 sobre o uso residencial da orla na região do Estaleiro que aprovada previamente pelos vereadores (aprovação de 70%) foi recusada pela população em mais de 80%.

Assim, organização e resistências dos ambientalistas é uma prática frequente na história do ambientalismo, destacando-se um dos mais bem sucedidos, o Movimento de Justiça Ambiental que se espalhou no mundo todo, inclusive no Brasil, congregando inúmeras ONGs (Acselrad, 2010b), sendo que algumas destas participaram ativamente do movimento de “resistência” aqui abordado (confirmada numa das entrevistas com liderança ambiental nº1). O próprio movimento que culmina no Fórum Social Mundial em 2001 é outro exemplo de articulação em rede local/global com grande protagonismo dos ambientalistas na Capital Gaúcha.

Para Lima (2008) ocorreu transformações nas correlações de força no interior do movimento ambiental brasileiro nos últimos anos, tendência que também se repete na cidade gaúcha na opinião de Oliveira (2005) e Barcelos (2010). A ecologia radical perde espaço assim como aqueles coletivos mais à esquerda que denunciavam a insustentabilidade do capitalismo dos anos 80; por outro lado, contraditoriamente tem se ampliado o debate das implicações socioambientais no campo ambiental, aspecto fortemente presente no Movimento Internacional de Justiça Ambiental que está em ascensão no país após a Rio Eco-92, o que favorece uma maior proximidade nas lutas sociais entre movimentos sociais e ambientalistas (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009; Acselrad, 2010).

Todavia essas diferentes práticas e discursos continuam presente no cotidiano da ação dos agentes ambientalistas, mesclando-se e influenciando o público, chocando-se mais ou menos com outros coletivos. Estas disputas aparecem entre os entrevistados dos diversos coletivos, mas também se concretizam em ações preservacionistas, criação de áreas verdes no meio rural e urbano, e presente no debate do que fazer no “Morro Santa Tereza”, questões que serão aprofundadas no próximo capítulo. Em parte talvez possa ser o indicativo de envolvimento mais intenso de algumas entidades no conflito e a posição mais periférica e mesmo distante de outras, num universo complexo do campo ambiental da capital gaúcha.

O SEMAPI era um dos agentes envolvidos no movimento “em defesa do Morro” que vinha construindo ações conjuntas com os ambientalistas desde 2007 como a criação do Movimento “em defesa da Orla do Guaíba”. Assim, segundo a consideração do dirigente sindical entrevistado, logo que apareceu o debate na Assembleia de venda/permuta da FASE, eles convocaram os ambientalistas com “afinidade política” termo usado por ele. Já se comentou que a narração do processo de constituição do “movimento de resistência” apresenta divergências nas entrevistas, este é mais um caso, onde para uns aparece o SEMAPI

como o primeiro articulador; para outros, um representante ambiental com contato na Casa legislativa Estadual; e na fala de uma liderança de moradores apareceu representante de gabinete de um deputado como o desencadeador. Não é algo relevante a informação em si, mas sim o fato das contradições serem inerentes à ação coletiva e que os discursos e práticas vão sendo ressignificadas nas relações sociais de um campo em conflito.

A união de moradores, sindicalistas e ambientalistas, construída no caso do conflito, parece fruto de posição semelhante no campo social de conflitos, entretanto, não anula diferenças e disputas entre os envolvidos. Pode-se inferir que apenas ficam menos salientes em certas conjunturas, como é o caso da proposta de comercialização de uma área pública. Há que considerar inclusive que alguns membros sejam de sindicatos ou ambientalistas possuem atribuições administrativas ou cargos que importa em posicionamentos dissonantes.

O caso do “Morro Santa Tereza” é ilustrativo na medida em que a pauta ambiental, inicialmente, não era central e sequer visualizada, como já se disse. No entanto, no desenrolar do conflito, ela se tornou o cerne da disputa, conquistando destaque com espaço na mídia (em especial, a internet) e ampliando o apoio de diversos segmentos da cidade. Deste movimento surge a ideia da Campanha para a criação de parque. Isto evidencia que a temática ambiental se consolidou na sociedade, contrariando aqueles que imaginavam que era uma questão localizada. A legitimidade deste discurso tornou-se um capital simbólico importante para conquistar atenção e apoio de diversos segmentos municipais, inclusive chocando-se em certos momentos com o capital econômico (ainda que momentâneo), reafirmando a perspectiva relacional dos campos e agentes proposto por Bourdieu.

Ainda, o recuo do poder público em parte também pode ser explicado pela campanha exitosa de proteção do morro, conquistando uma legitimidade relativamente abrangente se comparado com o direito de moradia, neste caso. Neste sentido, concorda-se com a afirmação dos escritos mais antigos de Kowarich (1980; 1980b) de que a Instituição Estatal tende a tratar das questões sociais e também ambientais na medida em que interessa a classe dominante, como foi a reivindicação de criação e recuperação de áreas verdes em São Paulo. Em outros termos, a legitimidade do campo ambiental se expandiu na sociedade quando do reconhecimento de que os recursos naturais, base do modelo produtivo e de consumo, não estão disponíveis de modo infinito, bem como o ambiente está diretamente relacionado às condições da qualidade em saúde. Entretanto, os fenômenos sociais cada vez mais complexos das sociedades contemporâneas têm em geral confirmado a insuficiência de abordagens lineares ou unilaterais, como o próprio Kowarick (2007) aponta com relação à tendência de descentralização dos centros urbanos nas grandes metrópoles. Há o poder hegemônico do

capital econômico e a tendência de submissão do Estado, mas também a forma de relação/articulação do conjunto dos agentes sociais influencia nos rumos temporais e espaciais de produção das cidades, em termos sociais e ambientais.

A partir dos embates entre os coletivos nos diferentes campos sociais são ressignificadas as práticas e discursos (Almeida, Gerhardt, 2005; Kowarick, 2009). Por um lado a campanha de defesa do Morro repercutiu no reconhecimento de legitimidade por parte de amplos setores, de outro produziu também mudanças no cotidiano das vilas locais: está em andamento o projeto de construção de uma horta comunitária na União Santa Tereza; mutirão de limpeza de lixo; e maior envolvimento das pessoas do local com a preservação do meio (segundo duas das entrevistas com lideranças de Moradores, nº1 e 2). Uma das entrevistas (nº1) menciona mudanças na atuação do governo municipal no local, o qual está recolhendo lixo e ampliando a fiscalização para evitar novas ocupações nas áreas verdes e a outra entrevista com liderança local (nº4) denuncia que há anos se havia deixado de recolher o lixo nas vilas, e agora parece estar sendo retomado timidamente, argumenta ele.

Por outro lado, as lideranças locais enfatizaram nas reuniões que a questão fundamental da luta reside no direito de moradia e de permanecerem no local. O que evidencia possíveis tensões, presentes e futuras, entre as reivindicações sociais e ambientais. E isto se amplia quando cotejados numa perspectiva da ecologia radical (Jatobá; Cidade, Vargas, 2009; Guha, 2000; Martinez-Alier; 2007). Uma das entrevistas (ambientalista nº2) apontou nesta direção, ao tratar sobre as diferentes concepções ambientais e os possíveis choques de interesse sobre a destinação do referido espaço urbano, não apenas entre setor econômico (em especial, imobiliário) e o movimento ampliado de resistência, mas no interior deste. Afinal, argumenta ela que é preciso garantir o cumprimento da legislação de preservação dos topos de morro, ainda que ela reconheça as contradições sociais presentes no morro e os diversos fatores negativos implicados na vida das pessoas na medida em que são deslocadas de seu território. Estes discursos vão ao encontro da literatura sobre a heterogeneidade das correntes e movimentos ambientais no Brasil, onde se articulam e tencionam disputas sobre práticas e discursos ambientais (Layrargues e Lima, 2011).

Cabe também destacar que fica implícita, a partir das entrevistas e observações das reuniões, a preocupação dos moradores de que em nome de preservação e crescimento (ou da modernização para megaeventos) o ente público tende a agir deslocando as populações de baixa renda. Isto se evidencia em outros locais da cidade, mas também no Brasil e mundo conforme apontam diversas pesquisas (Fuks: 2001; Bueno 2009; Diegues, 1996; Guha, 2000). Assim, com a presença de lideranças locais, sindicalistas e ambientalistas se montou os

argumentos para defesa do espaço como área pública e de moradia. Alguns dos discursos dos envolvidos ilustrando estas preocupações:

Agora, vender uma área que é do Estado, se nós deixássemos o que eles iriam fazer? Derrubar tudo, pra construir prédio, arranha céu, e esse povo vai pra onde, vai morar a onde? Lá pros confins da restinga, não é porque seja um lugar longe, mas pensa bem, bota a cruzeiro a vila gaúcha, todas essas vilas juntas lá o que vai ser um barril de pólvora, ali vai ser a guerra do tráfico, (...)”. (liderança moradores nº4).

“porque se fala tanto em parque? Se nós tivéssemos deixado tirarem todo mundo daqui aquela mata ali eles já tinham colocado toda a baixo, sabe, então porque a gente guerreou, guerreou, nós cuidamos a mata. A padre cacique ali foi toda plantada por eles, eles que cuidam, agora quer dizer que querem tirar o pessoal pra colocar pra onde? Se é eles que cuidam, eles que plantaram, eles que criaram aquele mundaréu de árvore, que tem ali tudo eles que produziram na prática né, que tão cuidando até hoje. Quer dizer que eles não tem direito de morar? Eles querem fazer um centro de evento aqui em cima, (...). Sim cria o parque, aí como fica a regularização fundiária? (...). Então eu acho que primeiro faz a urbanização a regularização fundiária e depois o parque. (liderança moradores nº4).

Apesar da pressão e da resistência destes diversos coletivos fazendo o governo estadual acenar com um recuo, de forma alguma se pretende informar que há unanimidade quanto a um possível projeto do que fazer no Morro do ponto de vista de urbanização, sustentabilidade ambiental e do projeto de descentralização da instituição. Ao contrário, verificam-se tensões na área, inclusive entre o direito de moradia com a necessidade de preservação ambiental, por vezes chocando discursos de ambientalistas e moradores, como se verificou nas próprias reuniões após a expressa desistência de venda/permuta do terreno por parte do governo estadual. Lembrando, que de acordo com a entrevista de um ambientalista, esta tensão não aflorou na primeira fase dos embates, onde o foco era impedir uma ação governamental (liderança ambiental nº3) ou de uma ação de um inimigo externo.

Por último, se o lema de preservação ambiental garantiu que o movimento de defesa da não venda do terreno deslanchasse, encontrando amplo apoio na sociedade e evidenciando a consolidação e a legitimidade da questão ambiental, por outro lado, cabe interrogar sobre os motivos dos constantes conflitos ambientais (e socioambientais) e as denúncias de degradação ambiental por parte de seus militantes na capital Gaúcha? Apesar da legitimidade do campo ambiental, práticas e discursos não são homogêneos, há aqueles com mais força e poder de influência e que tem determinados desdobramentos, explicando assim em parte as contradições entre o campo consolidado e as mudanças pouco significativas em torno de um mundo mais sustentável.

Baseado nas reflexões teóricas do primeiro capítulo se sustenta que o conceito de desenvolvimento sustentável que se tornou hegemônico, conciliando crescimento, preservação ambiental e justiça social trouxeram desdobramentos consideráveis: de um lado, garantiu a consolidação do campo ambiental como preocupação relevante e norteadora das práticas sociais; mas de outro, é um arranjo superficial e incapaz de alterar as estruturas sociais promotoras de um mundo insustentável. O aprofundamento destas interrogações aqui postas será aprofundado no último capítulo ao tratar dos discursos legitimadores da realidade social.

A seguir, desdobramentos deste movimento de defesa para outro ordenamento de uma área urbana, seus êxitos e indefinições.

3.2. Desdobramentos do Movimento “em defesa do Morro Santa Tereza”

Silva e Oliveira (2011) ao analisarem a relação entre o movimento da economia solidária e a relação com o poder público, demonstram que é um equívoco, ou melhor, uma simplificação de leitura, tratá-los como antagônicos ou exteriores. Há uma intersecção entre governo e os movimentos sociais, considerando teoricamente dois extremos que seriam: completamente excluídos (completa exterioridade) ou completamente incluídos. Eles mostram, por exemplo, que num contexto de administrações petistas, lideranças dos movimentos sociais circulam nos dois espaços. Boa parte das lideranças entrevistadas no trabalho destes pesquisadores já ocupou cargos no governo e participam de partido político. E mais, o próprio governo pode ser fomentador de certas políticas, argumentam os autores, que venham a financiar a pauta dos movimentos sociais, como da economia solidária⁵⁹. Eles propõem analisar esta relação a partir de um esquema de diferentes níveis proximidades e distâncias. Certamente que há coletivos mais incluídos e outros mais distantes, mas de algum modo está presente uma relação dialética e dinâmica. Ou seja:

é mais correto pensar em um continuum de alinhamento e influência, com alguns grupos tendo muito pouco acesso e influência através da política convencional, outros tendo um pouco mais e outros ainda tendo muito; mas grupos podem mover-se para cima e para baixo neste continuum muito rapidamente, dependendo das mudanças no Estado e nos alinhamentos partidários. (2011, p.85)

⁵⁹ Outro exemplo é a atual postura do governo federal de incentivar espaços de comercialização para a produção dos agricultores familiares garantindo mercado institucional do PAA/PNAE.

A reflexão de Silva e Oliveira (2011) possui relevância para esta tese na medida em que aponta para alguns equívocos ou distorções nas desconfianças expressas dos movimentos sociais e de pesquisadores da academia quanto ao seu olhar sobre os nexos com o poder público local, como se fosse sempre uma relação negativa. Em termos gerais ainda vigoram espectros dos anos 70 e que carecem de atualizações. Contudo, de lá para cá mudou muito, em especial com as conquistas sociais, ascensão de outros representantes políticos (partidos de esquerda) com vinculações estreitas com múltiplos movimentos sociais. Assim, há que incorporar novos aspectos para dar conta desta realidade complexa entre Estado, governo, partidos políticos e movimentos sociais. Abers e Bulow (2011) defendem que seriam possíveis diversas relações entre sociedade e as instâncias estatais. Estas não são sempre de conflitos, de colonização, há situações outras, como de gestão participativa e proximidades (e que não estaria limitado tão somente às experiências de conselhos). As fronteiras entre estes dois mundos se cruzam repetidamente, seja no Brasil seja no contexto da América Latina, argumentam. É interessante que um dos entrevistados (liderança nº 3), ligado ao movimento ambiental, hoje no governo, menciona na entrevista, que estando no governo há que considerar outras agendas e pautar outros aspectos.

Assim, salvo diferenças epistemológicas na contribuição destes autores (Silva e Oliveira, 2011; Abers e Bulow, 2011) com os pressupostos balizadores da presente pesquisa, é visível a necessidade apontada por eles de aprofundar pesquisas sobre esta relação heterogênea, considerando que o próprio trabalho empírico aqui desenvolvido mostra estas complexidades. No governo da Yeda Crusius num contexto de constante enfrentamento com os movimentos sociais existia um tipo de relação; atualmente, o governo ao assumir as bandeiras do morro, como o compromisso com a regularização fundiária da região e a portaria criando o parque (maio de 2011), se estabeleceu uma nova relação, uma interseção maior, embora as tensões não se dissipassem por completo, como já se mencionou. O movimento “em defesa do Morro Santa Tereza” construiu uma estratégia exitosa de resistência a um projeto local de política pública (centro-sul da cidade) centrado no tripé ambiente-moradia-Fundação no primeiro período. Num segundo momento, em que parte das próprias lideranças do “movimento de resistência” ocupam posições no governo ou relações muito próximas se estabelecem novas alianças, aliás, os deputados de oposição à Yeda, que engrossaram o movimento em defesa do morro, no passado, agora são a base governista.

Em 01 de janeiro de 2011, Tarso Genro tomou posse no governo estadual e havia assumido na campanha eleitoral o projeto de urbanização e criação do Parque no “Morro Santa Tereza”. Em maio de 2011 é oficializada a criação do parque ambiental do “Morro

Santa Tereza”, sendo comemorado pelo movimento. Em agosto do mesmo ano é realizado um seminário organizado pelos diferentes coletivos que participaram do “movimento em defesa do Morro”. Tal evento tinha o propósito de elaborar uma proposta que articulasse um projeto democrático de urbanização da região, de criação do parque e do processo de descentralização da fundação educativa. O documento “Carta de intenções” (assinado por 43 entidades) visa tornar público⁶⁰ (inclusive ao governo estadual) uma proposta diferenciada para a área em litígio a partir de três eixos: reforma urbana e regularização fundiária, parque ambiental e descentralização, ou seja, “a regularização fundiária e urbanística das comunidades locais, a reestruturação da Fundação de Assistência Socioeducativa (FASE) e a preservação do patrimônio ambiental e histórico-cultural da área remanescente como um parque público”.

De fato, apesar dos discursos coletivos reivindicando os três eixos, em reuniões durante 2011 nas Vilas da região, observou-se que várias lideranças locais se manifestavam reafirmando que o parque era apenas uma dimensão. Isto permite afirmar que existe um processo em construção permeado por contradições e disputas mesmo na posição daqueles coletivos de resistência à privatização do Morro. Nas entrelinhas parece aflorar a fragilidade quanto à definição e de consenso de um projeto mais efetivo, em especial sobre o que fazer na área de preservação ambiental e que tipo de parque está sendo proposto (será retomado no próximo capítulo).

No evento que culminou no relatório de agosto de 2011 também aparecem estas mesmas tensões, tais como, a situação de permanência das famílias e o comprometimento do meio ambiente. Os próprios participantes reconhecem no documento ser um campo divergente, entretanto, afirmam eles que a possibilidade de uma ampla participação nas decisões poderá construir alternativas mais sustentáveis e democráticas.

por um lado, a urbanização das vilas requer uma área superior à que hoje ocupa. E ainda, a FASE, a partir da aplicação da política socioeducativa de manter suas casas mais próximas das comunidades de origem dos jovens, deverá, também, definir que equipamentos permanecerão no local e de que área necessitará. Mas, por outro lado, também é determinante, independente do tamanho da área remanescente, o respeito à mata nativa, ao bioma Pampa existente, aos prédios históricos e que seja dado uso público a essa área, porque ela pertence ao povo gaúcho. Assim, a concepção do parque, além de se necessitar saber qual é a área remanescente, exige ter clara a vinculação com as outras duas entidades determinantes, suas entradas, intercomunicações, as interatividades. (Seminário “O morro é nosso” 5 e 6 de agosto de 2011).

⁶⁰ Recentemente elaborado e postado em março de 2012. Disponível em <http://www.omorroenosso.com.br/noticia51.html>. Acessado em 18.05.2012

A complexidade da temática cria tensões no movimento, mas também nas respostas do poder público. Ou seja, as contradições não brotam apenas das contestações das políticas públicas como ações Estatais, pois igualmente emanam dos diversos posicionamentos nos campos sociais. Logo, se reafirma a perspectiva de Silva e Oliveira (2011) deste processo de intersecção entre o que aqui chamamos de campos sociais, que ora pode ser de conflito ora de outro tipo. Por outro lado, a articulação do movimento apresenta-se como uma construção política dialética, entre os diversos agentes sociais com práticas e discursos diferenciados e em certos momentos divergentes (ambientalistas, sindicalistas e moradores). Ou seja, partilhar a posição social de subalternos (Gramsci) ou dominados (Bourdieu)⁶¹ num campo social (aqui conflito socioambiental) não é uma condição suficiente para traduzir-se automaticamente numa coalizão. Já se mostrou que a construção desta agenda comum requereu esforços coletivos transparecendo em algumas entrevistas e reuniões.

As entidades que assinaram o citado Relatório em maio de 2011, ligadas especificamente ao meio ambiente e aquelas que se envolveram diretamente no Movimento do Morro há significativas diferenças. Por exemplo, a AGAPAN, InGá (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais), Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, Movimento Abrace o Guaíba e Associação Ambiental Amigos da Paisagem Preservada de Quintão/PS/RS assinaram endossaram o Relatório. Entretanto, várias entidades que participaram no decorrer do conflito do Morro entre dezembro de 2009 e julho de 2010 como NatBrasil, ECOAGÊNCIA (Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul), MOGDEMA (Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente), CEA (Centro de Estudos Ambientais), as quais divulgavam informações e faziam denúncias contra o governo estadual através de seus sites e Blogs não se fizeram presentes. Os militantes ambientais questionados (em entrevista) sobre estas duas situações apontaram que foi desdobramento de agendas e não de divergências propriamente ditas. Independente do motivo apreende-se que vão se constituindo novas relações sociais no interior do movimento e deste com relação ao campo político (governo estadual e municipal).

Para ilustrar referenciamos o conflito no Parque Natural do Morro do Osso analisado por Fuhr, Gerhardt e Kubo (2012) entre indígenas, moradores locais, ambientalistas, governo municipal e representantes imobiliários. Os interesses diversos e divergentes não permitiram chegar a um acordo com mais de seis anos em andamento de negociação em meio às disputas,

⁶¹Bourdieu aponta o equívoco de Marx de considerar a classe trabalhadora como potencial em classe efetiva.

nem mesmo entre uma possível aproximação entre lideranças indígenas e muitos agentes ambientais envolvidos no local.

Desta forma, pode-se inferir que a aliança dos envolvidos no “Movimento de Resistência do Morro Santa Tereza” foi uma construção marcada por disputas, tensões e alianças numa dada conjuntura que pode ou não ser permanente. Nesta pesquisa se reafirma aquilo que Almeida e Gerhardt (2005) argumentam sobre as práticas ressignificadas no campo social em conflito. Mudou a posição dos movimentos sociais (ao incorporarem a dimensão ambiental), e igualmente houve alterações no outro campo, seja governo estadual (com diferentes respostas ao longo do conflito) ou a comissão de deputados na Assembleia Legislativa. Ainda se transformou a forma da relação do movimento com o novo governo que assimilou a pauta do movimento em 2011.

Segundo Bourdieu (2010), os discursos e práticas sociais estão continuamente em disputa. Estes são produzidos e reproduzidos pelos agentes envolvidos, o que significa que não é um processo passivo, mas ativo, de manutenção ou mesmo mudanças, pela ressignificação de forma contínua no cotidiano. Como afirma o sociólogo “todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. A questão da legitimidade surge da própria possibilidade deste por em causa, desta ruptura com a doxa que aceita a ordem corrente como coisa evidente” (2010, p.150). Por um lado, é inegável que a visão de problema ambiental difundida majoritariamente nas escolas e na mídia televisiva, nas Instituições Estatais assenta-se basicamente na ideia de desenvolvimento sustentável, em mudanças de hábitos e estilos de vida, não discutindo aspectos mais profundos como o modelo de organização social, produtivo e de consumo. De outro, o caso do movimento em destaque revela que as relações assimétricas de poder não são vivenciadas de modo passivo, há movimentos de resistência e outros projetos de ocupação de território, reafirmando aspectos socioambientais. E o mesmo se aplica com as entidades e agentes ambientalistas, o que não significa que estas práticas e visões tenham o mesmo poder de influenciar e traduzir-se em políticas públicas.

Bourdieu (2010) tem em comum com Kowarick (1981, 1981b) a crítica de que o Estado tende a reforçar as ideias daqueles grupos com maior articulação em torno de mecanismos para o controle do poder; os mandatários que nem sempre são visíveis no campo político, mas que tem garantido a defesa de seus interesses. O ente Estatal foi erigido o detentor legítimo do capital simbólico e pode disseminar de forma reiterada discursos para legitimar a modernização e expansão urbana, seja pelas instituições escolares, jurídicas entre outras.

As influências da sociedade sobre as instâncias estatais são permeadas por relações de poder assimétricas, de modo que há uma tendência de que alguns, com mais capital econômico e cultural, sintetizam de forma peculiar a força das inovações ou da conservação. Isto se traduz em diversos interesses em jogo e capacidade diferenciada do conjunto dos agentes para influenciar a direção das ações públicas. Além disso, torna-se visível que a lógica orientadora das diretrizes na elaboração e implementação destas reformas produz efeitos contraditórios em termos sociais e ambientais, onde segmentos populacionais são afetados de múltiplas formas.

Canclini (1984) numa tentativa de refletir sobre as contribuições entre Gramsci e Bourdieu mostra como a radicalidade de uma ou outra perspectiva, qual seja ver o mundo apenas como reprodução dos interesses da classe dominante ou seu contrário, ver todos os movimentos sociais e coletivos como capazes de resistir e construir formas originais de vida social são limitadas. Por um lado, é fundamental entender os mecanismos sociais de reprodução da ordem dominante, seja em termos práticos ou simbólicos. De outro lado, há que considerar que os movimentos sociais e os seres humanos são capazes, apesar das condicionalidades estruturais introjetadas (*habitus*), de reconstruir novos sentidos, significados e práticas coletivas.

Outra questão relevante é apontada por Canclini (1984): os movimentos sociais e os agentes sociais não estão sempre resistindo. Há momentos de conflito e o caso do “Morro Santa Tereza” é um exemplo, mas há outros momentos que apenas se reproduz os *habitus* adquiridos ao longo das trajetórias sociais. E neste sentido, por mais críticos que sejam os movimentos sociais eles também são incorporadores de lógicas sociais constituídas historicamente e as reproduzem, como a lógica consumista, a reafirmação de valores ligados ao modelo de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, ora problematizados, ora defendidos, como se viu nas entrevistas, confirmado as contribuições valiosas de autores como Bourdieu e Gramsci. Celikates (2012) em defesa da sociologia de Bourdieu contra o debate de que este estaria superado, considerando a contribuição da sociologia da crítica que enfatiza a capacidade dos atores compreenderem sua realidade plenamente, problematiza a necessidade de se investigar as razões pelas quais a maior parte das pessoas se submete a processos sociais opressores, ou seja, são raros os momentos de resistência efetiva, e neste sentido aproxima-se da análise de Canclini sobre a realidade complexa e desigual das sociedades capitalistas, as quais convivem com reprodução ideológica e igualmente resistência de coletivos.

Assim, pode-se entender a complexidade das práticas sociais, e movimentos críticos que ao mesmo tempo defendem as pautas socioambientais e em certas ocasiões legitimam valores ligados ao sistema capitalista como crescimento econômico. Daí também a contribuição de Garcia (2004) que defende que a melhor metodologia de pesquisa é aquela que responde ao contexto na qual se aplica. Ou seja, Gramsci e Bourdieu não respondem todas as questões, mas são perfeitamente suficientes para ajudar a interpretar a realidade de um conflito onde se cruzam dois campos sociais permeados por relações desiguais de poder, onde o poder público é um agente protagonista desencadeador do conflito. E mais, seja no governo Yeda Crusius ou no atual Tarso Genro, há mudanças substanciais nas relações entre governo e movimento, mas continuou-se a observar tensões, diferenciando de outras relações possíveis apontadas por Abers e Bulow (2011).

O movimento pesquisado, apesar de divergências em seu interior, conseguiu estabelecer solidariamente a luta a partir dos três eixos: reforma urbana ou regularização fundiária, parque ambiental e descentralização. A articulação política que se manteve mesmo após a desistência da meta de comercialização do terreno, os coletivos envolvidos continuaram se reunindo e discutido o uso coletivo da cidade de forma mais democrática e sustentável em termos sociais e ambientais. Sustenta-se que este conflito é um caso típico do modo como as questões sociais e ambientais se somam, potencializam-se, ou podem vir aumentando os processos de exclusão das populações de baixa renda.

A seguir, a posição do poder público estadual proponente do projeto de desfazer-se de um patrimônio público e o posicionamento divergente dos deputados estaduais.

3.3. Coletivos defensores do projeto da mercantilização do terreno público

O debate sobre a precariedade da FASE e sua incapacidade de cumprir os preceitos previstos na legislação pertinente é anterior ao próprio desencadeamento do conflito coma proposta de venda da área em que a mesma está instalada. Em dezembro, segundo o Jornal O Comércio (17.09.2009) foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa, na “Comissão dos direitos humanos e cidadania”, debatendo as condições de seu funcionamento, o qual contou com a participação de representantes da Secretaria Estadual de Justiça e Desenvolvimento Social, do Ministério Público (Promotoria da Infância e juventudes), deputados e o próprio SEMAPI (fonte de informação do respectivo jornal). Este último denunciou o baixo número de servidores, falta de condições de trabalho, armazenamento

inadequado de medicamentos e reafirmou os próprios dados apresentados pelo governo sobre as dificuldades instaladas. Assim, o desdobramento das ações de governo, que culminaram no conflito que se prolongou por no mínimo seis meses, surge de demandas de segmentos sociais diversos.

No dia 23 de dezembro de 2009, o mesmo jornal (O Comércio) afirma que a governadora encaminha à Câmara Legislativa a proposta de alienação/permuta do terreno da FASE. São os seguintes argumentos apresentados por este veículo de mídia: para o representante do governo estadual, e mais precisamente o Secretário Estadual de Justiça e Desenvolvimento Social, Fernando Schuler, a Instituição está funcionando em condições inadequadas em termos de infraestrutura, e ainda em desacordo com a Legislação Federal da criança e adolescente, que prevê que os jovens internos em processo de correção devem estar mais próximos de suas famílias e comunidades. Para o então Secretário, muitos jovens na internos eram de lugares distantes como Santa Cruz, Osório e outras cidades, de modo que as famílias têm dificuldade de visitá-los. Logo, segundo ele, o terreno a ser vendido ou trocado foi orçado em 160 milhões e o novo projeto descentralizado custaria 70 milhões (Jornal Zero Hora, 21/01/2010).

Portanto, o desenrolar de uma agenda social frente ao campo político não possuem rumos naturais. Ele pode responder de diferentes modos, atendendo interesses de um ou outro grupo, ou mesmo buscando alguns consensos. Os campos sociais mais estruturados conseguem garantir maior autonomia frente às intervenções do campo político (Bourdieu, 1983), por exemplo, o artístico e o científico, se comparado ao campo ambiental em estruturação (Almeida e Gerhatdt, 2005) ou então, um campo socioambiental (cruzamento das questões sociais e ambientais no caso do Morro Santa Tereza). Assim, independente da orientação política de um governo num contexto de Estado democrático das sociedades capitalistas ocidentais, ele se desenvolve a partir de determinadas estruturas materiais e simbólicas de poder, seja econômico, jurídico, cultural a nível local e global que limitam, condicionam ou potencializa ações sob a ótica dos envolvidos no conflito societal.

Por um lado, concorda-se com Carneiro (2005b) de que o Estado majoritariamente age reforçando os interesses daqueles grupos com mais poder material e simbólico, haja vista a forma de produção do espaço urbano da cidade mineira (Carneiro, Leite, Tavares, 2010) e mesmo a lógica mercantil de porto Alegre já evidenciado anteriormente. Mas se olharmos a Instituição Estado como um campo político em disputa segundo a perspectiva de Bourdieu (1989, 2010) pelos inúmeros coletivos constituintes dos diversos campos, percebe-se uma perspectiva relacional e multidimensional de analisar os fenômenos sociais e políticos. Isto

significa que há estruturas assimétricas de poder, mas elas se reproduzem no cotidiano a partir da ação dos agentes sociais (práticas e discursos). Se não fosse um campo relacional e em disputa não se teria concorrências políticas acirradas.

Assim, o governo pressionado por diferentes pautas se mostrou mais sensível a algumas agendas, como a neoliberal de gestão pública centrada na diminuição de gastos e á lógica de terceirização dos serviços. Neste sentido não se abrindo efetivamente às agendas dos movimentos sociais e a processos mais participativos gestão pública, pois a pauta de governo (em sua vertente mais influente) optou por alianças com certos segmentos em detrimento de outros. Nesta direção, a proposta de venda do terreno não dialoga com moradores locais, com a representação sindical⁶² e nem com ambientalistas (ao emergir na pauta a reivindicação socioambiental).

A posição governamental, locada no campo do conflito socioambiental envolvendo a área em disputa, pode ser analisada sob três aspectos: fragilidade da base governista em contexto de ano eleitoral; a forma como o campo político reage à pressão social; alianças políticas não consolidadas em torno do projeto proposto. A fragilidade do governo em final de mandato se deve ao desgaste com pressões sociais e falta da unidade na própria base aliada. Ao que tudo indica as representações importantes do governo no Legislativo não assumiram a defesa pública do projeto de venda do terreno, pois os jornais em diversos momentos enfatizaram que os deputados da base aliada faltam injustificadamente nos momentos de votação do projeto da setorial legislativa e mesmo foram autores de pedido de revisão. A instabilidade política num contexto de alianças partidárias em vistas das eleições estaduais de 2010 e a repercussão negativa na sociedade produziram um cenário onde poucos assumiram radicalmente a defesa do projeto. O que talvez seja um dos indicativos da falta de interesse ou de argumentos cabíveis dos deputados procurados para falar a respeito do assunto por ocasião desta investigação.

Funcionário da esfera Legislativa Estadual, ligado à base governista em entrevista (Institucional Legislativo nº2) afirma que o projeto visava resolver os problemas de superlotação das casas de Atenção Socioeducativa, às condições precárias dos internos e atender a legislação federal de manter os adolescentes próximos de casa. Para ele, a confusão que se instalou em torno do projeto foi uma manobra da oposição que se aproveitou de um ano eleitoral. Afinal, hoje em todas as administrações modernas são utilizados os mecanismos

⁶² Segundo jornal do Comércio, dia 23.12, ao entrar na Assembleia a PL 388/2009, o Semapi por meio de sua Diretora Nara Maia já teria questionado. Ela questiona ainda que a venda estaria coincidindo com o momento em que estão sendo feitas reformas com verbas federais.

das parecerias público e privado, inclusive do atual governo que na época era oposição, tem adotado este modelo. Argumentou ele:

“A ideia do governo era permutar aquela área com a iniciativa privada num modelo de PPPs para poder construir diversas unidades, que não se podem chamar de prisionais, mas educacionais, de crianças e adolescentes. Unidades re-educacionais espalhadas pela capital e até mesmo na região metropolitana, porque era um projeto estadual que o governo estava encaminhando da governadora Yeda Crusius tirando do centro da capital, ou pelo menos da área central. (...). um modelo atual mais regionalizado (...). Esta era a ideia do governo, mas que não conseguiu fazer porque a oposição era muito forte, tanto que na nossa avaliação inviabilizou a reeleição do governo, da governadora Yeda. (...) Este empreendimento acabou não saindo.(...). Teve problemas com a comunidade do entorno. Teve problemas de ordem ideológica. Teve problemas com as PPPs (parceria da ordem público e privada). São paradoxos assim importantes, pois hoje o governador Tarso também fala em PPP.”

Ainda argumenta que o atraso em Porto Alegre e no contexto do território gaúcho é fruto desta divisão política que prevalece na história rio-grandense, qual seja incapacidade de colocar os interesses comuns acima de disputas partidárias. Outra entrevista com representante institucional Executivo (nº 2)⁶³, afirma que a assessoria técnica da secretaria do governo, na época, havia alertado para a restrita chance de êxito de por à venda ou permuta uma área sem antes resolver as ocupações irregulares (sem negociar com aqueles moradores). Logo, era de se esperar a repercussão que teve o desenrolar do projeto, somando-se com a manobra política (poderes de oposição ao então governo Yeda), argumenta. Salienta ainda, que o conflito tem sido antes de tudo uma disputa política entre forças sociais e também uma querela partidária, semelhante à leitura feita pelo representante da Assembleia. Entretanto, salienta que assim como não se pode ignorar as pessoas que lá vivem também não se pode ignorar a legislação da ocupação urbana e a preservação ambiental. No momento em que se elabora a presente tese estão sendo feitos cadastros topográfico e socioeconômico, considerando Áreas de Preservação Ambiental, Áreas de risco e Áreas de especial de interesse social (para habitação), para ver como realizar a regularização dos moradores, e mesmo remover se for o caso. Ele salienta que estas ocupações são reconhecidas no mínimo desde 1999 (época do governo Olívio Dutra) quando o poder público iniciou alguns trâmites em órgãos públicos na tentativa de regularização urbana.

Para destacar a posição contraditória da base aliada (mencionada nas entrevistas) e sua influência na correlação de forças no caso do conflito aqui pesquisado, menciona-se a atuação

⁶³ Não permitiu a gravação da entrevista, mas mais ou menos seguimos o roteiro, fiz digitação e enviei para ele revisar e autorizar o uso.

do então deputado Luis Fernando Zachia⁶⁴(PMDB) e secretário municipal do meio ambiente de Porto Alegre. Este não se fez presente na votação de junho argumentando que tinha compromisso com a cidade e não podia votar assim correndo (segundo fonte do jornal). É interessante que os próprios jornais indicaram o momento de crise da base aliada do governo, indicando como causa as disputas por cargos e da candidatura a vice-governador nas eleições estaduais de outubro de 2010. Ou seja, “ZH apurou que, entre os motivos das ausências estão às disputas pela candidatura a vice-governador na chapa Yeda Crusius a suposta demissão de cargos em comissão ligados ao PMDB e a luta por mais espaço na reta final do atual governo” (Zero Hora, 10.06.2010, reportagem Carlos Etchichury).

A segunda consideração, em parte conectada com a primeira, os deputados sentiram-se intimidados pela mobilização popular contrária à venda. Além da pressão corporativa sindical (SEMAPI), havia o grupo de moradores e ambientalistas. De algum modo, os deputados da situação, juntamente com os da oposição, tentaram reunir-se com os líderes sociais buscando um consenso, tanto que aparece nos jornais representantes do Governo e da Assembleia acenando para a garantia de direitos dos moradores e preservação ambiental. Mas interesses antagônicos em jogo e fortes tensões, a própria inabilidade de negociação dos representantes governamentais com os líderes do movimento impediram a construção de acordos políticos. Isto evidencia que a organização dos agentes sociais é capaz de alterar a agenda e de produzir respostas por parte do ente público. Embora o governo tenha cedido pouco, o poder Executivo e Legislativo passam a incorporar parte das pressões. Os jornais falam que o governo incorporou na proposta alguns aspectos reivindicados. E mais, representantes do governo apresentam explicações na mídia (como aparece nos jornais pesquisados) sobre as críticas apontadas sobre a estimativa muito aquém do mercado do valor do imóvel.

Mas por trás daquilo ali, do quase nada né, e a intenção era assim, vender a área né, e o que mais nos incomodou na época foi o fato de o preço que colocaram né, a área essa aqui tem 74 hectares, eles iriam vender por menos de mil cada hectare, na mesma época o eucalipto ali do inter foi vendido por vinte e quatro milhões, não tem uma árvore ali, quer dizer era uma coisa que estava saltando aos olhos a intenção escusa, porque primeiro iam vender uma área pública, estadual a preço vil (lideranças moradores nº 5 e 6).”

No jornal Zero hora é mencionada manifestações de deputados de oposição

“Bohn Gass afirmou ter pedido vista para que o governo ofereça mais esclarecimentos antes da venda. Ele pede clareza em relação ao valor do terreno, ao destino das famílias

⁶⁴ Até maio de 2013, quando foi preso e afastado junto com outras figuras públicas sob acusação de fraudes de licenciamento ambiental.

que moram no imóvel e à situação das áreas de proteção ambiental (publicado em 28.04.2010).”

O próprio SENGE elabora um documento fazendo uma avaliação acima de 200 milhões. Em resposta aos diversos questionamentos, são publicadas justificativas na mídia por parte do governo sobre os critérios de avaliação do terreno: teria áreas de preservação permanente – APP e logo teria de seguir as orientações do PDDUA de Porto Alegre, diretrizes (e regime urbanístico) apontados pela Secretaria Municipal de Planejamento urbano⁶⁵, o qual compreenderia entre 30% a 40% da área total que não poderia ser edificada, logo o terreno perderia parte do valor apesar de ser uma área nobre (Zero Hora, 09.06.2010). Especialista Antonio Zago arquiteto teria avaliado o terreno em torno de 160 milhões (Jornal O Comércio, 21/01/2010).

Uma terceira consideração é que a aliança construída no interior do governo (Executivo e Legislativo da base aliada) com os outros agentes do poder judiciário e jurídico era muito frágil. Segundo representante sindical entrevistado (nº1), os representantes do judiciário ao receberem os representantes do dito “movimento de defesa do Morro Santa Tereza” e ouvirem seus questionamentos e acusações, se mostraram intrigados e alguns recuaram de sua posição de defesa do projeto. Se de fato havia ou não acordos ocultos em termos de especulação imobiliária na região, o governo frente a instabilidades na conjuntura política e à articulação do coletivo de resistência se viu encurralado e retirou de pauta a proposta.

Com relação à participação da sociedade nas decisões do governo Yeda é ilustrativo a forma como se dá a resposta por meio do conflito instaurado. Segundo fonte dos jornais pesquisados, para os representantes governistas do legislativo, cedendo às pressões, o direito dos moradores estaria garantido com a alienação do terreno mesmo sem especificar. O argumento utilizado é que após o edital licitatório teria uma comissão acompanhando, donde participariam Ministério Público, OAB, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Estadual de Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDICA), além de representantes da Assembleia Legislativa. Os moradores queriam mais especificidades sobre sua permanência e questionaram que esta não estava garantida no documento apresentado pelo governo.

De fato, o conjunto dos agentes sociais envolvidos no conflito não tinha consenso nem mesmo sobre o número de moradores no terreno delimitado da FASE. Segundo Raul Pont do

⁶⁵ O Piratini teria procurado em 2008 a secretaria pedindo um parecer e regime urbanístico, diz Antonio Luiz Gomes Pinto chefe unidade de parcelamento do solo SPM (Zero Hora, 20.04)

PT, deputado de oposição (Zero Hora, 06/04), seria 1.500 famílias; para Alex Sandro Silva, morador da Vila União Santa Tereza seriam 4 mil famílias (Zero Hora, 27/04); na reportagem de Paula Soria Quedio, do Jornal O Comércio, de 09/06/2010, ao resumir as críticas ao projeto (PL 388/2009), refere-se a 2 mil famílias no local. De fato a informação não é precisa nem mesmo por parte do poder público, embora este afirmasse o direito destes moradores, inclusive de urbanização, mas de fato não especificou como isto seria garantido.

Na atualidade também foi criada uma comissão institucional por parte do governo estadual para construir uma proposta de urbanização no qual também não previa inicialmente espaço para os moradores e ambientalistas⁶⁶ participarem. Houve manifestações de questionamento por parte dos envolvidos na defesa do Morro (apareceu nas entrevistas). Estes e outros motivos levaram a uma pressão sobre a agenda governamental em março de 2012 e foi retomando os canais de diálogo posteriormente entre os envolvidos. Dentre os processos em andamento está um levantamento sociodemográfico que vai apontar aspectos sociais e número de habitantes da região. Aqui a intenção não é comparar governos, mas mostrar que mesmo que haja aquele que esteja mais sensível às demandas deste movimento, os conflitos, tensões e pressões são inerentes à relação dos campos sociais, socioambiental e político.

Como mostra Silva e Oliveira (2011), pode-se dizer que a relação dos movimentos sociais e governo pode ser mais ou menos distantes, raros seriam casos extremos de pura integração ou pura exclusão da intersecção. No caso do Governo Yeda é mais distante, no caso do governo Tarso está mais perto se comparado em termos ideais, mas os conflitos, disputas e tensões permanecem. Um caso ilustrativo desta circulação dos agentes sociais pode ser exemplificada com um dos entrevistados, que antes militante de oposição, hoje ocupa cargo de governo e legitimou a posição do governo de não incluir representantes de moradores (entrevista liderança ambiental nº 3). Retomando Sallum Jr (2000) em seu estudo sobre Fernando Henrique Cardoso, afirma que os governos nem são simplesmente marionetes das forças econômicas nem são apenas expressões de forças individuais. A relação entre sociedade (coletivos e movimentos sociais) e campo político é dialética, tensa, solidária, ora próxima, ora distante, e em certos contextos colonizadoras.

⁶⁶ Um das lideranças entrevistadas comenta este assunto e justifica a posição do governo, dizendo que posteriormente está previsto a participação.

3.3.1 Outras forças sociais ligados ao grupo defensor do projeto de venda

Além do governo e deputados aliados, emergiram manifestações de outras forças sociais. Com relação à manifestação do setor econômico no caso da venda do terreno, somente uma vez aparece nos jornais analisados referência explícita. O Jornal Zero Hora, do dia 20/04/2010, cita a posição de Paulo Vanzeto Garcia, presidente do Sinduscon (Sindicato Imobiliário) com relação à área a ser vendida ou permutada. Segundo Garcia o setor aguarda maiores definições para se pronunciar e decidir a participação na licitação, afinal argumenta que há interesses por ser uma área central, mas aguardaria para observar desdobramentos relativos à viabilidade.

Outro destaque confere ao papel da mídia no desencadeamento dos fatos. Embora não seja o foco da presente pesquisa, é interessante ver a forma como o poder público, no caso do conflito, utilizou a mídia expressa aqui nos jornais “Zero Hora” e “O comércio” para afirmar sua posição e buscar influenciar a opinião pública no que diz respeito à legitimidade da proposta. O canal utilizado e a concepção de participação/transparência se davam pelas informações repassadas a estes órgãos de comunicação. Na perspectiva de Bourdieu (1989; 2010), pode-se inferir que o Estado por meio de seus agentes políticos (governo), como detentor legítimo da distribuição do capital simbólico, buscou influenciar os rumos do conflito por meio dos canais midiáticos.

Do ponto de vista da mídia, nas várias reportagens que trataram sobre o conflito, foram raríssimas as ocasiões em que se deu voz às lideranças dos moradores (três registros encontrados), o mesmo para o SEMAPI. E, mais precisamente, em nenhum momento foi chamado algum dos representantes ambientais para falar sobre a reivindicação do morro como área ambiental. Os defensores da PL 388/2009 se articularam nos espaços da mídia com destaques a várias páginas sobre o assunto, expondo plantas do projeto de descentralização. Aparecem reportagens também fazendo referência a atos públicos em defesa do projeto do governo, como o caso de uma solenidade realizada na OAB, onde foi apresentado o projeto de descentralização da Fase e a nova proposta das Unidades. Além da utilização de espaços na mídia escrita, há que destacar os discursos empregados nos chamamentos da matéria para a concretização do projeto.

No jornal Zero Hora de 07/04 destaca-se o seguinte título “Especialistas defendem a implantação da nova FASE”, na reportagem são citados apoiadores individuais ou entidades de prestígio, como a própria OAB, Maria de Fátima Zachia Paludo (Defensora Pública Geral),

Vera Debonni (Magistrada da Infância e da Juventude), Luciane Escouto (Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes), José Antonio Daltoé Cesar (Juiz da 2º Vara da Infância e Juventude), para citar alguns. Simbolicamente reconhece a legitimidade daqueles que tem mais legitimidade como os Juízes e advogados para falar do assunto. E mais, mostrar que eles estão do lado governo. Esta lógica de discurso busca atuar reforçando as relações de poder simbólica vigentes: “um projeto do Executivo, com apoio do Ministério público e pesos pesados da magistratura será apreciado a partir de fevereiro pelo Legislativo” (Zero Hora, 21/01/2010). Parece quase uma contraposição de poder: magistrados e os moradores de vila, quem venceria na queda de forças?

Habermas (1984) está associado com a perspectiva teórica que distingue sociedade civil dos espaços de poder e mercado, neste sentido distanciando-se das bases epistemológicas aqui adotadas, todavia traz uma importante contribuição ao debate sobre a mídia. Para ele, espaço original de debates possibilitado pela circulação livre da imprensa (jornal, revistas, etc.) é invadido pela esfera econômica, e os jornais se tornam grandes empresas que vendem espaços para propaganda, controlam os debates e as informações aliado com os interesses do Estado. A opinião pública que conquista visibilidade não mais é fruto do debate, mas consequência de quem tem mais poder econômico para se manifestar. O mercado ao invadir a esfera pública transforma este espaço de indivíduos privados reunidos publicamente em ‘indivíduos consumidores’. Antes da massificação dos meios de comunicação, estes apenas intermediavam e reforçavam o raciocínio das pessoas privadas reunidas no espaço público, e agora eles estabelecem a própria pauta dos debates. Assim, a imprensa se expressa como opinião pública dando a ideia equivocada de que as pessoas privadas contribuem de modo responsável. De fato, para o pensador, faz-se publicidade de um falso consenso, ou “um consenso fabricado” que não emerge da concordância laboriosa de um longo processo de opiniões racionais emitidas até se estabelecer “um consenso racional após a concorrência aberta de opiniões”. Ora, o que se expressa no consenso fabricado são interesses privados de alguns que se auto-representam através da publicidade.

A forma de atuação da mídia no caso pesquisado em parte confirma as suspeitas de Habermas (1984) sobre os comprometimentos com o mercado, na medida em que mostra mais enfaticamente um dos lados do conflito. Entretanto, o debate de Bourdieu sobre a reprodução simbólica das relações sociais assimétricas de poder e o papel da mídia (concessão Estatal) nesta direção, cumpre igualmente com os objetivos aqui propostos, na medida em que ajuda a desvendar como as forças sociais dominantes montam estratégias para garantir a consolidação dos seus interesses. Certamente que a aliança da mídia com os governos mostra-

se altamente provável de acordo com as circunstâncias, mas não uma condição inevitável. Governos mais à esquerda e com retórica de comprometimento com as transformações sociais podem não gozar desse acesso pleno à mídia, na medida em que respondem a outros anseios populares, com divergência daqueles grupos econômicos mais atuantes (o papel simbólico dos discursos será retomado no último capítulo). Mas apesar da força simbólica destes espaços de poder, isto não condiciona por completo a sociedade (Canclini, 1984), haja vista as resistências e os novos conflitos sociais.

3.3.2 Desdobramentos do conflito no campo político

Segundo Zero Hora, no dia 22/06/2010, é anunciada a retirada do projeto da Assembleia Legislativa, por Bercílio Silva, chefe da casa civil. No dia 23/06, Rosane Oliveira faz algumas interrogações sobre o que os futuros candidatos a governador assumirão em relação ao terreno da FASE: serão freadas as ocupações irregulares? Será preservado o meio ambiente? Será criado um parque? Qual o projeto de urbanização do local? No dia 24/06, na capa deste jornal “Mudança de Rumo: cogitado parque para a área da Fase”. A reportagem de Itamar Melo, afirma que Yeda teria defendido “transformar o espaço em uma área verde para Porto Alegre”. Tarso Genro, outro candidato ao governo estadual, também assumiu o projeto de urbanização e criação do Parque. De modo que, eleito, em 17/05/2011 oficializa a criação de um parque na área em conflito. Todavia, a reivindicação por um projeto de urbanização e regularização fundiária pelos movimentos de defesa do Morro, ainda não avançou efetivamente após transcorrido mais de um ano de governo, como eles próprios se manifestaram no site do Morro e em documentos encaminhados ao governo. Em março de 2012 foi realizado um protesto em frente ao palácio (já mencionado)⁶⁷.

O debate da criação do Parque ainda está em andamento, embora o foco da pesquisa esteja delimitado aos seis meses em que se desenrolou o conflito. Por meio das entrevistas se identifica os discursos socioambientais e como estes são ilustrativos da dinâmica do campo ambiental da cidade. O que se obteve até o momento permite apontar que mesmo se partindo da ideia de um campo ambiental estruturado em relações desiguais de poder, onde alguns agentes e instituições têm mais influência nas decisões do que se faz dos espaços e territórios, isto não significa desfechos lineares. Numa perspectiva de Bourdieu (1996) os resultados a

⁶⁷ Em 2013 está efetivamente avançado, inclusive a nível municipal com a votação das áreas gravadas “Áreas de Interesse Social”.

favor de um ou outro grupo dependem das relações de poder constituídos (e estruturadas) ao longo de sua história, mas também das diferentes conjunturas que se consolidam nos campos em disputas.

A disputa eleitoral de 2010 intimidou muitos deputados frente à pressão de coletivos (possíveis eleitores) e a divisão interna do governo situam-se como um fator relevante no desenrolar do caso estudado, basta mencionar o discurso do deputado Záchia (parlamentar do PMDB) afirmando decisivamente que a cidade tinha outras questões urgentes. O Jornal Zero hora atribuiu explicitamente a derrota do projeto da FASE às disputas eleitorais e ao longo dos meses (em especial, a partir de março), com reportagens dando conta de disputas políticas e rupturas de alianças entre as elites do governo estadual e municipal.

Certamente que a sobreposição da demanda ou do trunfo do movimento de resistência à venda do terreno público não teria ocorrido só por esta conjuntura, sua estratégia e organização foram fundamentais. Portanto, esta luta somada a esta conjuntura política garantiu um desfecho favorável num contexto de forte especulação imobiliária na cidade, onde os interesses econômicos tendem a se impor sobre outros aspectos socioambientais. E neste sentido os resultados até certo ponto auspiciosos do movimento popular tornaram-se um destes momentos de inflexão de poder que Bourdieu (2010) se refere quando analisa os campos sociais em disputa. Isto tanto se refere à articulação estratégica daqueles coletivos com menos poder no campo social em disputa, como também de divisões no campo do setor dominante, que parece evidente pelo levantamento empírico.

O poder político e institucional do Estado na esfera municipal ou estadual é decisivo para delimitar os conflitos. Segundo Bourdieu (2010), há a definição de um detentor legítimo de distribuição de capital simbólico, logo tem poder de decidir como entre colocar à venda ou não uma área, e como será feito, refletindo em determinados delineamentos de políticas públicas de acesso à cidade. Mas também a aliança do Estado com certos setores que ele próprio outorga reconhecimento, como os magistrados aparecem frente à opinião pública com mais peso, se comparado a outros agentes como moradores de áreas irregulares, servidores públicos de escalões menores (FASE) e seu sindicato, ou ambientalistas (que sequer foi contemplado). Basta observar a posição da imprensa ao afirmar que “especialistas defendem o projeto da FASE”.

Outro exemplo para ilustrar a assimetria de espaço na mídia é que apesar da pressão dos movimentos populares (moradores entre outros) e protestos na Assembleia, apenas três vezes aparecem frases deles ou manifestação direta. Os ambientalistas em nenhum momento são mencionados, embora frequentemente a questão ambiental do Morro seja enfatizada nas

reportagens. E o SEMAPI, principal sindicato envolvido somente é citado no início do conflito. Esta desproporcionalidade de espaço dado aos diferentes agentes sociais envolvidos no conflito por parte da mídia coloca em questionamento não apenas sua contribuição para a democratização e transparência do debate público⁶⁸, mas a pergunta: a quem interessa ou a serviço de quem ela está na forma de noticiar de modo desproporcional os discursos dos agentes envolvidos?

Bourdieu realizou várias pesquisas e publicações com críticas ao papel dos meios de comunicação, aqui consideraremos o texto sobre a ilusão da Opinião Pública (Bourdieu, 1973), julgando-se pertinente no contexto do papel da mídia (aqui considerados pelos dois jornais) e sua articulação com o poder público. Tende-se a colocar a mídia como neutra, apenas relatora dos fatos, entretanto, manteve ausente (oculta) a voz ativa de um lado dos envolvidos no conflito. Bourdieu afirma que “nas situações reais, as opiniões são forças e as relações entre opiniões são conflitos de força entre grupos” (Bourdieu, 1973, p.9). A desproporcionalidade de espaço dados aos diferentes agentes confirma a perspectiva de Bourdieu (2010; 1989) das relações assimétricas de poder que envolvem os campos sociais e que se traduzem em certas legitimações simbólicas de práticas e discursos, haja vista o peso que especialistas tem na temática.

Outra reflexão que este conflito proporciona refere-se à análise de Bourdieu (2000) a propósito de campos sociais, os quais têm analogias entre si, dimensões estruturais que se repetem, mas também mantém autonomia. Embora ele próprio afirme que o Estado e o campo político tende a reproduzir e reforçar o poder daqueles agentes com mais capital, em especial o econômico e o cultural, de outro lado, reconhece as especificidades de cada análise empírica e dos campos. No caso estudado, já se mencionou a forma como o ente público vem atuando, reforçando e garantindo uma lógica de expansão urbana que prima pelas dimensões econômicas de empreendimentos modernizadores em detrimento de outras dimensões na cidade de Porto Alegre (o que não é exclusivo desta cidade), realidade apontada em várias pesquisas das últimas décadas (Ferreti, 1984; Ribeiro, 1985; Silva, 2001b, 2002; Ueda e Normann, 2005; Comin, 2010; Fuhr, Gerhardt, Kubo, 2012; Baierle, 2007; Guimaraens, 2008). Entretanto, o recuo do governo estadual, com relação à venda/permuta do terreno, evidencia que o campo político não é mero reflexo do campo econômico, há diversos agentes que pressionam com mais ou menos força, fazendo com que a atuação das políticas públicas seja contraditória, ora reforçando relações de poder constituídas, ora rompendo ou negociando

⁶⁸ Embora um aprofundamento seja desejável não será abordado aqui, exceto para mostrar que o campo ambiental de Porto Alegre é constituído por relações assimétricas de poder.

dentro da lógica do conflito. Embora se concorde igualmente com o autor de que as disposições dos agentes legitimados pelo poder tendem a agir de modo a conservar a estrutura social consolidada. Ou seja:

Seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenomênica das forças econômicas e sociais de que os atores políticos seriam, de certo modo, os títeres. Além de que isso seria ignorar a eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora que ela suscita pela força da objetivação, equivaleria ainda a esquecer o poder propriamente político do governo que, por muito dependente que seja das forças econômicas e sociais, pode garantir uma eficácia real sobre essas forças por meio da ação sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas. (Bourdieu, 2010, p.175)

As formas de crítica social aos posicionamentos dos agentes sociais serão entendidas como sintomas de uma abordagem que mobiliza recursos teóricos introduzidos pela sociologia, sem desconhecer o respectivo lugar do discurso social. De acordo com Celikates (2012) quando se trata de questionar ideologias e representações sociais cabe interrogar se estão asseguradas as capacidades elementares de inserir-se no debate acadêmico da respectiva temática e no círculo hermenêutico da comunidade científica.

A pesquisa documental no jornal além de colaborar para uma tipologia dos diferentes agentes e entidades que se envolveram no conflito, permitiu também visualizar o modo como o Executivo e Legislativo agiram e reagiram. Ou seja, como este vai modificando rotineiramente suas intervenções (em especial, quando se tratava do Secretário Estadual da Justiça e Desenvolvimento social, o presidente da Fase e o presidente da Assembleia Legislativa - Giovani Cherini - PDT), a partir das relações de disputas que se estabeleceram. Além disso, permite visualizar como a conjuntura política de ano de eleições para governador e deputados exerceu influência na posição e movimentação dos diversos coletivos. Quer dizer, há relações de poder estruturado nos diferentes campos, cada um com suas especificidades, mas também perpassados pelas lógicas de poder de outros campos. O campo político é perpassado por relações de poder específico, poder-se-ia fazer referencia a um *modus operante*, *habitus* e discursos reconhecidos entre os pares, influenciado decisivamente pelo capital simbólico de reconhecimento que vem dos eleitores. Por certo um ano eleitoral influencia no comportamento e na ação dos políticos, mas está igualmente sujeito a outros poderes como dos agentes econômicos, cientistas, movimentos sociais entre outros.

No caso do conflito em destaque parece haver indícios de que certos representantes da governadora, ao proporem o projeto, têm intenções implícitas de interesses imobiliários na região. Aspectos estes visíveis no destaque desproporcional dado aos defensores do projeto com amplos espaços, inclusive de exposição do projeto arquitetônico ocupando destaque nas principais páginas⁶⁹. E, de outro modo, em poucas ocasiões se viu espaço ocupado pelo outro lado dos envolvidos no conflito, ambientalistas sequer foram visualizados até 22/06/2010. Entrevistas com sindicalista e ambientalistas acusam que o projeto já tinha definido os compradores, entre os quais o próprio grupo RBS. O certo é que a região do “Morro Santa Tereza” está na rota de onde vem ocorrendo inúmeras intervenções urbanísticas, em especial, ligadas às reformas para a COPA-2014. Aliás, foi apresentado um relatório⁷⁰ por representante da ONU com suspeitas de desrespeito aos direitos humanos na cidade de Porto Alegre, ligado a desocupações de moradores em locais com obras.

3.4. O poder público municipal e o conselho municipal de meio ambiente

O poder público municipal possui a atribuição legal da responsabilidade pela organização, gestão, fiscalização e licenciamento do espaço urbano de Porto Alegre (Cf/88; Estatuto da cidade, Lei Orgânica; PDDUA). Assim, apesar de se tratar de um terreno pertencente à esfera estadual, o destino do local deve seguir as orientações e diretrizes municipais. No caso do conflito, o governo estadual alega ter solicitado ao executivo municipal (secretaria de planejamento)⁷¹ tais diretrizes, as quais condicionam as possíveis edificações no local (tipo, tamanho, altura, etc.) e quais as áreas de riscos e as Áreas de Preservação Permanente – APP.

Durante o primeiro semestre de 2010, concomitante com o conflito no Morro em curso, também estava em fase de aprovação e sancionamento, pelo prefeito municipal, o Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre – PDDUA (revisado). Várias organizações sociais não governamentais como Acesso, Cidade, e blogs (Celeuma, Dário Gauche) acusam de ser um plano que deliberadamente demorou em sair do papel, permitindo assim o “boom da especulação imobiliária” verificada nos últimos anos. No Blog de Dario Gauche de 24/05/2010 é dito que o plano aprovado pela primeira vez em 1999 levou cinco anos para entrar em vigor, agora, a revisão deste, já prevista na época, levou sete anos, sendo

⁶⁹ Zero Hora em 09.06.2010, e O Comércio em 06.04.2010.

⁷⁰ http://www.lancenet.com.br/minuto/ONU-relata-abuso-Copa-Mundo-2014_0_470352978.html. Em fev/2013

⁷¹ Dado confirmado por funcionário do planejamento do município.

que três deles somente na Câmara de Vereadores (desde 2007). Informações estão em reportagem: “a interminável <revisão> do Plano Diretor visa beneficiar os especuladores imobiliários e as construtoras de espigões”. E ainda:

Números levantados pelo [diário] *Jornal do Comércio* (20/5) mostram que em quatro meses – de novembro a março – foram aprovados 1.289 projetos imobiliários em Porto Alegre, num total de 1,5 milhão de metros quadrados de área construída, algo como 15 mil apartamentos de 100 metros quadrados. É um indicador do boom imobiliário, que é nacional. Disponível em <http://diariogauche.blogspot.com/> Acessado em 02/11/2010.

Também Ueda e Normann (2005) apontam as várias modificações do PDDUA ao longo dos anos visando atender as novas tendências de ocupação dos espaços urbanos, entre as quais processos de descentralização, recuperação de espaços e construção de condôminos em direção a zona sul, entre outros aspectos. Tal situação evidencia as tensões que marcam o campo social e ambiental da capital gaúcha. Todavia, este PDDUA, com críticas e falta de legitimidade na opinião de muitos, está regendo a ocupação dos espaços urbanos da cidade, entre os quais o próprio “Morro Santa Tereza”.

O executivo municipal não se manifesta oficialmente para além do documento fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento que define as áreas de APP e os critérios de edificação, não mencionando as ocupações irregulares do local (seis vilas), cujo mapeamento também pertence à sua competência. Um funcionário da Secretaria de Planejamento⁷² afirmou que o protesto contra a comercialização não passava de alguns ambientalistas, e ainda que em nenhum momento o governo estadual tivesse mencionado o despejo dos moradores do local. Aliás, argumentou, “porque as pessoas pobres podem ocupar uma área de preservação ambiental e as ricas não teriam este direito?”

De algum modo este entrevistado de um órgão institucional possui adesão e uma representatividade social mais ampla na cidade, que se manifesta na mídia (jornais) por diferentes discursos no caso do conflito em análise, e também em práticas de políticas públicas ambientais com relação ao uso dos melhores espaços (mais rentáveis) para aqueles setores com maior poder político e econômico. Esta perspectiva discursiva apareceu nas entrevistas com os representantes institucionais do Executivo (nº1 e 2) e Legislativo (nº1). A própria Câmara de Vereadores encaminhou várias modificações do uso e do tipo de edificação (vertical e horizontal) desencadeando articulações de oposição como o que deu origem ao mencionado movimento em Defesa da Orla do Guaíba (já citado).

⁷² Apesar do esforço o mesmo não se dispôs a gravar entrevista.

Ou seja, há diferentes interesses em jogo no campo ambiental, onde alguns têm acesso privilegiado para veicular sua posição na mídia empresarial (no caso aqui considerado os jornais Zero Hora e O Comércio). Possivelmente a ausência de manifestação explícita de certos setores (gestão municipal e o próprio conselho de meio ambiente) funda por si mesmo também uma posição no caso do conflito. Algo nesta direção também apareceu em uma entrevista (ambientalista nº3), onde o mesmo traça ponderações sobre o silêncio do poder público. Outro entrevistado (dirigente sindical) coloca em questionamento: se houve discordância na forma como foi encaminhado o projeto de reformulação da área do Morro pelo governo municipal, como se explica que uma das lideranças ou proponentes do projeto de venda ocupe na atualidade cargo de confiança na secretaria de planejamento do município?

Outra possível questão de pouco expressividade deste ente público pode ser explicado pela conjuntura política eleitoral em andamento, a qual formou uma cisão no bloco de poder que estava aliado nos últimos anos entre poder local e estadual. Esta cisão ou tensão pode ser exemplificada pela ausência de Luis Fernando Zachia, então deputado estadual, e secretário municipal de meio ambiente (até abril de 2013)⁷³ na votação da PL388/2009. Com isso, se pretende deduzir que as conjunturas políticas (como época eleitoral) influenciam nas estruturas de poder e nas possibilidades de negociação entre movimentos e órgãos governamentais. Todavia, o recuo do executivo estadual parece, sobretudo, ser fruto de múltiplas pressões políticas, em grande medida, pela reação do movimento intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza”. Um dos agentes, ligados à deputada líder do governo na Assembleia Legislativa na época, atribui o recuo à manobra dos partidos de oposição, mas também reconhece, na sequência entrevista de que houve mobilização de uma rede de associações envolvidas e de movimentos.

Este caso empírico reafirma a complexidade dos campos sociais, confirmando que estes não podem ser estudados e entendidos de maneira unidimensional. O foco desta compreensão no nosso caso recai sobre o campo ambiental e como se entrecruzam as relações sociais, mas nele também operam outras relações de poder oriundas do campo econômico, político e cultural. Todos estes campos caracterizam-se por relações de poder assimétricas engendradas historicamente em seu interior, e estas disputas (mais ou menos intensas) de discursos e práticas legítimas repercutem em outros campos.

Assim, as questões sociais estão presentes e trazem consigo toda a complexidade e contradições de seu campo de origem. Logo, cada agente do campo ambiental reproduz

⁷³ Quando foi preso junto com outros sob suspeita de envolvimento no esquema de propinas nas liberações de licenças ambientais.

discursos e práticas socioambientais influenciado, também, pela sua posição nos outros campos. E mais ainda, na prática cotidiana não existe a segmentação nítida entre os papéis que os agentes sociais exercem na sociedade, onde indivíduos agiriam cômicos de se encontrarem ora num campo e ora em outro com seus respectivos comportamentos; efetivamente as práticas estão internalizadas por meio daquilo que Bourdieu define como *habitus*. Os agentes se movem como se fosse inato neles as visões e divisões de mundo, dos campos e subcampos. E isto é válido para todos os campos, o que varia refere-se ao peso que os diferentes capitais exercem em cada campo.

Portanto, os inúmeros coletivos se articulam e disputam práticas e discursos de modo que nem sempre estão explícitas as relações de poder estruturadas historicamente, a partir de acúmulos diferenciados, que tendem a empoderar mais certos agentes que outros. Todavia, ainda que cada conjuntura possa trazer modos operantes e resultados imprevisíveis, eles são perpassados por estruturas assimétricas que se reproduzem em práticas e discursos. Desse modo, como aponta Bourdieu (1996) há momentos de inflexão do campo social estruturado historicamente, todavia são momentos provisórios, tanto que em curto espaço de tempo se refez novas alianças mantendo a mesma lógica de produção do espaço urbano da cidade. Pode-se exemplificar com a proposta de criação do centro de eventos no local, proposto pelo governo estadual em 2012, antes mesmo de concluir o estudo sociodemográfico para averiguar se a área comporta a população que atualmente lá reside⁷⁴.

Concordasse que a lógica de produção do espaço urbano na cidade de Porto Alegre e, mais especificamente na região sul, caracteriza o tipo privatista como ocorre nas cidades capitalistas em geral (Davis, 2006; Diaz, 2011; Rocha, 2007). Possivelmente a proposta de venda/permuta do terreno da FASE segue a mesma direção, considerando sua localização numa área com intensa especulação imobiliária nos últimos anos. Este processo de urbanização se funda em discursos de modernização, sustentabilidade e mobilidade urbana proferidos no campo político, mas também na mídia e pelos agentes comerciais (Ueda, Normann e Rolim, 2005). Por isso que se interroga sobre o significado, desde o início da presente pesquisa, do que se entende por preservar o meio ambiente e pelo discurso de “sustentabilidade das políticas públicas”.

A ideia de sustentabilidade para alguns setores rima como sinônimo de higienização e modernização, e para outros poderia ser justamente articular os aspectos sociais e ambientais, viabilizando a participação coletiva nas decisões e mantendo a organização local. Para os

⁷⁴ A organização mantida pelo movimento possivelmente garantiu o recuo e desistência do atual governo de fazer o Centro de Eventos.

movimentos sociais que atuaram na defesa do Morro como uma área pública, sustentabilidade possivelmente seja diferente do que o poder público estadual da época entendia. Para aqueles, além de reivindicar a permanência dos moradores históricos do lugar, desenvolvem um movimento posterior visando destacar e delimitar os vazios urbanos e prédios desocupados para deslocar moradores que serão desalojados de seus espaços com as obras da Copa (2014) na mesma região da Grande Cruzeiro. Ou seja, há diferentes práticas e discursos subjacentes ao termo “sustentabilidade”, bem como as necessidades referidas à mobilidade urbana (será o foco do 4^a capítulo).

Com relação ao conselho municipal de Meio Ambiente, segundo as informações obtidas, não foi discutida a questão da área do “Morro Santa Tereza” durante o conflito. Entretanto, causa estranheza e interrogações o não envolvimento do Comam – Conselho Municipal de Meio Ambiente, afinal a lei complementar de sua criação (LC. 369/1996) afirma que é de caráter consultivo e deliberativo, e no inciso VII, diz que a ele cabe “examinar qualquer matéria em tramitação no município que envolva questões ambientais, a pedido do prefeito ou por solicitação de 1/3 de seus membros”, no inciso VI “sugerir a criação de unidades com preservação”. O fato agravante reporta-se a que mesmo após surgir o debate de criação de um parque e, considerando se tratar de uma área de morro com APP no local de conflito, este conselho não se manifestou.

Portanto, com relação à ausência de manifestação explícita do Conselho Municipal de Meio ambiente, também há dúvidas a serem esclarecidas. Ainda que o terreno pertença à esfera estadual, ali se situa uma área de preservação permanente, pois se caracteriza como topo de morro, vegetação nativa, animais, fontes de água, etc., e por estes motivos já envolveriam o campo ambiental, sendo de competência municipal. Além disso, emergiu a proposta de ao invés repassar a área à iniciativa privada que fosse transformada em parque. Nos dois casos, não houve manifestação sobre o assunto por parte do Comam, embora a ampla repercussão local já destacada anteriormente. Logo, torna-se relevante para entender o campo ambiental de Porto Alegre investigar porque não aflorou o debate neste mecanismo auxiliar de gestão ambiental. E mais, qual foi a participação desta instância nas diferentes modificações realizadas no PDDUA na Câmara de vereadores desde 2008, o qual operou mudanças nas formas de ocupação dos espaços urbanos e na relação com o ambiente. Um dos entrevistados (liderança ambiental nº 4), membro do conselho municipal, reconhece que este conselho possui atribuições para conseguir discutir as questões ambientais urbanas, como do Morro, antes mesmo de qualquer projeto de vender/permutar a fim de deliberar sobre o que se pretenda e quais áreas poderiam ser ocupadas e de que modo. Entretanto, este e outro

ambientalista ex-conselheiro (liderança ambiental nº1) afirmam que o conselho na época estava bastante desestruturado, sem força de articulação e sem capacidade de assumir efetivamente tal papel de negociação política.

A omissão no debate pode ser analisada sob vários prismas, entre eles a dimensão representativa do conjunto de agentes que compõe o campo ambiental da cidade nesta instituição. A postura do conselho possivelmente seja um indicativo da posição que esta esfera ocupa no campo ambiental e mais, como ocupa (que práticas e discursos predominam em seu modo de operar/promover as políticas ambientais). Ainda, nos faz refletir não só a fragilidade desta instituição, mas a força que o próprio campo ambiental exerce no processo de produção do espaço urbano desta cidade, se comparado ao capital social, econômico e político. No último, ao analisar os discursos e disputas, será retomado este debate, possivelmente na direção de que mais do que a incapacidade momentânea de organização, a pouca influência deste conselho deve-se à correlação de forças que constitui o modo de produção urbana da capital gaúcha.

3.5. As especificidades do conflito: o que está em jogo?

O que se tem de específico no caso do “Morro Santa Tereza” são os arranjos sociais que se efetivaram: tanto em torno do coletivo que se intitulava em defesa de um destino diferenciado para uma área urbana, ao envolver ambientalistas, moradores e sindicalistas; como em torno daqueles que defendiam a venda do terreno em função do projeto da descentralização em torno da reivindicação histórica ligado ao campo dos Direitos humanos e mais especificamente, da infância e juventude. A aliança de ambos os lados era permeada por tensões: divergências de interesses envolvendo os trabalhadores da FASE, ambientalistas e o conjunto dos moradores⁷⁵; como havia tensão entre deputados da base aliada da governadora na Assembleia. De modo geral, segundo os jornais (revisados) e discursos de coletivos (observações em reuniões e entrevistas), nenhum dos dois lados ou no pronunciamento dos diversos agentes havia posições contrárias ao projeto de descentralização da instituição socioeducativa. Parece haver consenso com relação ao diagnóstico de descentralizar e

⁷⁵ A divergência nas entrevistas, alguns dizendo que foi uma união negociada e de proximidade de visão social e outros ao contrário, que teria sido árdua a tarefa de aproximação das agendas. Isto se deve a diferentes percepções e mesmo envolvimento, mas também porque elas passam a ficar mais explícitas após o conflito quando continuam as reuniões discutindo outros e diversos encaminhamentos para a área.

melhoraria imediata das instalações; as divergências situavam-se em torno do processo de como operar o projeto de descentralização.

Entre os aspectos específicos deste conflito considera-se relevante a mobilização coletiva envolvendo sindicalistas, movimentos populares locais (moradores, MST, Levante da Juventude) e ambientalistas. Criou-se um discurso de legitimidade reconhecido para além das fronteiras dos agentes envolvidos diretamente (que seriam os moradores e trabalhadores da Fase). Esta aliança somada com os fatores de instabilidade política de um ano eleitoral contribuiu decisivamente sobre os resultados positivos alcançados pelo movimento “em defesa do Morro Santa Tereza”. A conjuntura política desfavorável ao governo estadual, qual seja: ano de eleição e fissuras internas na aliança entre PSDB (partido da governadora) e PMDB, produziram instabilidade nas relações de poder que há alguns anos parecia estável entre as instâncias de poder do governo municipal e estadual em Porto Alegre. A própria base aliada vacilou em vários momentos de votação do PL na Assembleia.

Assim, por um lado o projeto de descentralização contava com o apoio de entidades (ou parte delas) com poder e prestígio simbólico como AJURIS, CEDICA, OAB, Ministério Público Estadual, os quais detinham amplo espaço de manifestação na mídia (segundo a revisão dos jornais Zero Hora e Comércio). Por outro lado, faltou apoio político-partidário e de alianças, comprometendo a aprovação legislativa, passo decisivo para as pretensões do governo.

Com relação ao outro grupo de oposição ao governo estadual na proposta de venda verificou-se algumas especificidades. Aquelas tensões (já citadas por outros estudos na região) entre algumas associações da grande Cruzeiro foram postas de lado para unir esforços em defesa dos moradores das vilas do Bairro (total de 4) que localizavam-se em parte na área pertencente ao executivo estadual. Somando-se a luta, os moradores conseguiram construir alianças mais amplas como os agentes sociais comprometidos com a defesa ambiental e aqueles em prol do direito coletivo (e não privatista) de uso da cidade. Estas especificidades que se articulam em torno de um amplo coletivo permitiram o êxito do movimento, considerando que estes eram detentores de poder político menor no contexto de campos de poder que se entrecruzam (o econômico, o político, o cultural). Entre as consequências, pode-se mencionar que a própria governadora da época, logo após a retirada do projeto de votação na Assembleia, defendeu a criação do parque ambiental, compromisso também assumido pelo governo atual.

Com relação ao campo defensor do projeto se evidencia que a aliança construída esta num momento fragilizado se comparado a outros períodos. A base governista não estava

coesa e convicta do projeto como apareceu nos discursos dos entrevistados e nos próprios Jornais. Certamente que a proximidade eleitoral influenciou no processo que se desenrolou, indo e saindo da agenda de votação, com os próprios deputados da base aliado pedindo revisão e mais informações sobre o projeto. A acusação de ser usado como manobra política pelos deputados da oposição é plausível dentro do jogo no campo político. Entretanto, a derrota do governo tem como causa fundamental a mobilização social, afinal em todos os dias de votação era lotado a Assembleia Legislativa⁷⁶. Sem esta pressão popular organizada o projeto teria sido votado como tantos outros.

As forças sociais em jogo, em disputa direta, são de um lado o grupo de resistência e de outro os defensores (ligados ao poder Executivo e Legislativo). Mas neste campo de conflito socioambiental há outras forças determinantes. Ou seja, há agentes sociais que exercem influência mesmo quando não identificados explicitamente. O poder econômico se utiliza de canais diretos junto aos representantes públicos (no caso o governo estadual) e certamente cobiça aquela área que vem se valorizando nas últimas décadas. Outra força é a mídia (representada nos jornais considerados), o fato dela veicular fundamentalmente a postura de um lado do conflito em detrimento do outro coletivo envolvido, faz com que ela identifica claramente sua posição e os interesses que representa. Os dois jornais, analisados ao longo de seis meses, em raros momentos destacam o papel ativo das comunidades apesar da forte mobilização pública. A exposição do projeto de descentralização, ao contrário, teve amplo espaço de divulgação e apoio, tanto de agentes públicos reconhecidos (como certos magistrados), e mesmo a apresentação do croqui de futuras instalações. Por outro lado, os aliados a proposta do governo atribuem a derrota do projeto de venda do terreno, não como um fenômeno decorrente das pressões e articulações políticas do movimento popular, mas à fragilidade do governo na articulação política.

Nas entrevistas do grupo defensor da venda do terreno também se observou que continua presente estas perspectivas de não reconhecimento do papel ativo das populações locais (mesmo que implícito). Em duas entrevistas: Institucional Legislativo e Executivo também não apontam como relevante a pressão do movimento popular, ao considerar a causa fundamental os interesses eleitorais.

Se por um lado se enfatizou que a conjuntura política instável no contexto de ano eleitoral influenciou no desfecho do conflito, de outro se quer realçar (fundamentalmente) o

⁷⁶ Em duas entrevistas com liderança de moradores (5 e 6) é mencionado que os deputados da base aliada estavam todos presentes e teriam como aprovar, já estava em votação, quando morreu o ex deputado Bernardo de Souza, sendo interrompida a votação. Ou seja, há contingências que ocorrem nos processos que podem influenciar em alguma medida.

papel ativo dos envolvidos, em especial, da aliança dos moradores, sindicalistas e ambientalistas. Concorde-se com os estudos (Carneiro, 2005a; Carneiro, Leite, Tavares, 2010; Kowarick, 1980, 1980b) sobre o papel contraditório do poder público pautado pela lógica desenvolvimentista (econômica) e favorecendo certos setores corporativos (como o imobiliário) em detrimento de outros aspectos, como o social e ambiental. Porém, os diferentes coletivos, ambientalistas, populares e sindicalistas, afetados direta ou indiretamente estão lutando e resistindo, sendo que o campo ainda que constituído de forma assimétrica, está em permanente processo de construção e reconstrução, e as políticas públicas igualmente são contraditórias, ora favorecendo mais os setores dominantes (com mais frequência), ora respondendo as reivindicações dos outros coletivos.

O que este conflito tem em comum com outras polêmicas desencadeadas em Porto Alegre refere-se ao fato de que em nome da sustentabilidade, a gestão pública municipal e estadual considera demasiadamente o aspecto econômico para promover as políticas públicas. Semelhante ao caso de urbanização, mobilidade e modernização da cidade de Barcelona (Diaz, 2010), apesar dos discursos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões culturais, sociais, ambientais, o que de fato foi levado em conta efetivamente são os indicativos econômicos. Isto pode ser verificado no caso da Plaza San Catarina de Barcelona, argumenta a pesquisadora. Em Porto Alegre, estes discursos contraditórios estão presentes nos conflitos do Estaleiro do Só (que culminou no plebiscito) e na terceirização do Cais do Porto. Esta forma de tratar o campo ambiental e o conceito de sustentabilidade parece permear uma lógica mundial que se articula com discursos de governança associada à parceira do Estado com empresas privadas e terceirização. Derivando propostas de participação formal que raras vezes se traduzem em participação efetiva (Dagnino, 2004). E mais, passando ao largo os debates socioambientais, os quais implicam considerar a preservação ambiental com a dimensão social de distribuição de renda, participação e especificidades culturais (Leff, 2006, Martinez-Alier, 2007). Segundo Natera (2004), se usa muitas vezes o termo “governança” pela dificuldade de acenar a um governo comprometido com as políticas sociais numa sociedade orientada ao mercado, embora o autor indique que o termo teria diversos sentidos. Parece que na Europa (e possivelmente na América Latina) é neste sentido que ele vem sendo empregado, argumenta o autor.

Ainda, este capítulo buscou mostrar no conflito do “Morro Santa Tereza”, semelhante a outros conflitos de Porto Alegre (igualmente com outras grandes cidades brasileiras e do mundo), que o poder público tende a beneficiar certos coletivos (empresas do setor imobiliário) em detrimento de outros, promovendo ou sendo omissos com a especulação

econômica dos espaços urbana, desconsiderando o acesso democrático aos benefícios sociais e ambientais, e descumprindo a própria legislação (Estatuto da Cidade e a Constituição Federal). Neste sentido, este estudo confirma aquilo que foi apontado por outros pesquisadores, ou seja, que boa parte dos conflitos ambientais hoje no Brasil tem um perfil socioambiental, apontado por Ascelrad (2004, 2010b) e outros pesquisadores (Zhourri, Carneiro). O acesso desigual aos recursos sociais (direito a moradia, saúde, educação, transporte, etc.) também se repete com os ambientais (direito ao solo, qualidade da água e do ar, áreas verdes, etc.) na vida urbana.

Correa (1985) afirma que o espaço urbano como qualquer outro objeto pode ser analisado a partir do consenso ou do conflito. Ele propõe entabular a abordagem a partir do conflito, o que não significa, segundo ele, que nunca haja consensos. A partir de Bourdieu (2010, 1996), poderíamos entender que os espaços sociais são campos em conflito, estruturados em relações de poder assimétricas, que tendem a perpetuar tais relações por meio da imposição simbólica (reconhecimento coletivo do que se considera legítimo), que se faz mais pela internalização de habitus do que pela força disciplinar. Por mais heterogênea e complexa que seja a sociedade atual, flexibilizada em suas normas e valores (se comparada ao passado), se partilha estruturas comuns (percepções, sentidos,). E como exemplo, cita-se a temática ambiental, apesar de flexibilizados os valores culturais e sociais, esta perpassa as diferentes classes sociais, ainda que tenha diferentes sentidos, traduzidos em certos “estilos de vida” e conceitos de sustentabilidade. Todas as entrevistas afirmam a importância de preservar o meio ambiente. Entretanto, no decorrer, os entrevistados (exceto ambientalistas), enfatizam que outros aspectos, para uns o social, outros o desenvolvimento, não possam estar em segundo plano ou serem ignorados.

Concordando com Carneiro (2005a), críticas como as denúncias ambientais de insustentabilidade que se intensificam a partir dos anos 70 são incorporadas ao sistema capitalista, de modo que o próprio discurso ambiental é utilizado para potencializar o consumo e o lucro. Para exemplificar, cita-se o estudo de Ueda e Normann (2005) na cidade de Porto Alegre, as quais demonstram que o setor imobiliário, um dos principais agentes econômicos que influenciam na produção urbana das cidades capitalistas, utiliza de discursos ambientais como qualidade de vida, ar puro, áreas verdes nas propagandas para venderem seus imóveis.

Este capítulo buscou mostrar quem são os coletivos envolvidos no conflito socioambiental urbano, suas alianças antigas ou pontuais que se formaram e os desfechos. Com isso, se explicitou como as relações de poder em jogo no conflito estudado são

ilustrativas do campo ambiental da cidade, apontando a forma de atuação do poder político e como as mobilizações influenciam na produção das políticas públicas. E mais, se apontou que há especificidades em cada conflito, ou seja, estruturas e agentes sociais envolvidos mais diretamente e aqueles que igualmente atuam mesmo que não sejam tão explícitos, com destaque para a influência de forças de outros campos sociais (econômico).

O campo ambiental encontra-se perpassado pelos outros campos como o social, o econômico e o político. Quer dizer, ainda que no caso da área em conflito estivesse mais à vista a dimensão ambiental, política e social, está igualmente perpassado pelo econômico. O discurso que ganhou mais fôlego no caso do conflito, o qual ficou emblemático na defesa ambiental do morro, da flora e fauna, de fato reporta-se a um discurso que se construiu no desenrolar do conflito, já que no início o foco era um conflito entre moradores (social) e governo (político). Ou seja, foi a conjuntura local e momentânea, engendrada em construções históricas e sociais, condicionada por relações de poder estruturantes (campos de poder) que fez emergir o conflito, disputas e alianças com determinados resultados.

Por último, sem a pretensão de aprofundar em termos empíricos e teóricos, há que retomar um pouco da discussão dos capítulos anteriores da relação entre sociedade e governo. No caso estudado, certamente que o poder público atuou com base em certos interesses desconsiderando outras dimensões, dentre as quais o direito de moradia e o meio ambiente (a ser preservado), gerando o conflito e resistência. Mas a mudança de governo estadual modificou a relação entre estes dois campos em conflito, de modo que está em andamento um projeto de regularização fundiária, urbanização, criação de parque e melhorias na Fase. Embora, igualmente emergiu na cena a proposta de criação de um centro de eventos gerando novas tensões e recuo estratégico por parte do atual governo. Isto reafirma o modo contraditório de atuação do ente público (nas diferentes esferas de poder), às vezes mais sujeito à pressão de demandas do âmbito econômico (Kowarick, 1980,1980b;Carneiro, Leite e Tavares, 2010) e às vezes incorporando as agendas dos diversos movimentos sociais (Kowarick, 2009, Barreira, 2010, Silva e Oliveira, 2011; Silva,2001b). Isto valoriza a contribuição de Bourdieu (1989), mostrando como os agentes dos diferentes campos sociais atuam buscando influenciar os âmbitos das decisões e o peso do poder simbólico (e não apenas material) nas relações sociais.

Cada campo social tem suas especificidades e se buscou mostrar (brevemente) o cruzamento destes diferentes campos (ambiental, social, político, cultural), transparecendo formas de articulação a partir de especificidades engendradas historicamente. E mais, como sustenta Almeida e Gerhardt (2005) a exemplo de Bourdieu (1983), alguns campos têm mais

autonomia (econômico, cultural e científico) se comparado a outros (ambiental e político). A perspectiva de campo social aqui utilizada, inspirada em Bourdieu, segue uma perspectiva relacional de campos sociais, quer dizer, não são unidimensionais ou fixos. A contribuição de pesquisadores como Silva (2001b), Silva e Oliveira (2011), Abers e Bulow (2011) vem na direção de mostrar que a articulação entre movimentos sociais e poder público se processa por meio de uma espécie de intersecção. Para os autores é equivocado interpretar a Instituição Estatal e os governos como exterioridades aos movimentos sociais, ainda mais, por se tratar do contexto Brasileiro.

Embora não se tenha focado no presente trabalho a relação do movimento de resistência nos dois momentos de relação com o governo Yeda Crusius e Tarso Genro é visível as transformações. Nas tipologias defendidas por Silva e Oliveira (2011)⁷⁷, Abers e Bulow (2011) de intersecção mais próximas (inclusivas) e distantes (excluídas) entre os dois campos, poderia se propor a seguinte interpretação: no primeiro momento do conflito que culminou no recuo do governo estadual pode analisar como no quase extremo de ausência de intersecção ou bem reduzido a relação; no segundo caso, bem mais próximo. Haja vista que dois entrevistados (lideranças ambientalistas nº 2 e 3) ocupam espaços no governo, evidenciando o círculo complexo entre os movimentos sociais e instâncias governamentais. Com isso se reconhece as contradições do aparato estatal, em geral subserviente aos interesses das classes dominantes, mas não como algo inevitável, conjunturas diferenciadas de poder no campo político (e social) podem engendrar relações mais próximas dos movimentos sociais, senão fomentadores destes como é o caso do estímulo público à “Economia Solidária” no governo petista (Silva e Oliveira, 2011), ou mesmo políticas de habitações populares no centro da cidade paulista (Kowarick, 2009).

A seguir, buscar-se-á analisar os discursos e práticas dos diferentes segmentos sociais envolvidos no conflito, obtidos por meio de entrevistas, buscando evidenciar como elas se traduzem em práticas legítimas de políticas públicas buscando evidenciar as relações de poder do campo ambiental (e social) de Porto Alegre.

⁷⁷ Apresentam um modelo construído por Banaszak que teria diferentes relações entre externalidades do Estado e movimentos sociais: nos extremos estaria à completa exclusão ou a completa inclusão com diversas posições intermediárias.

4. OS DISCURSOS ILUSTRANDO AS DISPUTAS SOCIOAMBIENTAIS

No capítulo anterior se buscou entender a forma como se deu a articulação política dos envolvidos, ou seja, quais as forças sociais em jogo e como se articularam. Agora se intenciona analisar os discursos ambientais e sociais em jogo, o poder que eles exercem no conflito socioambiental específico e como eles são ilustrativos das disputas ampliadas da cidade. Dentre as interrogações que vão balizar a análise: quais os discursos socioambientais circulantes no conflito? Eles são ilustrativos dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos que circulam na sociedade em geral sobre sustentabilidade e ambiente, desenvolvimento, direitos coletivos? Há diferenças substanciais entre estes discursos proferidos pelos diferentes agentes sociais envolvidos no conflito?

Retomando as reflexões dos capítulos anteriores e enfocando mais sistematicamente nas entrevistas, tem-se a pretensão de confirmar a divisão em campos de poder, de forma matizada de um lado os interesses mercantis de ocupação dos espaços, e de outro, o uso social dos mesmos, os quais estão em choque e em disputa, igualmente perpassados pelas tensões ambientais. E mais, visivelmente os discursos socioambientais apresentam suas contradições entre os agentes envolvidos de ambos os campos. Entretanto, a capacidade do poder de expressão das demandas apresenta-se assimétrica e os interesses econômicos sobrepõem-se às proposições ambientais e sociais. Ou seja, ainda que haja divergências entre os indivíduos entrevistados, percebe-se que alguns discursos revelam articulações e poder no campo social mais amplo da cidade. E o ente público (das duas esferas), a exemplo do caso pesquisado, tende a atuar de forma ambígua, e geralmente em benefício de certos agentes com poder de influenciar tanto no conflito estudado como na cidade como um todo.

A primeira parte versa sobre a dimensão socioambiental nos discursos a partir das duas posições no conflito, bem como os possíveis desdobramentos em termos de disputas simbólicas das concepções de ambiente e desenvolvimento sustentável determinadas pelas posições sociais dos agentes. Em seguida, sintetizando os discursos socioambientais e sua representação nas formas de intervenção pública no caso do conflito, considerar as possíveis semelhanças e especificidades na produção urbana de Porto Alegre. O parâmetro para esta última comparação são os dados das entrevistas, jornais revisados e os outros estudos sobre as ocupações urbanas que tratam de conflitos sociais e ambientais espalhados na cidade e nas regiões próximas ao local do conflito estudado.

4.1 Os discursos socioambientais a partir do olhar dos agentes sociais

4.1.1 As ambigüidades do campo ambiental confrontadas com os discursos dos agentes envolvidos no conflito

No primeiro capítulo buscou-se reconstituir como o problema ambiental se desenrolou nas últimas décadas, passando de uma preocupação ligada a certos grupos para o conjunto da sociedade (Goldblatt, 1998; Hannigan, 1995; Castells, 1999). Na medida em que foi chegando ao final do século XX a ideia de um ambiente separado da sociedade perde sua força ou plausibilidade, inclusive no Brasil (Alonso, Costa, Maciel, 2007). As mudanças verificadas na questão ambiental também se operaram no mundo acadêmico, onde produções científicas aproximam a temática social e ambiental. Igualmente na política estas mudanças se tornaram visíveis, descentrando-se um pouco da lógica de criação de parques e áreas verdes isolados da presença humana. Passa a se observar a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, tanto nos discursos de Órgãos Internacionais, como no campo político e nas práticas de empresas capitalistas.

Oliveira (2005) aponta algo semelhante ao mostrar uma aproximação entre movimentos ambientais e sociais no contexto do Rio Grande do Sul. Entretanto, Alonso, Costa e Maciel (2007) apontam que a lógica do preservacionismo não desaparece, ela influenciou a CF/88 e a própria Conferência Mundial de Meio Ambiente em 92, no Rio de Janeiro. Ou seja, ao mesmo tempo em que proliferaram novas perspectivas do tema, de modo que as primeiras visões perderam espaço, de outro, a visível convivência (muitas vezes conflitivas) destas diversas perspectivas.

O conceito de desenvolvimento sustentável em sua versão hegemônica, ligado àquilo que Martinez-Alier (2007) define por “Evangélio da Ecoeficiência” e que se consolida na sociedade no final dos anos 80, passa a integrar o arcabouço das políticas públicas, da mídia e dos discursos de responsabilidade ambiental de muitas empresas. Todavia, entre os discursos e as práticas efetivas de “sustentabilidade ambiental” há ainda enorme distância, como aponta Alexandre e Krischke (2006).

Portanto, se por um lado, é inegável que a questão ambiental foi incorporada às ponderações do conjunto da sociedade, de outro, o reconhecimento coletivo da questão não promoveu alterações mais profundas. Afinal, incorporado à lógica ou retórica do mercado a “ideologia” do desenvolvimento/crescimento nestas últimas décadas, produzindo mudanças pouco efetivas diante da velocidade de depredação dos recursos naturais (Leff, 2006). Ribeiro

(1992) reconhece em seu texto aspectos positivos que o debate ambiental propiciou inclusive o de alargar os indicadores de avaliação de desenvolvimento para além do aspecto econômico, mas perdeu terreno da crítica alternativa e foi incorporada a lógica do sistema enquanto discurso hegemônico. É interessante a percepção do autor, pois ele escreveu no início dos anos 90 e de lá o conceito tem cada vez mais espaço no meio empresarial e midiático.

Na mesma época da realização do evento Rio 92, Ribeiro (1992), igualmente crítico do conceito de desenvolvimento sustentável aponta-o “como uma categoria que permite a criação de um novo campo de alianças políticas entre ambientalistas e empresários interessados em crescimento econômico” (1992, p. 23). O pesquisador afirma que o conceito emerge no mesmo contexto do pós-modernismo, enquanto que este último faz uma crítica à razão iluminista, o outro resgata a razão iluminista como saída para as crises e o vazio deixado pela perda de legitimidade da visão marxista. Neste sentido, o ambientalismo se associa com os termos de avanço (progresso), desenvolvimento associado ao crescimento, com ênfase na produção de novas tecnologias “limpas”. Ou seja, desenvolvimento sustentável torna-se a ideologia perfeita ao mundo globalizado e da informação do capitalismo contemporâneo, mantendo ocultas as contradições de classe (torna formalmente todos os humanos iguais).

Esta realidade de poucas mudanças substantivas inclusive foi reconhecida pela própria Conferência Mundial de Meio Ambiente de 2002, na África do Sul. E mais, sustentabilidade passa a ser articulado com a ideia de novas tecnologias, mas não se valoriza os saberes tradicionais como tecnologia. E quando os considera é como uma experiência exótica a ser conservada sem influência no modelo mais amplo de decisões e gestão (Redclift, 2006).

Neste sentido, concorda-se com a crítica de Carneiro (2005a) que a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, ao não colocar em pauta o modelo desenvolvimentista e as injustiças sociais (a nosso ver socioambientais) torna-se uma “doxa”, conceito que ele retoma de Bourdieu. Apesar de inovadora na época do surgimento, hoje se conforma como o discurso que possibilita a manutenção da ordem simbólica estabelecida. Desta forma, argumenta o autor

A ideologia desenvolvimentista é assumida no discurso de desenvolvimento sustentável sem questionar. É o Doxa, que se universaliza simbolicamente e se potencializa com o fim da guerra fria. O doxa para Bourdieu são resultado das lutas simbólicas do passado, onde o grupo vencedor que alcançou hegemonia impõe como se fosse a visão e percepção de todos. Torna-se uma categoria de percepção que ao ser naturalizada continuamente se reproduz.

“numa palavra, a ideologia do desenvolvimento é a doxa por excelência do sistema produtor de mercadorias”. (Carneiro, 2005a, p.41).

De modelos alternativos no passado, hoje foi incorporado e assumido como principal interlocutor dos agentes defensores do desenvolvimento, argumenta o pesquisador. Portanto, os agentes sociais (e militantes ambientais) que não utilizam esta “linguagem científica” que conjuga “desenvolvimento e meio ambiente” estão fora do debate considerado legítimo, passando a ser definidos como “antiquados”.

Um representante do executivo municipal⁷⁸, ao mesmo tempo, que apontou os problemas ambientais atuais, referiu-se ao movimento intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza” como uma “minoria de ambientalistas” que tem atuado na capital impedindo o desenvolvimento. Costuma-se falar de desenvolvimento sustentável como se fosse óbvio seu significado, servindo para justificar as mais diversas posições. Zhouiri e Laschefski(2010), igualmente criticam a direção que o conceito de desenvolvimento sustentável tomou após ter sido apresentado na conferência de 1992. Ele teria sido defendido por vários ambientalistas e movimentos sociais, dentre os quais as populações ribeirinhas e povos das florestas, o qual implicava na articulação dos aspectos ecológicos, econômicos e de equidade social, todavia foi objeto de múltiplas apropriações

Os modos de vida dos grupos locais – incluindo suas respectivas formas de apropriação material e simbólica da natureza - representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que, nesta concepção, seria insustentável. Mas a visão política que se consolidou, ao contrário, fez emergir um paradigma que pretende “adequar” o pleito socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento. Esta adequação tem sido feita por meio da participação na gestão ambiental e social e por meio das soluções técnicas e de mercado com vistas à conciliação entre os interesses econômicos, ambientais e sociais. (Zhouiri e Laschefski, 2010).

As entrevistas da presente pesquisa revelaram certa ambiguidade nas retóricas discursivas dos diferentes agentes, independente da posição no campo de conflito. Com isso, se evidencia a diversidade de visões e a complexidade de temática que envolve o conceito de ambiente, tanto na academia como nas relações sociais em geral. E, ainda, a força que certos discursos exercem no imaginário social, como é o caso do conceito de desenvolvimento sustentável, defensável coletivamente, mas certamente não implicando o mesmo sentido quando proferido pelos diversos indivíduos socialmente ancorados. A análise das entrevistas

⁷⁸ Não quis gravar entrevista. Mais de uma conversa com representantes de órgãos públicos que não permitiram gravar entrevista fizeram tal referência.

não confirmou diferenças tão salientes como se esperava entre os dois principais coletivos, (duas categorias construídas), no que diz respeito ao que deveria ser “fundamental para uma cidade sustentável” (seleção objetiva de prioridades na pergunta 9). Isto poderia indicar que frases soltas não foram bem entendidas, uma vez que nas demais questões semi-estruturadas estas diferenças entre um grupo e outro se mostram mais nítidas. As frases selecionadas são debates que aparecem na mídia, tais como “aumentar a fiscalização de ocupações de áreas verdes”, “criar leis mais rigorosas de preservação ambiental”, “campanhas publicitárias de preservação ambiental”; “trazer mais indústrias para gerar emprego e desenvolvimento urbano”, e foram selecionadas para o roteiro porque poderiam indicar além da concepção socioambiental, as influências externas de outros campos, como o político e o econômico.

Este resultado também poderia indicar que a pesquisa quantitativa como técnica tende a funcionar melhor com número mais elevados de dados, uma vez que foram realizadas 18 entrevistas. Assim, esta análise não levará em conta os dados obtidos para justificar a confirmação das hipóteses iniciais, todavia serão tecidos alguns comentários que possam dar ideia dos dados e a conexão com o conjunto das entrevistas e outras técnicas utilizadas, tais como revisão do jornal (Zero Hora e Do Comércio) e acompanhamento de reuniões. A primeira conclusão é de que a ampliação das entrevistas possivelmente confirmaria uma lógica semelhante entre as duas técnicas, já que considerando os grupos individuais de entrevistas é possível encontrar conexões entre seus membros como no caso de ambientalistas, grupo institucional (Executivo estadual e municipal) e mesmo moradores.

Igualmente aparece como um indicativo de que o “movimento de defesa do Morro Santa Tereza” não tem naturalmente uma base política organizada de um longo período. Trata-se de uma articulação política em construção, o que pode auxiliar para explicar que as diferenças entre os agentes de diferentes coletivos, com percepções e mesmo poder-se-ia dizer, *habitus* específicos, apresentam ambiguidades em termos de discursos e práticas com relação ao conflito (e suas causas) e com relação ao papel do poder público no caso.

Dos quatro ambientalistas entrevistados, três responderam como primeira prioridade “realizar planejamento urbano mais participativo” (17.6%). De um lado há que considerar que os ambientalistas talvez partilhem percepções similares resultantes da conformação da visão de sociedade decorrente de sua trajetória de militância e espaços comuns nos últimos anos em Porto Alegre. Também as três entrevistas foram as que mais argumentaram em defesa da lógica socioambiental das questões abordadas, destacando o vínculo complexo entre as ações humanas e o ambiente. Com isso não se pretende afirmar que esta perspectiva seja partilhada por todos os militantes ambientais da capital gaúcha. De fato, conforme a pesquisa de Oliveira

(2005) já mencionada, não há homogeneidade nem mesmo dentro de cada entidade, quanto mais entre elas. O que talvez seja plausível, a partir dos interlocutores, refere-se à afirmação de que os envolvidos no caso do conflito em análise, pela pauta e discussão em jogo, se identificam com aquelas correntes ligados a uma perspectiva socioambiental.

Os representantes do poder executivo (nas duas esferas de governo) marcaram como primeira prioridade “aumentar a fiscalização de ocupações de áreas verdes” e “tratamento do esgoto”, ambos coincidindo com os discursos (no conjunto da entrevista) sobre o que consideravam os problemas ambientais e as possíveis resoluções. Apenas um representante da Assembleia, ligado ao governo anterior, enfatizou na entrevista a dimensão de ampliar a gestão e parceria pública/privada, apontando como 2ª prioridade “trazer mais indústrias para gerar emprego e desenvolvimento urbano”, única resposta escolhida pelo conjunto dos entrevistados.

Com relação aos moradores, dos cinco entrevistados, apenas uma marcou como opção primeira “criar leis mais rigorosas de preservação ambiental”, sendo que as respostas não apresentaram conexões entre si, exceto pela pauta social de “coleta seletiva de lixo”; “construir mais posto de saúde e escolas”, evidenciado a necessidade de ampliação do acesso às políticas públicas (colocada entre as cinco prioridades), aspectos que comumente apareceram no desenrolar das entrevistas. Aliás, a ênfase nos aspectos sociais é destacada pelo conjunto dos entrevistados envolvidos no “movimento em defesa do morro”. Além do planejamento urbano mais participativo (apontado pelos ambientalistas), outros dois temas foram mapeados como prioritários por três vezes nas diferentes entrevistas, a “coleta seletiva de lixo” e o “tratamento do esgoto”⁷⁹.

Estas reflexões, somadas com o conjunto dos dados empíricos, evidenciam que autores clássicos (Gramsci, 1978; Bourdieu, 1989, 1996), cada um ao seu modo ainda são atuais e ao lado de abordagens recentes como Thiry-Cherques (2006) e Simionatto (2009). Afinal, apontam que os discursos dos agentes dominantes se generalizam e são internalizados pelo conjunto mais amplo ao longo de suas trajetórias. Os agentes sociais ao mesmo tempo com suas capacidades e virtudes de indivíduos com suas subjetividades, também estão sob o jugo da lógica de influências estruturais (Celikates, 2012). Na perspectiva dialética entende-se que estão condicionados pelas estruturas sociais (instituições diversas), ao mesmo tempo em que as reproduzem ativamente; como igualmente são capazes de articulações em meio às

⁷⁹ Este também foi apontado por representante de governo. Convém afirmar que na época das entrevistas circulava na mídia preocupações em torno do destino dos resíduos sólidos urbanos de Porto Alegre.

contradições e como tal produzir mudanças, pressões e inflexões no mundo social (Canclini, 1984).

Para Bourdieu (1989, 2010), as práticas, as percepções e as escolhas não têm origem substancialistas ou deterministas. As escolhas múltiplas são frutos do mundo social em que os seres humanos estão lançados e das relações sociais que se produzem historicamente, sendo internalizados pelos agentes ao longo da vida (*habitus*). As instituições familiares, escolas, relações múltiplas e mesmo a mídia contribuem para sua disseminação e perpetuação. O espaço social não é homogêneo e nem mesmo os indivíduos (re)agem da mesma forma ante as relações sociais, pois de fato há diferentes forças e interesses em jogo. Ele configura-se como um espaço relacional ou uma estrutura relacional, de modo que alguns possuem força comunicativa conseguindo legitimidade para a sua concepção e estilos de vida como ideais a serem seguidos, servindo de diferenciação social e valorização de uns em detrimento de outros. Neste sentido, o *habitus* internalizado pelo conjunto dos agentes num determinado espaço social tendem a ser condicionados por aqueles coletivos com fluxo no exercício de poder.

Entretanto, este processo possui a sua dinâmica social, pois que internalizado e reproduzido ativamente, podendo promover (aquilo que em teoria forma uma classe social pela posição que ocupa num campo social em uma classe social ativa) por meio da luta coletiva a desconstrução de valores/práticas discriminatórios. Afirma Bourdieu que “la probabilidad de tener una opinión varia así como a probabilidad de estar en condiciones de imponerla, en tanto opinión actuante” (Bourdieu, 2010, p.89). Quer dizer, os indivíduos não se movem com uma noção plena do mundo social em que se inserem logo também sua opinião repercute numa apreensão parcial da realidade. Quanto menos poder num campo, mais fragmentária tende a ser sua percepção de mundo e menor a força para influenciar os demais agentes.

Esta perspectiva de Bourdieu (2010) pode ajudar a elucidar porque moradores locais (segundo duas entrevistas) que nem estejam se favorecendo diretamente com a lógica de apropriação capitalista da cidade, manifestam em suas falas “que não são contra” ou “que não se pode ser contra o desenvolvimento”. Afinal, a crítica ao modelo vigente de desenvolvimento associada ao crescimento e modernização urbana é vista como parte de uma visão arcaica ou de uma minoria ambientalista.

A noção de desenvolvimento sustentável ou sustentado se consolidou associada ao crescimento e ao progresso, bem como não se limita ao campo econômico e político. Deste ponto de vista Ribeiro (1992) afirma que:

desenvolvimento não é apenas uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos. É também algo que se situa no campo das ideias e da circulação de informações marcadas por contextos e trajetórias definidas histórica, técnica ou culturalmente. (...). O ambientalismo é uma moeda em circulação que tem ganho enorme visibilidade no universo de significados, ideologias e utopias associados a desenvolvimento. Na realidade, existem muitas ideologias/utopias que são portadas por diferentes atores coletivos e que freqüentemente se encontram em contradição ou em oposição umas as outras. (...). Diferentes atores coletivos, então, encontram-se em uma tentativa permanente de convencer a outros, por meios simbólicos ou materiais, de que seus próprios entendimentos e interpretações são os universais e legítimos para a sociedade como um todo.”(RIBEIRO, 1992, p.23)

Thiry-Cherques (2006), retomando a perspectiva de Bourdieu diz “os agentes e instituições dominantes tendem a inculcar a cultura dominante, de modo a reproduzir o habitus e as desigualdades sociais, nas maneiras de falar, trabalhar, julgar. Para ele, a família, a escola e o meio não só reproduzem as desigualdades sociais como legitimam inconscientemente esta reprodução” (p.38). E, ainda, “do berço ao túmulo absorvemos (reestruturamos) nossos habitus, condicionando as aquisições mais novas pelos mais antigos. Percebemos, pensamos e agimos dentro da estreita liberdade dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos.”(idem, p.34). Com isso, pode-se considerar que apesar do movimento em torno do grupo intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza” estar centrado no tripé ambiente, regularização fundiária e descentralização da Fundação, os agentes não se despiram do habitus incorporado ao longo da trajetória. Logo, as percepções dadas pela lógica desenvolvimentista do mundo ocidental, internalizadas ao longo da vida, coexistem de forma ambígua com novos valores que se engendraram no processo do próprio movimento de resistência destes diversos coletivos.

As entrevistas e as reuniões acompanhadas parecem reproduzir uma tensão entre: aquilo que percebem ser seu direito como “de moradia e permanência no local” articulado com uma lógica de ocupação sustentável e com aquele discurso de crescimento e desenvolvimento urbano considerado “insustentável”. Para ilustrar, cito uma das entrevistadas “não é que eu seja contra que as coisas evoluam, tem que modernizar, mas a gente pode fazer isso aliado com a natureza”. E ainda que “não se é contra o desenvolvimento”, portanto, seria injusta, segundo a entrevistada, a acusação que lhes foi dirigido por outra liderança (morador) da região da Grande Cruzeiro (entrevista com liderança morador nº 5 e 6). Em outro momento, na mesma entrevista, se argumentam a respeito da “poluição do Guaíba como fruto da lógica econômica”; concomitantemente ainda, criticam o ente público ao entender que

“morar no morro tem risco ambiental para os pobres, e para os ricos que moram encostados na Vila Ecológica não tem o mesmo problema” (liderança morador nº 6).

Bourdieu (1989) aponta a perspectiva relacional e as condições históricas de constituição dos espaços sociais, logo, não se trata de uma situação ou posições imutáveis. Os conflitos são inerentes aos processos sociais e as disputas podem levar a transformação dos espaços (das relações de poder e do próprio habitus). O caso da FASE e a tentativa de venda do terreno indicam que os envolvidos com posições diferenciadas de poder no espaço social, ao agirem e montarem suas estratégias conseguiu destaque entre as relações de força no campo de conflito. Contudo, trata-se de um momento singular. Afinal, os posicionamentos das várias entrevistas e os diferentes estudos citados nos capítulos anteriores destacam que os agentes do campo econômico possuem mais poder de influenciar as políticas e a atuação do poder público, se comparados com os ambientalistas ou moradores de áreas com ocupações irregulares (realidade que não é exclusiva de Porto Alegre).

A própria crítica ao sistema social a partir da crise ambiental parece paulatinamente incorporada pelo sistema capitalista. E vários daqueles agentes sociais que ocupam posições com menos poder no campo de conflito em questão, ao defender a preservação do ambiente, ainda o fazem a partir de um habitus ligado ao discurso da ecoeficiência ou do preservacionismo apresentado por Martinez-Alier (2007), ao desconsiderar de modo mais crítico o modelo insustentável de crescimento econômico, que acaba por produzir injustiças socioambientais.

Gramsci, na obra *Concepção dialética da história* (1989) igualmente se reporta à produção cultural para obter um consenso dominante expresso no “senso comum”; discursos se naturalizam e são assumidos no cotidiano pelo conjunto da sociedade, embora representem a visão e benefício de uma minoria. Quer dizer, as ideias da classe dominante se generalizam por meio das diversas instituições burguesas, de modo que os interesses de minorias passam a ser assumidos como defensáveis pela maioria. Eis porque o autor propõe um movimento contra-hegemônico⁸⁰ que busque desconstruir os mitos e organizar a resistência das classes subalternas. Tal movimento que não diz respeito somente à política e à economia, mas também à cultura. Os valores culturais, e se poderia exemplificar a lógica do consumismo, num viés gramsciano, poderia ser um exemplo de interrogação política e, talvez, espaço para uma luta contra-hegemônica.

⁸⁰ Numa leitura Gramsciana poderia se falar na coexistência de uma hegemonia cultural, econômica e política, mas que pode ser questionada pelo movimento contra-hegemônico. Neste sentido, o conflito socioambiental do “Morro Santa Tereza” pode ser considerado uma disputa contra-hegemônica de significação e uso dos bens ambientais e sociais, frente a outro modelo em andamento.

Neste sentido, parece oportuno concordar com a crítica de autores como Kowarick (1980), Harvey (2006) e Carneiro (2005), sobre a lógica capitalista que tende a transformar tudo em mercadoria, inclusive seres humanos e toda a biodiversidade ambiental. Logo a visão dominante, mesmo quando sob a defesa da sustentabilidade ambiental, muitas vezes potencializa práticas de espoliação dos “recursos naturais”. Assim, independente da preocupação que aparece a propósito dos recursos naturais, de fato predomina a visão desenvolvimentista, até mesmo em alguns discursos de segmentos que poderiam ser categorizados nos grupos vitimados por este sistema ou então os que menos se beneficiam da lógica dominante de produção do espaço urbano, como revela uma das entrevistas com a moradora local (já citada). Isto se apresenta bastante transparente na medida em que vários dos entrevistados reconhecem a legitimidade do desenvolvimento urbano centrado na dimensão econômica⁸¹ nos envolvidos dos dois lados do conflito.

Dentro de um enfoque das contradições, localizamos agentes (militantes de ONGs e movimentos sociais) e não só a elite burguesa dirigente (numa perspectiva de Gramsci), que defendem a gestão privada para a resolução de grande parte dos problemas sociais e ambientais. De fato, mesmo não sendo a intenção, acabam por reforçar um posicionamento próximo do ideário neoliberal de que o mercado constitui-se para o tempo presente a alternativa mais viável para a resolução dos problemas sociais contemporâneo. Desta forma aproximam-se de discursos como de Smith (1996) que vê a privatização como saída para preservação dos recursos naturais. Nestes discursos passam ilesas as causas dos conflitos ambientais como o modo de utilização e a quem cabem os benefícios, permanecendo ocultas as causas estruturais que provocam degradação ambiental.

Dagnino (2004) analisa como a consolidação do conjunto de direitos sociais no Brasil no final dos anos 80 é ressignificado pelo ideário neoliberal, especialmente na década subsequente. Ou seja, assim como em torno do campo ambiental e da consolidação do conceito de uso sustentável dos recursos naturais há diferentes significados, também com relação às ações Estatais e os espaços de participação, como os conselhos de gestão não tem o mesmo significado para o conjunto dos agentes sociais. Certamente que a crítica de vários personagens sociais às inoperâncias do poder público não se equivale aos discursos dos interlocutores de interesses do capital econômico, mas acabam que estes movimentos conformam crenças coletivas de negatividade do potencial estatal na promoção de políticas

⁸¹Vários defendendo explicitamente e outros ao não problematizarem apesar das provocações também permitem tal interpretação.

públicas e favorecem a consolidação da visão que impõe restrição à implementação de direitos alicerçados nestas políticas.

O papel do Estado desponta como essencial na produção deste modelo de desenvolvimento que tende a perpetuar a insustentabilidade social e ambiental, conforme destaca Carneiro (2005), ou ainda na produção da “espoliação humana” e “ambiental”, na expressão de Kowarick (1980b). Por sua vez, Rocha (2007) e Silva (2001b) apontam as contradições em que podem operar com as políticas públicas: iluminação, saneamento, abastecimento de água, etc., são conquistas sociais fruto de lutas históricas dos movimentos populares; porém sua efetivação pode produzir valorização dos espaços e exclusão destas mesmas populações que não podem pagar os novos custos, como do IPTU. As políticas públicas como as garantidas no Estatuto da Cidade (Lei 12.257/2001), tais como o uso social da cidade, direito de moradia (por usucapião) apresenta-se como avanços significativos nos direitos sociais para o conjunto da população e contribuíram para reforçar o movimento de permanência dos moradores no caso do conflito aqui pesquisado. Esta lei “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Lei 12.257/2001), muitas destas garantias já aparece nos anos 90 na Lei orgânica de Porto Alegre (como já se mencionou no 2ª capítulo).

Contudo, a concretização dos direitos pode produzir novas contradições, o que não significa que aqui se esteja questionando a legitimidade destas conquistas. Ao contrário, percebe-se que a legislação exerce impacto na luta pela garantia dos direitos coletivos, mas não o suficiente para realizá-los. E para exemplificar, ainda que haja garantias legais da função social do solo urbano, cabe citar os diversos outros locais de conflito da capital gaúcha onde as populações são despejadas em nome do interesse público das Obras da Copa/2014 e com várias denúncias de desrespeito aos Direitos Humanos⁸². Em muitos casos se usa o discurso de preservação ambiental ou mesmo de riscos (abordado mais intensamente no 2ª capítulo) para não garantir a efetivação do uso social da cidade. Nas entrevistas apareceu referência a respeito

“Está prometida de fazer a infra-estrutura que parece que é uma vitória, só que até se fazer mesmo, se garantir o direito à moradia das pessoas que estão lá, isso é uma coisa que tem muito chão pela frente ainda. Porque agora começam os levantamentos sócios

⁸² Houve denúncias de representante da ONU por violação dos direitos humanos no Brasil em função das Obras da Copa/2014. Disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=itemlist&task=tag&tag=direitos-humanos. Acessado em mar/2013.

econômicos, topográficos, enfim, pode acontecer de ter gente que sai, gente que não vai ter direito a moradia, que não vai ter direito a ficar no lugar, isso é uma coisa que vejo que não acabou, não é uma vitória completa.”(outros Assessoria, n°1).

Se a literatura aponta esses riscos, também as entrevistas revelaram preocupações de que as ações de urbanização local com base nos princípios de sustentabilidade social e ambiental podem provocar perdas ou tensões com o acesso a outros direitos. Já se mencionou que nas várias reuniões acompanhadas em 2011 era presença constante o discurso de moradores que defendiam seu direito à moradia acima da questão ambiental, evidenciando a tensão percebida com o debate de criação de parque ambiental. Um dos ambientalistas entrevistados diz

“a própria questão das áreas de risco, tu ganha o discurso, pra excluir gente, a mobilidade, área de risco, segregação ambiental, são argumentos que vem então isso para pobre, pra rico isso não acontece, o morro do osso esta ocupado até lá em cima, os outros morros também. Então só ali é questão de fundação. É isso pode entrar: tem risco de desabamento, mas só para esses pobres tem risco de desabamento. Qual a forma de fundação deles? O que acontece que pobre não pode ficar aí? Tem áreas sensíveis, sim tem, também é isso. Ali do lado do Iguatemi o “condomínio Germania” acabou com as nascentes, eles podem acabar com as nascentes? Isso é racismo ambiental nesse território aqui, é injustiça em Porto Alegre.”(liderança ambiental n°1)

Zhourri e Laschefski (2010), Zhourri e Oliveira (2010), enfatizam que além do econômico existem outras dimensões a serem consideradas, tais como os aspectos simbólicos e culturais presentes nas formas e usos do ambiente em que se situam os conflitos. As diferentes contribuições teóricas, complementares e mesmo em oposição entre si, são expressões da falta de unanimidade no que se classifica como problema ambiental e nas alternativas para sua resolução. As interpretações divergentes desvendam a expressão das contradições e disputas nos movimentos ambientalistas, mas também do que a sociedade em geral entende, valoriza e prioriza do ponto de vista do campo ambiental. Exemplifica também que a concepção de “bem ambiental” varia conforme a posição social que os agentes ocupam na sociedade, tanto do ponto de vista econômico, como o cultural e o político. De maneira indubitável, as entrevistas apontaram nesta direção. Todavia, quando solicitados para marcar as políticas urbanas prioritárias para uma cidade sustentável isto não se evidencia nitidamente (aspecto a ser considerado), revelando que discursos ligados a ecoeficiência possuem peso decisivo e que os discursos de grupos hegemônicos na política e na economia influenciam a visão ambiental do conjunto dos agentes sociais.

Ainda, enfatizando aspectos apontados no primeiro capítulo da tese, diversos autores na literatura acadêmica realizam uma classificação em vertentes enquadrando as distintas

concepções ambientais do último século. Trata-se de uma classificação metodológica, uma vez que na prática estas visões podem estar mescladas nos diferentes movimentos e entidades ambientais como se afirmou. Também se apontou que surgiram diferentes nomenclaturas para classificações semelhantes, Martinez-Alier (2007) afirma que o próprio termo ecologia e ambientalismo, em constante disputa, podem ter sentidos diferentes de acordo com os respectivos contextos. O autor dividiu as correntes em “culto ao silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e a “perspectiva crítica”. No primeiro caso, refere-se centralmente a preocupação com a preservação biológica e crescimento populacional. No segundo caso, refere-se muito aos debates do desenvolvimento sustentável, onde se acredita que o aperfeiçoamento tecnológico daria conta das soluções para os graves problemas ambientais. A última visão seria uma crítica a própria lógica capitalista de produção e seus efeitos de injustiça social e ambiental. Nesta, estaria incluindo aqueles conflitos sociais e ambientais, mesmo quando não se referem diretamente ao meio ambiente, mas dizem respeito à apropriação para sobrevivência.

Jatobá, Vargas e Cidade (2009), utilizando outras nomenclaturas, apresentam uma classificação semelhante à Martinez-Alier (2007). A ecologia radical, abarcando os primeiros movimentos ambientais, seria dividida entre biocêntrica e ecológica, diferenciando-se, na medida em que a segunda já considerava, em parte, a dimensão humana (a necessidade de pensar o social para diminuir os impactos ambientais). O saneamento seria um dos exemplos a serem considerados nesta direção, indo além da ideia de criação de parques e áreas isoladas de conservação. A visão ecológica que teria surgido já na metade do século XX defende o uso de tecnologias e intervenções humanas para a resolução das questões ambientais, dando origem a diversas correntes, entre elas a emergência do conceito hegemônico de desenvolvimento sustentável no final do século XX. A ecologia política, distanciando-se das duas anteriores, destaca o papel que a lógica capitalista exerce na destruição da natureza. Crítica a omissão da dimensão econômica e social nas visões anteriores citadas, inclusive daquelas visões culturalistas que ignoram as relações estruturais de poder.

Martinez-Alier (2007) afirma que de fato as duas primeiras visões por ele mencionadas, e com certa analogia com as versões apresentadas por estes últimos autores citados, coincidem na medida em que não discutem (denunciam) as injustiças sociais e ambientais presentes na forma de organização capitalista. Ambas não vêem entraves na lógica de acumulação capitalista para a defesa ambiental, mesmo os que defendem crescimento zero não discutem a socialização dos benefícios e riscos sociais. Partem da ideia que todos teriam a mesma responsabilidade na destruição ambiental.

Frente ao exposto com relação às perspectivas ambientais categorizadas em três tipologias, visivelmente elas dialogam com os dados emergentes no caso do conflito empírico estudado. Os discursos oriundos das entrevistas com os agentes categorizados em torno da afinidade com a proposta de venda/permuta do terreno circulam entre a lógica do “evangelho da ecoeficiência” e o “culto ao silvestre”, na medida em que classificam como prioridades a necessidade de aperfeiçoamento da gestão, fiscalização e tratamento do esgoto, pautas históricas associadas àquelas posições (Jatobá, Vargas e Cidade, 2009; Martinez-Alier, 2007). Por outro lado, as entrevistas ligadas ao movimento de resistência, considerado suas contradições (já citadas com o imaginário do desenvolvimento, crescimento), enfatizam a articulação dos aspectos sociais e ambientais. E ainda que os moradores destacam mais a dimensão social em detrimento da ambiental, se encaixam na lógica de conflito socioambiental, considerando o debate de Martinez-Alier (2007) de que mesmo não explicitado, a sua condição de exclusão de acesso aos bens sociais e ambientais (e negado direito de uso diferenciado da lógica econômica), e sua sujeição aos problemas ambientais como deslizamento, inundação, etc., justifica serem considerados pertencentes a “perspectiva crítica” por ele proposto.

Acsehrad (2009), ao retomar o debate do surgimento do movimento de justiça no mundo e como se insere no Brasil, também se aproxima desta perspectiva crítica de Martinez-Alier (2007). Ele aponta que os conflitos ambientais urbanos no país tendem a configurar-se em disputas por apropriação dos bens ambientais (solo, água), logo carregam intrinsecamente a dimensão social.

Este debate perpassa os discursos dos entrevistados que estão sendo aqui analisados. Os discursos serão interpretados a luz do debate em curso e parcialmente exposto anteriormente, considerando o que se entende por problema (s) ambiental(s) em Porto Alegre, a visão de desenvolvimento ambiental sustentável, as formas de negociação entre interesses socialmente ancorados. A partir disso, está circunscrita a posição dos envolvidos no campo de poder específico do conflito e no contexto urbano da capital.

4. 1. 2. Delimitando os problemas ambientais sob a ótica dos envolvidos no conflito

Para analisar como os diferentes agentes sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito do Morro Santa Tereza, que foram entrevistados, percebem os problemas

ambientais, na cidade de Porto Alegre, colocou-se do seguinte modo: “O que pensa sobre os problemas ambientais mundiais, do país e de Porto Alegre”? A questão colocada de forma mais ampla busca entender como eles articulam as questões micro de seu cotidiano da cidade, com dinâmicas mais amplas dos problemas globais. Partiu-se da premissa de que a forma como articulam estas duas realidades ilustra a compreensão do meio ambiente, inclusive sua conexão com as outras dimensões, como o social, o cultural e o econômico.

Inicialmente, cabe ponderar que os dezoito entrevistados independente da origem, posição social e localização dentro do campo de conflito, apontaram diversos problemas ambientais tanto no contexto mundial como em Porto Alegre. Isto não apenas evidencia aquilo que Castells (2009), Almeida e Gerhardt (2005), entre outros, apontam sobre a consolidação do campo ambiental, mas também a sensibilização para questões ambientais que afetam a vida para além do cotidiano onde moram.

A segunda consideração a ser feita é que as entrevistas foram feitas com líderes dos movimentos sociais, ambientais e sindical e representantes políticos. Logo, o acesso à informação e a algumas reflexões podem ser mais aprofundadas e mesmo sistematizadas por certos agentes. Quer dizer, os entrevistados ligados ao movimento ambiental certamente detêm mais informações da temática ambiental, por serem mais atuantes neste campo.

Ainda, não se desconsidera que a fala de uma líder de uma das vilas não representa unanimidade se comparado ao conjunto dos moradores do mesmo local. Todavia, estes líderes têm e tiveram capacidade de influenciar os demais e na própria direção assimilada pelo conflito em questão, haja vista o número considerável de moradores que se dirigiam aos protestos na Assembleia Legislativa Estadual. Assim, as lideranças possuem um poder legítimo de influenciar as decisões tomadas e o fizeram ao longo do conflito em destaque.

Terceiro, se por um lado, todos percebem a existência de problemas ambientais para além do local de moradia e da cidade de Porto Alegre, isto não significa que há unanimidade no reconhecimento de quais sejam tais problemas e nem as causas destes. Neste sentido, é visível que a origem e a posição social de cada agente, no caso, lideranças, influenciam a forma como percebem, a partir de seu saber, a realidade das dimensões ambientais. Os moradores nesta primeira questão apontam de modo geral problemas ligados ao lixo e poluição dos rios. Entretanto, duas entrevistas de liderança dos moradores começam destacando as mudanças climáticas (depois retornam os problemas cotidianos). Certamente que isto não é algo secundário, uma vez que esta pauta climática parece recorrente em vários círculos como da mídia, da economia e da política.

Isto permite reafirmar os debates pelos quais a questão ambiental se consolidou nos diversos campos sociais, mas também que certos discursos exercem mais influência nas práticas e imaginário social, bem como certas práticas articulam formas elaboradas de retórica. Hannigan (1995) questiona sobre o que faria com que as questões de mudanças climáticas pouco tangíveis e com pouco consenso científico teriam capacidade mobilizadora maior para algumas comunidades, que sua própria condição precária como falta de saneamento e lixo a céu aberto. Embora discordando da forma que aquele pesquisador soluciona o problema, a colocação do questionamento é pertinente e, como resposta acredita-se que devam ser consideradas as reflexões críticas de Bourdieu e Gramsci já mencionados, em termos de habitus e hegemonia, respectivamente.

O quarto aspecto a ser destacado, comparando os discursos, é visível que apesar das disputas e contradições, há discursos e práticas com mais poder, e que circulam no conjunto da sociedade. Alguns representantes dos moradores partilham uma afinidade com certos discursos apontados como hegemônico qual seja a crença na capacidade de resolver os problemas ambientais com aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias, aproximando-se de discursos proferidos por representantes dos serviços públicos. Todavia, aqueles se distanciam destes últimos (e dos defensores da venda do terreno) na medida em que enfatizam a dimensão social como devendo estar acima da ideia de criação de parque e áreas verdes e mesmo dos interesses econômicos de ocupação dos espaços urbanos. Se a pesquisa não encontrou diferenças muito óbvias passíveis de correlacionar com a posição social quando solicitadas para definir as prioridades de políticas públicas para uma cidade sustentável (questão 9), no conjunto da entrevista é visível que os moradores populares partilham um sentimento de desconfiança com a pauta ambiental. Este aspecto apareceu nas entrevistas (duas lideranças locais) e também nas reuniões que se acompanhou após o desfecho do conflito durante 2011.

Esta desconfiança dos menos favorecidos com a defesa ambiental também apareceu no estudo de Fuks (2001) no Rio de Janeiro, onde moradores locais viam a defesa ambiental como justificativa para sua remoção, sendo que depois eram construídos no mesmo local, prédios de luxo. Também Rocha (2007) cita o caso de remoção de famílias pobres no Bairro Teresópolis pelo executivo municipal sob alegação de ser área de preservação ambiental nos anos 80 e depois esta mesma área é ocupada por grupos elitizados (já citado). E uma das entrevistas (já mencionada), liderança de moradores (nº 5 e 6) que questionam sobre a remoção de famílias pobres da Vila Ecológica sob alegação de áreas de risco e ambiental por

parte do poder público, e, no entanto, não se questiona a instalação de moradias de luxo há tempo na encosta do morro na Vila Ecológica.

Com relação ao grupo que se intitula “em defesa do morro”, ainda que nas escolhas objetivas não se possa tirar maiores conclusões, o conjunto da entrevista não deixa dúvidas de que há uma correlação entre a percepção dos problemas ambientais e sua ligação com as questões sociais. A construção de problemas ambientais na leitura dos agentes sociais constitui-se um processo de articulação na esfera pública em meio às disputas cotidianas, técnicas e políticas. Certamente se confere um processo conflituoso por meio do qual algumas questões, antes vistas pela ótica econômica ou social ou política, ganham outro significado no campo de embate público. Entre tais mudanças está a construção coletiva de algumas dimensões de relevância ambiental, como biodiversidade, impacto ambiental ou risco, entre outros. Mudanças que podem ser adaptações discursivas no contexto de embate angariar apoio, mas também podem ressignificar as percepções dos envolvidos. No caso do conflito está última dimensão parece ser a mais provável considerando que uma das entrevistadas cita mudanças de práticas no ambiente da vila que representa (liderança moradora nº1).

De modo geral, os interlocutores começam apontando os problemas ambientais, mas logo em seguida enfatizam sua ligação com as questões sociais. Para os moradores há uma ênfase maior no direito à moradia e nos problemas de infraestrutura como a coleta do lixo, esgoto a céu aberto, iluminação, etc.

“ta difícil porque nós temos uma vila que tem 50 anos e o lixo ta precário, a situação é precária, então não é só aqui, é em todas as comunidades, é um montão de lixo, o Dmlu não entra” (Liderança morador nº4)

Apesar de considerarem mudanças climáticas, as mesmas entrevistadas destacam os problemas ambientais cotidianos de lixo e poluição do Rio Guaíba, os quais no passado tomavam banho (anos 60 quando se mudaram para o local):

“quando eu era pequeno o pai atravessava aqui a rua e a gente ia nadar até aqui era o rio, eu estudava na assunção, na época no ginásio, a água subia no inverno e chegava molhar a gente na parada, então daqui pra lá foi aterrado, ali no estádio do inter, tudo era rio, então assim já roubaram um pedaço, foi aterrado, o leito do rio hoje, meu Deus do céu o que o Guaíba, eu lembro assim do meu pai botar a gente nas costas e ele nadava até lá p gasômetro a água era limpa que tu via os peixinhos passando, olha o que é hoje é um esgoto, é um esgoto a céu aberto hoje, então assim a gente vê no mundo inteiro.” (Lideranças moradores nº 5 e 6).

Considera-se também que apesar de aparecer frequentemente discursos (mencionados) de que as reivindicações dos moradores não poderiam ficar em segundo plano em relação às

questões ambientais, não se pode observar na pesquisa de que eles ignoram os graves problemas ambientais circundantes. A sua luta socioambiental não se enquadra naquilo que se costuma definir na literatura de movimento do tipo Nimby⁸³ (Guillénet all, 2007), ou seja, que contrários à especulação imobiliária no Morro, porém em outros espaços nem tanto. Os seus discursos consideram o entorno tanto quanto as questões globais, embora permeado pelas ambigüidades constitutivas da sociedade, qual seja, reconhecer os problemas ambientais não na mesma velocidade com que se buscam alternativas mais robustas.

Os demais envolvidos classificados no caso do conflito no coletivo de “movimento de resistência” (entrevistados), qual sejam ambientalistas, representante de Entidade de prestação de “Assessoria”, “sindicalista”, e movimento popular “Outros” fazem uma análise mais sistemática sobre os problemas ambientais incluindo os aspectos do campo econômico (sistema) como responsável pela degradação ambiental e social, articulando aspectos locais e globais. Eles partilham a crítica ao sistema capitalista como causador da degradação socioambiental, aproximando-se das críticas de Goldblatt (1998). E mais, de que a esta lógica orientadora da produção urbana (especulação imobiliária) produz exclusão social e ambiental no acesso à cidade como direito a todos.

“(...) Geralmente os problemas ambientais são criados por nós, mas são problemas mais de uma ordem econômica, quando o econômico está em conflito com o ambiental (...), e acaba tendo o nome de conflitos ambientais.” (liderança ambiental nº2)

“(...), então é contra as injustiças que a gente vê no nosso território e a gente acredita que a principal fonte geradora disso a gente tem chamado hoje de captura corporativa.” (liderança ambiental nº1).

Uma das entrevistas, representante de movimento popular Outros, referindo-se aos problemas ambientais afirma:

“Debater só as questões ambientais não resolve nada por um simples motivo: o problema não é só com as questões ambientais. Por exemplo, onde se debate questões ambientais é um debate que fica muito nas classes médias da sociedade, nos setores da sociedade como opinião formada ou que tenha acesso à informação. Qual o problema disso? Cada grupo debate os seus interesses de classe, de categoria, de comunidade. Eu vejo que os principais gargalos nas principais cidades hoje na questão ambiental é que na comunidade que não tem tratamento de esgoto. Então uma juventude de classe média no Brasil falando em salvar baleia e não sei o que mais, que também é importante, mas eles não conseguem olhar para o bairro que está a trezentos metros da casa dele, que não tem nem luz.” (liderança Juventude, nº1)

⁸³ Em que alguns movimentos ecológicos e sociais atuam defendendo a preservação ambiental num local sendo indiferentes que a mesma ação ocorra em outros, conhecido como “não no meu quintal”.

Este entrevistado é uma Liderança Jovem e morador próximo da região do conflito, apontado por um dos moradores como um dos que intensamente se envolveu com a mobilização local. Ele aponta críticas sobre ações ambientais ligadas à ecologia radical, a qual defenderia a pauta ambiental descolada das problemáticas sociais e das causas fundantes de degradação ambiental. Outro entrevistado pertencente à entidade de Assessoria aos movimentos sociais afirma

“A questão ambiental vai fazer a humanidade acabar. (...) Problema ambiental eu entendo é o problema da produção, e produção do modo dominante da sociedade. Eu não vejo como fugir desta questão para tratar o tema ambiental. De Porto Alegre é muito parecido (...).” (Assessoria Outro nº1).

Ou seja, estas e outras entrevistas apontam diferentes olhares, mas traz presente os aspectos ligados ao sistema capitalista e sua forma de produção e reprodução da vida, e os processos sociais conectados aos problemas ambientais. Entre os ambientalistas aparecem diferenças, uma das lideranças entrevistadas (nº2) destaca que certas áreas como de morro de preservação permanente não deveria ser ocupada por ricos nem pobres, mas ao mesmo tempo fala das contradições sociais e das razões diferenciadas para ocupação das áreas, uns por não ter outra opção, como os pobres, os quais moram em locais que deveriam ser preservados, argumenta.

Acredita-se que dos entrevistados e dos coletivos que se envolveram na “defesa do Morro”, de maneira geral partilham da visão ambiental proposta por Martinez-Alier (2007) de conexão das duas problemáticas, distanciando-se (com diferentes graus de intensidade) da visão do preservacionismo e do Evangelho da Ecoeficiência. Ou então, poderíamos falar da tipologia aqui analisada de ecologia política. Entretanto, além de não ser a visão predominante dos militantes ambientais em Porto Alegre, considerando que nem todos se envolveram neste conflito (ou se envolveram de modos diferenciados), há divergências observadas no interior do Movimento. Em várias reuniões acompanhadas, após o recuo do governo na venda em 2010, emergiu discursos enfatizando que a primeira prioridade seria regularizar os moradores e urbanizar e depois discutir a ideia de parque, estabelecendo uma contraposição entre as duas agendas. O fato de ter aparecido muito superficialmente em somente uma entrevista (Liderança ambiental nº2), deve-se possivelmente porque alguns agentes que vinham enfatizando a questão ambiental (prioritária) não quiseram participar da pesquisa. Além disso, o grupo de resistência construiu uma unidade em torno da pauta socioambiental no Morro, deixando em segundo plano as tensões inevitáveis características de uma construção coletiva

complexa e envolvendo agentes sociais de campos sociais diversos (movimentos populares, associações de moradores, sindicalistas, ambientalistas, ONGs de Assessoria...).

Com relação às entrevistas (três ao total) dos defensores do projeto de venda (um caso) ou então daqueles que não se identificaram com o movimento intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza” observou-se algumas semelhanças como ausência do aspecto social ao menos em termos de destaque se comparado com as entrevistas do outro grupo. Também não teceram comentários substanciais quanto ao modelo de ocupação urbana ou sua ligação com o sistema capitalista. O representante Institucional do Legislativo (nº1) enfatiza a problemática ambiental e seu reconhecimento nos últimos anos, e defende a relevância de se avançar em termos de melhoria na forma de gestão, indo além da fiscalização. Este assessor pertence ao gabinete da deputada que era líder de governo (2009-2010). Os outros dois entrevistados (institucional Executivo Municipal e Estadual) dão destaque para as ocupações irregulares que provocam sérios danos ambientais e ainda, riscos para os seres humanos. Diz um dos entrevistados institucional

“O mundo tem graves problemas ambientais como aquecimento global, emissão de gás carbônico, poluição industrial e residencial, desmatamento (...). O Brasil tem um papel negativo relevante para manter esta situação. Em porto alegre há os riscos ecológicos de deslizamentos, o esgoto doméstico e principalmente intensificação das ocupações irregulares.”(Institucional Executivo nº2)

Outra entrevista, ligada ao executivo público municipal afirma:

“Então o que nos afeta mais é em termos de áreas de preservação permanente, que são ocupadas de forma irregular e que acabam (...), desconfiguram. Desconfiguração da própria natureza, como também jogam o lixo, toda a parte de poluição que tu acaba tendo nestes locais. E por consequência trazem riscos com a vida humana e em relação aos desastres naturais.” (Institucional Executivo nº 1)

Cabe destacar que estes agentes sociais não consideram a dimensão socioeconômica que leva as populações a ocupar tais espaços, também relegam ênfase ao direito social do uso da cidade. Analisam a legislação e a fiscalização como um ato em si a ser aplicado de forma igual a todos. Assim também deixam de interrogar o horizonte político do conceito de risco, e defendem que independente da classe social, deve ser aplicada a todos os cidadãos o rigor da legislação. Isto aparece nos dois servidores públicos entrevistados (Institucional Executivo).

Ora, a resolução da dimensão social e econômica aparece como uma interrogação em quase todas as entrevistas do coletivo “em defesa do morro”, enquanto que no outro grupo o destaque justamente aparece sobre o protagonismo das populações mais carentes na degradação ambiental urbana, além de morar em locais que deviam ser preservados, levam

lixo para selecionar nas Ilhas (a poluição das ilhas que fazem parte do parque do Delta do Jacuí), como argumenta dois entrevistados (Institucional Executivo nº 1 e 2). Na medida em que não discutem as causas das ocupações irregulares no meio urbano, condenam e mesmo criminalizam as populações pobres que vivem nestes locais (como na área urbana do conflito analisado), acusando-as de degradar o ambiente com produção de esgoto e lixo, desmatar. Para Bueno (2009), é um equívoco do poder público tratar do mesmo modo ocupações irregulares de classes baixas e altas, considerando que as primeiras não têm alternativas, moram em locais insalubres e de “riscos” porque suas condições de trabalho e renda não possibilitam outro local.

Assim, por um lado, há diferenças neste coletivo tipificado no campo oposto ao “movimento de resistência à venda”, em especial entre o Executivo e Legislativo. O representante institucional ligado ao Legislativo visivelmente faz um discurso mais sensibilizado pelo contexto político (eleitoral) e menos preso à legislação ambiental, ficando mais próximo do Evangelho da Ecoeficiência; enquanto que os outros dois se aproximam mais do movimento ambiental ligado ao preservacionismo, pautado pela preservação e defesa de espaços sem presença humana (culto ao silvestre). Mas ambos, institucional do Executivo e Legislativo partilham a ausência do debate das causas estruturantes da degradação ambiental em Porto Alegre e no mundo, e atribuem a estilos de vida, má gestão e falta de fiscalização.

Considerado as especificidades no interior dos dois coletivos, ao mesmo tempo, se buscou evidenciar as distâncias entre estes em termos de discurso de defesa ambiental. A seguir, desenvolve-se uma reflexão sobre as percepções hegemônicas que circulam no debate ambiental, e que de algum modo circulam nos dois coletivos, não obstante suas diferenças substanciais de abordagem.

4.1.3 As noções de desenvolvimento sustentável sob a ótica dos envolvidos no conflito

Considerando a premissa de que o campo ambiental historicamente se estrutura em meio às relações assimétricas de poder, semelhante a outros campos sociais, em sua especificidade acredita-se que os agentes, de modo geral, se movem a partir de uma percepção de entrelaçamento do social e do ambiental, com as respectivas conexões com a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável no final dos anos 80. Com isso não se defende que seja possível inferir de que esteja vigente a apropriação do campo ambiental de forma homogênea. A legitimidade de certo “habitus ambiental” interiorizado pelo conjunto dos

agentes não os torna igual em suas percepções e práticas. Há aspectos comuns que os caracterizam como um grupo, todavia as posições sociais no campo de conflito e as trajetórias produzem diferenças que se manifestaram nas entrevistas.

Ao analisar um campo de conflito socioambiental, percebe-se que os agentes compreendem as questões socioambientais a partir de sua posição social no campo de conflito, mas também a partir de contextos outros da cidade. A questão ambiental foi percebida como legítima entre o conjunto dos entrevistados envolvidos no conflito do morro. Entretanto, frente ao uso de noções como sustentabilidade há diversas percepções que circulam mesmo quando ainda não expressas diretamente, e esta visão dos agentes corresponde à posição que ocupam no caso do conflito e as trajetórias sociais que os constitui. Quer dizer, os entrevistados que se posicionam no campo de poder ao lado do governo⁸⁴, proponente da venda do terreno, têm em sua percepção de social e ambiental as mesmas bases que legitimam a intervenção do ente público municipal e estadual no contexto urbano de Porto Alegre. Qual seja a crença de que a iniciativa privada produza formas superiores de qualidade na prática de sustentabilidade do espaço urbano (uma entrevista confirmou e uma conversa não gravada seguiu nesta direção) em suas diversas dimensões, ou ao menos não problematizaram esta lógica (duas entrevistas Institucional Executivo). Pode-se dizer que circula de forma predominante entre estes agentes a crença de que o mercado pode produzir de forma primorosa a sustentabilidade, investindo em projetos de embelezamento, fiscalizando, saneamento e outras estruturas que se fizerem necessárias. No jornal Zero Hora, na coluna da Rosane Oliveira (23/06/2010), após o desfecho do conflito, ela questiona se o Estado conseguirá coibir as ocupações irregulares e se fará fiscalização contra a degradação ambiental. Em outros termos, claramente está expresso um lugar social do discurso. No dia 24/06/2010, no jornal Zero Hora, consta na capa “Mudança de Rumo: cogitado parque para a Área da FASE e no interior do Jornal (p.34) estão expostos argumentos mencionado que o governo analisa a ideia de criar um parque. Segundo palavras da governadora Yeda na época: “transformar o espaço em uma área verde para Porto Alegre”.

Logo, este grupo defensor da venda ou ao menos que não se posicionou contrário a proposta aborda as ocupações irregulares como uma problemática de múltiplas dimensões, destacando a incapacidade do Estado de fazer a fiscalização e uma gestão mais compatível, somada aos efeitos sociodemográficos dos centros urbanos. As entrevistas tendem a enfatizar os limites do poder de coerção (policiamento, fiscalização e punição) e os impactos do

⁸⁴ Ao menos se aproximando mais deste na medida em que se distanciaram dos movimentos de resistência ou não questionando a intervenção do governo no local.

aumento populacional (demografia) somado a ausência de tratamento de esgoto e da coleta seletiva do lixo.

Estes discursos relacionados ao caso do “Morro Santa Tereza” ilustram o campo ambiental portoalegrense, e a forma como são tratados a dimensão socioambiental nas políticas públicas e nas práticas do poder público. Para Exemplificar cita-se o conflito do Morro do Osso que se desenrola desde 2006. Onde a gestão pública do Parque entrou com ação de reintegração de posse contra os indígenas que lá estão, considerando-os, uma ameaça a preservação e equilíbrio ambiental no Parque (Furh, Guerhardt, Kubo, 2012). Posição esta apoiada por grupos de militantes ambientalistas e setores com outros interesses (imobiliários) que atuam na área.

Sem entrar neste debate, o exemplo visa mostrar que a retórica de ver movimentos populares, populações pobres e minorias como ameaças ao ambiente (e seu equilíbrio) continuam presente nas ações de órgãos estatais e do movimento ambiental. Guha (2000) argumenta como já se evidenciou no primeiro capítulo, que a lógica preservacionista e conservacionista continua poderosa e atuando no mundo todo, entrando em conflito com grupos tradicionais e mais frágeis, em nome do ideal do “mito da natureza intocada” e muitas vezes subserviente aos interesses de mercado, promovendo exclusões socioambientais. Para ele, ao mesmo tempo em que se retiram povos tradicionais em nome da preservação de santuários naturais não se problematiza a instalação de grandes investimentos turísticos como redes de hotéis, restaurantes, etc.

Outro aspecto importante quando analisadas as prioridades (questão 9) para uma cidade sustentável, os representantes vinculados com a defesa da venda o terreno, selecionam as variáveis com tratamento de esgoto, moradias populares, coleta seletiva de lixo. Isto mostra que a dimensão social (embora não central) não está totalmente ausente, ao contrário, encontra-se presente no discurso da defesa ambiental para o conjunto desses agentes sociais. Porém, há que inquirir o que se entende por conexão do social e ambiental.

Neste horizonte, a reflexão apontada por Tommazio e Foladori (2001) parece pertinente na medida em que mostram que a grande divergência dentro do debate da sustentabilidade ambiental ou em torno do conceito de desenvolvimento sustentável se daria em como se entende estas duas variáveis: 1) para uns só interessa a preservação ambiental 2) para outros, o social, considerado enquanto caminho para a preservação ambiental, então tão somente é tematizado em vista deste; 3) e outros, percebem-nos indissociáveis, conectados. Eles consideram que a segunda versão consiste na percepção atual com mais força e adeptos, e parece perfeitamente compatível este discurso com aqueles proferidos (nas entrevistas)

ligados aos agentes institucionais no campo oposto ao movimento em tela. Esta lógica traduz muito dos discursos da gestão pública portoalegrense e de outros círculos sociais (ambientalistas e a própria mídia que serão abordados mais adiante). Para estes agentes, “o social” ou não tem relevância ou, quando é destacado é na medida dos efeitos negativos sobre o ambiente, apontando as ocupações irregulares como um dos principais problemas ambientais. Enquanto que a dimensão econômica (lógica degradante) não aparece no debate. Estas entrevistas não são isoladas, ao contrário estão presente nos discursos e práticas mais amplas da cidade.

Todavia, se por um lado concorda-se com Foladori e Tommasino (2001) sobre as tipologias do que se entende por sustentabilidade social e ambiental, acredita-se que é mais complexo. De fato, esta disputa tem a ver com a posição dos agentes sociais nos campos de poder. A origem está no próprio modelo de sociedade e de estrutura social que se reproduz. Refere-se aos processos desiguais de produção e distribuição das riquezas e no caso de bens ambientais e sociais, são estruturas assimétricas que se reproduzem em visões e divisões de mundo, de modo que o conceito de desenvolvimento sustentável é naturalizado como se todos ao pronunciá-lo dissessem a mesma coisa. Leff (2006) mostra como o discurso de defesa ambiental capturado pela lógica econômica passa a ser utilizado de forma ambígua e contraditória, a ponto de responsabilizar pequenos camponês com práticas tradicionais de queimadas culpados pelo aquecimento global. Traduzindo este debate do sociólogo mexicano para o meio urbano, poderia ser analogicamente comparado com a culpabilização dos pobres pela degradação de áreas em encostas de rios e morros.

A perspectiva de Martinez-Alier (2007) de que o discurso de desenvolvimento sustentável seria sinônimo de ecoeficiência parece visível no representante do governo na Assembleia legislativa. Mas aquele pesquisador também enfatiza a aproximação entre este conceito e o “culto ao silvestre” no debate preservacionista e conservacionista verificada na forma como os entrevistados institucionais ligados ao Executivo entendem a questão ambiental (com sua implicância social). Estes enfatizam a dimensão da fiscalização a ser ampliada e dos impactos da ocupação humana na degradação ambiental, e não destacam questionamentos relativos aos aspectos estruturais de ocupação urbana. Na opinião do pesquisador, muitos dos conflitos sociais nos países mais pobres como direito à moradia coincidem com as problemáticas ambientais de quem acessa e como acessa os bens naturais, eis porque são socioambientais mesmo quando não assumido pelos agentes envolvidos. Nesta direção, as diversas pesquisas retomadas sobre os conflitos na produção urbana da capital gaúcha se encaixam naquilo que o Martinez-Alier (2007) aponta sobre o crescimento dos

conflitos, reafirmando também a visão de outros já mencionados como Ascelrad (2010, 2004), Kowarich (1980b) sobre o crescimento da espoliação urbana acrescida agora dos impactos ambientais.

Em Porto Alegre, semelhante a outras grandes cidades, há uma ocupação dinâmica dos espaços urbanos e a lógica de atuação do capital imobiliário e do ente público tende a se guiar pela lógica do crescimento e do lucro, ou ao menos, este último aceitando-os como premissas legítimas. As outras dimensões (sociais, ambientais e culturais) da cidade são submetidas à lógica dos interesses econômicos, gerando tensões, conflitos e resistências dos coletivos afetados como uma tendência inevitável e crescente. Em geral, o êxito nas disputas fica do lado dos que possuem mais poder, como o capital econômico aliados na maioria das vezes ao poder público, embora ocorra, às vezes, aqueles momentos de inflexão, apontado por Bourdieu (1996).

Porém, a exemplo do que Martinez-Alier (2007) menciona sobre o conceito de “ambiental” não ser uniforme nos diferentes países e contextos, também outros conceitos possuem significados múltiplos e diversas interpretações. Para Zhouri e Laschefski (2010), o conceito de desenvolvimento sustentável em sua origem buscava articular a dimensão social, econômica, cultural e ambiental, embora na prática tenha sido hegemonizado pela dimensão econômica e pelos interesses de reprodução capitalista.

De modo geral, o grupo ligado ao movimento de defesa do Morro, embora tenha especificidades, pauta o conflito e a questão ambiental articulado com o social, apontando como as principais causas da degradação ambiental a lógica de atuação do poder econômico e a submissão do poder público a estes agentes. Estes coletivos mesmo quando não questionam abertamente o conceito de desenvolvimento sustentável tecem críticas (em várias ocasiões ao modelo de desenvolvimento em vigor no mundo e na cidade de Porto Alegre). Há certas ambigüidades na medida em que aparecem também discursos como já mencionados que “não se pode ser contra o desenvolvimento”, mas a mesma entrevista questiona estes modelos de empreendimentos de grandes investimentos como teleférico e parque (proposta criticada por mais de um morador). Ora, expansão de “rede elétrica, infraestrutura e circulação de turistas não produzirá impactos negativos?” (Lideranças moradores nº5 e 6). Diz uma delas, ainda, em outro momento:

“eu penso que a cidade tem que crescer, nós não somos contra, só que onde nos estamos, só queremos ficar. Porque sempre os pobres, nós temos que sair? Por que não tiram os condomínios de luxo” (Lideranças moradores nº5 e 6)

E ainda, referindo a posição de uma liderança lá da Grande Cruzeiro que foi convidada para apoiar o movimento e se recusou, ela comenta:

nós não poderíamos ser contra o crescimento da cidade, que a gente esta numa área que não é nossa, então a cidade tem que crescer e ocupar os espaços que estão ai bem assim ele falou pra nós né. A casa dele não vai sair né, vai sair a dos outros, a gente se decepcionou muito, porque a gente ia fazer um movimento grande mesmo, tanto é que o nosso progresso teve toda essa repercussão que tem, que teve tem até hoje. (Lideranças moradores nº5 e 6)

O espaço público comparece simultaneamente como expressão dos conflitos e também de negociação entre agentes sociais. Outra entrevista referindo-se a ideia de parque no local comenta a proposta do (atual) Governo estadual

“o parque, o Corbelini do Sema atual chamou para uma reunião e apresentar o projeto do morro, do parque do morro. Por ele e pela Jussara Cony, aí ele apresentou o projeto lindo, uma coisa de outro mundo, com teleférico que vai da minha comunidade da união ate a beira do Guaíba, uma passarela sobre a mata, uma empresa de reciclagem para trabalhar com os moradores da comunidade, montar uma cooperativa e trabalhar.” (liderança moradora nº1).

Esta liderança fala em um tom de desconfiança com este projeto, possivelmente vendo-o como uma ameaça de permanência aos moradores locais. Diz ela também com relação à ameaça de serem despejados em meio aos equipamentos urbanos: “imagina, nos moramos numa comunidade rica daquelas, e a gente não tem nada, não tem nada” (liderança moradora nº 1).

Os moradores veem na própria defesa da sustentabilidade ambiental um possível discurso utilizado para excluí-los de seu espaço/território. E neste sentido em Porto Alegre se confirma aquilo que acontece em outras cidades brasileiras e mundiais como em Barcelona, já discutido nos primeiros capítulos. Em nome de sustentabilidade ambiental se produz ações (ou omissões) do ente público que provocam insustentabilidade social. É como um círculo vicioso que se perpetua, a insustentabilidade social provoca também à ambiental, uma vez que os impactos na vida dos seres humanos também se traduzem em precariedade do ambiente.

Os ambientalistas envolvidos no caso do conflito fazem uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, semelhante às críticas apontadas por Garcia (2004). De que inúmeros agentes utilizam a defesa ambiental como sustentabilidade ambiental, sem aprofundar a discussão sobre insustentabilidade do modelo vigente de produção e reprodução social com depredação dos recursos naturais e a geração de escassez e mercantilização de todas as dimensões da natureza (Leff, 2006).

Entrevistados ligados ao movimento “em defesa do Morro” confirmam que a temática ambiental destaca-se como a reivindicação mais frágil em termos de fundamentação (conforme fala do dirigente sindical nº1 e outro militante ambiental nº4). Mas, acredita-se, retomando a contribuição de Martínez-Alier (2007), de que mesmo quando não assumido como conflito ambiental pode trazer implícito esta questão. Uma vez que as mesmas populações excluídas de boa parte dos direitos sociais também estão destituídas dos benefícios ambientais. Ou seja, do acesso a bens ambientais como água de qualidade, solo adequado para moradia, ar de qualidade, e ainda mais exposto aos prejuízos como inundações, deslizamentos, ocupações irregulares, etc.

Neste sentido a classificação de Zhouri e Laschefski (2010), sobre os tipos de conflitos como a dimensão de distributivo, territorial e espacial são pertinentes. No caso do Morro é um conflito distributivo porque os afetados possuem baixa renda e empregos precários, que reduzem as alternativas para a apropriação do espaço urbano. Eles estão destituídos de saneamento, energia elétrica, abastecimento de água e moradia de qualidade; e ameaçados do acesso ao bem ambiental, solo para moradia. Aliás, as entrevistas revelam que nos anos 90 havia coleta de lixo e que depois foi abandonado pelo executivo municipal (Liderança morador nº 4). São do tipo territorial porque estão lutando pelo direito de permanecer no local e manter seus vínculos sociais de comunidade e de trabalho. Nas reuniões nas comunidades em 2011 era comum algumas referências, como “dali podiam ir a pé para trabalhar quando não tinham dinheiro para pagar o ônibus”, “tinham vizinhos e amizades de décadas” (também apareceu em duas entrevistas com liderança moradores). Ou seja, as dimensões distributivas e territoriais se mesclam no caso do conflito socioambiental, enquanto que a espacial é menos visível neste caso. Embora, em uma das entrevistas há referência de água contaminada, tanto do rio Guaíba que no passado era utilizado para banho, como da água para consumo que na época de verão não pode ser utilizada (contaminada com algas e com péssimo odor). Diz

“Uma coisa que estar acontecendo mais de cinco anos atrás, no verão a proliferação de alga é tanta, que a gente passa o verão inteiro com água mineral, não tem como tem que ser água mineral, além de fedorenta a água o gosto, daí disseram que a tal da alga azul, que é uma coisa que eles não conseguem saber o porque, que não é normal, então assim aqui no verão é um suplício, até pra ti tomar banho a água é fedorenta, a água fede e o gosto é horrível.” (lideranças morador nº 5 e 6).

A maioria dos agentes envolvidos no grupo intitulado “em defesa do morro” compreende a questão social e ambiental interligadas, mesmo os ambientalistas que se envolveram mais diretamente defendem o movimento de Justiça Ambiental, o qual considera

a ligação das injustiças sociais e ambientais. Um dos entrevistados afirma que o que se tentou fazer no “Morro Santa Tereza” “foi racismo ambiental” (liderança ambiental nº1). Ora,

“aquelas populações são acusadas de degradar o ambiente, mas os condomínios de luxo colados no Morro, e em outras áreas da cidade, não são problematizados nem pelo governo nem pela mídia”, argumenta.

4.1. 4 A possível correspondência entre a posição social e visão socioambiental

A partir do exposto anteriormente, pode-se dizer que de fato há uma correspondência entre a posição social dos agentes implicados direta ou indiretamente no conflito em questão e a visão ambiental que estes possuem. Se nas escolhas das prioridades para uma cidade sustentável não é possível concluir imediatamente ligando a posição e a percepção ambiental dos envolvidos, o conjunto da entrevista possibilita confirmar a tese inicial de que haveria sinais detectáveis de tal conexão. Ou seja, é possível encontrar uma segmentação quanto às divergências de concepção entre aqueles que se posicionaram a favor da venda do terreno da fase e aqueles contrários.

Partiu-se da ideia de que entrevistas com representantes institucionais do Executivo e Legislativo, dentro de um universo amplo de agentes sociais pudesse ser ilustrativo (em linhas mais gerais) da atuação do governo local⁸⁵. E a pesquisa de fato confirma nesta direção, na medida em que aponta uma afinidade entre os dois poderes em termos de discurso, como também, apresenta ações coerentes entre si. Isto reafirma a direção apontada em outras pesquisas já citadas no 2^a capítulo com relação à lógica de atuação do poder público de ambas as esferas. O governo estadual põe à venda um terreno de múltiplos usos sem discutir com os envolvidos diretamente na Instituição, nem os moradores nem ambientalistas. De modo semelhante, o executivo municipal, conforme apontam os jornais, terceiriza o espaço do Cais do porto (Mauá) para revitalização sem fazer um debate ampliado (apesar de pressões locais). E, ainda, poderia se citar o modo como estão sendo desalojadas às famílias e derrubadas as árvores em função das obras da Copa, seja perto do Aeroporto, seja na Avenida Tronco, na Grande Cruzeiro, ou no Gasômetro.

Desse modo, a partir da tipificação do coletivo defensores do projeto do governo, fica explícito que partilham entre si discursos semelhantes sobre preservação ambiental e

⁸⁵ A entrevistada aponta alguns aspectos que tem sido o modo predominante da intervenção do poder público no município, baseado nas falas de outras entrevistas pertencentes ao movimento “em defesa do morro Santa Tereza” e na revisão teórica que trata dos conflitos sociais em Porto Alegre.

percebem criticamente os limites da atuação do poder público na sua promoção. Acreditam ser necessário modificar a forma de intervenção Estatal nesse campo, mas não a conectam os aspectos socioambientais implícitos, nem colocam em pauta as causas da degradação ambiental, ou ao menos não dão destaque a estas. Assim, se aproximam de alguns aspectos ligados ao culto ao silvestre mencionado por Martinez-Alier (2007), como no que diz respeito a aumentar fiscalização e espaços verdes, e de outro, partilham a perspectiva hegemônica de interpretar os problemas ambientais, com ênfase no aperfeiçoamento da gestão e de tecnologia, considerando umas das saídas fundamentais, além da parceria público-privado (apontado explicitamente por um dos entrevistados)⁸⁶. Tratam a problemática social na questão ambiental considerando os impactos desta, como poluição por falta de saneamento, casas em locais impróprios, concentração populacional, desconsiderando sua conexão com outros aspectos, como as formas de intervenções econômicas segregadoras que jogam as populações mais pobres a certos locais⁸⁷.

As outras entrevistas tipificadas em torno do coletivo intitulado “em defesa do Morro”, constituída por lideranças das associações de moradores, movimentos populares (como Levante da Juventude), ONGs e ambientalistas, e sindicalistas possuem diferenças entre si, mas majoritariamente partilham a crença da conexão dos problemas sociais e ambientais e sua origem no modelo de produção/reprodução econômica. Este grupo heterogêneo entre si constrói uma aliança em torno de objetivos comuns desencadeados com a proposta de venda do terreno. Se a parte da entrevista de escolha das prioridades para uma cidade sustentável não encontrou respostas suficientes que amparem a tese de semelhança entre a posição social ocupada no conflito e percepção ambiental, exceto ambientalistas, o conjunto da entrevista destes diversos agentes revela a preocupação central com as questões sociais e sua ligação com as problemáticas ambientais⁸⁸.

Entre as interpretações cabe destacar que a pauta da defesa do tripé (direito de moradia com permanência no local, aspecto ambiental e a descentralização) representa algo que se construiu no próprio conflito. A aproximação e o entendimento entre os diferentes coletivos que se achegaram, cada um com sua história, foram demarcadas por tensões, mas igualmente também por solidariedade. E segundo moradores, estas ações produziram mudanças no

⁸⁶ Representante da Assembleia Legislativa (gabinete PSDB).

⁸⁷ Representantes do poder público (nas duas esferas) reconhecem o potencial da regularização fundiária, o que não deixa de ser uma dimensão social, todavia, o fazem numa direção diferente daquela dos movimentos populares (será retomado mais adiante).

⁸⁸ A sensibilidade dos ambientalistas ao partilharem pela maioria a defesa de uma gestão mais participativa, pode ser fruto de sua trajetória social e das lutas recentes contra o poder público municipal e estadual.

cotidiano, entre as quais a introdução do debate ambiental e ações como o cuidado com o lixo, plantio de árvores, debate sobre projeto de hortas comunitárias e ampliação do acesso ao conjunto de políticas públicas após o desfecho do conflito (liderança morador nº 1 e 3). Resultado no avanço do processo de regularização fundiária, ampliação da rede elétrica, coleta de lixo, acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias do CadÚnico – Cadastro Geral da Assistência Social, e aumento da fiscalização contra ocupações irregulares.

Em todas as entrevistas do coletivo “defensor do Morro” aparece referência ao papel do poder econômico e da especulação imobiliária na produção da insustentabilidade social e ambiental. A pauta dos ambientalistas assume a dimensão socioambiental, muitos dos quais ligados ao Movimento de Justiça Ambiental (um dos entrevistados faz referência direta). Com isso não se quer dizer que esta seja a visão do conjunto de ambientalistas que compõe o campo ambiental em Porto Alegre, discussão já apresentada no primeiro capítulo (Oliveira, 2005). Isto significa que aqueles que se envolveram no movimento de defesa do “Morro Santa Tereza” vem desta tradição, ou seja, se aproximam do que aqui se convencionou de ecologia política, razão pela qual aproximaram as pautas com relativa facilidade.

Esta pesquisa também permite mostrar que apesar do êxito deste movimento, ele não é a regra, haja vista os diversos conflitos ocorridos nos últimos anos em Porto Alegre e seus desfechos. A perspectiva da ecologia política produz um embate com a concepção hegemônica de institucionalização das questões ambientais, com a noção de desenvolvimento sustentável. Os defensores do modelo hegemônico com as características acima apontadas têm mais poder de influenciar no campo ambiental, na medida em que suas alianças extrapolam este e o campo de conflito socioambiental em questão. A própria versão reproduzida na mídia reforça esta visão, como já se mencionou, baseado na revisão dos jornais. Neste sentido concorda-se com Bourdieu que as relações assimétricas de poder são constitutivas dos campos e que estes se estruturam historicamente, onde: o Estado tem um papel decisivo na sua perpetuação e reprodução e os governos ora podem oscilar mais para um ou outro lado, como se mostrou no segundo capítulo mais detalhadamente.

4.2 O olhar dos agentes sociais sobre a atuação do poder público no conflito socioambiental

Trata-se de analisar em que medida os discursos de agentes relacionados ao poder público no caso do conflito estudado é ilustrativo do campo urbano portoalegrense. Considera-se o olhar dos envolvidos no conflito (direta ou indiretamente) sobre o papel Estatal na produção do espaço urbano e, no caso em particular, sobre o conflito quanto ao destino da área do Morro. Nos capítulos anteriores de alguma forma já foram apresentadas as principais interrogações a respeito da atuação múltipla do ente público.

Dagnino (2004) diz que circula em muitos espaços a ideia de que o aparato Estatal seria sinônimo de negatividade por uma suposta ineficiência, enquanto a sociedade civil ou o mercado seria símbolo de virtudes. Para esta autora, essa perspectiva tem muito a ver com a consolidação da ideologia neoliberal que passa a ver na iniciativa privada as alternativas legítimas para os problemas sociais e mesmo ambientais.

O conflito pesquisado é um caso típico para refletir sobre o tipo de relações que vem se estabelecendo entre Estado e Sociedade, mais precisamente os movimentos sociais. Silva e Oliveira (2011) e Abers e Bulow (2011), argumentam que no contexto de democratização e de atenção às demandas sociais, a relação entre este e sociedade também se modificou. Não podem ser tratados como uma relação de exterioridade, de modo geral há o que eles chamam de “intersecção”. Para eles, muitos das lideranças dos movimentos sociais circulam entre os dois espaços, há um “continuum de relações”, argumenta Silva e Oliveira (2011). O movimento intitulado em “defesa do Morro” está resistindo para manter a área pública; mas também, está reivindicando a regularização fundiária e urbanização (serviços) juntamente com a criação do Parque. Neste sentido a intersecção dos movimentos sociais e Estatal neste caso em específico se confirma em especial no governo atual (que assumiu a proposta de regularização fundiária e criação do Parque), uma vez que, militantes ambientalistas assumiram cargos públicos. E mais, embora não seja o foco, após o desfecho do conflito (junho/2010), também ocorre aproximação com o Executivo e Legislativo municipal local com a tramitação do Projeto de Lei complementar, a qual aprova naquela região a criação das Áreas de Interesse Social (AEIS), Área Especial de Proteção do Ambiente Natural (AEPAN) e Área Especial de Interesse Cultural. Isto não significa que as relações deixaram de ser assimétricas, mas que as forças sociais estão em permanente disputa podendo pender ora para um lado ora para outro.

Segundo Dagnino (2004) a Instituição Estatal é complexa e dificilmente seria pensável enquadrá-la numa realidade homogênea, aspecto com o qual se partilha, na medida em que se busca entender a forma ambígua como o poder público atua na sociedade. Digamos, circula igualmente os discursos neoliberais e aqueles discursos de defesa dos direitos coletivos oriundos dos movimentos populares, embora os primeiros tenham mais poder. Neste sentido, está se considerando a heterogeneidade do campo político a partir da noção de espaço social em disputa de Bourdieu (1996, 1989). O Estado é um espaço de poder por excelência em que os agentes se movem de modo a exercer influências e garantir que seus interesses prevaleçam. Concorde-se ainda que numa sociedade capitalista como a brasileira, aqueles agentes que historicamente acumularam mais poder (político, econômico e cultural) possuem mais poder de influenciar o Estado e, mais precisamente, os agentes políticos. Entretanto, como aponta o próprio Bourdieu, isto não significa que o embate das forças não possa transformar ou modificar os espaços. Portanto, o conflito em pauta ilustra um desses momentos de inflexão na história, em que grupos sociais com menos poder no contexto do campo em conflito conseguem virar o jogo. Embora, como já se disse, é uma resolução pontual, uma vez que há vários focos em conflito na cidade, em especial, ligado às disputas territoriais envolvendo direito de moradia, onde os coletivos afetados não tem tido o mesmo êxito.

Neste sentido, Kowarick (2009) num texto mais recente aponta que o debate sobre a lógica de descentralização dos centros urbanos nas grandes cidades precisa um olhar mais complexo. Para o pesquisador, há que considerar as especificidades de cada cidade e exemplifica com o fenômeno de descentralização na cidade paulista. A organização dos movimentos populares naquela cidade juntamente com a conjuntura política favorável, qual seja, o governo petista nos primeiros anos de 2000, possibilitaram investimentos (revitalização) na área central da capital simultaneamente com o capital econômico se transferindo para outras regiões. A revitalização de algumas áreas do centro ocorreu juntamente com a melhoria das condições de moradias populares. É claro, reconhece ele, esta intervenção dando novo sentido ou papel a áreas centrais acaba por valorizar estas e novamente corre-se o risco da especulação imobiliária que poderá excluir os trabalhadores desses locais. Todavia, demonstra que o mesmo fenômeno pode ser concretizado de formas diferenciadas pelo ente público.

Silva (2001b, 2002), semelhante à Kowarick (2009), analisa como certos governos, como o petista em Porto Alegre, abriram canais para a participação popular por meio do Orçamento Participativo. Pode-lhe igualmente ser atribuída uma série de infraestrutura nas periferias apontada por Rocha (2007), e que uma das entrevistas confirma

“Quando andava o Olívio na prefeitura, aí a coisa andava muito diferente, (...), era Tudo limpinho, acesso por acesso, hoje não tem isso, hoje é uma briga, a gente briga com eles direto sobre isso aí. Eu penso o seguinte, eles vão na televisão e falam de saúde, mas se não tiver esgoto, água, luz, não tiver coleta de lixo correto, como vão falar de saúde? (liderança de morador, nº4).

Ou seja, pode haver diferentes níveis de proximidade, o governo atual está acolhendo mais as reivindicações do “Movimento em defesa do Morro”, mas apesar das tensões da época do conflito, o ente público tinha algum grau de relação (ainda que menor). Haja vista o esforço dos deputados de tentar incorporar no projeto de descentralização da fundação na agenda de reivindicações do movimento de resistência. Os jornais mencionam que a cada votação era refeito alguns aspectos e paulatinamente o governo ocupava as duas mídias pesquisadas para dar mais explicações do projeto. Independente de serem adequadas ou não isto evidencia que há uma relação. Certamente no novo governo se modificou substancialmente a relação, considerando que parte das lideranças destes movimentos ocupa cargos no governo.

Assim, concordasse em parte com Carneiro (2005a) e Carneiro, Leites e Tavares (2010) sobre o papel do Estado atuando para garantir o acúmulo do capital econômico⁸⁹, concentrando altos investimentos ambientais para garantir o crescimento capitalista. Contudo, este mesmo papel não é uma realidade imutável, está em disputa, e a direção seguida de diferentes agentes públicos que o representam depende em grande medida das forças políticas em jogo.

Acredita-se que o conflito social em análise torna-se ilustrativo não só da produção urbana desigual de Porto Alegre, mas também explícita que nem a sociedade nem o poder público são realidades homogêneas (Silva, 2012). E mais, que as populações afetadas não são passivas. Há uma estrutura assimétrica de poder que estrutura a realidade de determinada maneira, inclusive em termos de reprodução simbólica. Mas a perpetuação dessa realidade depende da capacidade de ação do conjunto de agentes envolvidos, de seu capital social e político de operar mudanças. Ainda, retomando Gramsci, argumenta Alves (2010),

é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente

⁸⁹ O próprio Kowarick (1980) n o livro “A Espoliação Urbana” é muito mais crítico com relação a atuação do poder público.

pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional (2010, p.74).

Se por um lado as entrevistas revelaram alguns aspectos em que os moradores comungam da lógica dominante no que diz respeito à perspectiva da evolução, crescimento e desenvolvimento, atestado nas crenças de frases como “não se pode ser contra o crescimento” ou então “ser contra que a cidade evolua”, de outro, afirmam seu direito de moradia e lutam por ela. Digamos, há uma visão dominante hegemônica, em disputa e que circula/reproduz nas mídias oficiais, escolas, famílias como diria Bourdieu (1989); mas não são pressões externas em si somente, são internalizados e coexistem de forma contraditória, podendo ser interrogado pela ação política, que no caso se traduziu no conflito que aqui denominamos de socioambiental.

Na visão de Alves (2010), poder-se-ia dizer que o movimento intitulado “em defesa do morro Santa Tereza” seria um movimento contra-hegemônico que busca desconstruir aspectos culturais, simbólicos e práticos da lógica dominante. E que foi potencializado com a aproximação de diversos coletivos, moradores locais, ambientalistas, sindical, movimento pelo direito à moradia, Levante da Juventude, MST, etc. Tal aproximação possivelmente além de dar mais visibilidade às reivindicações dos moradores qualificou as estratégias, as práticas e discursos de resistência adotados.

4.2.1. O grupo intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza” e a(s) visão sobre o poder público no conflito

Para os agentes identificados com o movimento de resistência à venda do terreno da FASE, apesar da heterogeneidade entre si, afirmam que o executivo estadual ao colocar à venda não considerou os moradores. Um dos moradores, líder há anos numa das comunidades questiona a lógica de transferir as famílias pobres para locais distantes, periféricos como no Bairro Restinga:

e esse povo vai pra onde, vai morar a onde? Lá pros confins da restinga, não é porque seja um lugar longe, mas pensa bem, bota a cruzeiro a vila gaúcha, todas essas vilas juntas lá o que vai ser um barril de pólvora. (...).Porque a pessoa que mora aqui dentro perto do centro, sai daqui pega um carrinho de manhã, chega de noite em casa já tem um dinheirinho para comprar um pão, uma carne, um leite, e lá naquela distância se tu não tiver dinheiro para a passagem, o que tu vai fazer?Tu vai ficar lá, não vai poder fazer nada e o que vai acontecer?(...) Vão roubar, vão assaltar, sem saúde né, esgoto muito mal(...). (Liderança morador nº 4).

Nesta fala aparece referência a ameaça de despejo em função do conflito do “Morro Santa Tereza”, mas também ele cita outras vilas da região (da Grande Cruzeiro) que igualmente vivenciam pressões por parte do poder público. Evidenciando a tensão que toda a região está submetida em função das obras da Copa 2014, com ameaças de despejo para alargar ruas e avenidas para realizar a infraestrutura pública projetadas na região. E mais, a acusação de que o ente público tem atuado para efetivar ações que beneficiam certos grupos, o capital imobiliário. E aponta possíveis efeitos sociais de tais processos, como as condições precárias da Restinga (periferia), onde ordinariamente se impelem as populações removidas de áreas centrais, região distante sem infraestrutura pública adequada para acolhê-las, além de muitos problemas sociais, ambientais, culturais e econômicos existentes naquele território.

Outra moradora local, referindo-se as atuações do poder público e da especulação imobiliária na região, afirma que apesar da vitória parcial sob seu ponto de vista, há ainda riscos:

“a especulação imobiliária, vem a copa aí, já pensou nos prédios? Querem montar grandes estruturas, montar restaurantes, museus, o que mais que tem agora, centro de convenção acho que é esta a palavra que vão montar lá no morro. Imagina quanto de dinheiro isto não vai dar, pobre morando em área nobre, não vai dar certo.”(Liderança moradora nº 1).

A presente pesquisa foi delimitada no espaço temporal até julho de 2010 com o desfecho e retirada de pauta de votação da Assembleia Legislativa. Apesar de ser exposto nas entrevistas este recorte temporal, os entrevistados não deixaram de apontar aspectos novos que vieram a ocorrer com relação a sua situação naquele espaço urbano. Entre elas, vários destacaram a preocupação de criar um parque antes de realizar a regularização fundiária, e ainda, questionaram a proposta do governo estadual de criar um centro de convenções na área das pedreiras (local parte do conflito).

Os discursos dos moradores apontam, de um lado, a percepção de que a desistência da venda por parte do governo estadual está distante da garantia por si só de permanência no local. De outro lado, assinalam o imaginário do poder público como sinônimo de muitas promessas não cumpridas, logo explicitamente ou não, aparece uma desconfiança com o compromisso assumido pelo Executivo de regularização fundiária. Ainda, acusam o ente público, municipal e estadual, de atuar comprometido com aqueles setores mais “ricos” da sociedade, desconsiderando as reivindicações da população local como o direito à moradia, transporte, saúde, eletricidade entre outras reivindicações.

Outras duas lideranças da Comunidade (nº5 e 6), área que envolve residências dos trabalhadores da FASE, informam que não é a primeira vez que sofrem pressão para serem despejados. E argumenta que isto se deve ao local, uma área bem localizada, com valor de mercado, arborizada e de frente para o rio Guaíba. Afirmam igualmente que na época do governador Brito houve tentativa de venda, mas não avançou, porém a proposta retornou de alguma forma com o governo da Yeda.

“agora o da Yeda sim, acho que é uma coisa que havia uma determinação no governo na época de vender por causa da copa, a gente tem certeza absoluta que foi isso, tanto é que já existia um projeto, edifícios de mais de vinte andares, um absurdo, quer dizer, quem tá lá em cima não ia conseguir nem, enxergar.” (liderança de moradores nº 5 e 6).

Na perspectiva destas lideranças a área veio se valorizando ao longo das décadas, e no governo Yeda, que estaria a serviço dos interesses empresariais, prevendo a valorização do espaço novamente estaria colocando à área à venda. Ainda, nesta entrevista se dá conta da relevância da paisagem e de dimensão estética, pois refere que as vilas perderiam a vista do rio Guaíba. Aliás, este depoimento tem afinidade com outra entrevista ao asseverar que a maior parte da população fica de costa para o Rio Guaíba (ambientalista entrevistado nº4). É interessante que as moradoras trazem a dimensão histórica da pressão do poder público e privado sobre a região, confirmado por outros estudos naquele espaço, como o de Comin (2010)⁹⁰.

Esta dimensão da atuação da especulação imobiliária é presente em boa parte das entrevistas dos que estavam aliados ao grupo intitulado “defensor do Morro Santa Tereza”. E uma delas aponta o aspecto do poder econômico mundial interferindo na produção dos espaços urbanos de Porto Alegre, ou seja, que os projetos de reforma da legislação e de urbanização modernizante local não são isolados, afinal segue um padrão no mundo todo. Afirma um dos entrevistados

“Porto Alegre tá passando por uma cirurgia plástica, ela vai ter uma nova cara né. Só que não nos chamaram pra decidir. Eu te digo “cara”, essa cara tá vindo pronta. Essa cara vem de um cardápio internacional da cidade né. Ela não é nossa imagem, não é uma imagem construída aqui. Ela tá num formulário de algum lugar que não é o nosso.” (Liderança ambiental nº 1).

Esta dimensão está presente uma vez que o Comitê da Copa tem realizado reuniões constantes na Grande Cruzeiro, onde são apresentados exemplos de atuação do setor

⁹⁰ Certamente que parte da inflação atual é percebida em toda a cidade e de modo geral no país fruto da expansão da construção civil que vem ocorrendo nos últimos anos, em parte oriundo de políticas habitacionais do governo federal.

imobiliário e do poder público em outras cidades que sediaram eventos mundiais de esporte. Quer dizer, se o poder econômico mundial constrói alianças com o poder local (econômico e político), também os movimentos sociais, populares e ambientais num mundo globalizado fazem esta articulação.

De fato, o questionamento dos valores do imóvel e a dimensão de morro (área ambiental) na opinião de um sindicalista entrevistado (nº1) e de um ambientalista (ambiental nº 3), foram os lemas da Campanha “em defesa do morro Santa Tereza” que ajudaram a conquistar apoio de amplos setores da sociedade que se posicionaram contrários à venda. Aliás, a própria OAB e o Ministério Público reveem posicionamentos, além da própria base parlamentar do governo Yeda recua frente a questionamentos deste tipo, avaliam estas lideranças. Procuramos, argumenta um dos entrevistados (liderança sindical nº1), diferentes espaços da sociedade civil, Ministério Público, OAB, e deputados para conseguir apoio:

“A própria base de deputados da governadora da época pediram vistas ao processo. Então quer dizer, a gente tencionou, conseguimos, só para ter ideia o projeto se alastrou por nove meses (...). Nós conseguimos mobilizar com outras organizações e movimentos, abrimos uma linha de frente de discussão com a comunidade, quer dizer com as associações de moradores, funcionários da fase né. Com o setor do judiciário que cuidava dos menores e estava vendo nisso uma oportunidade de se capitalizar e de fazer o que não se conseguia fazer(...). Não que o judiciário tivesse interesses, era outros interesses, mas eles não haviam considerado.”

Ainda, o outro entrevistado (liderança ambiental nº3) aponta que se por um lado o Executivo (governo municipal) tem agido mais permissível com a questão ambiental em Porto Alegre, há o poder Legislativo que tem colaborado com isso ao flexibilizar e modificar as leis municipais e o próprio Plano Diretor aprovado. O levantamento destas diferentes falas tem relevância no presente trabalho, pois, elas apontam como são articulados os aspectos cotidianos (as dificuldades e falta de acesso ao conjunto de políticas públicas) com a organização coletiva para buscar sua superação. Ou seja, evidenciam a capacidade dos envolvidos analisarem sua situação, construindo a partir daí suas estratégias de luta e resistência. Possibilita ver também que há mudanças nas próprias perspectivas dos agentes sociais por meio da convivência com outros coletivos. Ainda, estes discursos possibilitam ver como estes se articulam frente aos outros campos, tais como, no interior do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Com isso, pode-se dizer que há relações de poder estruturado de modo assimétrico de modo que os indivíduos não tenham o mesmo poder discursivo de expressão e imposição. Ainda, há uma tendência de o ente público agir em benefícios daqueles dotados de mais

capital econômico. Entretanto, como mostra Kowarick (2009), esta tendência mundial de produção da cidade, concentrando investimento em benefícios dos mais ricos, existe, mas não se aplica as diferentes realidades de modo uniforme. Aliás, o caso do Morro é ilustrativo neste sentido, pois diversos estudos apontam o crescimento da especulação imobiliária e com as obras da Copa-2014 se tem produzido a exclusão de moradores populares em muitos locais da cidade, mas o desfecho neste caso de conflito socioambiental foi diferente.

Certamente a atuação do poder público não é unidimensional, reflete as contradições da cidade, de modo que nem sempre são previsíveis as direções seguidas. Ora, de um conflito com ameaça de despejo das populações entre 2009-2010, hoje, com a mudança de governo, está-se num processo de regularização fundiária no local, embora não significa que não surjam novas questões. Entre elas pode-se destacar aquilo que Caldeira (2008) e Silva (2001b) apontam, qual seja a ampliação do acesso a políticas públicas, como pavimentação, luz elétrica, pode levar a novas exclusões em função do aumento de custos da manutenção da moradia. Logo, o campo político assim como o campo ambiental é fundamentalmente um espaço social em disputas, que tem especificidades e aspectos comuns, sendo perpassados por outros campos como o econômico e o cultural.

O caso do campo em conflito aqui apontado como campo de conflito socioambiental há um entrecruzamento destes diferentes coletivos citados, que disputam entre si visões de mundo e práticas, e buscam estratégias para exercer suas influências sobre as decisões do governo e na mídia. Para alguns coletivos como os empresários há canais mais abertos como o da mídia e do próprio governo; aos movimentos populares é pela mobilização e pressão social nas ruas que conseguem espaços maiores para afirmar suas pautas. No caso estudado, mais um exemplo a ser mencionado é a estratégia utilizada de procurar apoio de diferentes agentes: como os políticos (deputados, vereadores); organizações civis como a OAB e ONGs; do campo judiciário (Ministério Público); e espaços de mídia como os blogs (já citados) para potencializar e ampliar apoio.

As entrevistas com estes grupos revelam por um lado que os coletivos veem o poder público (municipal e estadual) reproduzindo os interesses dos agentes econômicos e políticos. Entretanto, a maioria, ambientalistas, lideranças das comunidades, representantes de movimentos populares acreditam que aquele agente pode agir diferente, em especial pela pressão dos coletivos organizados, realidade reconhecida por diversos pesquisadores (Canclini, 1984; Silva e Oliveira, 2011). Apenas um dos entrevistados destacou não acreditar em saídas dentro do sistema capitalista, afinal mesmo que o Estado venha a concretizar a regularização fundiária e a implementação do conjunto de políticas urbanas no morro, esta

ação tende a valorizar em termos mercantis a área forçando a saída destes moradores mais pobres posteriormente (Assessoria Outros, nº1).

Ainda, com relação ao papel do poder público, se os ambientalistas envolvidos no conflito estudado são muito críticos do modo como os governos (municipal e estadual) têm promovido suas intervenções urbanas, de outro, todos concordam que esfera Estatal ainda é relevante para produzir o que aqui se poderia convencionar de justiça ambiental ou então socioambiental (a nosso ver). Já se mencionou que dos cinco entrevistados ligados ao movimento ambiental que atuaram no movimento, objeto de estudo, quatro destes colocaram como primeira prioridade uma gestão mais participativa, ou melhor, ampliar a participação nas decisões: “realizar planejamento urbano mais participativo”.

A seguir, será analisada a perspectiva sobre da atuação do ente público daqueles que defendiam a venda do terreno.

4.2.2. Defensores do projeto de venda do terreno e a(s) visão sobre a atuação do poder público no conflito

Aqui será analisada a perspectiva daqueles que concordaram com a intervenção estatal e a proposta de venda ou permuta, ou ao menos não se manifestaram contrários. Não se trata de discutir a posição em si, mas analisar a visão que se tem do poder público no caso do conflito.

Já se mencionou que em função da dificuldade de entrevistar os agentes sociais ligados ao ente público estadual da época e mesmo do município, assim optou-se, de forma complementar, pela revisão de jornal Zero Hora e Do Comércio entre dezembro e junho de 2010. Neste período houve manifestações permanentes de representantes do executivo estadual e de deputados com relação ao projeto nas duas mídias. Logo, foi possível identificar muitos dos olhares destes que defendiam a venda com relação à dimensão socioambiental que aqui se convencionou chamar de conexão dos aspectos sociais e ambientais, como também em relação ao papel do poder público a respeito.

O argumento central utilizado para o projeto de descentralização era atender a legislação federal, o Estatuto da Criança e do adolescente (lei 8069/90), destacando-se a manutenção dos menores próximos de suas residências e condições adequadas para seu desenvolvimento. A PL 388/2009 inicia dizendo “Autoriza a Fundação de Atendimento

Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul - FASE a alienar ou permutar imóvel situado no Município de Porto Alegre”. Na sequência do documento é descrito o imóvel.

Diferentes figuras públicas aparecem no jornal falando na defesa do projeto, além do secretário estadual ligados à Secretaria da Justiça e Desenvolvimento social, Fernando Schuler, assessores da Secretaria e presidente da FASE, também juízes ligados à Vara da Infância e Juventude, e alguns columnistas de jornais parecem assumir a defesa do projeto. A própria OAB faz um evento para discutir e apoiar a iniciativa, segundo notícia dos jornais.

Assim, por um lado o apoio ao projeto emerge da ansiedade de muitos agentes sociais ligados a esta área em não conseguir resolver os problemas com estes menores infratores desde os anos 90. Quer dizer, o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente emerge a partir de movimentos sociais em busca de respeito aos direitos humanos (como mais um dos instrumentos), o que motivou o rápido apoio de vários segmentos da sociedade, entre os quais o judiciário. Entretanto, a proposta do governo não considerou que o projeto poderia vir a ferir outros direitos humanos como o da moradia (Estatuto da Cidade). De fato, esse tipo de contradição entre garantir direitos para certos coletivos pode se chocar com outros, não seria o primeiro caso. Além disso, desconsiderou os princípios da gestão moderna que reivindica a participação ampliada dos agentes envolvidos.

Neste caso, possivelmente o envolvimento dos moradores locais, os trabalhadores da Fase e os ambientalistas (ao emergir o debate das áreas verdes) poderia ter sido contemplado na constituição do projeto. Ou seja, poderia ter sido construído de forma mais participativa e quiçá evitar parte dos conflitos. Por outro lado, ao mesmo tempo que a Constituição Federal priorizou a participação da sociedade nas decisões de políticas públicas e a maioria das áreas tenha regulamentados os espaços de gestão compartilhada (conselhos de gestão), isto ainda está em processo de implementação. De fato, passado mais de 20 anos que entrou em vigor a Constituição de 1988 que inovou sobre esses espaços de participação da sociedade, boa parte das decisões do ente público acaba nem passando nessas instâncias (Nogueira, 2005; Gohn, 2003, 2004). Podem-se exemplificar estes limites por meio da ausência do conselho estadual e municipal de meio ambiente no debate, mesmo após aflorar os aspectos ambientais envolvidos no Morro.

Aparentemente o governo somente após várias mobilizações começa a incorporar alguns aspectos reivindicados. Em abril de 2010 aparece na mídia respostas do governo com relação aos questionamentos. Estaria se comprometendo, em resposta as pressões do movimento de resistência e dos deputados (e não apenas da oposição), a criar uma comissão juntamente com a fiscalização do Ministério Público para acompanhar o processo de

descentralização e a garantir os direitos dos Moradores. De fato, argumentou um funcionário da Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre, de que o governo nunca negou o direito à moradia. Além disso, segundo o jornal Zero Hora de 28/04/2010, se comprometeu a garantir as áreas de preservação ambiental. A reportagem afirma:

1) o endosso ao projeto do governo veio á tarde, na reunião realizada na Secretaria da Justiça e desenvolvimento social. No encontro foi divulgada uma nota de apoio assinada por representantes do judiciário, do Ministério Público, da defensoria publica, da Ordem dos Advogados do Brasil, e do Conselho Estadual dos direitos das crianças e dos adolescentes (CEDICA). 2) O documento afirma que o projeto é uma rara oportunidade de avançar na construção de um sistema socioeducativo moderno e inclusivo. Também defende a preservação dos direitos de moradia para as comunidades instaladas na área e afirma que a urbanização regulada é a melhor alternativa para proteger o patrimônio ambiental. 3) A equipe responsável tem longa experiência e com alta competência. Toda a ação vem sendo planejada há três anos e deve trazer resultados importantes, inclusive para as comunidades que lá habitam, disse Fernando Schuler, Secretário da Justiça e do Desenvolvimento Social. (Zero hora, 28/04/2010)⁹¹.

Conforme já foi dito, a partir de fevereiro são constantes referências no Jornal Zero Hora e Do Comércio, sobre o caso da venda do terreno da FASE. Esta longa citação separada em três pontos nos permite analisar a visão destes agentes sobre o papel do poder público e aponta as alianças e estratégias utilizadas para encontrar apoio na sociedade. O grupo que apóia são instituições com grande prestígio na sociedade (OAB, Ministério Público, CEDICA)⁹² e conta com amplos espaços na mídia para divulgação. Isto aponta para a exploração da dimensão simbólica de autoridades e instituições sociais apoiadoras do projeto.

O segundo aspecto a ser elencado é a afirmação de que se trata de um projeto de “raro avanço”, o que remete para a ideia introjetada na sociedade de “evolução” da época moderna, no contexto de revoluções tecnológicas permanentes. Ainda, um projeto “moderno”, o que parece induzir de que é algo naturalmente bom, aliado com o termo “inclusivo”. Esta expressão muito utilizada na atualidade nas políticas públicas e visto positivamente, pode ser compreendido como o contrário de estar fora.⁹³

O terceiro ponto diz respeito ao tempo de elaboração do projeto, o qual teria levado três anos. Mas quem participou da elaboração? Quer dizer, os trabalhadores da FASE (afetados diretamente) e seus representantes não haviam sido procurados até este momento, mesmo participando de um evento na Assembleia Legislativa em dezembro/2009

⁹¹ A colocação de numeração foi posta pela pesquisadora para fazer análise.

⁹² A dúvida é se a posição é do conselho ou apenas da Presidente.

⁹³ Embora já se tenha reflexões críticas do debate pós-moderno de que incluir pressupõe alguém destituído de poder e mais, incluir em que e para que?

denunciando as condições insalubres da fundação. Certamente que estas condições precárias vem há tempos⁹⁴ sendo debatidos por este coletivo sindical. Além do mais, se a ideia era descentralizar e vender porque até o momento não havia sido discutido a situação com os moradores, outro coletivo afetado. Por último, pode-se mencionar o termo “Urbanização regulada” citada, o que não é o mesmo que “regularização fundiária” proposta pelo movimento de oposição ao governo.

Com isso se evidencia a disposição para ampliar a participação nos debates e nas decisões dos governos e das políticas públicas. Se foi gestada por um período longo, percebe-se que o discurso de participação é mais formal que prático. Isto remete aos debates de Diaz (2011) sobre a concepção de participação pela gestão pública de Barcelona nas reformas urbanas, e remete ao Brasil com seu recente processo de democratização (últimas décadas), o qual abriu diversos canais de participação, mas ainda restritos numa cultura política centrada em princípios autoritários e clientelistas (Nogueira, 2005; Gohn, 2003; Gonzáles, 2000). Apesar da garantia legal de participação e de instâncias (conselhos) deliberativas, são poucas as experiências que se abrem para a participação efetiva, de maneira geral isso ocorre sob muita pressão dos agentes sociais afetados e não ouvidos.

Na mesma reportagem, ainda aparece entre os compromissos assumidos pelo Governo, a instalação de um comitê externo para acompanhar o processo todo, desde a descentralização como a resolução das questões de moradia e ambiental. Sendo citados os participantes: Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público Estadual (MP), Assembleia Legislativa (AL), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Contas (TC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDICA) e representantes dos servidores da FASE (Zero hora, 28.04.2010). Exceto representantes dos servidores, neste comitê só aparece aqueles agentes dotados de grande prestígio e que não se posicionaram abertamente contra o projeto de venda. Ou seja, os moradores e ambientalistas não teriam acesso a princípio.

Com isso, retoma-se o debate proposto por Dagnino (2004) sobre os termos semelhantes utilizados para direitos sociais e participação. Quando se consolida os conselhos de gestão, em especial a partir da Cf. 88, eles têm diferentes significados para os envolvidos. O governo da Yeda Crusius e seus representantes ao proporem um comitê externo estão propondo uma gestão participativa, mas certamente não é o mesmo conceito de participação defendido por aqueles ligados ao movimento de “defesa do morro”. Se há tempos vinha

⁹⁴ Entrevista com a funcionária da FASE (liderança morador nº 6) também menciona os problemas insalubres de trabalho.

sendo construído o projeto, porque não foi apresentado antes para ampliar o debate e construir alternativas coletivas com o conjunto dos envolvidos. Há que mencionar que mesmo o atual governo apesar de avançar em direção a regularização fundiária, e com portaria a respeito, com relação ao parque foi criado uma comissão de estudo sem a participação de moradores.

Além disso, ele apresentou recentemente a proposta de um Centro de Eventos no local, provocando a contrariedade do coletivo do Morro⁹⁵. O mesmo vale para o termo inclusão, ainda que polêmico, ora inclusão de um direito (o dos adolescentes) em detrimento da perda de um outro, qual seja, de moradia daqueles que residem na área da FASE, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. São alguns exemplos das contradições presente e que se refletem nas atuações do governo, mas que também tem origem nas contradições sociais do conjunto dos campos.

A ênfase na ampliação da fiscalização e legislações mais duras tem a ver com uma determinada visão de Estado, bem como, relaciona-se ao imaginário de como se produz a segurança jurídica. A própria regulação social (citada no jornal) não é o mesmo que a defesa da regularização fundiária dos moradores. Na visão do governo e seus adeptos diz respeito a controlar o espaço, mas os moradores referem-se a concretizar seu direito de posse oficial (segurança de não ser despejado) e acesso ao conjunto de políticas públicas (luz, água encanada, rua pavimentada, recolhimento de lixo, etc.). Assim como a palavra sustentabilidade é empregada como óbvia embora tenha significados diversos a partir da posição de quem enuncia; também as referências ao termo “regularização Fundiária” e “regulação” pronunciada por agentes sociais em posição social diferenciada não representa necessariamente sentidos semelhantes.

Estes agentes colocados neste grupo defensor da proposta de venda da FASE partilham uma visão bastante tecnicista de resolução dos problemas e conflitos. Tendem a ver a resolução das tensões na lógica do Estado Mínimo, mais fiscalizador e policialesco que promotor de políticas sociais (Castel, 2005); mais defensor da ampliação da parceria público e privada na execução de projetos, do que de fato participativo e democrático na própria concepção das políticas públicas. O jornal faz referências ao debate em curso no interior da esfera governamental de como seria a gestão destes novos espaços descentralizados, antes mesmo de ser aprovada a proposta da descentralização da fundação do “Morro Santa Tereza”.

⁹⁵ Frente a pressões de moradores e ambientalistas, o governo tirou de pauta a proposta.

Outro aspecto que apareceu em duas entrevistas, com o representante institucional do Legislativo (nº2) e do Executivo (nº2) consiste em focar o conflito ocorrido predominantemente como resultado de disputa política-partidário. Diz um deles:

“o conflito que lá emerge é em grande parte resultado da disputa, digamos de partidos políticos que inflaram a oposição ao governo. O conflito foi mais uma disputa partidária. De fato, não haveria destinação sem negociação. A simples existência das comunidades exigia outras alternativas.” (Institucional Executivo nº2).

Certamente que a perspectiva de ser um ano eleitoral influenciou no rumo e nos resultados do conflito, a própria divisão na base aliada a então governadora Yeda vacilou. Esta conjuntura política é reconhecida por algumas lideranças ligadas ao movimento social. Contudo, a diferença entre as visões reporta-se a quem de fato encarna o papel de protagonista em face do movimento de resistência. Os defensores do governo não vêem os moradores como os protagonistas do desfecho, pois que enfatizam os parlamentares da oposição que se utilizaram disso, aliado com “ambientalistas radicais”, (expressão utilizada por institucional que não quis ser identificado). O institucional do Legislativo (nº2) atribui à oposição e a algumas fragilidades na própria base aliada da governadora a derrota em aprovar o projeto, embora reconheça outras resistências, como dos moradores.

“O que era ali, era entregar aquela área nobre, entregar é mesmo o termo, para a iniciativa privada, eles iam ter o compromisso de fazer diversas unidades regionais da FEBEM⁹⁶. Que é a tendência dos sistemas penitenciários (...). É claro sofreu oposição, resistência do PT que era a oposição mais forte (...), sofreu uma resistência da sociedade civil, daí tinha as questões dos moradores (...). Tudo o que tu vai fazer mudança tem resistência.”(Institucional Legislativo nº2).

Desse modo, ao mesmo tempo em que esta pesquisa aponta uma heterogeneidade no campo político também se visualiza aspectos estruturais comuns, de modo que os agentes sociais em instâncias diferenciadas, esfera Municipal e Estadual e Legislativo, reproduzem discursos semelhantes sobre como deve ser a intervenção pública. Estes agentes partilham uma concepção de Estado neoliberal que se consolidou no país de maneira quase concomitante com o momento em que se firma um conjunto de direitos sociais universais para aqueles grupos sociais historicamente considerados “desqualificados”. Digamos, para expressar esta contradição, ao mesmo tempo em que se consolida o direito de uso social do espaço urbano se intensifica a especulação imobiliária que inibe o acesso das camadas populares usufruírem o direito de moradia. Porém, esta dimensão estrutural se configura de

⁹⁶ Antiga Fase.

diferentes maneiras nas realidades urbanas, porque sua configuração desenha-se pelos envolvidos em disputas e que compõem a realidade local.

Outro aspecto implícito no debate sobre o olhar dos dispostos no grupo de defensor da venda ao não reconhecerem os movimentos populares como protagonistas decisivos pode ser buscado no que se entende sobre o papel do poder público e das políticas públicas. Pastorini (1997) afirma que historicamente se vê de forma binária a constituição de políticas públicas, para uns é vista como “concessão” do Estado (grupos conservadores), para outros (origem marxista ou esquerda) como “conquista” dos movimentos sociais (de diversas origens sindical, popular). A autora defende que em sociedades complexas como as atuais há que visualizar formas multidimensionais. Situações nas quais o Estado pode se antecipar a um conflito e criar uma política pública, a qual não seria concessão em si, traria implícitas tensões embora não explicitadas, no caso seria outorga. Ele atua sob pressão como no caso do Morro, mas também prevendo certas tensões pode agir antes de sua explicitação. Com isso, a autora sustenta que o conflito no sentido marxista estaria presente, mas pode ser canalizado de outros modos como negociação e outorga por parte da esfera Estatal. A seguir, a partir do exposto, será refletido sobre a intervenção local ilustrando a postura municipal de tratar as questões socioambientais.

4.2.3. O poder público local ilustra as dinâmicas espaciais sob a ótica socioambiental

Até o momento foram retomados diversos estudos que tratam sobre a história da cidade de Porto Alegre, considerando aspectos ligados a ocupação urbana, mobilização social e atuação do poder público. Ou seja, se buscou mapear as diferentes forças sociais em jogo e como se articulam. Com base neste debate, a proposta deste capítulo se propôs a analisar os discursos constitutivos dos campos sociais e como estão em disputa frente à legitimidade simbólica coletiva, a partir do conflito específico.

A reação dos movimentos sociais e populares, em especial daquelas populações mais afetadas diretamente no caso do “Morro Santa Tereza” concerne referências para a caracterização dos conflitos em toda a cidade. A especificidade do fato exitoso consiste na manutenção das famílias no local e reverter à proposição da mercantilização pelo ente público. Ainda, de conseguir fazer o próximo governo se comprometer com a regularização fundiária e ampliação de infraestrutura urbana no local, algumas das propostas já sendo implementadas como o levantamento sociogeográfico e rede elétrica.

Outra especificidade neste conflito socioambiental foi a ampliação dos coletivos envolvidos na resistência, na medida em que juntou ambientalistas, movimentos populares e sindicalistas. Esta mobilização produziu repercussões significativas na cidade, dando visibilidade ao movimento de resistência, fazendo com que a reivindicação fosse além do direito de moradia, implicasse também na preservação ambiental e na manutenção de uma área pública por meio do projeto do Parque. Se a pauta se limitasse a manutenção da FASE ou moradia dos servidores certamente não teria a mesma capacidade de repercutir e conquistar apoio mais amplo.

Do lado do governo estadual, então sob a direção de Yeda Crusius do PSDB, atuou numa retórica de uma gestão eficiente e com redução de custos aos cofres públicos. Assim a venda/permuta de um terreno e a descentralização inclusive com terceirização poderia representar uma saída para tal visão política. Quer dizer, semelhante ao governo municipal, age numa lógica privativista, considerando os limites de intervenção do ente público e difundindo a crença de que a iniciativa privada ou parceria com esta, tende a produzir resultados vantajosos. Neste contexto, não se abre o debate e o processo decisório à participação dos diversos setores sociais, em especial, dos movimentos populares. Nem mesmo os espaços tradicionais de conselhos ambientais (municipal e estadual) foram consultados ou estes se envolveram nas disputas (algumas razões já discutidas no capítulo anterior). Embora a mídia (jornais pesquisados), destaca o apoio da presidente do Conselho Estadual da Criança e Adolescentes.

O executivo estadual, por meio de sua representação de governos (secretários, assessores e diretores) limitou-se a participação em espaços na Assembleia Legislativa e pela mídia. Foram expostas diversas matérias jornalísticas (Zero Hora e Do Comércio) com destaque ao projeto de descentralização e de venda/permuta do terreno. Verifica-se que a mídia oficial (jornais mencionados e a própria RBS) se torna palco importante de poder simbólico, em especial, por meio de discursos apelativos “especialistas discutem o destino da FASE” ou ainda “um projeto do Executivo com apoio do Ministério Público e pesos pesados da magistratura” (Zero Hora, 21.01.2010). Reforçando assim o imaginário social de que as decisões passam por aqueles que são detentores de maior capital cultural (e também simbólico). Estes discursos apelando para a legitimidade de “autoridades”, referência comum nas reportagens torna-se um sinal irrefutável das disputas no campo de conflito e o poder simbólico legitimador da realidade sob a ótica daqueles agentes com mais poder.

Além disso, estes projetos se colocam para a opinião pública (via mídia pesquisada) como sinônimos de moderno e avançado; o que significa que ser contrário ou contra é algo

negativo, e rotulado de retrogrado. Esta lógica se conecta com outros discursos de entrevistas ligados a posição do governo que definem “o movimento de defesa do Morro Santa Tereza” de “minoría ambiental radical” contrários ao desenvolvimento.

Ou seja, ao longo do capítulo se mostrou que há uma afinidade entre as duas esferas de governo e as reportagens veiculadas nos jornais revisados, e que estes coincidem com a lógica majoritária de produção das políticas públicas e com os modos de tratar com as classes populares. Mostrou-se também que há especificidades dentro dos grupos, quer dizer, os governos e os servidores públicos não entendem e agem de modo homogêneo, apesar de aspectos comuns, aproximando-se da pesquisa de Silva (2012) sobre a heterogeneidade entre políticos e técnicos. E justamente estas diferenças aliadas com uma conjuntura política (ano eleitoral) e a forte mobilização popular, que fizeram o governo recuar nesta proposta.

Alexandre (2004) ao analisar a atuação do Ministério Público e do governo em Florianópolis aponta que um dos grandes problemas é a forte presença da lógica preservacionista de tratar o ambiente, não conseguindo dialogar de forma articulada entre a dimensão ambiental e a social. Concordasse com esta análise no campo portoalegrense na medida em que os entrevistados dos dois poderes públicos não tematizam a conexão socioambiental, exceto na perspectiva do social como causa da degradação (ocupações irregulares) ou como caminho para preservação ambiental (tratamento de esgoto, coleta seletiva de lixo...), referido no trabalho de Tommazio e Foladori (2001). E poderia se acrescentar as críticas de Leff (2006), que o capitalismo contemporâneo ao incorporar a variável ambiental, o faz de modo que seres humanos e natureza passam a ser categorizados na linguagem de valor mercado.

Frente a isso: como articular estas complexidades nas práticas governamentais? Seria possível conciliar o crescimento econômico com as dimensões sociais, culturais e ambientais implícitos na visão oficial do desenvolvimento sustentável? Há inúmeros debates que se buscou apresentar ao longo dos capítulos que ilustram a complexidade em torno do cruzamento das questões sociais e ambientais e os desafios coletivos que se lançam num mundo cada vez mais heterogêneo, com crescentes problemas sociais e ambientais. Onde as respostas unidimensionais e pouco participativas são inadequadas e insuficientes.

A crítica apontada por Rocha (2007), de que o poder público em Porto Alegre não consegue enfrentar os problemas da cidade de forma mais articulada, envolvendo o conjunto das secretarias, também pode ser aplicado ao caso estudado. O Executivo estadual e o próprio judiciário para melhorar as condições desumanas dos menores da FASE (inclusive descentralizar cumprindo a legislação do Estatuto da Criança e Adolescentes) não

consideraram a outra dimensão: a área ser habitada por famílias populares que tem seu direito garantido segundo a função social da cidade (Estatuto da Cidade), coincidindo com os resultados de Alexandre (2004) no contexto do Ministério Público em Florianópolis. E, igualmente não consideraram a questão da preservação de áreas de vegetação nativa e espécies de animais, áreas de encostas (Áreas de Preservação Permanente). Com isso, ainda que o governo municipal não tivesse agido com má fé, apesar da acusação por vários dos entrevistados, esta forma de intervenção fragmentada acaba por facilitar a intervenção mercantilista (Rocha, 2007) e a promover políticas públicas inadequadas aos anseios da população beneficiada (Davis, 2006).

Nesta direção, cabe destacar que este conflito socioambiental estudado tem semelhanças com outros casos como o do Morro do Osso, em vigor desde 2004 na capital gaúcha. Em 1994 foi criada a Unidade de Conservação Ambiental, conhecida como o “Parque ambiental do Morro do Osso”. Segundo análise de Fuhr, Gerhardt e Kubo (2012), há um conflito do tipo socioambiental em jogo: de um lado há uma ação judicial em andamento, onde o executivo municipal busca comprar o resto da área de vegetação nativa a ser preservado, que está nas mãos de proprietários privados convivendo com a supervalorização dos imóveis. De outro, desde 2004, os índios kaingang ocuparam o espaço alegando que a área lhes pertence, e como resposta o gestor municipal entrou com uma ação judicial para retirá-los. Ainda, apontam que desde os anos 70 o setor imobiliário e da construção civil tem tentado se apropriar do local, dando origem ao movimento de defesa da criação do parque, encabeçado por ambientalistas, diversas ONGs e outros coletivos.

Estes dois casos, o “Morro Santa Tereza” e o Morro do Osso, apesar de suas especificidades nas formas de alianças (ambientalistas, moradores, sindicalistas), nos desfechos e nas causas que lhes deram origem, partilham a forma como o ente público produz as respostas: qual seja dificuldade em conceber as práticas públicas a partir da complexidade das sociedades atuais. Apesar dos discursos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões (social, ambiental, cultural, econômica) estar presente, largamente citada nas legislações e em documentos públicos, e no próprio imaginário social, elas não se efetivaram em termos práticos. O caso da venda do terreno da FASE pode ser visto como um exemplo típico destas limitações (e não apenas poder Executivo, mas no judiciário e Legislativo também), ora visando atender as políticas públicas dos direitos humanos e atender o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA se estava ferindo outros direitos coletivos, qual seja o direito de moradia (Estatuto da Cidade). Ainda, a criação do parque ambiental, cumprindo a legislação de preservação de Morro e encostas poderia colocar em ameaça a permanência de outras

tantas famílias. De modo semelhante com o caso de preservação ambiental do Morro do Osso, o qual estaria se chocando com os direitos dos povos tradicionais de permanecerem em suas terras (com seus significados simbólicos/culturais).

Assim, apesar da defesa da gestão sustentável em suas diferentes dimensões (econômico, social, cultural e ambiental) presente nos discursos de governos e organismos internacionais (já citados), há uma tendência de atuar com base na prioridade da dimensão econômica, e não está sendo diferente em Porto Alegre. Esta é uma tendência mundial como aponta diversos estudos como o caso de revitalização dos espaços em Barcelona (DIAZ, 2011) e na Catalúnia (província espanhola) como um todo (Guillén et al, 2007), e em várias cidades brasileiras (Fuks, 2001;Carneiro, Leites e Tavares, 2010).

Salvo o inegável peso dos agentes econômicos sobre o poder público, não é um determinismo aqui proposto. Apesar da difusão negativa do papel do Estado no contexto de consolidação do ideário neoliberal, segundo Dagnino (2004), este pode contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável em seus múltiplos aspectos. Kowarick (2009) mostra que o fenômeno de descentralização do centro urbano paulista, acabou produzindo, pelo protagonismo dos movimentos populares e a entrada da administração petista nos anos 2000, uma revitalização do centro visando o acesso popular de moradias, diferente do caso de São João do Del Rei (MG), onde a revitalização do centro histórico expulsou as populações para a periferia sem infraestrutura; diferente do caso de Barcelona, onde boa parte da população foi expulsa dos lugares revitalizados para sediar as Olimpíadas de 1992 (Diaz, 2011). Porto alegre, não é diferente, houve momentos e governos em que as famílias conseguiram permanecer no local apesar das obras públicas como uma comunidade na Avenida Ipiranga que produziu um forte movimento de resistência (Ferretti, 1984), e outros em que foram expulsos como nas recentes obras da Copa nas proximidades do Aeroporto. E o outro caso a ser considerado é o conflito aqui estudado, no caso, o governo estadual não estava muito aberto à participação e diálogo, mas os afetados conseguiram resistir e permanecer no local.

Frente a essas considerações, o conflito socioambiental em destaque nesta tese parece um caso ilustrativo de diversas esferas de debates que circulam nos diferentes campos sociais e que confluíram numa luta social na atualidade. Ali emergem as formas contraditórias de ação do poder público, aparecem os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos do conjunto de agentes sociais envolvidos e que representam os espaços mais amplos da cidade. Mostra também a visão de gestão e desenvolvimento sustentável em sua versão hegemônica mundial, uma vez que Porto Alegre está na rota de um evento internacional, a Copa-2014,

onde o modelo de urbanização segue padrões em andamento de outras megacidades que sediaram eventos internacionais, e a região em consideração é parte do projeto de mudança urbanística para este projeto. Mostra, sobretudo, que mesmo com a força maior de certos agentes e concepções, há resistências de outros movimentos, de modo que o destino de Porto Alegre está em construção e disputas. Concordasse com a fala de um dos entrevistados “estão construído uma nova cara para a cidade, e o futuro é incerto”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese se propôs analisar o campo ambiental, seus conceitos, contradições e disputas a partir de um caso de conflito socioambiental na capital gaúcha. A motivação por este campo teórico e empírico se produziu ao longo de vários anos como estudante e trabalhadora na medida em que se vem observado o crescimento da pauta ambiental nos diversos circuitos sociais, desde o campo acadêmico, político, cultural, nos próprios movimentos sociais e crescentes espaços nas mídias. A proliferação desta temática produziu especial interesse na medida em que se percebe nos vários debates intelectuais que apesar do reconhecimento social indiscutível na atualidade, parcimoniosas mudanças ocorreram na relação da sociedade com o ambiente. Somado a isso são freqüentes os conflitos sociais permeados por questões ligadas a esta temática. Suscitando questões como as razões pelas quais não se modificou substancialmente a degradação dos bens ambientais uma vez que no mundo crescentemente se pauta pela sustentabilidade ambiental? Afinal, o que significa a sua força e as implicâncias da adoção de noções e temáticas ambientais no contexto das sociedades capitalistas? Os impactos ambientais produzem os mesmos efeitos entre as diferentes classes sociais e países? Em países como o Brasil com problemáticas sociais gigantes, tais como baixa renda, incipiente acesso a direitos sociais, falta de saneamento, moradias precárias, etc., os problemas ambientais realmente afetam a todos independente de cor, gênero e classe social? Por que têm ocorrido no final do século tantos conflitos que se pautam por esta temática? Qual o papel do poder público e das políticas públicas no campo ambiental que se consolidou?

Ora, algumas literaturas revisadas como Beck (2010) apontam a problemática ambiental como uma questão que ultrapassa as classes sociais (cedo ou tarde afetaria a todos). Outros como Martinez-Alier (2007), Leff (2006) e Acsegrad (2010b, 2004) diferentemente, defendem que as populações mais pobres são mais afetadas. Ainda, sustentam que tem crescido os conflitos ambientais em função da diminuição da disponibilidade dos bens ambientais, e eles emergem pela apropriação (e modos) desigual do acesso aos benefícios e riscos. Estes pesquisadores mostram que há uma íntima conexão entre os problemas ambientais e sociais. E mais, de que muitos dos conflitos sociais trazem implícito o teor ambiental, até mesmo naquelas situações em que sequer se explicita a temática. De par deste debate, considerando que as conceptualizações de sustentabilidade enfatizam a articulação das dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, sendo apropriado pelos diversos agentes sociais numa teia complexa e heterogênea, optou-se pela investigação do campo

ambiental a partir de um caso de conflito que articula estas dimensões, em especial, o ambiental e o social, não desconsiderando as implicações econômicas e culturais.

Portanto, pesquisar o campo ambiental de Porto Alegre, mais especificamente como se estruturam os discursos e práticas em suas diferentes dimensões a partir de relações assimétricas de poder, perpassados por outros campos sociais (políticos, econômicos), foi o propósito motivacional da tese. Optou-se pela pesquisa do conflito do Morro Santa Tereza, uma vez trata-se de um caso emblemático: ampla repercussão e cruzamento de questões ambientais e sociais. A riqueza deste campo deve-se pelas agendas em pauta (ambiental e social), mas também pelo envolvimento de agentes sociais de segmentos sociais diversos: ambientalistas, sindicalistas, ONGs assessoria social, movimentos populares como associação de moradores, Levante da Juventude, lideranças ligadas ao MST, além do poder público, o Legislativo estadual com destaque em reportagens na mídia. Ou seja, as principais forças sociais se manifestaram direta ou indiretamente no caso, possibilitando assim fazer uma análise do conflito específico, e ao mesmo tempo visualizar as dinâmicas do espaço urbano portoalegrense, no que diz respeito ao campo ambiental e o cruzamento com as questões sociais, bem como, as relações de poder atuantes na produção da cidade dita “sustentável”.

O primeiro capítulo tratou de retomar os principais debates em torno do campo ambiental, sobre a consolidação da temática, fóruns internacionais, diversas correntes e conceitos, dentre os quais o desenvolvimento sustentável, com seus aspectos positivos e contradições. A partir desta discussão, problematizando o conceito de desenvolvimento sustentável, intentou-se analisar a interface com os outros campos, associando-se com aquelas literaturas que confirmam as contradições de um conceito que pretende sustentabilidade em suas diferentes dimensões dentro de um sistema de produção e consumo criticado de insustentável. Ainda, sob olhares daqueles pesquisadores críticos dos rumos que o conceito de desenvolvimento sustentável assumiu, considerou-se vários limitantes, tais como a incapacidade de reduzir o ritmo da degradação ambiental; crescimento dos conflitos ambientais em torno do acesso aos bens ambientais, podendo ser traduzidos em conflitos socioambientais, tendo em vista que as populações mais afetadas em termos ambientais são também mais vulneráveis em termos sociais; fragilidades da atuação Estatal frente a hegemonia do mercado; insuficiências do mercado verde e de tecnologias limpas para frear a destruição ambiental.

A pesquisa buscou evidenciar diferentes razões que corroboram a ideia de que o conceito de desenvolvimento sustentável que se tornou hegemônico sucumbiu à lógica de mercado em detrimento das outras dimensões, tais como a social, a cultural e ambiental. Sem

a pretensão de retomar todas as discussões do primeiro capítulo, se mostrou que também o Estado ao incorporar a questão ambiental num contexto de implementação neoliberal tende a reproduzir esta lógica de políticas públicas ambientais centradas no modelo do “Evangelho da Ecoeficiência” e próximo do “Culto ao Silvestre” proposto por Martinez-Alier (2007), enfrentando dificuldades ao lidar com demandas mais complexas ligadas a disputas ambientais de cunho territoriais (povos tradicionais e outros que reivindicam formas diferenciadas que a do mercado para uso dos bens ambientais) e distributivas (ligados a distribuição de renda e acesso a serviços).

Entretanto, se por um lado se reconhece a presença da força de políticas ligadas à primeira fase do ambientalismo (culto ao Silvestre) e a hegemonia do conceito de desenvolvimento sustentável sob égide do mercado, isto não significa que não haja outras perspectivas. Existe diversos movimentos que articulam a dimensão socioambiental como o Movimento por Justiça Ambiental, e vários outros nos países periféricos como ecologismo dos pobres, ecologismo popular, etc. Martinez-Alier (2007) define por movimento crítico ou “ecologismo dos pobres” como aqueles que questionam a lógica mercantilista de ocupação e acesso aos bens ambientais. Ou seja, estas diferentes perspectivas coexistem e disputam frente à sociedade, os discursos e práticas sobre preservação ambiental e usos sustentáveis. O ente público ainda que em termos gerais se guia tendencialmente sob interesse daqueles grupos com mais poder e, no caso, associado a certos discursos (do mercado), não significa uma lógica unidimensional. A pressão coletiva pode também produzir formas diferenciadas de atuação daquele ente.

Frente às essas considerações, partiu-se de um campo ambiental estruturado em relações desiguais de poder, de modo que os agentes sociais agem a partir de posições historicamente constituídas, buscando manter ou transformar estas relações. Utilizou-se o conceito de campo de Bourdieu (microcosmos social), como tendo suas especificidades, mas igualmente perpassado pelos outros, entre eles, destacando-se o político e o econômico. O campo ambiental “em estruturação” estaria mais sensível às forças externas como o da economia e da política. Assim, os coletivos disputam práticas e discursos visando seu reconhecimento coletivo e imposição aos demais. Sendo perpetuado no campo por meio do habitus (percepções/apreciações orientadoras das práticas ou disposições) que os indivíduos incorporam ao longo da vida, reproduzindo ativamente no cotidiano e servindo de diferenciação/classificação social. A partir da compreensão Bourdiana de campo e habitus numa perspectiva relacional (nem linear, nem unidimensional), buscou-se analisar o campo de

conflito socioambiental e as semelhanças com que são tratadas as questões ambientais e socioambientais no contexto da cidade como um todo.

Considerando que o campo ambiental se estruturou historicamente na cidade gaúcha, no segundo capítulo teve-se por meta retomar diferentes pesquisas que mostram como as diversas forças sociais se organizam e articulam nos espaços sociais. Ambientalistas, movimentos sociais e populares e poder público envolvido no conflito estudado se organizaram de formas diversas: construíram alianças, práticas e discursos com certas afinidades de modo a se posicionarem em campos opostos (construção categorial). Esta reflexão pretendeu retomar as condições históricas do capital social que possibilitaram engendrar certas articulações políticas em torno do Movimento intitulado “em defesa do Morro Santa Tereza”. Com relação à análise da ação estatal e governamental objetivou-se transparecer as formas contraditórias de produção do espaço urbano, as quais com frequência têm acirrado os conflitos sociais (e os ambientais) nas últimas décadas. Ou seja, a lógica de atuação do governo estadual no caso do conflito abordado seguiu hegemonicamente sua tendência histórica de beneficiar alguns em detrimento de outros coletivos.

O desfecho do caso pesquisado foi favorável ao coletivo que em tese teria menos força no campo em conflito, qual seja “o movimento de resistência” à venda do terreno da FASE. Todavia, este resultado em favor dos movimentos populares não é regra, a tendência histórica é o favorecimento dos agentes sociais como os empresários do ramo imobiliário e de ambientalistas mais ligados ao movimento “culto ao silvestre”. Isto evidencia a não linearidade dos conflitos e disputas, o ente público está em disputa ante as diversas forças sociais, podendo atuar ora promovendo ampliação do acesso coletivo às políticas públicas, ora mais centrado na lógica privatista de ocupação urbana.

Diante da análise centralmente teórica dos dois primeiros capítulos, no terceiro e no quarto se propôs analisar o caso empírico, elucidando as especificidades do conflito socioambiental e traçando aspectos que podem ser comum a outros conflitos em Porto Alegre e mesmo mundo, considerando as diferentes literaturas aqui utilizadas. No terceiro capítulo se elucidou as forças sociais em jogo e o modo como se articularam. Optou-se pela divisão metodológica em duas tipologias: defensores da venda do terreno e contrários à venda. No seu interior intentou-se apontar as especificidades e as formas como se articularam a tentativa de angariar apoio para legitimar a posição adotada. Conferiu-se que a unificação dos coletivos é uma articulação política e não algo inevitável. Partilhar uma condição de ameaça de despejo ou de acesso público ou não aos bens ambientais não se constitui por si só uma classe social ou uma unificação coesa, como aponta Bourdieu. As condições de um capital social histórico

expresso na proximidade de ações conjuntas de outras experiências entre ambientalistas, sindical e movimentos populares, habilidade destes agentes sociais envolvidos em mobilizar amplos setores sociais, somada a uma conjuntura política favorável: contexto de ano eleitoral; forte oposição sindical ao governo Yeda; mobilizações constantes de ambientalistas contra a lógica mercantil de ocupação de áreas de preservação; todas estas produziram estratégias de mobilização que provocaram certas respostas do outro grupo (o governo e deputados), inclusive o recuo da votação do projeto.

Este conflito tem uma dimensão política muito forte própria de um ano eleitoral, entretanto, pretendeu-se demonstrar que as especificidades deste conflito coincidem em diversos aspectos com outros em vigor na cidade, qual seja, a forma de ocupação dos espaços, os sentidos diferenciados de significação do território e a quem se destina aquilo que se considera no momento áreas nobres. Ou seja, é um caso típico de cruzamento socioambiental em campos de conflito, aproximando-se da abordagem de Martinez-Alier.

Neste capítulo se procurou evidenciar as estratégias montadas por cada coletivo envolvido, evidenciando as especificidades e as tensões internas de ambos lados, confirmando a heterogeneidade daqueles. Contudo, ainda que haja diversidades no interior dos grupos aqui situados em oposição, há aspectos compartilhados que caracterizam cada lado do conflito. Ou seja, há práticas que caracteriza posições opostas (formas de alianças e entre quem elas ocorrem), perpassadas por relações de poder assimétricas, onde o grupo associado ao projeto do governo historicamente tem mais poder de influência nas políticas públicas, dimensão esta constatada também em outras pesquisas sobre a ocupação dos espaços na capital gaúcha. O poder executivo estadual, no caso do conflito, se utilizou do espaço da mídia como forma de legitimar sua posição, aliando-se a uma instituição com poder simbólico considerável, buscando transparecer a legitimidade de sua posição, como é evidenciado no destaque ao apoio dos “magistrados” (poder judiciário). O movimento intitulado “em defesa do Morro” utilizou-se de ações como ocupação de ruas e dos espaços da Assembleia Legislativa em dia de votação. Ainda, pressionou os deputados cotidianamente; investiu em marketing “defesa do morro” distribuídos em outdoor pela cidade, realizou abaixo-assinado para criar o parque (divulgando o conflito e ampliando apoio). O ente público representava outros interesses que os dos moradores e ambientalistas, ele buscava cumprir uma legislação federal referente aos menores infratores, mas acabou por provocar embate com outros direitos sociais como o da função social da propriedade urbana. Isto evidencia as contradições das políticas públicas e seus respectivos interlocutores, mostrando as diferentes interfaces e desmembramentos.

Confirma também aquilo que as literaturas apontam sobre a tendência do Estado servir aos interesses dos grupos com mais poder, inclusive o econômico.

Este capítulo também problematizou que os representantes institucionais (executivo, e legislativo) e a própria mídia formaram uma espécie de coalizão em torno da defesa do projeto de descentralização da FASE, de venda/permuta do terreno, e não reconheceram o protagonismo daqueles que lutaram pela permanência na área em litígio. Eles enfatizaram a derrota do governo como fruto principal de disputas eleitorais (deputados da oposição se aproveitando de ano eleitoral). Neste sentido, é visível a tendência de não reconhecer os movimentos sociais como capazes de manifestarem e afirmarem suas demandas (sua legitimidade). Evidencia também que neste caso está presente a aliança entre o ente público e a mídia na apropriação privada dos bens ambientais, seja no conflito e no conjunto da cidade.

Problematizou-se ainda a atuação, ou melhor, ausência dos conselhos (municipal e estadual de meio ambiente) no transcórer do conflito. Considerou-se a pertinência das discussões sobre a ampliação da participação da sociedade nas decisões públicas, através de formas de gestão participativas. Entretanto, reconheceu-se que muitos destes espaços tão somente existem para cumprir agendas formais e pouco eficazes, uma vez que o Estado sob égide neoliberal tem sido submisso aos anseios do mercado e raras vezes se abre a ampliação efetiva da participação. No segundo capítulo se aprofundou as experiências de Porto Alegre, e os desafios e limites oriundos destes fóruns de gestão criados no final dos anos 80 e 90. De modo geral se obteve muitos avanços no país com os conselhos de gestão, e o Orçamento Participativo de Porto Alegre se tornou conhecido no mundo pelo potencial democratizante e emancipatório. Uma análise mais crítica considerou a legitimidade dos espaços, mas também a necessidade de maior organização da sociedade para garantir que as decisões coletivas sejam efetivadas.

O último capítulo, à luz do debate teórico dos capítulos anteriores e dos dados empíricos sobre as forças políticas, se analisou os discursos socioambientais em jogo no conflito. A pretensão foi construir as especificidades do caso e ao mesmo tempo construir os links com os debates/disputas postos na sociedade e na academia sobre o campo ambiental, destacando a dimensão socioambiental. O propósito neste capítulo foi conectar a coincidência das posições sociais dos agentes (distribuídas por relações assimétricas de poder) com os discursos circulantes, estes constituídos por diferentes graus de legitimidade. Ou seja, explicitar que certas retóricas são dotadas de reconhecimento maior que outras, e que estas tem mais espaço de veiculação nos espaços oficiais, coincidindo com os interesses daqueles agentes com mais poder de decisão (capital econômico, cultural, político). Logo, sustenta-se,

com base em produções acadêmicas aqui consideradas que não seria tão somente desvio de percurso o “desvirtuamento” do conceito de desenvolvimento sustentável. Ele foi ressignificado pela lógica do mercado, assim como a originalidade da mobilização da sociedade brasileira nos anos 80 se transforma pelo ideário neoliberal em participação formal pouco efetiva (Dagnino, 2004).

Canclini (1984) afirma que o capital pode se apropriar das produções populares originais, transformando-a em novas fontes de lucro, como o artesanato indígena, mas isto não significa que tudo necessariamente está predestinado a isso, está no horizonte como possibilidade e em disputa ante os diversos agentes sociais envolvidos. As contribuições de Canclini (1984) são relevantes na medida em que apontam que o mundo não apenas se reproduz em favor da lógica dominante. As populações afetadas não assistem passivamente, lutam, resistem e podem conquistar mudanças nos processos urbanos em curso, como aponta o caso das mobilizações analisadas.

Silva e Oliveira (2011) e Abers e Bulow (2011) destacam como equivocadas e simplificadoras da realidade ver a relação do Estado e Sociedade como de oposição ou exterioridade, ou somente de conflitos, há outros tipos de relações “intersecções” com diferentes níveis. De posse desta reflexão, buscou-se apontar que o próprio conflito do morro tem uma relação diferenciada com o Poder Público no caso do conflito entre 2009/2010 do governo Yeda e a relação atual mais próxima, com circulação de militantes para dentro do governo, mostrando a complexidade das relações sociais de ambos os campos de poder.

Ainda com relação aos dados da pesquisa, mostrou-se que na escolha de multirespostas objetivas não ficou nítido a correlação entre posição social no caso do conflito com a classificação tipológica de perspectiva ambiental (nas três tipologias consideradas). Entretanto, o desenrolar das entrevistas possibilita realizar perfeitamente uma associação entre dois grupos antagônicos sobre a concepção de social e ambiental. Os defensores da venda, em raros momentos enfatizam o social e quando o fazem é na perspectiva negativa para evitar degradação, deixando intocado o debate sob as causas mais profundas de insustentabilidade. Ainda partilham a ausência da problematização do mercado como capaz de produzir equilíbrio ambiental, defendem ampliar a fiscalização e melhorar a gestão. Logo, estes discursos podem ser encaixados nas duas primeiras perspectivas de Martinez-Alier (2007). O outro grupo, apesar de tensões internas observadas nas entrevistas e reuniões, compartilha a crença de que a especulação imobiliária produz efeitos socioambientais perversos. Mesmo ambientalistas entrevistados reconheceram as contradições das políticas de preservação ambiental, as quais em certas ocasiões podem contribuir com a exclusão social. As entrevistas

deste grupo de resistência identificam-se com a visão de conexão entre as dimensões social e ambiental (Tommazino e Foladori, 2001). Entre as tensões observadas destaca-se, por parte dos moradores e movimentos populares que atuam na região, a defesa o direito de moradia estar acima da ideia de criação do parque. De fato, conseguiram organizar uma aliança política capaz de contornar as diferenças e manter a mobilização até os dias atuais.

Outro aspecto a ser destacado está no fato de que apesar das forças sociais estarem dispostas em oposição, certos discursos de desenvolvimento e crescimento circula em ambos os grupos. Verificou-se, em especial, entre os moradores uma identificação com os princípios do desenvolvimento sustentável como conciliar crescimento com a dimensão social e ambiental, reafirmando que há discursos com mais poder que se impõe simbolicamente e, mais, que são incorporados e naturalizados nas práticas sociais pelo conjunto dos agentes, uma ideia de uma minoria que se generaliza como se fosse a visão a maioria (e no caso, passa a ser adotada). Por outro lado, as práticas sociais e seus discursos não são imutáveis, mas ressignificados no campo em conflito, o que pode ser visualizado em uma das entrevistas quando indica mudanças que estão ocorrendo no morro: a comunidade assumindo maior cuidado com o lixo, plantando árvores e hortas. O próprio executivo municipal estaria mais presente recolhendo lixo, fazendo a fiscalização, práticas que segundo outro morador estava ausente há tempos.

Portanto, o propósito da presente pesquisa de correlacionar às posições dos agentes sociais conectada com certos discursos numa perspectiva assimétrica de poder na cidade de Porto Alegre e, no caso do conflito, se confirmou. Discursos como desenvolvimento sustentável centrado prioritariamente na dimensão econômica e seus pressupostos hegemônicos tem mais poder se comparado a outros como os ligados a justiça ambiental ou a defesa dos direitos socioambientais, e sua defesa coincidem com aqueles agentes (poder público, mídia, setores empresariais) com mais força de decisão e imposição coletiva. Desse modo, apesar da heterogeneidade dos interlocutores e movimentos sociais na atualidade e generalizando-se no interior das instâncias do poder político e dos serviços públicos, isto não significa que foram superadas as relações estruturais de opressão, desigualdades e espoliação social e ambiental nas palavras de Kowarick.

Certamente, que os conflitos atuais tem sido muito mais centrados no acesso aos bens sociais e ambientais, se comparado as lutas dos trabalhadores até a primeira metade do século XX. Mas concordando-se com Carneiro (2005) estas últimas não desapareceram, continuam sendo uma dimensão presente resultante dos efeitos intrínsecos da lógica destrutiva do sistema capitalista, qual seja apropriar-se da força de trabalho e da natureza, transformando

tudo em mercadoria (crítica também apontada por Leff, 2006). Na visão de Kowarick esta exploração do chão de fábrica se expande para os outros espaços sociais: como transporte, saúde e educação de má qualidade; condições de moradia insalubres e precárias que se soma ao que ele chama de espoliação urbana. Ainda, sustenta o autor (1980b), a esta espoliação soma-se os problemas ambientais, exposição a riscos de deslizamentos, poluição, etc., de modo que os mais carentes acessam os bens ambientais e sociais de forma desproporcional.

Nas sociedades estruturadas em relações sociais desiguais como o Brasil, também os campos sociais (Bourdieu) reproduzem estas lógicas. Assim, a visibilidade e a pauta do movimento obtiveram destaque a tal ponto de ver (provisoriamente ao menos) garantida a permanência; tais avanços não parece ser a regra no resultado dos conflitos sociais na cidade gaúcha e no país. Seria este um momento de inflexão da tendência hegemônica de produção capitalista? Considerando as contribuições de Gramsci e outros pesquisadores associados com as lutas sociais, as populações majoritariamente afetadas, podem sofrer passivamente, mas esta é uma possibilidade tão contingente quanto à organização política do movimento de resistência. E a história do Brasil, de Porto Alegre e da América Latina, em parte revigorada nesta pesquisa, tem muitos exemplos de resistência e vitória popular. As conquistas parciais da pauta de reivindicações do movimento do “Morro Santa Tereza” têm especificidades conjunturais, mas se enraíza na luta histórica dos movimentos locais de resistência contra a ocupação mercantil da cidade, em detrimento dos outros aspectos (social, ambiental, diversidade cultural).

Por último, no que tange à metodologia utilizada destaca-se as dificuldades encontradas em relação à ausência da participação do poder público na amostragem de entrevistas. Ou seja, as autoridades públicas de modo geral esquivam-se de assumir abertamente suas posições. Mas também entidades corporativas e algumas ONGs de prestígio (não ligadas ao campo político), apesar de apoio com dados não se dispuseram a gravar a entrevista, mostrando que nas cidades com teias sociais complexas, a construção de relações de confiança nem sempre selam em tempos curtos que muitas vezes exige a vida acadêmica. Isto mostra a necessidade do pesquisador estar em vigilância constante com a metodologia empregada, reconsiderando-a permanentemente, baseado nos objetivos propostos. Como diz Garcia (2004), os melhores métodos e técnicas são aqueles que melhor se adaptam a realidade que se propõe estudar. Portanto, certamente que se poderia ter enriquecido o trabalho com participação maior de alguns agentes sociais, mas a opção pela análise dos jornais permitiu a reconstrução do caso empírico do conflito sem comprometimentos estruturais dos objetivos propostos. Apesar dos limites do recorte temporal da presente tese, acredita-se que um recorte

considerando a relação do movimento de resistência (aglutinado diversos movimentos) com os dois períodos de intervenção dos governos Yeda e Tarso, poderia avançar no que se tem apontado no campo epistemológico sobre a relação dos movimentos sociais e o poder Público, afrontando também com o debate sobre a emergência das políticas públicas e o papel do Estado. Aprofundar este debate possivelmente se avançaria em discussões frequentes sobre políticas públicas como concessões, conquistas, compensatórias ou distributivas, retomados aqui muito tangencialmente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Dez 2011, vol.13, no.28, p.52-84

ACSELRAD, Henri. *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010

_____. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

_____. *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.24, n.68, p. 103-119, 2010b.

_____; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____; BEZERRA, Gustavo das N. Inserção econômica internacional e ‘resolução negociada de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: ed UFMG, 2010. p. 34-63.

ALEXANDRE, Agripa F.; KRISCHKE, Paulo J. Aspectos da institucionalização das políticas de sustentabilidade. *Revista internacional interdisciplinar interthesis*, Florianópolis, v.3, n.2, jul/dez 2006.

_____. *Políticas de Resoluções de conflitos socioambientais no Brasil*. O papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina. Blumenau/Florianópolis: edifurb, 2004.

ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: editora contexto, 2007.

ALMEIDA, Jalcione; GERHARDT, Clayton H. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente & sociedade*, Campinas, v.8, n.2, jul/dez 2005.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Debora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Cebrap, novos estudos*, 79, novembro 2007. p.151-167.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca; TORRES, Haroldo da Gama. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. São Paulo, *Em perspectiva*, v.20, n.1, p.44-60, jan/mar. 2006

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil Democrático. (Vol 14, nº1 jun) Campinas: *revista opinião pública*, 2008.

BAIERLE, Sergio. *Lutas Urbanas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo*. Porto Alegre: Cidade, 2007.

BARCELOS, Marcio. Atores, interações e escolhas: a cultura da silvicultura na área ambiental no Rio Grande Do Sul 2004 a 2009. *Dissertação*, PPGS/ UFRGS, 2010

BARREIRA, Irllys A. F. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.25 no.72, 2010.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.
BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: paz e terra, 2004.

BOLZAN, Gilmar. Participação e meio ambiente. *Dissertação*, Florianópolis:ufsc, 2008

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. IN: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Atica, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

_____. *Razões prática: sobre a teoria da ação*. Campinas: papyrus, 1996.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998

_____. *A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: companhia das letras, 2005a.

_____. O campo econômico. *Política e sociedade*, Florianópolis, nº 6, p.16-57, abril 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>. Acessado em abril/2010.

_____. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto alegre: zouk, 2007.

_____. A opinião Pública não existe. *Les temps modernes*, n.318, jan de 1973. Disponível em:

http://www.4shared.com/file/15632786/d06dc5b2/A_Opinio_Pblica_No_Existente_Pierre_Bourdieu_.html?dirPwdVerified=966af369. Acessado em: mar/2010.

_____. *Capital Cultural, escuela y espacio social*. Buenos Aires: siglo vientiuno, 2010

_____. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, n.26, 2006, p.83-92.

BUENO, Laura M. M. Regularização em áreas de proteção ambiental no meio urbano. In: *I Conferência Nacional de saúde ambiental*. Abrasco, Caderno de Texto, Brasília, 2009. p. 45-54.

CALDEIRA, Teresa P. do R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2008.

CARNEIRO, Eder J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: autêntica, 2005a. p.27-47.

_____. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: autêntica, 2005b. p. 66-88.

____ J.; LEITE, Dayse de S.; TAVARES, Denise P. Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da capital brasileira da cultura. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.412-438.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de Carvalho Et Al. Gestão local e meio ambiente. *Annpas*, 2006.

CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. (vol 2). São Paulo: Paz e terra, 1999.

CELIKATES, Robin. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica. *Novos estudos*, CEBRAP, n.93, 2012, pp. 29-42.

COMIM, Daniela O. *Planejando ou vendendo a cidade: gestão urbana no caso do Bairro Cristal*, em Porto Alegre. Trabalho de conclusão de Graduação em Sociologia. UFRGS. Porto Alegre, 2010. 81f. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26031. Acessado em out/2010.

CORREA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ed. Atica, 1995

CORTES, S. M. V. O governo do Estado como protagonista da regionalização e da participação: o caso Rio Grande do Sul - 1991 a 2003. *Caderno CRH* (UFBA), Salvador, v. 39, p. 83-103, 2004.

_____. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Dossiê sociologia*, Porto Alegre, ano 4, jan/jun 2002, p.18-49.

COSTA, Sergio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social*, v.16, n°2, 2004, p73-100.

DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110

DAVIS, Mike. *O planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DÍAZ, Francisca C. *Urbanismo sustentable, una via hacia la construcción participativa e integrada del espacio público*. Master en sociology, participación e políticas públicas, Barcelona, 2011.

DELGADO, M. *El espacio público como ideología*. Los libros de la Catarata, Madrid, 2011

DIEGUES, Antonio C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: ed Hucitec, 1996

DEVOS, Rafael. "Prá lá pra aquele lado lá tudo é assombrado": memória, narrativa, espaço fantástico e a questão ambiental. V *Reunião de antropologia do Mercosul*, Florianópolis, 03 de dezembro de 2003

EBERT, Maristela R. A democratização das políticas públicas ambientais do município de Santa Maria a partir da atuação do conselho municipal de meio ambiente. (*Monografia em Ciências sociais*). Santa Maria: UFSM, 2009.

FERRETI, Rosemary B. *Uma casa nas costas: análise do movimento social urbano de Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação de Pós-graduação em antropologia, sociologia e política. UFRGS. Porto Alegre, 1984.

FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debates nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FUHR, Guilherme; GERHARDT, Cleyton Henrique; KUBO, Rumi Regina. Entre Aldeia Kaingang ou Parque Natural: o processo de configuração de um conflito socioambiental na disputa pelo Morro do Osso, Porto Alegre, RS. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, 2012. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/25457>

GUILLÉN, Eva A. I; Monfort, Alex C. I.; COLL-PLANAS, Gerard; GALLACH, Helen C. I.; COSTA, Marc M.I. *Per una nova cultura del territory?* Barcelona: Icaria&Antrazyt, 2007

GARCÍA, Ernest. *Medio ambiente y sociedad: la civilización industrial y los limites del planeta*. Madrid: alianza, 2004

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: artmed, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. São Paulo: cortez, 2003.

GOHN, Maria da G. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. São Paulo: cortez, 2003.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI*. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: vozes, 2004.

GOLDBLATT, David. *Teoria Social e Ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GONZÁLEZ, Rodrigo S. *Democracia e conselhos de controle de políticas públicas*. Uma análise comparativa. Tese doutorado em sociologia política. UFRGS. Porto Alegre, 2000.

GUHA, Ramachandra. *O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo*. In: Trad. DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Etnoconservação*. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: ed. Hucitec, 2000.

GUIMARAENS, Maria E. B. *Planejamento urbano, participação e legitimidade: a densidade urbana no PDDUA de Porto Alegre*. Dissertação mestrado. PROPUR, UFRGS. Porto Alegre, 2008. 251f. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15859/000689606.pdf. Acessado em agosto/2010.

_____. A participação na revisão dos Planos diretores. *Coleção Cadernos da Cidade*, Porto Alegre, jan/2010.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História. Civilização brasileira*: Rio de Janeiro 1978.

HABERMAS, Jurgen. A nova intransparência. A crise do Estado do Bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas.(nº18). *Novos estudos Cebrap*,1987.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1984

HANNIGAN, John H. *Sociologia ambiental*. A formação de uma perspectiva social. Lisboa: instituto piaget, 1995.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Ed Loyola, 2006.

HISTÓRIA DOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE. *Observa POA*. Porto Alegre, [s.n.], 23/22007. 114p. Disponível in:<http://www2.rs.gov.br/observapoa>, acesso em 23/02/2007. Acessado em set/2010.

HOFLING, Heloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Caderno Cedes*, ano XXI, nº55,Nov/2001.

JATOBA, Sérgio U. S.; CIDADE, Lúcia C. F.; VARGAS, Glória M. Ecologia, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Soc. Estado*. Avançados, Brasília, v.24, n.1, p.47-87, jan/abr. 2009.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e terra, 1980.

_____. El precio Del progreso: crecimiento econômico, expropiación urbana y La cuestión del médio ambiente. In: SUNKEL, O.; GLIGO, N. *Estilos de desarrollo e médio ambiente en la América latina*. Mexico: fondo cultura economica, 1980b. p.41-65

Kowarick, Lucio. *Escritos urbanos*. São Paulo, Editora 34, 2009 e *Viver em risco*. São Paulo, Editora 34, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. VI Encontro em 'pesquisa em educação ambiental'. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%Aancias_da_EA.pdf. Acessado em fev/2012

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

LIMA, Ricardo B. de. A disputa entre o normativo e o analítico no campo de estudos socioambientais no Brasil (1992-2002). In: FERREIRA, Leila da C.; DUARTE, Laura (Org.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil II*. São Paulo: Annablume/Anppas, 2008. p.221-244.

MAPAS E INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Fundação de assistência social e cidadania –FASC. Observatório da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre, jun/2007. Disponível em: http://www.observapoa.palegre.com.br/default.php?p_secao=109. Acessado em out/2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil. Cortez editora, 2005.

NATERA, Antonio. La noción de gobernanza como gestión pública participativa e reticular. Madri, 2004

OLIVEIRA, Wilson J. F. “Paixão pela Natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese doutorado em antropologia. IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2005. 463f. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6163. Acessado em agosto/2010.

OLIVEIRA, Nathan B. de. Urbanização brasileira e saúde ambiental. In: *I Conferência Nacional de saúde ambiental*. Abrasco. Caderno de Texto, Brasília, 2009, p.39-44.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: ática, 1983.

PADUA, José Augusto. “Cultura esgotadora”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, outubro 1998: 134-163. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/padua11.htm>. Acessado em 24.09.2011.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. São Paulo: Cortez, 1997.

PIETRO, Carlos. ‘Crisis, empleo, y cambio social en le sur Europa; Un Reto a la Integración Europea? Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 22 y 23 de marzo de 2012

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. MEMÓRIA DOS BAIRROS- Cristal. Porto Alegre, 2003. Disponível em www.portoalegre.rs.gov.br. Acessado em set/2010.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 65-84, jan./jun. 2006

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. *Ci. Inf.*, Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992

RIBEIRO, Wagner C. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. *Estudos avançados*, v.24, n.68, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Movimentos sociais urbanos em Porto Alegre. *Dissertação de mestrado no curso de pós-graduação em antropologia, política e sociologia*. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

RIECHMANN, Jorge. Sostenibilid: algunas reflexiones basicas. *Papeles Iistas*, 2004. Disponível em: <http://www.upf.edu/materials/polietica/img/sos3.pdf>. Acessado em abril/2012.

ROCHA, Cristiano S. *Regularização fundiária em Porto Alegre: um estudo da distribuição espacial. Dissertação mestrado em geografia. Unicamp*. Campinas, 2007. 127f. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000419269>. Acessado em agosto/2010.

ROCHA, Eduardo M. Estudos de viabilidade urbanística segundo o plano diretor da cidade de Porto Alegre: a evolução da legislação aplicada a condomínios multifamiliares. *Dissertação*, UFRGS, 2011.

RAICHELIS, Raquel. A esfera pública e os conselhos de assistência social - caminhos da construção democrática. São Paulo: cortez, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Sustentabilidades: concepções, práticas e utopias. Controversias sobre sustentabilidade. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (org). *Sustentabilidades em diálogos*. Itajaí: Univali, 2010.

SACHS, Ignacy. *Rumo à Ecosocioeconomia*. São Paulo: Cortez, 2007.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo social*; rev. Sociol. USP São Paulo 11(2):23-47, 2000

SANTOS, MILTON. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 2000

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2005, vol.20, no.58, p.27-45.

SILVA, Sérgio Pereira. Pensamento político e representação ambiental: elementos da compreensão do “habitus sócio-ambiental” da sociedade contemporânea. *Cadernos Pesquisas Interdisciplinares em ciências humanas*, n.19, mai/2001(a).

SILVA, Marcelo K. *Cidadania e exclusão*. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre. Porto Alegre: ed UFRGS, 2002.

_____. Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2001(b).

_____. OLIVEIRA, Gerson de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado- Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 86-124

SILVA, Debora Bernardo da. *A convicção política e a responsabilidade técnica no governo da administração popular: um estudo sobre as divergências, inovações e desafios no planejamento urbano de Porto Alegre*. 2012, PROPUR-UFRGS.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista katal.*, Florianópolis v.12 n.1, p.41-49 jan/jun.2009.

SMITH, Fred L. Introducción a ecología de mercado. *Papeles del instituto* nº5, Madrid, 1996.

SOARES, Ana P. M. “Habitantes do Arroio”: estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco e vulnerabilidade em Porto Alegre-RS. *Revista Iluminuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS*. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/18330>. Acessado em março/2012

SWYNGEDOUW, Erik. Privatizando o H2O. Transformando as águas locais em dinheiro global. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. Vol 6, nº1, maio 2004

TELLES, Vera S. Cidade e cidadania: interrogações sobre realidades urbanas emergentes. *Anuário Gedim*, v.4, p.8-33, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate. Entrevista publicada *Revista de Políticas Públicas*, São Luiz, v.13, n.1, p.65-76, jan/jun 2009.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo (SP): Associação Editorial Humanitas, 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rap Rio de Janeiro* 40 (1):27-55, jan/fev. 2006

ESPLUGA, JOSEP. Conflictes socioambientals i estudi de La percepció social Del risc. *Papers* 72, 2004.p.145-162

ESPLUGA, J.; SUBIRATS, J. Reflexiones sobre los procesos participativos em marcha. EN: WWA, *actas Del VI Congreso ibérico sobre Gestion y planificyon Del agua*. Bilbao: fundacion nueva cultura Del água, 2008. Disponível em: WWW.fnca.eu/congressoiberico/documentos/p0403.pdf

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: civilização brasileira: 2003(39-82)

TOMMASINO, Humberto y FOLADORI, Guillermo. (In)certezas sobre la crisis ambiental. *Ambiente & Sociedad*, n. 8, 2001, p.49-68.

TOURAINÉ, Alan. *O que é Democracia?* Petrópolis: vozes, 1996.

UEDA, Vanda; NORMANN, Tássia C. Caracterizando as novas urbanizações na cidade de Porto Alegre. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005, pp. 10276-10293. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/labes/publicacoes/orientados/EgalTassia.pdf>. Acessado nov/2010.

UEDA, Vanda; NORMANN, Tássia C.; ROLIM, Rafael G. Caracterizando os novos empreendimentos imobiliários e as transformações recentes no espaço urbano de Porto Alegre/Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona, v. IX, n.94, 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-12.htm>. Acessado em nov/2010

VAN DEN BERGH, Jeroen. Environmental and Climate Innovation: Limitations, Prices and Policies. *Jena, Germania, Papers on economics & evolution*, janeiro, 2011. Disponível em: <https://papers.econ.mpg.de/evo/discussionpapers/2010-23.pdf>. Acessado em 20.03.2012.

_____. Environmental and Climate Innovation: Limitations, Policies and Prices. *Icrea*, Barcelona, UAB, abril/2012

ZHOURI, Andrea. A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. (resenha). *Ambiente & sociedade*, Campinas, v. VII, n.2, julho/dezembro 2004.

_____. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. *Revista Comunidades, meio ambiente e desenvolvimento*, n.17, 2005a. Disponível em: http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/documenta17_artigo4.pdf. Acessado em set/2010.

_____. A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais. In: _____; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: autêntica, 2005b.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: ed UFMG, 2010. p.11-31.

_____; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.439-462.

VALLES, Miguel S. *Técnicas cualitativas de investigación social*. Reflexión metodológica y practica profesional. Madri: ed Síntesis, 1997